Tipo documento: **CAPA PROCESSO**
Evento: **abertura**

PROCESSO

Nº 0091858-64.2015.4.02.5119

Capa: **Parte 1**

Nº do processo 0091858-64.2015.4.02.5119
Classe da ação: EXECUÇÃO FISCAL
Competência Execução Fiscal
Data de autuação: 24/08/2015 17:32:00
Situação SUSP/SOBR-P.Decisão Judicial
Órgão Julgador:
Juízo Federal da 6ª VF de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
Juiz(a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Processos relacionados: 5014987-20.2019.4.02.5101/RJ | Relacionado | EMBARGOS À EXECUÇÃO | RJRIOEF06

Assuntos

Código	Descrição	Principal
0312	Dívida Ativa, DIREITO TRIBUTÁRIO	Sim
03040205	Salário-Educação, Contribuições Sociais, Contribuições, DIREITO TRIBUTÁRIO	Não
03040301	Contribuições para o SEBRAE, SESC, SENAC, SENAI e outros, Contribuições Corporativas, Contribuições, DIREITO TRIBUTÁRIO	Não

Partes e Representantes

EXEQUENTE	EXECUTADO
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL (00.394.460/0216-53) - Entidade MARCELO CLAUDIO FAUSTO MAIA P1322044	BR MATOZINHOS FUNDICOES LTDA. (19.811.058/0001-43) - Pessoa Jurídica Procurador(es): MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS SP072080

Informações Adicionais

Valor da Causa: R$ 8.646.819,85	Nível de Sigilo do Processo: Sem Sigilo (Nível 0)	Anexos Eletrônicos: Não há anexos
Ação Coletiva de subst. processual: Não	Admitida execução: Não	Agravo Retido: Não
Antecipação de Tutela: Não Requerida	Grande devedor: Sim	Justiça Gratuita: Não requerida
Penhora no rosto dos autos: Não	Penhora/apreensão de bens: Sim	Petição Urgente: Não
Reconvenção: Não	Vista Ministério Público: Não	Total CDA: 1

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 1

Evento:
DISTRIBUICAO_SORTEIO_AUTOMATICO
Data:
24/08/2015 17:33:00
Usuário:
JRJIEV - ADRIANA MELO DA SILVA -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
1

120150053180

EXMO. DR. JUIZ FEDERAL DA ___ VARA FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE BARRA DO PIRAI

UNIAO, pessoa juridica de direito publico interno, com fundamento na Lei no. 6830,de 22 de setembro de 1980, vem, mui respeitosamente, por seu representante legal infra-assinado, propor a presente EXECUCAO FISCAL, para cobranca da divida no valor de R$ *********8.646.819,85(OITO MILHOES, SEISCENTOS E QUARENTA E SEIS MIL, OITOCENTOS E DEZENOVE REAIS E OITENTA E CINCO CENTAVOS. *********) atualizada para o mes de 07/2015, conforme as anexas certidoes de Divida Ativa sob numero (s) 11.496.937-0,********** contra:

Devedor	Identificacao
BR METALS FUNDICOES LTDA	CGC: 19.811.058/0001-43
Endereco	Telefone
EST GOV RAYMUNDO PADILHA SN	

CEP	Bairro	Municipio	UF
27115-140	SANTA CECILIA	BARRA DO PIRAI	RJ

Para tanto, requer-se na forma do artigo 8 da Lei 6.830 e art. 172, paragrafo 2, do Codigo de Processo Civil:

1.A citacao da(o) Executada (o),pelo correio,com Aviso de Recepcao(AR) ,para pagar, no prazo legal, as dividas inscritas, devidamente atualizadas, acrescidas de juros, encargos previstos no Decreto-Lei No 1.025/1969, alterado pelo Decreto-Lei No. 1.645/1978, custas e despesas processuais, ou nomear bens livres e desembaracados para garantir a execucao em consonancia com a legislacao em vigor, sob pena de lhe serem penhorados ou arrestados tantos bens quanto bastem a plena execucao da divida.

2.Nao paga a divida ou nao garantida a execucao,a expedicao de mandado de penhora e avaliacao a recair sobre tantos bens quanto bastem a garantia integral da divida, inclusive imoveis, nesse caso procedendo-se a intimacao do conjuge e a notificacao do cartorio de re-

F.0001
(continua)

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 17/08/2015 13:28:49 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a ADRIANA MELO DA SILVA
Documento No: 73262853-1-0-1-12-67011 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

120150053180

gistro de imoveis competente.
Da-se a causa o valor da divida com os acrescimos calculados ate a data da distribuicao, nos termos do artigo 6o, paragrafo 4o da Lei de Execucoes Fiscais.

Nestes Termos,

p.deferimento

RESENDE, 29/07/2015

CARLOS FERNANDO DE ALMEIDA DIAS E SOUZA
MAT- 1546443 N.OAB- 128234

Procuradoria: RESENDE
Endereco: RUA FRANCISCO VILLACA 187
Cep: 27511-280 Bairro: CENTRO
Municipio: RESENDE UF: RJ

F.0002
(final)

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 17/08/2015 13:28:49 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a ADRIANA MELO DA SILVA
Documento No: 73262853-1-0-1-12-67011 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

120150053180

UNIAO FEDERAL MINISTERIO DA FAZENDA
DISCRIMINATIVO DE CREDITO INSCRITO - SINTETICO POR COMPETENCIA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Origem:17.200.808 Tramitacao:17.200.808
Credito: 11.496.937-0
Processo Administrativo - Originario: 114969370
Devedor: BR METALS FUNDICOES LTDA

Endereco: EST GOV RAYMUNDO PADILHA SN
Bairro : SANTA CECILIA Munic.: BARRA DO PIRAI
UF : RJ CEP : 27115-140

Fase Atual: 534 em 18/07/2015
Doc.: DCGB - DCG BATCH

Compet.	Moeda(*)	(**) TOTAL (**) JUROS	(*) ORIGINARIO (**) MULTA MORA	(**) ATUALIZADO
01/2014	REAL	276.875,36 31.798,71	204.230,54 40.846,11	204.230,54
02/2014	REAL	271.416,12 29.799,40	201.347,26 40.269,46	201.347,26
03/2014	REAL	293.190,32 30.592,65	218.831,40 43.766,27	218.831,40
04/2014	REAL	292.302,52 28.788,87	219.594,71 43.918,94	219.594,71
05/2014	REAL	58.778,67 5.460,65	44.431,68 8.886,34	44.431,68
06/2014	REAL	986.334,19 85.160,88	750.977,76 150.195,55	750.977,76
07/2014	REAL	1123.294,32 90.142,48	860.959,85 172.191,99	860.959,85
08/2014	REAL	1175.341,80 86.726,36	907.179,54 181.435,90	907.179,54
09/2014	REAL	981.353,59 65.698,26	763.046,11 152.609,22	763.046,11
10/2014	REAL	911.856,60 55.452,21	713.670,32 142.734,07	713.670,32
11/2014	REAL	834.939,72 44.838,26	658.417,88 131.683,58	658.417,88
Total do Credito		7205.683,21 554.458,73	1108.537,43	5542.687,05

Sobre o valor total incide encargos legais previsto no Decreto-Lei No. 1.025/69,alterado pelo Decreto-Lei No. 1.645/78, e custas processuais.
** Valores atualizados para 07/2015 em REAL c/multa ajuizam.
Ufir de conversao: 0,9108 F.0001 (final)

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 17/08/2015 13:28:49 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a ADRIANA MELO DA SILVA
Documento No: 73262853-1-0-1-12-67011 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

120150053180

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

Certifico que do registroda divida ativa da Uniao consta a inscricao da divida cujo os dados sao os seguintes:

P G F N de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original / Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
17.200.808	0009/331	03/07/2015	114969370	11.496.937-0

Devedor
BR METALS FUNDICOES LTDA

Endereco			Telefone
EST GOV RAYMUNDO PADILHA SN			
CEP	Bairro	Municipio	UF
27115-140	SANTA CECILIA	BARRA DO PIRAI	RJ

Identificacao
CGC: 19.811.058/0001-43

Periodo da Divida	Valor Originario	Moeda
01/2014 a 11/2014	5.542.687,05	REAL

Documento Original DCGB - DCG BATCH
Orgao de Origem 17.025.020 Calculo 29/07/2015

Princ.Atualizado	Juros	Multa	Valor Total
5.542.687,05	554.458,73	1.108.537,43	7.205.683,21

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
041.00		ATRIBUICAO DE COMPETENCIA PARA FISCALIZAR, ARRECADAR E COBRAR
041.02	desde 01/11/2004	PERIODO DE 11/2004 A 12/2004 MP N. 222, DE 04.10.2004, ARTIGOS 1. E 3., POSTERIORMENTE CONVERTIDA NA LEI N. 11.098, DE 13.01.2005, ARTIGOS 1. E 3.; DECRETO N. 5.256, DE 27.10.2004, ANEXO I, ART. 18, I. PERIODO DE 01/2005 A 02/2005 MP N. 222, DE 04.10.2004, ARTIGOS 1. E 3., CONVERTIDA NA LEI N. 11.098, DE 13.01.2005, ARTIGOS 1. E 3.; DECRETO N. 5.256, DE 27.10.2004, ANEXO I, ART. 18, I. PERIODO DE 03/2005 A 05/2005 LEI N. 11.098, DE 13.01.2005, ARTIGOS 1. E 3.; DECRETO N. 5.256, DE 27.10.2004, ANEXO I,

CARLOS FERNANDO DE ALMEIDA DIAS E SOUZA MAT- 1546443 F.0001
DATA: 18/07/2015 LOCAL: RESENDE (continua)

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 17/08/2015 13:28:49 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a ADRIANA MELO DA SILVA
Documento No: 73262853-1-0-1-12-67011 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

120150053180

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

P G F N de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
17.200.808	0009/331	03/07/2015	114969370		11.496.937-0

Devedor
BR METALS FUNDICOES LTDA

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
041.02	desde 01/11/2004	ART. 18, I; DECRETO N. 5.403, DE 28.03.2005, ANEXO I, ART. 15, I. PERIODO DE 06/2005 A 14.08.2005 LEI N. 11.098, DE 13.01.2005, ARTIGOS 1. E 3.; DECRETO N. 5.403, DE 28.03.2005, ANEXO I, ART. 15, I; DECRETO N. 5.469, DE 15.06.2005, ANEXO I, ART. 18, I. A PARTIR DE 15.08.2005 MP N. 258, DE 21.07.2005, ART. 3., CAPUT E PARAGRAFO 1., ART. 10 E INCISO I DO ART. 12. A PARTIR DE 19.11.2005 LEI N. 11.098, DE 13.01.2005, ARTIGOS 1. E 3.; DECRETO N. 5.469, DE 15.06.2005, ANEXO I, ART. 18, I. A PARTIR DE 02.05.2007 LEI N. 11.457, DE 16.03.07, ARTS. 2 E 3.
089.00		GFIP - GUIA DE RECOLHIMENTO DO FGTS E INFORMACOES A PREVIDENCIA SOCIAL
089.04	desde 01/12/2008	LEI N. 8.212, DE 24.07.91, ART. 32, IV (ACRESCENTADO PELA MP N. 1.596-14/97, COM REDACAO DA MP N. 449, DE 03.12.2008, CONVERTIDA NA LEI N. 11.941, DE 27.05.2009) E ART. 33 (COM A REDACAO DA LEI N. 10.256, DE 09.07.2001E ALTERACAO DA MP N. 449, DE 03.12.08, CONVERTIDA NA LEI N. 11.941, DE 27.05.09), PARAGRAFO 7. (ACRESCENTADO PELA MP N. 1.596-14/97, CONVERTIDA NA LEI N. 9.528, DE 10.12.97, ALTERADA PELA MP N. 449, DE 03.12.08, CONVERTIDA NA LEI N. 11.941, DE 2705.09) REDACAO); DECRETO N. 2.803, DE 20.10.98; REGULAMENTO DA PREVIDENCIA SOCIAL - RPS, APROVADO PELO DECRETO N. 3.048, DE 06.05.99, ART. 225, IV, PARAGRAFOS 1., 2., 3. E 4. E ART. 245, CAPUT E PARAGRAFO 1.;
200.00		CONTRIBUICAO DA EMPRESA SOBRE A REMUNERACAO DE EMPREGADOS
200.08	desde 01/12/1999	LEI N. 8.212, DE 24.07.91, ART. 22, I (COM A REDACAO DADA

CARLOS FERNANDO DE ALMEIDA DIAS E SOUZA MAT- 1546443 F.0002
DATA: 18/07/2015 LOCAL: RESENDE (continua)

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 17/08/2015 13:28:49 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a ADRIANA MELO DA SILVA
Documento No: 73262853-1-0-1-12-67011 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

120150053180

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

P G F N de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
17.200.808	0009/331	03/07/2015	114969370		11.496.937-0

Devedor
BR METALS FUNDICOES LTDA

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
200.08	desde 01/12/1999	PELA LEI N. 9.876, DE 26.11.99); REGULAMENTO DA PREVIDENCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO N. 3.048, DE 06.05.99, ART. 12, I E PARAGRAFO UNICO, ART. 201, I, PARAGRAFO 1. E ART. 216, I, "B" (COM AS ALTERACOES DADAS PELO DECRETO N. 3.265, DE 29.11.99).
203.00		CONTRIBUICAO DA EMPRESA S/ A REMUNERACAO DE TRANSPORTADORES AUTONOMOS - FRETES E CARRETOS
203.06	desde 01/03/2000	LEI N. 8.212, DE 24.07.91, ART. 22, III(ACRESCENTADO PELA LEI N. 9.876, DE 26.11.99); REGULAMENTO DA PREVIDENCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO N. 3.048, DE 06.05.99, ART. 9., V, ART. 12, I E PARAGRAFO UNICO E ART. 201, II E PARAGRAFOS 1., 4. E 8. (COM AS ALTERACOES DADAS PELO DECRETO N. 3.265, DE 29.11.99).
224.00		CONTRIBUICAO DAS EMPRESAS/COOPERATIVAS S/ AS REMUNERACOES PAGAS, DISTRIBUIDAS OU CREDITADAS A AUTONOMOS, AVULSOS E DEMAIS PESSOAS FISICAS E DOS COOPERADOS, DE QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR N. 84/96 ATE 02/2000 E CONTRIB. DAS EMPRESAS S/ A REM. A CONTRIBUINTES INDIVIDUAIS, DE QUE TRATA A LEI N. 8.212/91, NA REDACAO DADA PELA LEI N. 9.876/99
224.05	desde 01/03/2000	LEI N. 8.212, DE 24.07.91, ART. 22, III (COM AS ALTERACOES DA LEI N. 9.876, DE 26.11.99; REGULAMENTO DA PREVIDENCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO N. 3.048, DE 06.05.99, ART. 12, I E PARAGRAFO UNICO, ART. 201, II, PARAGRAFOS 1., 2., 3., 5. E 8., COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 3.265, DE

CARLOS FERNANDO DE ALMEIDA DIAS E SOUZA MAT- 1546443 F.0003
DATA: 18/07/2015 LOCAL: RESENDE (continua)

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 17/08/2015 13:28:49 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a ADRIANA MELO DA SILVA
Documento No: 73262853-1-0-1-12-67011 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

120150053180

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

P G F N de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
17.200.808	0009/331	03/07/2015	114969370		11.496.937-0

Devedor
BR METALS FUNDICOES LTDA

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
224.05	desde 01/03/2000	29.11.99 E DO DECRETO N. 3.452, DE 09.05.00.
235.00		ADICIONAL DE RAT PARA FINANCIAMENTO DA APOSENTADORIA ESPECIAL APOS 25 ANOS - EMPRESAS EM GERAL
235.03	desde 01/03/2000	LEI N. 8.212, DE 24.07.91, ART. 15, I E PARAGRAFO UNICO E ART. 22, II (COM A REDACAO DADA PELA LEI N. 9.732, DE 11.12.98), COMBINADO COM A LEI N. 8.213, DE 24.07.91, ART. 57, PARAGRAFOS 6. E 7. (COM A REDACAO DADA PELA LEI N. 9.732, DE 11.12.98); LEI N. 9.732, DE 11.12.98, ART. 6., III; REGULAMENTO DA PREVIDENCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO N. 3.048, DE 06.05.99, ART. 12, I E PARAGRAFO UNICO, I A IV, ART. 202, I, II E III, PARAGRAFOS 1. AO 5.. ALIQUOTAS: 12%, 9% OU 6%
301.00		CONTRIBUICAO DAS EMPRESAS PARA FINANCIAMENTO DOS BENEFICIOS EM RAZAO DA INCAPACIDADE LABORATIVA
301.08	desde 01/12/1999	LEI N. 8.212, DE 24.07.91, ART. 22, II (COM A REDACAO DADA PELA LEI N. 9.732, DE 11.12.98); REGULAMENTO DA PREVIDENCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO N. 3.048, DE 06.05.99, ART. 12, I, PARAGRAFO UNICO, NA REDACAO DADA PELO DECRETO N. 3.265, DE 29.11.99, ART. 202, I, II E III E PARAGRAFOS 1. AO 6. A PARTIR DE 01/2010 LEI N. 8.212, DE 24.07.91, ART. 22, II (COM A REDACAO DADA PELA LEI N. 9.732, DE 11.12.98); REGULAMENTO DA PREVIDENCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO N. 3.048, DE 06.05.99, ART. 12, I, PARAGRAFO UNICO, NA REDACAO DADA PELO DECRETO N. 3.265, DE 29.11.99, ART. 202, I, II E III E PARAGRAFOS 1. AO 6 E

CARLOS FERNANDO DE ALMEIDA DIAS E SOUZA MAT- 1546443 F.0004
DATA: 18/07/2015 LOCAL: RESENDE (continua)

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 17/08/2015 13:28:49 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a ADRIANA MELO DA SILVA
Documento No: 73262853-1-0-1-12-67011 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

120150053180

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

P G F N de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
17.200.808	0009/331	03/07/2015	114969370		11.496.937-0

Devedor
BR METALS FUNDICOES LTDA

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
301.08	desde 01/12/1999	ART. 202-A (ACRESCENTADO PELO DECRETO N. 6.042, DE 12.02.07, COM REDACAO DO DECRETO N. 6.957, DE 09.09.09) E DECRETO N. 6.957, DE 09.09.09, ARTIGOS 2. E 4; LEI 10.666, DE 08/05/2003, ART.10.
400.00		CONTRIBUICAO DEVIDA A TERCEIROS - SALARIO EDUCACAO
400.05	desde 01/11/2004	CONSTITUICAO FEDERAL, ART. 212, PARAGRAFO 5., COMBINADO COM O ART. 34, CAPUT, DAS DISPOSICOES CONSTITUCIONAIS TRANSITORIAS; LEI N. 9.424, DE 26.12.96, ART. 15, CAPUT; MP N. 1.565, DE 09.01.97 E REEDICOES ATE A MP N. 1.607, DE 11.12.97, E REEDICOES ATE A MP N. 1.607-24, DE 19.11.98, CONVERTIDAS NA LEI N. 9.766, DE 18.12.98; LEI N. 9.601, DE 21.01.98, ART. 2.; DECRETO N. 3.142, DE 16.08.99, ART. 1., 2., 6., INCISO II PARAGRAFO 1.; MP N. 222, DE 04.10.2004, ART. 3., POSTERIORMENTE CONVERTIDA NA LEI N. 11.098, DE 13.01.2005, ARTIGO 3., DECRETO N. 87.043, DE 22.03.82, ARTIGOS 1., 2., 3., I, PARAGRAFOS 1., 2., 4., 5. E ART. 13; DECRETO N. 5.256, DE 27.10.2004, ART. 18, I. A PARTIR DE 01.01.2007: CONSTITUICAO FEDERAL, ART. 212, PARAGRAFO 5., COMBINADO COM O ART.34, CAPUT, DAS DISPOSICOES CONSTITUCIONAIS TRANSITORIAS; LEI N. 9.424, DE 26.12.96, ART. 15, CAPUT; LEI N. 9.766, DE 18..12.98, ART. 1.; DECRETO N. 6003, DE 28.12.06, ARTIGO 1., PARAGRAFO 1. E ARTIGOS 10 E 11.
405.00		TERCEIROS - INCRA
405.04	desde 01/11/2004	LEI N. 2.613, DE 23.09.55, ART. 6., PARAGRAFO 4., (COM AS

CARLOS FERNANDO DE ALMEIDA DIAS E SOUZA MAT-1546443 F.0005
DATA: 18/07/2015 LOCAL: RESENDE (continua)

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 17/08/2015 13:28:49 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a ADRIANA MELO DA SILVA
Documento No: 73262853-1-0-1-12-67011 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

120150053180

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

P G F N de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
17.200.808	0009/331	03/07/2015	114969370		11.496.937-0

Devedor
BR METALS FUNDICOES LTDA

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
405.04	desde 01/11/2004	ALTERACOES DA LEI N. 4.863, DE 29.11.65, ART. 35, PARAGRAFO 2., VIII); DECRETO-LEI N. 1.146, DE 31.12.70, ART. 1., I, ITEM 2, ARTIGOS 3. E 4.; LEI COMPLEMENTAR N. 11, DE 25.05.71, ART. 15, II; DECRETO-LEI N. 2.318, DE 30.12.86, ART. 3.; MP N. 222, DE 04.10.2004, ART. 3.; DECRETO N. 5.256, DE 27.10.2004, ART. 18, I.
409.00		TERCEIROS - SEST/SENAT (FPAS 620) - CONTRIBUICAO DO TRANSPORTADOR AUTONOMO - RECOLHIDA PELA EMPRESA
409.03	desde 01/11/2004	LEI N. 8.706, DE 14.09.93, ART. 7., II, PARAGRAFOS 1. E 2.; DECRETO N. 1.007, DE 13.12.93 (COM AS ALTERACOES DADAS PELO ART. 1., DO DECRETO N. 1.092, DE 21.03.94), ART. 1., I, "B", II, "B", ART. 2., II, PARAGRAFO 3., ART. 3., PARAGRAFO 1.
411.00		TERCEIROS - SENAI
411.04	desde 01/11/2004	DECRETO-LEI N. 4.048, DE 22.01.42, ART. 4. E 6. (COM AS ALTERACOES DO DECRETO-LEI N. 4.936, DE 07.11.42, ARTIGOS 3. E 6.); DECRETO-LEI N. 6.246, DE 05.02.44, ART. 1.; MP N. 222, DE 04.10.2004, ART. 3.; DECRETO N. 5.256, DE 27.10.2004, ART. 18, I.
412.00		TERCEIROS - SESI
412.04	desde 01/11/2004	DECRETO-LEI N. 9.403, DE 25.06.46, ART. 3.; DECRETO-LEI N.

CARLOS FERNANDO DE ALMEIDA DIAS E SOUZA MAT- 1546443 F.0006
DATA: 18/07/2015 LOCAL: RESENDE (continua)

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 17/08/2015 13:28:49 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a ADRIANA MELO DA SILVA
Documento No: 73262853-1-0-1-12-67011 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

120150053180

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

P G F N de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
17.200.808	0009/331	03/07/2015	114969370		11.496.937-0

Devedor
BR METALS FUNDICOES LTDA

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
412.04	desde 01/11/2004	2.318, DE 30.12.86, ARTIGOS 1. E 3.; MP N. 222, DE 04.10.2004, ART. 3.; DECRETO N. 5.256, DE 27.10.2004, ART. 18, I.
415.00		TERCEIROS - SEBRAE
415.04	desde 01/11/2004	LEI N. 8.029, DE 12.04.90, ART. 8.,PARAGRAFO 3. (COM A REDACAO DADA PELA LEI N. 8.154, DE 28.12.90), COMBINADO COM O ART. 1. DO DECRETO-LEI N. 2.318, DE 30.12.86 E PARAGRAFO 4.; MP N. 222, DE 04.10.2004, ART. 3.; DECRETO N. 5.256, DE 27.10.2004, ART. 18, I.
600.00		CORRECAO MONETARIA
600.08	desde 01/01/1995	LEI N. 8.981, DE 20.01.95, ART. 6., REGULAMENTO DA ORGANIZACAO E DO CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL-ROCSS, APROVADO PELO DECRETO N. 356, DE 07.12.91, COM A NOVA REDACAO DADA PELO DECRETO N. 612, DE 21.07.92 E ALTERACOES POSTERIORES, ART. 39, PARAGRAFO 5., RENUMERADO PARA PARAGRAFO 9., PELO ART. 1. DO DECRETO N. 738 DE 28.01.93, E PARAGRAFO 10 (ACRESCENTADO PELO DECRETO N. 738, DE 28.01.93); REGULAMENTO DA ORGANIZACAO E DO CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL-ROCSS, APROVADO PELO DECRETO N. 2.173, DE 05.03.97, ART. 58, I. VALORES ORIGINARIOS EM REAL E SEM ATUALIZACAO
601.00		ACRESCIMOS LEGAIS - MULTA
601.10	desde 01/12/2008	LEI N. 8.212, DE 24.07.91, ART. 35, (COMBINADO COM O ART.

CARLOS FERNANDO DE ALMEIDA DIAS E SOUZA MAT- 1546443 F.0007
DATA: 18/07/2015 LOCAL: RESENDE (continua)

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 17/08/2015 13:28:49 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a ADRIANA MELO DA SILVA
Documento No: 73262853-1-0-1-12-67011 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

120150053180

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

P G F N de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
17.200.808	0009/331	03/07/2015	114969370		11.496.937-0

Devedor
BR METALS FUNDICOES LTDA

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
601.10	desde 01/12/2008	61 DA LEI N. 9.430, DE 27.12.96) COM REDACAO DA MP N. 449 DE 04.12.2008, CONVERTIDA NA LEI N. 11.941, DE 27.05.2009.CALCULO DA MULTA: PARA PAGAMENTO DE OBRIGACAO VENCIDA, NAO INCLUIDA EM AUTO-DE-INFRACAO: 0,33%, POR DIA DE ATRASO, CALCULADA A PARTIR DO PRIMEIRO DIA SUBSEQUENTE AO DO VENCIMENTO DO PRAZO PREVISTO PARA O PAGAMENTO DA CONTRIBUICAO ATE O DIA EM QUE OCORRER O SEU PAGAMENTO, LIMITADO A 20%.
602.00		ACRESCIMOS LEGAIS - JUROS
602.08	desde 01/12/2008	LEI N. 8.212, DE 24.07.91, ART. 35, COMBINADO COM O ART. 61 DA LEI N. 9.430, DE 27.12.96, COM REDACAO DA MP N. 449, DE 04.12.2008, CONVERTIDA NA LEI N. 11.941, DE 27.05.2009. CALCULO DOS JUROS: JUROS CALCULADOS SOBRE O VALOR ORIGINARIO, MEDIANTE A APLICACAO DOS SEGUINTES PERCENTUAIS: A) TAXA MEDIA MENSAL DE CAPTACAO DO TESOURO NACIONAL RELATIVA A DIVIDA MOBILIARIA FEDERAL / TAXA REFERENCIAL DO SISTEMA ESPECIAL DE LIQUIDACAO E DE CUSTODIA - SELIC, A PARTIR DO PRIMEIRO DIA DO MES SUBSEQUENTE AO VENCIMENTO DO PRAZO ATE O MES ANTERIOR AO DO PAGAMENTO B) 1% (UM POR CENTO) NO MES DO PAGAMENTO.
700.00		ENCARGO LEGAL DE 20% (VINTE POR CENTO)
700.01	desde 01/05/2007	DECRETO-LEI N. 1.025/69, ART. 1; DECRETO-LEI N. 1.645/78, ART. 3; LEI 7.799/89, ART. 64, PARAGRAFO 2 E LEI N. 8.383/91, ART. 57, PARAGRAFO 2.
800.00		PRAZO E OBRIGACAO DE RECOLHIMENTO - EMPRESAS EM GERAL

CARLOS FERNANDO DE ALMEIDA DIAS E SOUZA MAT-1546443 F.0008
DATA: 18/07/2015 LOCAL: RESENDE (continua)

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 17/08/2015 13:28:49 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a ADRIANA MELO DA SILVA
Documento No: 73262853-1-0-1-12-67011 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

120150053180

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

P G F N de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
17.200.808	0009/331	03/07/2015	114969370		11.496.937-0

Devedor
BR METALS FUNDICOES LTDA

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
800.11	desde 01/10/2008	LEI N. 8.212, DE 24.07.91, ART. 30, I (COM A ALTERACAO DA LEI N. 8.620, DE 05.01.93, DA LEI N. 9.876, DE 26.11.99, DA MP N. 351, DE 22.01.07, CONVERTIDA NA LEI N. 11.488, DE 25.06.07 E DA MP N. 447, DE 14.11.08, CONVERTIDA NA LEI N. 11.933, DE 28.04.2009); LEI N. 8.620, DE 05.01.93, ART. 7., PARAGRAFOS 1. E 2.; LEI N. 10.666, DE 08.05.03, ART. 4., PARAGRAFO 1., COMBINADO COM O ART. 15; REGULAMENTO DA PREVIDENCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO N. 3.048, DE 06.05.99, ART. 216, I, "B" E PARAGRAFOS 1. AO 6., COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 3.265, DE 29.11.99.

E para que se possa proceder a cobranca em acao propria, nos termos da Lei No. 6830 de 22/09/80, art 20. e seus paragrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraida a presente certidao.
Sobre o valor total incide encargos legais previsto no Decreto-Lei No. 1.025/69,alterado pelo Decreto-Lei No. 1.645/78, e custas processuais.

CARLOS FERNANDO DE ALMEIDA DIAS E SOUZA MAT-1546443 F.0009
DATA: 18/07/2015 LOCAL: RESENDE (final)

Protocolada por JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET em 17/08/2015 13:28:49 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a ADRIANA MELO DA SILVA
Documento No: 73262853-1-0-1-12-67011 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Poder Judiciário
Justiça Federal - 2a Região
Seção Judiciária do RJ

Termo de Autuação

Barra do Piraí, 24 de agosto de 2015, nesta Secretaria da 01ª Vara Federal de Barra do Piraí autuo os documentos adiante, em _____ folha(s), com 0 apenso(s), na seguinte conformidade:

Processo.....: 0091858-64.2015.4.02.5119
Classe do processo.....: 3000 - EXECUÇÃO FISCAL
1. Data do Protocolo.....: 17/08/2015
2. Número de volumes.....: 1
3. Observações.....:
4. Vara.....: 01ª Vara Federal de Barra do Piraí
5. Tipo de Distribuição.....: Distribuição-Sorteio Automático
6. Data/Hora distribuição....: 24/08/2015 17:33
7. Distr. lançada por.....: ADRIANA MELO DA SILVA
8. Usuário últ. alteração.....:
9. Data últ. alteração.....:
10. Processo Prevento.....:
11. Objetos.....:
12. Processo Vinculado.....:
13. Valor da Causa.....: Real - 8.646.819,85
14. Processo administrativo.: 114969370
15. Natureza do Cálculo.....:

16. Nro. inscrição C.D.A.....: **CDA** **Data** **Moeda** **Valor**
11.496.937-0

Assunto:

03.05.04	Salário-Educação - Contribuição Social - Tributário
03.12.04	FGTS - Dívida Ativa - Tributário
03.12.11	Contribuição Social - Dívida Ativa - Tributário
03.06.01	Contribuições para o SEBRAE, SESC, SENAC, SENAI e outros - Contribuições Corporativas - Tr
03.12.19	Multas - Dívida Ativa - Tributário

PARTES:

Tipo	Nome	CPF/CNPJ	Tipo Carac.
AUTOR	**UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL**	**99.999.999/0001-91**	
PROCURADOR	**JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET**		
REU	**BR METALS FUNDICOES LTDA**	**19.811.058/0001-43**	

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a ADRIANA MELO DA SILVA
Documento No: 73262853-2-0-13-2-186287 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Dados Complementares

Segredo de Justiça Absoluto	- Não
Segredo de Justiça no Sistema	- Não
Picha Certidão se processo em Segredo	- Sim
Prioridade Idoso	- Não
Isento de Custas	- Não
Pedido de Gratuidade	- Não
Assistência Judiciária	- Não
Com liminar/Tutela Antecipada Deferida	- Não
Processo Eletrônico	- Sim
Possui Documentos Sigilosos	- Não
Penhora no Rosto dos Autos	- Não
Processo Originário da 2ª Região	- Não
Requer Liminar/Tutela Antecipada	- Não
Requer Justiça Gratuita	- Não
Requer Prioridade de Idoso	- Não
Requer Segredo de Justiça	- Não
Requer Ministério Público	- Não
Grande devedor para Juízo	- Não
Grande dívida para Fazenda	- Não

Para constar, lavro e assino o presente.

_____
Diretor da Secretaria

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a ADRIANA MELO DA SILVA
Documento No: 73262853-2-0-13-2-186287 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 2

Evento:
REMESSA_INTERNA
Data:
24/08/2015 17:36:00
Usuário:
JRJIEV - ADRIANA MELO DA SILVA -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
2

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 3

Evento:
CONCLUSAO_PARA_DECISAO_____DETERMINA_CITACAO
Data:
18/09/2015 17:48:00
Usuário:
JRJQQL - DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
3

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
Subseção Judiciária de Barra do Pirai
1ª Vara Federal

PROCESSO: 0091858-64.2015.4.02.5119 (2015.51.19.091858-6)
CLASSE: EXECUÇÃO FISCAL
PARTE AUTORA: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PARTE RÉ: BR METALS FUNDICOES LTDA

Decisão

1. Defiro a inicial na forma do art. 7º da Lei nº 6.830/80. Fica desde já autorizada a realização dos atos processuais na forma prevista no § 2º do art. 172 do CPC, se necessário.

2. Uma vez que o endereço para a citação fica em local abrangido pelo Setor de Mandados da Justiça desta Seção Judiciária, determino que as diligências sejam cumpridas por Oficial de Justiça.

3. Após a juntada do mandado, comprovado pela parte executada o parcelamento ou pagamento do débito, se houver nomeação de bens à penhora ou se vencido o prazo para o oferecimento de embargos, dê-se vista à parte exequente, para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias.

4. Citada a parte executada, sem que adote qualquer das providências acima, ou não havendo bens passíveis de penhora em nome da parte executada, ou ainda, caso o bem penhorado tenha valor insuficiente para garantia do debito exequendo, determino o bloqueio dos valores disponíveis em contas bancárias e/ou aplicações financeiras de titularidade da ora executada, via sistema BACENJUD, para adimplemento da obrigação, com fundamento no art. 655- A do CPC, com relação dada pela Lei nº 11.382/06 e na resolução nº 524, de 28/09/2006, do Conselho da Justiça Federal.

5. Na hipótese de efetivo bloqueio, proceda-se à transferência para conta à disposição deste Juízo, na Caixa Econômica Federal, depósito este que servirá como Termo de Penhora e Depósito, devendo a Secretaria providenciar a intimação da parte executada para ciência da penhora, com como do prazo de 30 (trinta) dias para oferecimento de embargos (salvo se já houver intimação anterior), sendo que a esta incumbe comprovar a eventual impenhorabilidade das importâncias encontradas, na forma do §2º do artigo 655- A do CPC.

6. Decorrido *"in albis"* o prazo para manifestação e/ou oposição de embargos, dê-se vista ao exequente para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias, e, se requerido, oficie-se à Caixa Econômica Federal solicitando que proceda à conversão em renda.

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a JOSE LUIS CASTRO RODRIGUEZ
Documento No: 73262853-3-0-15-2-667063 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
Subseção Judiciária de Barra do Pirai
1ª Vara Federal

7. Negativo o resultado ou insignificante o montante bloqueado, determino e efetuo, *incontinenti*, o desbloqueio das quantias anteriormente constritas em nome da parte executada, através do sistema BACENJUD.

8. Ato contínuo, determino a restrição para transferência em veículos automotores em nome da executada, até o valor do débito exequendo, via sistema a RENAJUD.

9. Na hipótese de efetiva restrição, expeça-se mandado de constatação e avaliação do(s) bem(ns) penhorado(s), bem como para intimação da parte executada para ciência da penhora e do prazo de 30 (trinta) dias para oferecimento de embargos.

10. Após, proceda-se o registro da penhora, através do sistema RENAJUD.

11. Findo o prazo para manifestação e/ou oposição de embargos, dê-se vista à exequente para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias.

12. Negativo o resultado, configurada a hipótese do art. 40 da Lei 6.830/80, suspendo o curso da execução pelo prazo de 01 (um) ano.

13. Dê-se vista à parte exequente.

14. Transcorrido o prazo de suspensão, arquivem-se os autos na forma do §2º, do art. 40, da Lei 6.830/80.

15. Vencido o prazo prescricional, oportunize-se manifestação da parte exequente sobre a ocorrência de eventuais causas suspensivas ou interruptivas da prescrição.

Barra do Piraí, 18 de setembro de 2015.

Assinado eletronicamente, conforme Lei n.º 11.419/2006
JOSÉ LUIS CASTRO RODRIGUEZ
Juiz Federal Titular

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a JOSE LUIS CASTRO RODRIGUEZ
Documento No: 73262853-3-0-15-2-667063 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 4

Evento:
INTIMACAO_DE_DECISAO___REGISTRO_NO_SISTEMA
Data:
29/09/2015 11:57:00
Usuário:
JRJRZK - MARCIO CORREA DAMASO -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
4

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 5

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_EXPEDIR_MANDADO_DE_CITACAO
Data:
29/09/2015 12:14:00
Usuário:
JRJRZK - MARCIO CORREA DAMASO -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
5

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 6

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_AGUARDANDO_DEVOLUCAO_DE_MANDADO
Data:
05/11/2015 17:15:00
Usuário:
JRJQQL - DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
6

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 7

Evento:
JUNTADA
Data:
12/04/2016 16:58:00
Usuário:
JRJQQL - DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
7

MARCOS MARTINS
ADVOGADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 1ª VARA FEDERAL DE BARRA DO PIRAÍ/RJ

Execução Fiscal nº. 0091858-64.2015.4.02.5119

A empresa **BR METALS FUNDIÇÕES LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 19.811.058/0001-43, com domicílio fiscal na Estrada Governador Raymundo Padilha, s/nº, Bairro Santa Cecilia, no município de Barra do Piraí/RJ, por seu advogado legalmente constituído e que a presente subscreve, nos autos da **EXECUÇÃO FISCAL** em epígrafe, em trâmite por este Egrégio Juízo e Proficiente Secretaria, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, expor e ao final requerer o quanto segue.

A ora Executada, foi citada para pagar o débito cobrado no valor de R$ 8.646.819,85 (oito milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, oitocentos e dezenove reais e oitenta e cinco centavos) por meio da presente ação de execução fiscal ou nomear bens à penhora.

SÃO PAULO Av. Magalhães de Castro, 4.800 • Park Tower, 17º Andar • Tel: (11) 4084-8900
MARÍLIA Rua Presidente Vargas, 347 • Tel.: (14) 3413-2223
www.marcosmartins.adv.br

Protocolada por FABIO BERNARDO em 11/04/2016 18:24:45 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA
Documento No: 73262853-4-0-17-3-94656 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Com fulcro no artigo 9.º da Lei n.º 6.830/80 (Lei de Execuções Fiscais), vem **OFERECER À PENHORA** os bens abaixo descritos:

Patrimônio	Descrição	Nota Fiscal	Valor
90424-1	SISTEMA DE REGENERAÇÃO DE AREIA	5075	800.000,00
90424-1	SISTEMA DE REGENERAÇÃO DE AREIA	3794	323.826,50
90424-1	SISTEMA DE REGENERAÇÃO DE AREIA	3795	133.887,00
10002655	SISTEMA DE ACABAMENTO VIRABREQUIM - TRIM	53091	1.278.682,04
10001093	CENTRO DE USINAGEM HORIZONTAL MA 600MB	256564	1.161.481,62
10001097	CENTRO DE USINAGEM HORIZONTAL MA 600HB	258759	1.248.334,73
10005011	GERADOR SDMO MOTOR SCANIA	250022	50.566,03
10005012	GERADOR SDMO MOTOR SCANIA	250022	50.566,03
10001093	CENTRO DE USINAGEM HORIZONTAL MA 600MB	256564	1.161.481,62
10001097	CENTRO DE USINAGEM HORIZONTAL MA 600HB	258759	1.248.334,73
10001091	CENTRO DE USINAGEM HORIZONTAL MA 600MB	254994	985.779,72
10004783	COMPRESSOR DE AR - GA 75 VSD	112555	100.000,00
9794	SISTEMA DE PONTE ROLANTE KBK	2966	187.162,50
9729	PORTICO ROLANTE 10 TONELADAS	59	155.000,00
9729	TALHA MOD. GHF25F410411M6	100	120.000,00
		TOTAL	**9.005.102,52**

Destarte, os bens acima descritos são suficientes para garantir a presente execução fiscal, uma vez que perfazem a quantia de **R$ 9.005.102,52 (nove milhões, cinco mil, cento e dois reais e cinquenta e um centavos)**, valor superior ao crédito tributário cobrado por meio da presente ação. Além disto, os mesmos se encontram disponíveis e livres de quaisquer ônus.

Para fins de constatação e avaliação, informa que os bens se encontram no endereço da executada**.**

Diante do exposto, requer se digne Vossa Excelência a determinar que a penhora recaia sobre os bens supracitados, lavrando-se auto de penhora nos autos, ou ainda, caso a Exequente não os aceite como garantia, requer

SÃO PAULO Av. Magalhães de Castro, 4.800 • Park Tower, 17º Andar • Tel: (11) 4084-8900
MARÍLIA Rua Presidente Vargas, 347 • Tel.: (14) 3413-2223
www.marcosmartins.adv.br

Protocolada por FABIO BERNARDO em 11/04/2016 18:24:45 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA
Documento No: 73262853-4-0-17-3-94656 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

que a recusa, para ser apreciada, seja devidamente justificada, com fundamento no artigo 848 do novo Código de Processo Civil.

Outrossim, em pedido subsidiário, no caso de indeferimento dos bens nomeados, requer seja reaberto o prazo para oferecimento de novos bens, preservando-se o princípio da menor onerosidade ao devedor, insculpido no artigo 805 do novo Código de Processo Civil.

Requer, ainda, sejam todas as publicações e intimações emitidas em nome do advogado signatário da presente, e do Dr. **Marcos Martins da Costa Santos**, OAB/SP nº 72.080, ambos com endereço profissional na Av. Magalhães de Castro, nº 4.800, Park Tower, 17º Andar, na cidade de São Paulo – SP, CEP: 05676-120, sob pena de nulidade dos atos processuais praticados.

Termos em que,
Pede deferimento.

Barra do Piraí/RJ, 11 de abril de 2016.

Fábio Bernardo
OAB/SP nº 304.773

SÃO PAULO Av. Magalhães de Castro, 4.800 • Park Tower, 17º Andar • Tel: (11) 4084-8900
MARÍLIA Rua Presidente Vargas, 347 • Tel.: (14) 3413-2223
www.marcosmartins.adv.br

Protocolada por FABIO BERNARDO em 11/04/2016 18:24:45 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA
Documento No: 73262853-4-0-17-3-94656 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Processo 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ, Evento 7, OUT4, Página 1

JUCESP

03 12 12

4

BR METALS FUNDIÇÕES LTDA.
Sociedade Empresária Limitada
CNPJ nº 19.811.058/0001-43
NIRE 33.201.486.005

Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social

Os abaixo assinados, descritos e qualificados:

SIFCO S.A., sociedade anônima fechada, com sede no município de Jundiaí, Estado de São Paulo, na Avenida São Paulo, nº 479, Vila Progresso, CEP: 13.202-610, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.499.605/0001-09, neste ato representada por seu Diretor Vice-Presidente **Antônio Campello Haddad Filho**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.594.376-7-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.920.778-87, com domicílio profissional no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Major Sylvio de Magalhães Padilha, nº 5.200, Empreendimento América Business Park – 4º andar (parte) do Edifício Philadelphia – Bloco B – Jardim Morumbi, CEP : 05693-000; e

SEBASTIÃO LUIS PEREIRA DE LIMA, brasileiro, casado, industrial, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.994.453-X-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 855.844.798-53, residente e domiciliado no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Nebraska, nº 361, apto. 131, Brooklin Paulista, CEP: 04560-011, neste ato representado por seu procurador, **Antônio Campello Haddad Filho**, supraqualificado, consoante procuração lavrada em 15/12/2011 pelo 26º Tabelionato de Notas da Comarca de São Paulo, Livro 2884, Fls. 131/132.

Únicos sócios da sociedade empresária limitada denominada **BR METALS FUNDIÇÕES LTDA.**, com sede no município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, na Fazenda Santa Cecília, Estrada Governador Raymundo Padilha, s/n, CEP: 27.150-255 ("Sociedade"); têm entre si, justo e acordado, contratar a presente Alteração do Contrato Social desta Sociedade, nos seguintes termos e condições:

CARTÓRIO DO 15º TABELIÃO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 - Tel 3058-5100
AUTENTICAÇÃO Autentico a Presente cópia reprográfica extraída pela parte, conforme original apresentado dou fé
S. Paulo, 28 DEZ. 2012
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
Colégio Notarial do Brasil - Estado de São Paulo
Sérgio Santos Silva
ESCREVENTE AUTORIZADO
AUTENTICAÇÃO CUSTAS CONTRIB. P/ VERBA - R$ 2,35
1059AQ678500

CARTÓRIO DO 15º TABELIÃO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 - Tel 3058-5100
AUTENTICAÇÃO Autentico a Presente cópia reprográfica extraída pela parte, conforme original apresentado dou fé
S. Paulo, 0 NOV. 2012
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
Colégio Notarial do Brasil - Estado de São Paulo
Cristiano Carvalho
ESCREVENTE AUTORIZADO
AUTENTICAÇÃO CUSTAS CONTRIB. P/ VERBA - R$ 2,35
1059AQ254538

Protocolada por FABIO BERNARDO em 11/04/2016 18:24:45 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA
Documento No: 73262853-5-0-20-19-558239 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Processo 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ, Evento 7, OUT4, Página 2

JUCESP
03 12 12

I – Encerramento de Filial

1.1. Os Sócios decidem, sem quaisquer restrições ou ressalvas, por encerrar a filial da Sociedade, inscrita na JUCESP sob o NIRE nº 35.900.635.214, localizada no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, na Avenida Álvaro Guimarães, nº 2.487 (Parte), Galpão Usinagem, Bairro Vila Euro, CEP 09810-901, passando a Cláusula Terceira do Contrato Social a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA TERCEIRA – SEDE E FILIAIS

3.1. A Sociedade tem sede e foro no município de Barra do Piraí, no Estado do Rio de Janeiro, na Fazenda Santa Cecília, Estrada Governador Raymundo Padilha, sem nº, CEP: 27.150-255 e possui uma filial, sendo uma fábrica localizada na Avenida André Favalleli, nº 976, CEP 35.720-000, no município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais."

II – CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

2.1. Os Sócios decidem, por conseguinte, manter todas as demais cláusulas do Contrato Social, consolidando-o com a seguinte redação:

Consolidação do Contrato Social

BR METALS FUNDIÇÕES LTDA.
Sociedade Empresária Limitada
CNPJ/MF nº 19.811.058/0001-43
NIRE: 33.201.486.005

CLÁUSULA PRIMEIRA – DENOMINAÇÃO SOCIAL

1.1. A Sociedade é limitada e opera sob o nome empresarial de **BR METALS FUNDIÇÕES LTDA.**

CARTÓRIO DO 15º TABELIÃO DE NOTAS Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 - Tel 3058-5100 AUTENTICAÇÃO: Autentico a Presente cópia reprográfica extraída pela parte, conforme original apresentado, dou fé. S. Paulo, 28 DEZ. 2012 15º 2 VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
Colégio Notarial do Brasil Estado de São Paulo AUTENTICAÇÃO 1059AQ678496 Sergio Santos Silva ESCREVENTE AUTORIZADO CUSTAS CONTRIB P/ VERBA - R$

CARTÓRIO DO 15º TABELIÃO DE NOTAS Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 - Tel 3058-5100 AUTENTICAÇÃO: Autentico a Presente cópia reprográfica extraída pela parte, conforme original apresentado, dou fé. S. Paulo, 01 NOV. 2012 VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
Colégio Notarial do Brasil Estado de São Paulo AUTENTICAÇÃO 1059AQ254539 Cristiano Carvalho ESCREVENTE AUTORIZADO CUSTAS CONTRIB P/ VERBA - R$ 2.35

Protocolada por FABIO BERNARDO em 11/04/2016 18:24:45 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA
Documento No: 73262853-5-0-20-19-558239 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Processo 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ, Evento 7, OUT4, Página 3

JUCESP
03 12 12

1.2. A Sociedade utilizar-se-á da expressão **"BR METALS"** como título de estabelecimento.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO SOCIAL E DURAÇÃO

2.1. A Sociedade é empresária e tem por objeto social: (*i*) a exploração e industrialização de ferro e aço, bem como a comercialização, importação e exploração destes produtos; (*ii*) a prestação de serviços de pesquisa e desenvolvimento de projetos e industrialização e beneficiamentos em de peças fundidas; e, (*iii*) a exportação e importação de produtos de quaisquer natureza, nos termos da legislação aplicável.

2.2. Constitui ainda objeto social da Sociedade a participação em outras sociedades como quotista ou acionista, independentemente do respectivo objeto social.

2.3. O prazo de duração da Sociedade será indeterminado.

CLÁUSULA TERCEIRA – SEDE E FILIAIS

3.1. A Sociedade tem sede e foro no município de Barra do Piraí, no Estado do Rio de Janeiro, na Fazenda Santa Cecília, Estrada Governador Raymundo Padilha, sem nº, CEP: 27.150-255, e possui uma filial, sendo uma fábrica localizada na Avenida André Favalleli, nº 976, CEP 35.720-000, no município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais.

CLÁUSULA QUARTA - CAPITAL SOCIAL

4.1. O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, é de R$ 251.056.479,00 (duzentos e cinquenta e um milhões, cinquenta e seis mil, quatrocentos e setenta e nove reais), dividido em 251.056.479 (duzentos e cinquenta e um milhões, cinquenta e seis mil e quatrocentas e setenta e nove) quotas no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios:

CARTÓRIO DO 15º TABELIÃO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Melo 1855 - Tel. 3058-5100
AUTENTICAÇÃO. Autentico a Presente cópia reprográfica extraída pela parte conforme original apresentado, dou fé
S. Paulo, 15º 28 DEZ. 2012
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
Colégio Notarial do Brasil
Sérgio Santos Silva
ESCREVENTE AUTORIZADO
AUTENTICAÇÃO CUSTAS CONTRIB P/ VERBA - R$ 2,35
1059AQ678497

CARTÓRIO DO 15º TABELIÃO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Melo 1855 - Tel 3058-5100
AUTENTICAÇÃO. Autentico a Presente cópia reprográfica extraída pela parte, conforme original apresentado, dou fé.
S. Paulo, 07 NOV. 2012
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
Colégio Notarial do Brasil
AUTENTICAÇÃO
Cristiano Carvalho
ESCREVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB P/ VERBA - R$ 2,35
1059AQ254540

Protocolada por FABIO BERNARDO em 11/04/2016 18:24:45 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA
Documento No: 73262853-5-0-20-19-558239 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Processo 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ, Evento 7, OUT4, Página 4

JUCESP
03 12 12

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR – R$
Sifco S.A	251.056.478	251.056.478,00
Sebastião Luis Pereira de Lima	01	1,00
TOTAL	251.056.479	251.056.479,00

4.2. A responsabilidade dos sócios é, na forma da lei, limitada ao valor de suas respectivas quotas, sendo certo, porém, que todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA QUINTA - ADMINISTRAÇÃO

5.1. A administração da Sociedade compete à Diretoria, nomeada pelos sócios, e será escolhida entre sócios ou não sócios, designados Diretores, que terão todos os poderes para a gestão da Sociedade, na forma prevista neste Contrato Social e na Lei.

5.1.1. A eleição e destituição dos Diretores deverá ser deliberada pelos sócios, na forma acima prevista, em Reunião de Quotistas convocada especificamente para este fim.

CLÁUSULA SEXTA - DIRETORIA

6.1. A Diretoria da Sociedade será composta por até 6 (seis) membros, sócios ou não sócios, que serão eleitos, substituídos ou destituídos pelos sócios reunidos em Reunião de Quotistas, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo um Diretor Presidente e tendo os demais a denominação dada pelos sócios reunidos em reunião própria.

6.2. Os Diretores tomarão posse em seus cargos mediante termo lavrado no Livro de Atas da Administração.

6.3. Em qualquer caso de ausência ou incapacidade de qualquer Diretor, os sócios elegerão o substituto.

CARTÓRIO DO 15º TABELIÃO DE NOTAS
Alm. Lobo de Melo, 1855 - Tel. 3058-5100
AUTENTICAÇÃO. Autentico a Presente cópia reprográfica extraída pela parte, conforme original apresentado. Dou fé.
S. Paulo, 15º 28 DEZ. 2012
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
Colégio Notarial do Brasil
Sérgio Santos Silva
ESCREVENTE AUTORIZADO
AUTENTICAÇÃO
SELOS E TAXAS CONTRIB P/ VERBA - R$ 2.35
1059AQ678498

CARTÓRIO DO 15º TABELIÃO DE NOTAS
Alm. Lobo de Melo, 1855 - Tel 3058-5100
AUTENTICAÇÃO. Autentico a Presente cópia reprográfica extraída pela parte, conforme original apresentado. Dou fé.
S. Paulo, 15º 01 NOV. 2012
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
Colégio Notarial do Brasil
Cristiano Carvalho
ESCREVENTE AUTORIZADO
AUTENTICAÇÃO
SELOS E TAXAS CONTRIB P/ VERBA - R$ 2.35
1059AQ254541

Protocolada por FABIO BERNARDO em 11/04/2016 18:24:45 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA
Documento No: 73262853-5-0-20-19-558239 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

JUCESP
03 12 12

6.4. Os Diretores receberão a remuneração fixada pelos sócios na Reunião que os eleger, ou em ato em separado, assinado pelos sócios presentes na Reunião.

CLÁUSULA SÉTIMA – REUNIÕES DE DIRETORIA

7.1. A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim exigirem, mediante convocação de um de seus membros.

7.2. Para que a Diretoria possa deliberar validamente, será necessária a presença de, pelo menos, 2 (dois) de seus membros.

7.3. As decisões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos e das reuniões serão lavradas atas no Livro de Atas da Administração, e, quando necessário, arquivadas no Registro do Comércio.

CLÁUSULA OITAVA – PODERES DA DIRETORIA

8.1. A Diretoria terá os poderes e as atribuições que a Lei e este Contrato Social lhe conferem, para assegurar o funcionamento regular da Sociedade, podendo decidir sobre a prática de todos os atos e a realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto da Sociedade e que não forem da competência privativa dos sócios.

8.2. Compete ao Diretor Presidente:

a) Convocar e presidir as Reuniões da Diretoria, coordenar suas atividades e fiscalizar o cumprimento das deliberações;

b) Representar a Sociedade, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, observado o disposto na Cláusula Nona deste Contrato Social; e,

c) Dirigir as atividades de todos os setores, coordenando e supervisionando as atividades dos demais Diretores.

8.3. Compete aos demais Diretores praticar os atos necessários à administração da Sociedade, peculiares aos seus respectivos cargos, e exercer as

CARTÓRIO DO 15º TABELIÃO DE NOTAS
AUTENTICAÇÃO Autentico a Presente cópia
S. Paulo, 28 DEZ. 2012
15º
Colégio Notarial do Brasil
AUTENTICAÇÃO
Sérgio Santos Silva
ESCREVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB P/ VERBA - R$
1059AQ678499

CARTÓRIO DO 15º TABELIÃO DE NOTAS
AUTENTICAÇÃO Autentico a Presente cópia
S. Paulo, 01 NOV. 2012
15º
Colégio Notarial do Brasil
AUTENTICAÇÃO
Christiano Carvalho
ESCREVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB P/ VERBA - R$ 2,35
1059AQ254548

Protocolada por FABIO BERNARDO em 11/04/2016 18:24:45 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA
Documento No: 73262853-5-0-20-19-558239 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Processo 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ, Evento 7, OUT4, Página 6

JUCESP
09 12 12

9

funções específicas que lhe forem fixadas pelos sócios e, também, a representação da Sociedade, observado o disposto na Cláusula Nona deste Contrato Social.

8.4. Ao término de cada exercício social, competirá à Diretoria a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço do resultado econômico, na forma da Lei.

CLÁUSULA NONA - REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE

9.1. A Sociedade, observadas as demais constantes deste Contrato Social, representar-se-á validamente e somente poderá assumir obrigações e renunciar a direitos, inclusive aceitar ou endossar letras de câmbio, notas promissórias, duplicatas ou quaisquer outros títulos de crédito, emitir e endossar cheques, assinar recibos e dar quitações e assinar qualquer documento que lhe crie obrigações, mediante a assinatura:

a) do Diretor-Presidente ou do Diretor Vice-Presidente, em conjunto ou isoladamente;

b) de quaisquer dois Diretores, desde que conjuntamente;

c) de qualquer Diretor em conjunto com um procurador nomeado, mediante a outorga de instrumento de procuração com poderes específicos para a prática dos atos para os quais o procurador for designado;

d) de dois procuradores nomeados, observados os poderes expressos na procuração.

9.2. Os mandatos de que tratam os itens "c" e "d" da Cláusula 9.1. serão outorgados mediante a assinatura do Diretor Presidente e do Diretor Vice-Presidente, em conjunto, e deverão estabelecer a extensão dos poderes outorgados, que não conflitam com as disposições da Lei, em especial do art. 1.018 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e deste Contrato, e o prazo de duração do mandato, que não deverá ser superior a 1 (um) ano. Os mandatos para representação em processos judiciais ou administrativos poderão ser por prazo indeterminado de duração.

CARTÓRIO DO 15º TABELIÃO DE NOTAS Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 - Tel. 3058-5100 AUTENTICAÇÃO: Autentico a Presente cópia reprográfica extraída pela parte, conforme original apresentado dou fé. São Paulo, 28 DEZ. 2012 15º VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE Colégio Notarial do Brasil Sérgio Santos Silva ESCREVENTE AUTORIZADO AUTENTICAÇÃO CUSTAS CONTRIB P/ VERBA 1059AQ678503

CARTÓRIO DO 15º TABELIÃO DE NOTAS Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 - Tel. 3058-5100 AUTENTICAÇÃO: Autentico a Presente cópia reprográfica extraída pela parte, conforme original apresentado dou fé. São Paulo, 01 NOV. 2012 VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE Colégio Notarial do Brasil Christiano Carvalho ESCREVENTE AUTORIZADO AUTENTICAÇÃO CONTRIB P/ VERBA - R$ 2.35 1059AQ254549

Protocolada por FABIO BERNARDO em 11/04/2016 18:24:45 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA
Documento No: 73262853-5-0-20-19-558239 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Processo 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ, Evento 7, OUT4, Página 7

JUCESP
03 12 12

9.3. A aquisição, oneração ou alienação de quaisquer bens imóveis, e de bens móveis cujo valor for superior a R$. 1.000.000,00 (um milhão de reais), dependerá de aprovação prévia por decisão dos sócios representando a maioria do Capital Social.

9.4. A denominação social não poderá ser usada em negócios estranhos ao objeto da Sociedade, podendo, porém, a Sociedade, obedecido o disposto pela Cláusula 9.3., prestar fianças ou avais em favor dos quotistas, de empresas associadas, e, inclusive, de terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

10.1. As deliberações dos sócios serão tomadas, em regra, pela aprovação da maioria de votos dos quotistas presentes à Reunião de Quotistas que deliberar sobre a matéria.

10.2. Cada quota dará direito a 1 (um) voto.

10.3. As seguintes deliberações serão tomadas pelos votos correspondentes, no mínimo, a 3/4 (três quartos) do capital social, dando ao quotista que dissentiu o direito de retirar-se da Sociedade, adotando-se o procedimento previsto na forma na Cláusula 13.2. deste Contrato Social:

a) a modificação do contrato social;
b) aumento do Capital Social com subscrição em dinheiro ou bens;
c) redução do Capital Social;
d) mudança do objeto social;
e) aquisição de participação societária em outras empresas.

10.4. As seguintes deliberações serão tomadas pelos votos correspondentes, no mínimo, a mais de metade do capital social:

a) o modo e montante da remuneração dos administradores;
b) a eleição e a destituição dos administradores.
c) a exclusão de sócio por justa causa;
d) o pedido de concordata.

CARTÓRIO DO 15º TABELIÃO DE NOTAS
Dr. Cardoso de Melo, 1855 - Tel 3058-5100
AUTENTICAÇÃO Autentico a presente cópia reprográfica extraída pela parte, conforme original apresentado, dou fé.
S. Pauto, 28 DEZ. 2012
Colégio Notarial do Brasil
AUTENTICAÇÃO 1059AQ67878
Sérgio Santos Silva
ESCREVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB. P/ VERBA - R$
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

CARTÓRIO DO 15º TABELIÃO DE NOTAS
Dr. Cardoso de Melo, 1855 - Tel 3058-5100
AUTENTICAÇÃO Autentico a presente cópia reprográfica extraída pela parte, conforme original apresentado, dou fé.
S. Pauto, 01 NOV. 2012
Colégio Notarial do Brasil
AUTENTICAÇÃO 1059AQ254536
Christiano Carvalho
ESCREVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB. P/ VERBA - R$ 2,35
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Protocolada por FABIO BERNARDO em 11/04/2016 18:24:45 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA
Documento No: 73262853-5-0-20-19-558239 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Processo 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ, Evento 7, OUT4, Página 8

JUCESP
03 12 12

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - REUNIÕES DE QUOTISTAS

11.1. As decisões dos sócios serão tomadas na forma prevista na Cláusula Décima deste Contrato Social, devendo das reuniões ser extraída ata que será lavrada no Livro de Atas de Reuniões de Quotistas, e, quando necessário, arquivadas no Registro de Comércio.

11.2. Os sócios se reunirão, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social, para decidir sobre as matérias previstas na Cláusula 11.7., e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Sociedade exijam.

11.3. Os sócios reunidos escolherão dentre si um membro para presidir os trabalhos, o qual designará um secretário.

11.4. As Reuniões de Quotistas serão convocadas pelo Diretor Presidente, por iniciativa própria, ou por qualquer sócio, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, mediante carta, fax, correio eletrônico ou aviso, por escrito, que conterá a indicação das matérias a serem tratadas, entregue a todos os sócios.

11.5. Dispensam-se as formalidades de convocação quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data hora e ordem do dia.

11.6. A Reunião de Quotistas tornar-se-á dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

11.7. Anualmente, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, deve realizar-se uma Reunião de Sócios, com a seguinte pauta:

a) tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultados econômico;
b) designar administradores, quando for o caso.

11.8. Os procuradores serão sempre sócios, administradores da Sociedade ou advogados, munidos de mandato com especificação dos atos autorizados pelo sócio outorgante.

CARTÓRIO DO 15º TABELIÃO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Melo 1855 - Tel 3058-5100
AUTENTICAÇÃO
Autentico a) Presente cópia reprográfica extraída pela parte conforme original apresentado. Dou fé
S. Paulo, 28 DEZ. 2012
Sérgio Santos
ESCREVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB P/ VERBA - R$ 2.35
1059AQ67850
Colégio Notarial do Brasil
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

CARTÓRIO DO 15º TABELIÃO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Melo 1855 - Tel 3058-5100
AUTENTICAÇÃO
Autentico a) Presente cópia reprográfica extraída pela parte conforme original apresentado. Dou fé
S. Paulo, 01 NOV. 2012
Christiano Carvalho
ESCREVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB P/ VERBA - R$ 2.35
1059AQ254537
Colégio Notarial do Brasil
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Protocolada por FABIO BERNARDO em 11/04/2016 18:24:45 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA
Documento No: 73262853-5-0-20-19-558239 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

JUCESP
03 12 12

11.9. Os procuradores deverão apresentar aos demais sócios presentes os respectivos mandatos, revestidos de todas as formalidades legais, cabendo a estes verificar a autenticidade das procurações outorgadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - EXERCÍCIO SOCIAL E DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS

12.1. O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, podendo os sócios determinar o levantamento de balanços semestrais ou de períodos menores, para fins de pagamento de dividendos intermediários apurados nesses períodos, nos termos da Lei.

12.2. Os sócios poderão declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, mediante o levantamento de balanços semestrais ou de períodos menores.

12.3. Após as deduções e participações previstas em Lei, a Reunião dos Sócios decidirá sobre a distribuição dos resultados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RETIRADA, EXCLUSÃO, INCAPACIDADE E MORTE DOS SÓCIOS

13.1. A morte, a dissolução da sociedade conjugal, a incapacidade, a retirada ou a exclusão de qualquer um dos sócios, não acarretará a dissolução da Sociedade, que deverá continuar segundo o critério estabelecido pelos quotistas nesta Cláusula Décima Segunda.

13.1.1. **Falecimento ou Extinção do Sócio:** No caso de falecimento ou extinção de qualquer um dos Sócios, seus herdeiros e/ou sucessores de seus direitos e ou obrigações, não o sucederão, e os direitos e obrigações decorrentes da sua participação societária serão liquidados pela Sociedade em favor daqueles a quem de direito, segundo o critério previsto pela Cláusula 13.2.

13.1.2. **Dissolução da Sociedade Conjugal:** No caso de dissolução da sociedade conjugal de qualquer um dos sócios, seja em virtude de divórcio ou de

CARTÓRIO DO 15º TABELIÃO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 - Tel. 3058-5100
AUTENTICADO - Cópia extraída pela parte, conforme original apresentado. Nada mais.
S. Paulo, 28 DEZ. 2012
Colégio Notarial do Brasil
AUTENTICAÇÃO
Sérgio Santos Silva
ESCREVENTE AUTORIZADO
SELOS CONTRIB. P/ VERBA
1059AQ67858

CARTÓRIO DO 15º TABELIÃO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 - Tel. 3058-5100
AUTENTICADO - Cópia extraída pela parte, conforme original apresentado. Nada mais.
São Paulo, 01 NOV. 2012
Colégio Notarial do Brasil
AUTENTICAÇÃO
Christiano Carvalho
ESCREVENTE AUTORIZADO
SELOS CONTRIB. P/ VERBA - R$ 2,35
1059AQ25454

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Protocolada por FABIO BERNARDO em 11/04/2016 18:24:45 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA
Documento No: 73262853-5-0-20-19-558239 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

JUCESP

03 12 12

falecimento do cônjuge, o ex-cônjuge ou, conforme o caso, seus herdeiros, não ingressarão na Sociedade, e as quotas sobre as quais venham a recair seus direitos serão liquidados pela Sociedade em seu favor, segundo o critério previsto pela Cláusula 13.2.

13.1.3. **Incapacidade, Retirada ou Exclusão do Sócio:** No caso de incapacidade, retirada ou exclusão por justa causa de qualquer um dos Sócios, o Sócio incapaz, retirante, ou excluído, terá direito ao recebimento de seus haveres segundo o critério estabelecido pela Cláusula 13.2..

13.2. Na hipótese prevista no item 13.1.1., 13.1.2. e 13.1.3. deste Contrato Social, bem como em qualquer outra hipótese onde restar configurada a resolução da Sociedade em relação a um ou mais Sócios, o(s) titular(es) do crédito correspondente às quotas liquidadas receberá(rão) da Sociedade o valor da participação societária que lhes é devida pelo valor do patrimônio líquido apurado no último balanço elaborado pela sociedade, e atualizado pelo IGP-M/FGV, em 12 (doze) parcelas trimestrais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a resolução, salvo se outro período for acordado entre estes e a Sociedade.

13.3. Quando a maioria dos Sócios, representativa de mais da metade do Capital Social, entender que um ou mais Sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderá excluí-los da Sociedade, mediante alteração no Contrato Social.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE

14.1. O regime jurídico da Sociedade poderá ser transformado, a qualquer tempo, por decisão dos sócios representando, pelo menos, três quartos do capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE

15.1. A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em Lei, sendo o processo de liquidação estabelecido em Reunião de Quotistas na qual será indicado o liquidante.

CARTÓRIO DO 15º TABELIÃO DE NOTAS Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 - Tel. 3058-5100 AUTENTICAÇÃO Autentico a Presente cópia reprográfica extraída pela parte, conforme original apresentado, dou fé. S. Paulo, 28 DEZ. 2012 15º VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE Colégio Notarial do Brasil Estado de São Paulo AUTENTICAÇÃO 1059AQ67850S Sergio Santos Silva ESCREVENTE AUTORIZ. CUSTAS CONTRIB P/ VERBA

CARTÓRIO DO 15º TABELIÃO DE NOTAS Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 - Tel. 3058-5100 AUTENTICAÇÃO Autentico a Presente cópia reprográfica extraída pela parte, conforme original apresentado, dou fé. S. Paulo, 01 NOV. 2012 15º VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE Colégio Notarial do Brasil Estado de São Paulo AUTENTICAÇÃO 1059AQ25454S Christiano Carvalho ESCREVENTE AUTORIZADO CUSTAS CONTRIB. P/ VERBA - R$ 2.35

Protocolada por FABIO BERNARDO em 11/04/2016 18:24:45 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA
Documento No: 73262853-5-0-20-19-558239 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Processo 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ, Evento 7, OUT4, Página 11

JUCESP
03 12 12

14

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – APLICAÇÃO SUPLETIVA DA LEI DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS

16.1. Em ocorrendo fatos omissos neste Contrato Social, e que não sejam previstos pelas leis regulamentadoras das Sociedades Limitadas, tais fatos serão resolvidos em conformidade com a legislação aplicável às Sociedades Anônimas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. As partes, desde já, elegem o foro do município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como o único competente para dirimir eventuais dúvidas e conflitos oriundos do presente contrato.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente Instrumento Particular de Alteração Contratual da Br Metals Fundições Ltda. em 03 (três) vias de igual teor e forma juntamente com duas testemunhas, destinando-se a primeira para registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e as demais para as partes contratantes.

Barra do Piraí/RJ, 09 de Outubro de 2012.

15º Tabelião

SIECO S.A.
Antônio Campello Haddad Filho
Diretor Vice Presidente

15º Tabelião

SEBASTIÃO LUIS PEREIRA DE LIMA
P.p. Antônio Campello Haddad Filho

Testemunhas:

1. Nome: luciana moreira morais
RG: 22 028 572 - X
CPF: 095 745 878 42

2. Leticia Morais Flaussino
Nome:
RG: 33485369-20
CPF: 215749448-88

Junta Comercial do Estado de São Paulo
01 DEZ. 2012
519.869/12-6
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO
GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL
JUCESP

CARTÓRIO DO 15º TABELIÃO DE NOTAS
Dr. Cardoso de Melo 1855 - Tel 3058-5100
AUTENTICAÇÃO Autentico a Presente cópia reprográfica extraída pela parte conforme original apresentado, boa-fé
S. Paulo, 28 DEZ. 2012
Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
Sérgio Santos Silva
ESCREVENTE AUTORIZADO
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
1059AQ67850 EMOLUMENTOS CONTRIB. P/ VERBA - R$ 2,35

CARTÓRIO DO 15º TABELIÃO DE NOTAS
Dr. Cardoso de Melo 1855 - Tel 3058-5100
AUTENTICAÇÃO Autentico a Presente cópia reprográfica extraída pela parte conforme original apresentado, boa-fé
S. Paulo, 01 NOV. 2012
Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
Christiano Carvalho
ESCREVENTE AUTORIZADO
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
1059AQ25454 EMOLUMENTOS CONTRIB. P/ VERBA - R$ 2,35

Protocolada por FABIO BERNARDO em 11/04/2016 18:24:45 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA
Documento No: 73262853-5-0-20-19-558239 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

00-2012/369993-2 24 out 2012 16:58
JUCERJA Guia: 100583012
3320148600-5 Atos: 117
BR METALS FUNDICOES LTDA
Cumprir a exigência no mesmo local da entrada. Junta » Calculado: 279,00 Pago: 279,00
DNRC » Calculado: 0,00 Pago: 0,00
ULT. ARQ: 00002385219 17/09/2012 503

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: BR METALS FUNDICOES LTDA
Nire : 33.2.0148600-5
Protocolo : 00-2012/369993-2
CERTIFICO QUE O PRESENTE FOI ARQUIVADO SOB O Nº
00002403238
DATA: 26/10/2012
Valéria G. M. Serra
SECRETÁRIA GERAL

CARTÓRIO DO 15º TABELIÃO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 - Tel. 3058-5100
AUTENTICAÇÃO Autentico a Presente cópia reprográfica extraída pela parte, conforme original apresentado, dou fé
S. Paulo, 01 NOV. 2012
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

TABELIÃO OLIVEIRA LIMA
15º Cartório de Notas
Dr. João Roberto de Oliveira Lima
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855, CEP: 04548-005
Vila Olímpia - Esquina com a Rua Funchal - São Paulo - SP
PABX. (11) 3058-5100 - www.15notas.com.br
Reconheço por Semelhança 2 Firma(s) COM VALOR econômico
de: ANTONIO CAMPELLO HADDAD FILHO.
SÃO PAULO, 17 de Outubro de 2012. Total: R$ 12,00 16:01:51
EDUARDO REZENDA BARBOSA - ESCREVENTE AUTORIZADO
AB179267

Colégio Notarial do Brasil
AUTENTICAÇÃO
1059AQ254547
Luciano Carvalho
ESCREVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB. P/ VERBA - R$

CARTÓRIO DO 15º TABELIÃO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 - Tel. 3058-5100
AUTENTICAÇÃO Autentico a Presente cópia reprográfica extraída pela parte, conforme original apresentado, dou fé
S. Paulo, 28 DEZ. 2012
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Colégio Notarial do Brasil
AUTENTICAÇÃO
1059AA628710
15º Cartório de Notas
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855, SP Tel. 3058-5100

Colégio Notarial do Brasil
AUTENTICAÇÃO
1059AQ678551
Sérgio Santos Silva
ESCREVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB. P/ VERBA - R$

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: BR METALS FUNDICOES LTDA
Nire : 33.2.0148600-5
Protocolo : 00-2012/369993-2 - 24/10/2012
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 26/10/2012. E O REGISTRO SOB O NÚMERO
E DATA ABAIXO
00002403238
DATA : 26/10/2012
Valéria G. M. Serra
SECRETÁRIA GERAL

Protocolada por FABIO BERNARDO em 11/04/2016 18:24:45 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA
Documento No: 73262853-5-0-20-19-558239 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

BR METALS FUNDIÇÕES LTDA.
CNPJ: 19.811.058/0001-43
NIRE: 33.201.486.005

ATA DE REUNIÃO DOS SÓCIOS QUOTISTAS

1. **DATA E HORA:** Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de junho de dois mil e doze, às 10:00 horas.

2. **LOCAL:** Na sede social da BR METALS FUNDIÇÕES LTDA. (também denominada "Sociedade"), na Estrada Governador Raymundo Padilha, sem n°., Fazenda Santa Cecília, CEP: 27.150-255, no Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro.

3. **PRESENÇAS:** Presente a totalidade dos sócios quotistas, detentores de 100% (cem por cento) do Capital Social.

4. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença da totalidade dos sócios quotistas.

5. **MESA:** Javier Souto Padron – Presidente;
Ana Carolina Rovida de Oliveira – Secretária.

6. **ORDENS DO DIA:** Os sócios, segundo previsto no contrato social e, obedecendo aos termos da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2012, deliberam sobre as seguintes ordens do dia: (i) Substituição da Diretoria da Sociedade; (ii) Eleição dos membros da Diretoria da Sociedade; (iii) Ratificação da composição da Diretoria da Sociedade; e (iv) Autorizar a administração da Sociedade a praticar todos os atos necessários à implementação das presentes deliberações.

7. **DELIBERAÇÕES:** Sem voto discordante, os Sócios, por unanimidade dos votos, sem restrições ou ressalvas, aprovaram as seguintes deliberações:

2174719 Colégio Notarial do Brasil Estado de São Paulo AUTENTICAÇÃO 1059AQ678813
CARTÓRIO DO 15° TABELIÃO DE NOTAS ... AUTENTICAÇÃO ... Presente cópia ... S. Paulo. 28 DEZ. 2012
Sérgio Santos Silva ESCREVENTE AUTORIZADO CUSTAS CONTRIB. P/ VERBA - R$ 2.35

Protocolada por FABIO BERNARDO em 11/04/2016 18:24:45 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA
Documento No: 73262853-5-0-20-19-558239 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

7.1. Tomar conhecimento e aceitar a renúncia do Sr. **Javier Souto Padron**, espanhol, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RNE nº W2941264DPMAFRJ, inscrito no CPF/MF sob nº 273.102.217-53, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Deputado Laércio Corte, nº 1.250, apto. 151, Bairro Clarence, CEP: 05706-290, ao cargo de **Diretor Presidente** da Sociedade, reeleito em Ata de Reunião de Sócios datada de 07 de novembro de 2010 e registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA) sob o nº 00002149056, em sessão de 16 de fevereiro de 2011, o qual assina o Termo de Renúncia anexo à presente Ata (Anexo I).

7.2. Tomar conhecimento e aceitar a renúncia do Sr. **Jaime Augusto de Oliveira**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.595.636 – SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 868.194.968-34, com domicílio profissional no Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, na Estrada Governador Raymundo Padilha, sem nº., Fazenda Santa Cecília, CEP: 27.150-255, ao cargo de **Diretor sem designação específica** da Sociedade, reeleito em Ata de Reunião de Sócios, datada de 28 de dezembro de 2011 e registrada na JUCERJA sob o nº 00002290412, em sessão de 07 de fevereiro de 2012, o qual assina o Termo de Renúncia anexo à presente Ata (Anexo II).

7.3. Outrossim, os sócios ratificam que as renúncias ora aceitas e formalizadas não comprometem os efeitos dos atos realizados até a presente data pelos Diretores renunciantes e/ou procuradores da Sociedade, aos quais referidos Diretores tenham outorgado poderes.

8. Ato contínuo, os sócios deliberam, sem quaisquer restrições, por eleger os membros da Diretoria da Sociedade, para o exercício de 1 (um) mandato, equivalente a 2 (dois) anos. Nestes termos, são eleitos membros da Diretoria da Sociedade: Sr. **Sebastião Luis Pereira Lima**, brasileiro, casado, industrial, portador da Cédula de Identidade RG nº. 7.994.453-X – SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº. 855.844.798-53, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Nebraska, nº 361, apto.131, Brooklin Paulista, CEP: 04560-011, para o cargo de **Diretor Presidente**; e o Sr. **Antônio Campello Haddad Filho**, brasileiro, casado, administrador de empresas,

CARTÓRIO DO 15º TABELIÃO DE NOTAS
Tel 3058-5100
AUTENTICAÇÃO Autentico a presente cópia reprográfica extraída para parte, conforme original apresentado. dou fé
S. Paulo, 28 DEZ 2012
Colégio Notarial do Brasil
AUTENTICAÇÃO
1059AQ678806
Sergio Santos Silva
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
REVENDEDOR AUTORIZADO
CONTRIB P/ VERBA - R$ 2,35

Protocolada por FABIO BERNARDO em 11/04/2016 18:24:45 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA
Documento No: 73262853-5-0-20-19-558239 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

portador da Cédula de Identidade RG nº. 5.594.376-7 – SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº. 990.920.778-87, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Professor Alexandre Correia, nº. 310, apto. 41, Jardim Vitória Régia, CEP: 05657-230, para o cargo de **Diretor Vice – Presidente**.

7.5. Os Diretores ora eleitos assinam, neste ato, os termos de posse constantes do **Anexo III** à presente e declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Sociedade, seja por lei especial ou outra, ou em virtude de condenação criminal, por encontrar-se sob os efeitos dela, ou sob pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência ou contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

7.6. Por fim, os sócios ratificam a composição da Diretoria da Sociedade, que, com 2 (dois) membros e cumprindo o mandato vigente, passa a ser constituída da seguinte forma: **(i) Diretor Presidente: Sebastião Luis Pereira Lima**, supraqualificado; e **(ii) Diretor Vice – Presidente: Antônio Campello Haddad Filho**, supraqualificado.

7.7. Autorizar a administração da Sociedade a praticar todos os atos necessários à implementação das presentes deliberações.

8. ENCERRAMENTO: Nada mais tratado, encerrando-se a sessão e lavrando-se a ata sob a forma de sumário, a qual, depois de lida e aprovada, foi assinada pelos membros da mesa, e pelos Sócios: **SIFCO S.A**, sociedade anônima fechada, com sede na Avenida São Paulo, nº. 479, Bairro Vila Progresso, CEP: 13.202-610, no Município de Jundiaí, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.499.605/0001-09, devidamente registrada na Junta Comercial de São Paulo sob o NIRE nº 35.300.034.988, neste ato representada por seus procuradores, Sra. **Eliane Aparecida de Almeida**, brasileira, divorciada, industriaria, portadora da Cédula de Identidade RG nº 11.563.351-SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 026.043.088-50, residente e domiciliada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Rifaina

2174746 Colégio Notarial do Brasil Estado de São Paulo 15º AUTENTICAÇÃO 1059AQ678814 28 DEZ. 2012 Sérgio Santos Silva ESCREVENTE AUTORIZADO 15º TABELIÃO DE NOTAS Av. Dr. Cardoso de Melo 1855 - Tel 3058-5100 Cópia reprográfica extraída pela parte conforme original apresentado, dou fé S. Paulo, VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

Protocolada por FABIO BERNARDO em 11/04/2016 18:24:45 (Processo 0091858-64.2015.4.02:5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA
Documento No: 73262853-5-0-20-19-558239 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Processo 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ, Evento 7, OUT4, Página 16

Urtiza, nº 641, apto 51, Vila Andrade, CEP: 05717-270, e Sr. **Antônio Campello Haddad Filho**, já qualificado, nos termos da procuração lavrada em 23/09/2011, pelo Cartório de Registro Civil do 2º Subdistrito de Jundiaí, Estado de São Paulo, Livro nº 094, Pg. 212, e **Sebastião Luis Pereira de Lima**, supraqualificado, neste ato representado por seu procurador, Sr. **Antônio Campello Haddad Filho**, já qualificado, nos termos da procuração lavrada em 15/12/2011 pelo 26º Tabelionato de Notas da Comarca de São Paulo, Livro 2884, Fls. 131/132.

Barra do Piraí/RJ, 25 de junho de 2012.

Mesa:

Javier Souto Padron
Presidente

Ana Carolina Rovida de Oliveira
Secretária

Sócios:

SIFCO S.A
P.p. Eliane Aparecida de Almeida e Antônio Campello Haddad Filho

Sebastião Luis Pereira de Lima
P.p. Antônio Campello Haddad Filho

TABELIÃO OLIVEIRA LIMA
15º Cartório de Notas
Reconheco por Semelhança 1 Firma(s) SEM VALOR econômico de: JAVIER SOUTO PADRON, ANA CAROLINA ROVIDA DE OLIVEIRA, ANTONIO CAMPELLO HADDAD FILHO, ANTONIO CAMPELLO HADDAD FILHO e ELIANE APARECIDA DE ALMEIDA.
SAO PAULO, 06 de Julho de 2012. Total: R$ 20,00 11:43:11
CARTÓRIO DO 15º TABELIÃO DE NOTAS
DOUGLAS VIEIRA DARIO - ESCREVENTE AUTORIZADO
Confere com a Presente cópia reprográfica extraída para parte, conforme original apresentado dou fé
S. Paulo, 28 DEZ. 2012
Colégio Notarial do Brasil
AUTENTICAÇÃO
Sergio Santos Silva
ESCREVENTE AUTORIZADO
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Protocolada por FABIO BERNARDO em 11/04/2016 18:24:45 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA
Documento No: 73262853-5-0-20-19-558239 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

ANEXO I

TERMO DE RENÚNCIA

Sr. **Javier Souto Padron,** espanhol, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RNE nº W2941264DPMAFRJ, inscrito no CPF/MF sob nº 273.102.217-53, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Deputado Laércio Corte, nº 1.250, apto. 151, Bairro Clarence, CEP: 05706-290, neste ato ratifica sua renúncia, a partir da presente data, ao cargo de **Diretor Presidente** da **BR METALS FUNDIÇÕES LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Estrada Governador Raymundo Padilha, sem nº., Fazenda Santa Cecília, CEP: 27.150-255, no Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 19.811.058/0001-43, devidamente registrada na Junta Comercial do Rio de Janeiro sob o NIRE nº 33.201.486.005, outorgando à Sociedade e dela recebendo a mais ampla, plena, rasa, geral e irrevogável quitação.

Barra do Piraí/RJ, 25 de junho de 2012.

JAVIER SOUTO PADRON
Diretor Presidente

TABELIÃO OLIVEIRA LIMA
15º Cartório de Notas
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855, CEP: 04548-005
Vila Olímpia - Esquina com a Rua Funchal - São Paulo - SP
PABX: (11) 3058-5100 - www.15notas.com.br

Reconheço por Semelhança 1 Firma(s) SEM VALOR econômico
de: JAVIER SOUTO PADRON.
SÃO PAULO, 06 de Julho de 2012. Total: R$ 4,00 11:43:47
DOUGLAS VIEIRA DARIO - ESCREVENTE AUT.

Colégio Notarial do Brasil
FIRMAS
1059AA76912

2174719

CARTÓRIO DO 15º TABELIÃO DE NOTAS
Dr. Cardoso de Melo 1855 - Tel 3058-5100
AUTENTICAÇÃO Autentico a Presente cópia reprográfica extraida pela parte, conforme original apresentado, dou fé.
S. Paulo, 15º 28 DEZ. 2012
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
AB078327

Colégio Notarial do Brasil
AUTENTICAÇÃO
1059AQ678842
Sergio Santos Silva
ESCREVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB P/ VERBA - R$ 2,35

Protocolada por FABIO BERNARDO em 11/04/2016 18:24:45 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA
Documento No: 73262853-5-0-20-19-558239 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

ANEXO III

TERMO DE POSSE

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de junho de 2012, compareceu à sede da **BR METALS FUNDIÇÕES LTDA.** ("Sociedade"), sociedade empresária limitada, com sede na Fazenda Santa Cecília, Estrada Governador Raymundo Padilha, sem nº., CEP: 27.150-255, no Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.811.058/0001-43, devidamente registrada na Junta Comercial do Rio de Janeiro sob o NIRE nº 33.201.486.005, o Sr. **Sebastião Luis Pereira Lima**, brasileiro, casado, industrial, portador da Cédula de Identidade RG nº. 7.994.453-X – SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº. 855.844.798-53, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Nebraska, nº 361, apto.131, Brooklin Paulista, CEP: 04560-011, eleito em Reunião dos Sócios Quotistas realizada nesta data, na sede da Sociedade, para o cargo de **Diretor Presidente**, com mandato de 02 (dois) anos, tendo declarado não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer qualquer atividade mercantil ou comercial e, ato contínuo, tomando posse do cargo para o qual foi eleito mediante a assinatura do presente termo, que ficará arquivado na sede da Sociedade.

Barra do Piraí/RJ, 25 de junho de 2012.

Sebastião Luis Pereira Lima
Diretor Presidente

CARTÓRIO DO 15º TABELIÃO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Melo 1855 - Tel 3058-5100
AUTENTICAÇÃO: Autentico a Presente cópia reprográfica extraída pela parte, conforme original apresentado, dou fé.
São Paulo, 28 DEZ. 2012
Sérgio Santos Silva
ESCREVENTE AUTORIZADO
AUTENTICAÇÃO
1059AQ678828
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Tabelião Oliveira Lima Av. Dr. Cardoso de Melo 15º Tabelião de Notas do Capital
TABELIÃO OLIVEIRA LIMA
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855, CEP: 04548-005
Vila Olímpia - Esquina com a Rua Funchal - São Paulo - SP
PABX: (11) 3058-5100 - www.tlimaoliveira.com.br
Reconheço por Semelhança 01 Firma(s) SEM VALOR economico
de: SEBASTIAO LUIS PEREIRA DE LIMA
SÃO PAULO, 06 de Junho de 2012. Total: R$ 4,00 11:44:23
DOUGLAS VIEIRA BARRO - ESCREVENTE AUT.
FIRMA 1059AA445913
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE AB076330

Protocolada por FABIO BERNARDO em 11/04/2016 18:24:45 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA
Documento No: 73262853-5-0-20-19-558239 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

TERMO DE POSSE

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de junho de 2012, compareceu à sede **BR METALS FUNDIÇÕES LTDA.** ("Sociedade"), sociedade empresária limitada, com sede na Fazenda Santa Cecília, Estrada Governador Raymundo Padilha, sem nº., CEP: 27.150-255, no município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.811.058/0001-43, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o nº 35.2.01486005, o Sr. **Antônio Campello Haddad Filho**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº. 5.594.376-7 – SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº. 990.920.778-87, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Professor Alexandre Correia, nº. 310, apto. 41, Jardim Vitória Régia, CEP: 05657-230, eleito em Reunião dos Sócios Quotistas realizada nesta data, na sede da Sociedade, para o cargo de **Diretor Vice-Presidente**, com mandato de 02 (dois) anos, tendo declarado não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer qualquer atividade mercantil ou comercial e, ato contínuo, tomando posse do cargo para o qual foi eleito mediante a assinatura do presente termo, que ficará arquivado na sede da Sociedade.

Barra do Piraí/RJ, 25 de junho de 2012.

Antônio Campello Haddad Filho
Diretor Vice-Presidente

TABELIÃO OLIVEIRA LIMA
15º Cartório de Notas
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855, CEP: 04548-005
Vila Olímpia - Esquina com a Rua Funchal - São Paulo - SP
PABX: (11) 3058-5100 www.15notas.com.br

Reconheço por Semelhança 1 Firma(s) SEM VALOR econômico
de: ANTONIO CAMPELLO HADDAD FILHO.
SÃO PAULO, 06 de junho de 2012 Total: R$ 4,00 11:44:40
DOUGLAS OLIVEIRA LIMA - ESCREVENTE AUT.
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE AB076333
1059AA44581 217719

CARTÓRIO DO 15º TABELIÃO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Melo 1855 - Tel 3058-5100
AUTENTICAÇÃO: Autentico a Presente cópia reprográfica extraída pela parte, conforme original apresentado dou fé
S. Paulo, 15º 28 DEZ. 2012
Sérgio Santos Silva
AUTENTICAÇÃO
1059AQ678841
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Protocolada por FABIO BERNARDO em 11/04/2016 18:24:45 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA
Documento No: 73262853-5-0-20-19-558239 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Processo 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ, Evento 7, OUT5, Página 1

Prot: **00127405** Livro: **3009** Folha: **377** 001 004

PROCURAÇÃO PÚBLICA

Procuradores: **FÁBIO SILVEIRA BUENO BIANCO** e outros.
Mandante : **BR METALS FUNDIÇÕES LTDA.**
Finalidade : **Ad Judicia Et Extra.**

S A I B A M todos os que virem esta escritura pública de mandato que aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e doze **(18/09/2012)**, em São Paulo, SP, República Federativa do Brasil, em diligência na Avenida Sylvio de Magalhães Padilha n° 5.200, Ed. Philadelphia, Térreo, Morumbi, perante mim, escrevente autorizado pelo Tabelião, comparece como mandante, **BR METALS FUNDIÇÕES LTDA.**, com sede na cidade de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, na Estrada Governador Raymundo Padilha, s/n - Fazenda Santa Cecília, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o n° 19.811.058/0001-43, constituída nos termos do sua última alteração e consolidação estatutária de 22 de agosto de 2012, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA), sob n° 00002379222, em 31/08/2012, neste ato, representada de acordo com a cláusula 9ª da mencionada alteração, por seu Diretor Presidente, **SEBASTIÃO LUIS PEREIRA DE LIMA**, brasileiro, industrial, casado, maior, portador da cédula de identidade RG n° 7.994.453-X-SSP-SP, inscrito no CPF-MF sob n° 855.844.798-53, domiciliado e residente nesta Capital, na Rua Nebraska n° 361, apt° 131, Brooklin Paulista; e por seu Diretor Vice-Presidente, **ANTÔNIO CAMPELLO HADDAD FILHO**, brasileiro, empresário, casado, maior, portador da cédula de identidade RG n° 5.594.376-7-SSP-SP, inscrito no CPF-MF sob n° 990.920.778-87, domiciliado e residente nesta Capital, na Rua Professor Alexandre Correia n° 310, apt° 41, Jardim Vitória Régia, os quais foram eleitos conforme Ata de Assembléia Geral Ordinária, realizada em 25 de junho de 2012, registrada na referida Junta, sob n° 00002355780, em 16 de julho de 2012, cujo Estatuto Social Consolidado e Ata, ficarão arquivados nestas notas em fotocópia

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO
União Internacional do Notariado Latino (Fundada em 1948)

CARTÓRIO DO 15° TABELIÃO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 - Tel 3058-5100
AUTENTICAÇÃO: Autentico a Presente cópia reprográfica conferida pelo original apresentado, do(a) Te.
S. Paulo, 20 SET. 2012
15°
Praça João Mendes, 42 - 1º andar - São Paulo - SP
Fone/Fax: (11) 3111-9700 - CEP 01501-000
Christiano Ca26@26notas.com.br - www.26notas.com.br
ESCREVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB. P/ VERBA - R$ 2,25
1059AP900597

Colégio Notarial do Brasil Estado de São Paulo AUTENTICAÇÃO
DOCUMENTO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
10442602248592.000272910-3
P:04566 R:025910
9421-0f0c-3a1b-b832
1f75-dace-060d-8f76
Consulte em www.26notas.com.br

Protocolada por FABIO BERNARDO em 11/04/2016 18:[illegible]6 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertence[illegible] DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA
Documento No: 73262853-6-0-39-4-851757 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Processo 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ, Evento 7, OUT5, Página 2

PARA CÓPIA COPIA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

Prot: **00127405** Livro: **3009** Folha: **378** 002 004

autenticada. Reconheço a identidade da presente e sua capacidade para o ato, do que dou fé. E por ela me foi dito que por esta escritura pública de mandato, nos termos de direito, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, **FÁBIO SILVEIRA BUENO BIANCO**, brasileiro, advogado, casado, portador da cédula de identidade RG nº 25.134.019-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 294.459.688-83 e na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o nº 304.773, domiciliado e residente nesta Capital, na Rua Dr. Jose Gustavo Bush nº 310, Parque do Morumbi; **NATHÁLIA GUEDES BRUM**, brasileira, advogada, solteira, maior, portadora da cédula de identidade RG nº 20.339.844-1-IFP/RJ, inscrita no CPF-MF sob nº 104.853.267-44 e na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Rio de Janeiro, sob o nº 152.808, domiciliada e residente na cidade de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Paulo de Frontim nº 362, apt. 102, Cantão; **CARLA CRISTINA MOREIRA ARAUJO**, brasileira, estagiária de direito, solteira, maior, portadora da cédula de identidade RG nº 24229155-7-IFP/RJ, inscrita no CPF-MF sob nº 129.401.017-44 e na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Rio de Janeiro, sob o nº 188.460-E, domiciliada e residente na cidade de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, na Rua João Pessoa nº 323, Centro; **PRISCILLA FOLGOSI CASTANHA**, brasileira, advogada, solteira, maior, inscrita no CPF-MF sob nº 277.039.908-09 e na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o nº 200.376, domiciliada e residente na cidade de Jundiaí, deste Estado, na Rua Matias Ayres nº 16, apt° 91, Jardim Pitangueiras II; **FÁBIO BERNARDO**, brasileiro, advogado, solteiro, maior, portador da cédula de identidade RG nº 43.087.202-[illegible] inscrito no CPF-MF sob nº 340.548.468-58 e na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o nº 304.773, domiciliado e residente na cidade de Marília, deste Estado, na Avenida Jorge Bernardoni nº 723, Jardim Itaipu; **ANGELO FRANCISCO BARRIONUEVO**

CARTÓRIO DO 15º TABELIÃO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 - Tel 3058-5100
AUTENTICAÇÃO. Autentico a(s)Presente cópia reprográfica extraída pela parte, conforme original apresentado. Dou fé.
20 SET 2019
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE
ESCREVENTE AUTORIZADO
EMOL. P/ VERBA - R$ 2,35
Selo Digital do Brasil
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
1059AP900728

9421-0f0c-3a1b-b832
1f75-dace-060d-80f6
Consulte em www.selodigital.com.br

Protocolado por FABIO BERNARDO em 11/04/2016 18:24:46 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119).
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA
Documento No: 73262853-6-0-39-4-851757 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.trf2.jus.br/

Processo 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ, Evento 7, OUT5, Página 3

AMBRIZZI, brasileiro, advogado, casado, inscrito no CPF-MF sob n° 296.346.538-63 e na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o n° 223.287, domiciliado e residente na cidade de Marília, deste Estado, na Rua André Martins Parra n° 171, casa 37, Jardim Colibri. Confere a estes procuradores, amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula **"AD JUDICIA ET EXTRA"**, e os demais à defesa de seus direitos e interesses, em qualquer juízo, instância ou tribunal, podendo ditos procuradores propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-la(s) nas contrárias, acompanhando umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe(s), ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, dar quitação, levantar guias de depósito judicial, firmar compromissos ou acordos, representá-la perante repartições Públicas Federais, Estaduais, Municipais, Autarquias e organizações paraestatais, particularmente Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Procuradoria Geral do Estado, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Ministério do Trabalho, Caixa Econômica Federal (CEF) enquanto instituição financeira, e enquanto administradora do Fundo de Garantia sobre Tempo de Serviço - FGTS, Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Associação Sindicais, patronais ou classistas e demais órgãos, requerendo e alegando o que necessário for, inclusive pesquisa fiscal, requerer e firmar parcelamentos de débitos, defendendo-a em processos administrativos, podendo recorrer a qualquer instância administrativa, solicitar juntadas, desentranhamento e certidões; pagar impostos e taxas, reclamar contra indevidos, firmar guias, declarações e outros documentos, bem como proceder a regularização de livros fiscais, abertura e encerramento de depósitos e filiais, requerendo certidões e o que necessário for na defesa dos interesses da outorgante, inclusive

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

União Internacional do Notariado Latino (Fundada em 1948)

CARTÓRIO DO 15° TABELIÃO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 - Tel 3058-5100
AUTENTICAÇÃO: Autentico a Presente cópia reprográfica da peça parte conforme original apresentado, dou fé.
S. Paulo 20 SET. 2012
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
Colégio Notarial do Brasil Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
1059AP90059

9421-0f0c-3a1b-b832-1f75-dace-060d-80f6
Consulte em www.26notas.com.br

10442602248592.000272911-1
P:04566 R:025911

Dr. Braga João Mendes, 42 - 1º andar - São Paulo - SP
ESCREVENTE: Fone/Fax (11) 3111-9700 - CEP 01501-000
CUSTAS CONFORME TRIB. PIVERRA - RS 2.35
26@26notas.com.br - www.26notas.com.br

Protocolada por FABIO BERNARDO em 11/04/2016 18:24:46 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA
Documento No: 73262853-6-0-39-4-851757 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Processo 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ, Evento 7, OUT5, Página 4

CÓPIA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

Prot: **00127405** Livro: **3009** Folha: **380** 004 004

pedir vistas de processos e praticar todos os demais atos necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reserva de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso. **ASSIM** diz, pede e lavro a presente que, lida em voz alta, acha em tudo conforme, aceita, outorga e assina. Escrita pelo escrevente **JOELCIR PAULELLA D'OLIVEIRA** e assinada pelo Tabelião Substituto **REYNALDO CARLOS REIS SMITH DA SILVA**. Dou fé. Assinada pela(s) parte(s). Dou fé. Emolumentos: R$ 70,38, Ao Estado: R$ 20,00, IPESP: R$ 14,82, Registro Civil: R$ 3,70, Tribunal de Justiça: R$ 3,70, Santa Casa: R$ 0,70, **Total: R$ 113,30.**

REYNALDO CARLOS REIS SMITH DA SILVA
Tabelião Substituto

Colégio Notarial do Brasil
AUTENTICAÇÃO
105BAP90072
20 SET. 2012
Christiano Carvalho
ESCREVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB. P/ VERBA - R$ 2,35
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

9421-0f0c-3a1b-b832
1f75-dace-060d-80f6
Consulte em www.26notas.com.br

Protocolada por FABIO BERNARDO em 11/04/2016 18:24:46 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA
Documento No: 73262853-6-0-39-4-851757 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

8 4 10

NOTA FISCAL

Nº 005075

[X] SAIDA [ ] ENTRADA

IMF BRASIL INSTALAÇÕES E MÁQUINAS PARA FUNDIÇÃO LTDA.

Rua Abelardo Benedicto Libório, 951 - D. Industrial Uninorte
CEP 13.413-075 - Piracicaba / SP - Brasil
PABX: (19) 3302.4770
fabrica@imfbr.com.br
vendas@imfbr.com.br

NATUREZA DA OPERAÇÃO	C.F.O.P.	INSC. EST. DO SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
Venda Prod. Estabelecimento	6.101		02.261.294/0001-30	535.221.300.113

1ª VIA - DES REMETENT

DATA LIMITE E EMISSÃO 00.00.0

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL	CNPJ / CPF	DATA DA EMISSÃ
BR Metais Fundições Ltda.	19.811.058/0001-43	09/12/2009

ENDEREÇO	BAIRRO / DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA E
Estrada Gov. Raymundo Padilha, 0	Santa Cecilia	27.150-255	09/12/2009

MUNICÍPIO	FONE / FAX	U.F	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
Barra do Piraí		RJ	804.308.76	14:19

DADOS DO PRODUTO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLASS.	SIT. TR.	UN.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQ. ICMS	ALÍQ. IPI	VALOR
	Sistema de Recuperacao Termica de Areia	A	020	CJ	1	800.000,00	800.000,00	12		

Informacoes Adicionais:
- Pedido de Compra BR Metais: 10573
- Emissão de Pedido IMF: CD016/1/08/MM
- Capacidade Maxima do Equipamento: 1 Ton/Hora
- Eventos Financeiros:
R$ 40.000,00 liquidados em 25/junho/2008
R$ 40.000,00 liquidados em 20/agosto/2008
R$ 200.000,00 liquidados em 15/setembro/2008
R$ 200.000,00 liquidados em 07/outubro/2009
R$ 200.000,00 liquidados em 08/outubro/2009
R$ 120.000,00 liquidados em 09/dezembro/2009
R$ 200.000,00 a ser liquidado em 08/janeiro/2010

LIBERADO
14 DEZ 2009
Port. Fiscal / Resp. de Fatur
BR Metais Fundições Ltda

BALANÇA - DIRI
10 DEZ 2009
BR Metais Fundições Ltda.

DIFAL: 41.070,40

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

RECEBIDO
10 DEZ 2009
Portaria Fiscal
BR Metais Fundições Ltda

BASE DE CÁLCULO DO ISS	ALÍQUOTA	VALOR DO ISS	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	INSCR. MUN
		0,00	0,00	0323/

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO I.C.M.S.	VALOR DO I.C.M.S.	BASE DE CÁLCULO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
586.720,00 (*)	70.406,40			800.000,00

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO I.P.I.	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA (1 - EMITENTE, 2 - DESTINATÁRIO)	PLACA DO VEÍCULO	U.F.	CNPJ / CPF
BR Brasil Logística Ltda	2			00.362.811/0001-32

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL
Rodovia Presidente Dutra, Km 220	Guarulhos	SP	336.781.291.110

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
	Conjunto	IMF Brasil		10.484,00	10.484,00

DADOS ADICIONAIS

FATURA		
DUPLICATA	VALOR	VENCIMENTO
A	410.000,00	07/10/2009
B	130.000,00	08/10/2009
C	130.000,00	09/12/2009
D	130.000,00	08/01/2010

CLASSIFICAÇÃO A - 8474.10.00 C - 8474.90.00

RESERVADO AO FISCO

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
101209 012402
PCI 99.12-NHANGAPI 159
CARIMBO CONTROLADO ELETRONICAMENTE

Nº DO CONTROLE DO FORMULÁRIO

T... ADF 24605/084108/SP 852000 E ADE 02708-P ... DEC.45490/00

Protocolada por FABIO BERNARDO em 11/04/2016 18:24:46 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA.
Documento No: 73262853-7-0-43-12-725983 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

GUIFA 1421

EQUIPAMENTOS PARA FUNDIÇÃO LTDA.

FONE: (16) 2105-9254 - FAX: (16) 2105-9255

NOTA FISCAL FATURA Nº 3794

[X] SAÍDA [ ] ENTRADA

1ª Via Branca - Destinatário/Rem.
2ª Via Amarela - Fixa
3ª Via Rosa - Fisco Destino
4ª Via Verde - Fisco Origem
5ª Via Azul - Contabilidade

Rua Amadeu Bonato, 229 - Distrito Industrial - CEP 14176-153 - SERTÃOZINHO - SP

INSCRIÇÃO CNPJ-MF 00.632.173/0001-22

INSCRIÇÃO ESTADUAL 664.051.710.114

DATA LIMITE PARA EMISSÃO "00.00.00"

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSCR. EST. DO SUBST. TRIBUTÁRIO
VENDA	6101	

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
BR METALS FUNDIÇÕES LTDA	198110580001-43	16/11/09

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA SAÍDA/ENTRADA
ESTRADA GOV. RAYMUNDO P. S/Nº	SANTA CECILIA	27.150-550	16/11/09

MUNICÍPIO	FONE/FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
BARRA DO PIRAI	(24)2447-2211	RJ	80.430.876	

FATURA

FATURA Nº 3794 DUPLICATA Nº VENCIMENTO VALOR R$ 323.826,50

DADOS DO PRODUTO

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLASS FISC.	SIT. TRIB.	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQ ICMS	ALÍQ IPI	VALOR DO IPI
	SILO DE ESTOCAGEM DE AREIA CAP. 45 TON.	A	020	PÇ	01	47092,5	47.092,50	12	0	0,00
	MOEGA BALANÇA, MISTURADOR DE AREIA CAP. 500KG	B	020	PÇ	01	239167,5	239167,50	12	0	0,00
	SISTEMA DE DOSAGEM E MISTURA DE RESINA	C	020	PÇ	01	37566,75	37.566,75	12	0	0,00

"REDUÇÃO DA BASE DE CALCULO DO ICMS, ART 12 ANEXO II, LIVRO VII, DO RICMS"
-PARTE DO SEU PEDIDO DE COMPRAS Nº 10269 DE 06/05/08.

RECEBIDO
19 NOV. 2009
Portaria Fiscal
BR Metals Fundições Ltda.

DIFAL 16622,34

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
17.461,97	28.495,43			323.826,50
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIOS	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
				323.826,50

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 1 - EMITENTE 2 - DESTINATÁRIO	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
TOME ENGª E TRANSPORTES LTDA	2	CYN-5893	SP	44.384.832/0001-24

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
AV:JOSE ODORIZZI, 900	SAO BERNARDO DO CAMPO	SP	635.133.917.110

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
	GRANEL				

DADOS ADICIONAIS

SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA	Mercadoria Nacional	Mercadoria Estrangeira - Import. Direto	Mercadoria Estrangeira - Adq. Mercado Int.
Tributada integralmente	000	100	200
Tributada e com cobrança do ICMS por substituição tributária	010	110	210
Com redução de base de cálculo	020	120	220
Isenta ou não tributada e com cobrança do ICMS por substituição tributária	030	130	230
Isenta	040	140	240
Não Tributada	041	141	241
Suspensão	050	150	250
Diferimento	051	151	251
ICMS cobrado anteriormente por substituição tributária	060	160	260
Com redução de base de cálculo e cobrança do ICMS por subst. trib.	070	170	270
Outras	090	190	290

A,B,C: 8474.8090

BALANÇA - DIRI
19 NOV 2009

RESERVADO AO FISCO

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
191109 012227
PCI 99.12-NHANGAPI 227
CARIMBO CONTROLADO ELETRONICAMENTE

Gráfica e Editora Venturelli Ltda. Av. Antonio Paschoal, 825 - Sertãozinho - SP. - CNPJ: 02.474.780/0001-37 - I.E:664.060.551-116 - 01 Bls. 50x5 003.751 à 003.800 - Aut. Est. 320021126609 - 07/2009

Protocolada por FABIO BERNARDO em 11/04/2016 18:24:46 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA
Documento No: 73262853-7-0-43-12-725983 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

GUIFA

EQUIPAMENTOS PARA FUNDIÇÃO LTDA.

NOTA FISCAL FATURA Nº 3795

FONE: (16) 2105-9254 - FAX: (16) 2105-9255

[X] SAÍDA [ ] ENTRADA

Rua Amadeu Bonato, 229 - Distrito Industrial - CEP 14176-153 - SERTÃOZINHO - SP

INSCRIÇÃO CNPJ-MF: 00.632.173/0001-22

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 664.051.710.114

1ª Via Branca - Destinatário/Rem.
2ª Via Amarela - Fisco
3ª Via Rosa - Placa Destino
4ª Via Verde - Placa Origem
5ª Via Azul - Contabilização

DATA LIMITE PARA EMISSÃO "00.00.00"

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSCR. EST. DO SUBST. TRIBUTÁRIO
VENDA	6101	

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
BR METALS FUNDIÇOES LTDA	19.811.058/0001-43	16/11/2009

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA SAÍDA/ENTRADA
ESTRADA GOV.RAYMUNDO P. S/Nº	SANTA CECILIA	27.150-550	

MUNICÍPIO	FONE/FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
BARRA DO PIRAI	(24)2447.2211	RJ	80.430.876	

FATURA

FATURA Nº 3795 | DUPLICATA Nº | VENCIMENTO | VALOR R$ 133.887,00

DADOS DO PRODUTO

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLASS FISC.	SIT. TRIB.	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQ. ICMS	ALÍQ. IPI	VALOR DO IPI
	DESTORROADOR DE AREIA;	A	020	PC	01	27300,00	27300,00	12	0	0,00
	RESFRIADOR DE AREIA;	B	020	PC	01	22425,00	22425,00	12	0	0,00
	ELEVADOR DE CANECAS;	C	020	PC	01	37459,50	37459,50	12	0	0,00
	SILO P/RECEBIMENTO DE AREIA;	D	020	PC	01	12870,00	12870,00	12	0	0,00
	EXAUSTAO P/ O MISTURADOR;	E	020	PC	01	25545,00	25545,00	12	0	0,00
	MATERIAIS DE INTERLIGAÇAO DE CAMPO:ELETRICO E PNEUMATICO-PARA SISTEMA DE PREPARAÇAO - DE AREIA SHELL.	F	020	CJ	01	8287,50	8,287,50	12	0	0,00

"REDUÇAO DA BASE DE CALCULO DO ICMS, ART.12 ANEXO II,LIVRO VI, DO RICMS" -PARTE DO SEU PEDIDO DE COMPRAS Nº 10269 DE 06/05/2008.

DIFAL 6872,55 ✓

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
98.179,33	11.781,51			133.887,00
VALOR DO FRETE	**VALOR DO SEGURO**	**OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIOS**	**VALOR DO IPI**	**VALOR TOTAL DA NOTA**
			0,00	133.887,00

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 1 - EMITENTE 2 - DESTINATÁRIO	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
TOME ENGª E TRANSPORTES LTDA	2	BTB-2388	SP	44.384.832/0001-24

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
AV: JOSE ODORIZZI, 900 RECEBIDO	SAO BERNARDO DO CAMPO	sp	635.133.917.110

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
	GRANEL	19 NOV 2009			

DADOS ADICIONAIS

Fazenda Fiscal

A,B,C,D,E,F: 8474.8090

SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA	Mercadoria Nacional	Mercadoria Estrangeira Import. Direta	Mercadoria Estrangeira Adq. Mercado Int.
Tributado integralmente	000	100	200
Tributado e c/ cobrança do ICMS por substituição tributária	010	110	210
Com redução de base de cálculo	020	120	220
Isenta ou não tributada e c/ cobrança do ICMS por substituição tributária	030	130	230
Isenta	040	140	240
Não Tributada	041	141	241
Suspensão	050	150	250
Diferimento	051	151	251
ICMS cobrado anteriormente por substituição tributária	060	160	260
Com redução de base de cálculo e cobrança do ICMS por subst. trib.	070	170	270
Outras	090	190	290

BALANÇA - DIRI
19 NOV 2009
Nota Fiscal Recebida
Ltda.

RESERVADO AO FISCO

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

191109 012227

PCI 99.12-NHANGAPI 227

CARIMBO CONTROLADO ELETRONICAMENTE

Gráfica e Editora Venturelli Ltda Av. Antonio Paschoal, 825 - Sertãozinho - SP - CNPJ: 02.474.780/0001-37 - I.E:664.050.551-116 - 01 Blk. 50x5 003.751 à 003.800 - Aut. Est. 320021126609 - 07/2009

Protocolada por FABIO BERNARDO em 11/04/2016 18:24:46 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA
Documento No: 73262853-7-0-43-12-725983 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

BR Metals Fundições

BR Metals Fundições Ltda.

Estrada Gov. Raymundo Padilha, S/Nº - Bairro Stª Cecília
Barra do Piraí - RJ - Cep: 27.150-255
Tel.: (24) 2447-2211 - Fax: (24) 2443-1319

NOTA FISCAL FATURA ☐ SAÍDA ☐ ENTRADA Nº 0256564 1/1

CNPJ: 19.811.058/0001-43
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 80.430.876

1ª VIA DESTINATÁRIO/ REMETENTE
DATA LIMITE PARA EMISSÃO 29/05/2010

NATUREZA DA OPERAÇÃO: Compra de bem | CFOP: 3.551 | INSCR. ESTADUAL DO SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO:

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL			CNPJ / CPF	DATA DA EMISSÃO
OKUMA AMERICA CORPORATION 4730				31/10/2008
ENDEREÇO: WESTHALL DRIVE,11900	BAIRRO / DISTRITO:	CEP: 28278		DATA DA SAÍDA / ENTRADA: 31/10/08
MUNICÍPIO: CHARLOTTE/NC	FONE / FAX: 704 588 7000	UF: NC	INSCRIÇÃO ESTADUAL: ISENTO	HORA DA SAÍDA: 00:00:00

FATURA

Hum Milhão, Cento e Sessenta e Um Mil, Quatrocentos e Oitenta e Um Reais e Sesse
##
##

	VALOR	VENCIMENTO
A		
B		
C		

DADOS DO PRODUTO

CÓD. PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLF.	C.S.T.	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI	VALOR IPI
082004038	CENTRO DE USINAGEM HORIZONTAL;OKUMA/MA 600HB PO =	01	000	UN	1,00	915.682,60	915.682,60	0,00	0,00	0,00

CH008
MAQ. 4

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	915.682,60
VALOR DO FRETE	**VALOR DO SEGURO**	**OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS**	**VALOR TOTAL DO IPI**	**VALOR TOTAL DA NOTA**
0,00	0,00	245.799,02	0,00	1.161.481,62

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL	FRETE P/ CONTA 1-EMITENTE 2-DESTINATÁRIO	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ / CPF
PADRÃO	2			11111111111
ENDEREÇO	**MUNICÍPIO**		**UF**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**
.. 1			RJ	

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
0,00				33.620,000	29.750,000

DADOS ADICIONAIS

Conforme DI: 08/1656812-4 Emitida em: 20/10/08 - Embarque: 8734c2 -
a) Embarque 8734C2 DI: 08/1656812-4
b) 03 Containers - número: NYKU 036.001-1/NYKU 036.031-0 / NYKU 936.266-9
c) TRANSPORTADOR : Transporte Carvalho Ltda.
Rod. Washington Luiz, 5049 - Vila S.Sebastião
Duque de Caxias - RJ - CNPJ: 33.570.797/0001-11 -
I.EST: 81.797.013
d) Transporte da mercadoria constante nesta NF será feito parcialmente conf.
Art. 34, Inc. VIII, Paragrafo VI do RICMS-RJ aprovado pelo decreto 27.427/2000.
e) "ICMS diferido. O imposto será recolhido nos termos do parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto nº 36.451, de 29 de outubro de 2004.
¦ 1-IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO / 128.634,44 ¦ 5-CAPATAZIA / 1.241,12 ¦ 6-SISCOMEX / 40,00 ¦
39-CAPATAZIA EX S/$ / 950,54 ¦ 41-SEGURO S/$ / 943.15
NBM: 01-84571000

RESERVADO AO FISCO

Nº DE CONTROLE DO FORMULÁRIO 281940

GRÁFICA EDITORA LIMA LTDA. Rod. Lúcio Meira BR 393 - Km 288/280 - Ponte Preta-Barra do Piraí - RJ - Tel.: (24)2443-3033 - CNPJ 28.568.081/0001-60 - I.E.80.432.917 - 20.000 jogos de 5 vias de 274.001 a 294.000 - AIDF 14545 de 29/05/08 - Aut. de uso 08/2005/0008210-6.

10001093

Protocolada por FABIO BERNARDO em 11/04/2016 18:24:46 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA
Documento No: 73262853-7-0-43-12-725983 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

BR Metals Fundições Ltda.

Metals Fundições

Estrada Gov. Raymundo Padilha, S/Nº - Bairro Stª Cecília
Barra do Piraí - RJ - Cep: 27.150-255
Tel.: (24) 2447-2211 - Fax: (24) 2443-1319

NOTA FISCAL FATURA

☐ SAÍDA ☐ ENTRADA

Nº 0258759
1/1

1ª VIA DESTINATÁRIO/ REMETENTE

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSCR. ESTADUAL DO SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
Compra de bem	3.551		19.811.058/0001-43	80.430.876

DATA LIMITE PARA EMISSÃO 29/05/2010

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL	CNPJ / CPF	DATA DA EMISSÃO
OKUMA AMERICA CORPORATION 4730		27/11/2008

ENDEREÇO	BAIRRO / DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA / ENTRADA
WESTHALL DRIVE,11900		28278	27/11/08

MUNICÍPIO	FONE / FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
CHARLOTTE/NC	704 588 7000	NC	ISENTO	00:00:00

FATURA

		VALOR	VENCIMENTO
[redacted]	Hum Milhão, Duzentos e Quarenta e Oito Mil, Trezentos e Trinta e Quatro Reais e Setenta e Três Centavos ##########	A B C	

DADOS DO PRODUTO

CÓD. PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CL.F.	C.S.T.	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI	VALOR IPI
082004038	CENTRO DE USINAGEM HORIZONTAL;OKUMA/MA 600HB PO =	01	000	UN	1,00	984.650,00	984.650,00	0,00	0,00	0,00

CH 011
(CH007)
MAQ. 3

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	984.650,00
VALOR DO FRETE	**VALOR DO SEGURO**	**OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS**	**VALOR TOTAL DO IPI**	**VALOR TOTAL DA NOTA**
0,00	0,00	263.684,73	0,00	1.248.334,73

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL	FRETE P/ CONTA 1 - EMITENTE 2 - DESTINATÁRIO	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ / CPF
PADRÃO	2			11111111111

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
., 1	.	RJ	

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
0,00				33.620,000	29.750,000

DADOS ADICIONAIS

Conforme DI: 08/1897577-0 Emitida em: 26/11/08 - Embarque: 8734c7 -
a) Embarque 8734C 7 DI: 08/1897577-0
b) 03 Containeres - número: MAEU 340.235-6 /MSKU 445.522-0 / MAEU 340.177-1
c) TRANSPORTADOR : Transporte Carvalho Ltda.
Rod. Washington Luiz, 5049 - Vila S.Sebastião
Duque de Caxias - RJ - CNPJ: 33.570.797/0001-11 -
I.EST: 81.797.013
d) Transporte da mercadoria constante nesta NF será feito parcialmente conf.
Art. 34, Inc. VIII, Paragrafo VI do RICMS-RJ aprovado pelo decreto 27.427/2000.
e) "ICMS diferido. O imposto será recolhido nos termos do parágrafo 2º do artigo 32 do Decreto nº 36.451, de 25 de outubro de 2004.
; 1-IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO / 138.253,78 ; 5-CAPATAZIA / 795,00 ; 6-SISCOMEX / 40,00 ;
39-CAPATAZIA EX S/$ / 1.067,75 ; 41-SEGURO S/$ / 1.014,19
NBM: 01-8457.1000

RESERVADO AO FISCO

Nº DE CONTROLE DO FORMULÁRIO 283960

GRÁFICA EDITORA LIMA LTDA. Rod. Lúcio Meira BR 393 - Km 259/260 - Ponte Preta-Barra do Piraí - RJ - Tel.:(24)2443-3033- CNPJ 28.568.091/0001-00 - I.E.80.432.917 - 20.000 jogos de 5 vias de 274.001 a 294.000 - ADF 14549 de 29/08/08 - Aut. de uso 08-2005/000210-2

00001097

Protocolada por FABIO BERNARDO em 11/04/2016 18:24:46 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA
Documento No: 73262853-7-0-43-12-725983 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

BR Metals Fundições Ltda.

Estrada Gov. Raymundo Padilha, S/Nº - Bairro Stª Cecília
Barra do Piraí - RJ - Cep: 27.150-255
Tel.: (24) 2447-2211 - Fax: (24) 2443-1319

NOTA FISCAL FATURA ☐ SAÍDA ☐ ENTRADA Nº 0254994 1/1

CNPJ 19.811.058/0001-43 — 1ª VIA DESTINATÁRIO/ REMETENTE

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSCR. ESTADUAL DO SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO	INSCRIÇÃO ESTADUAL	DATA LIMITE PARA EMISSÃO
Compra de bem	3.551		80.430.876	29/05/2010

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL		CNPJ / CPF	DATA DA EMISSÃO
OKUMA AMERICA CORPORATION	4730		07/10/2008

ENDEREÇO	BAIRRO / DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA / ENTRADA
WESTHALL DRIVE,11900		28278	10/10/2008

MUNICÍPIO	FONE / FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
CHARLOTTE/NC	704 588 7000	NC	ISENTO	00:00:00

FATURA

Novecentos e Oitenta e Cinco Mil, Setecentos e Setenta e Nove Reais e Setenta e [redacted]

	VALOR	VENCIMENTO
A		
B		
C		

DADOS DO PRODUTO

CÓD. PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CL.F.	C.S.T.	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI	VALOR IPI
082004038	CENTRO DE USINAGEM HORIZONTAL;OKUMA/MA 600HB PO =	01	000	UN	1,00	777.454,50	777.454,50	0,00	0,00	0,00

CH-006
MAÇ. 2

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	777.454,50
VALOR DO FRETE	**VALOR DO SEGURO**	**OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS**	**VALOR TOTAL DO IPI**	**VALOR TOTAL DA NOTA**
0,00	0,00	208.325,22	0,00	985.779,72

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL	FRETE P/ CONTA (1 - EMITENTE 2 - DESTINATÁRIO)	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ / CPF
PADRAO	2			11111111111

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
., 1	.	RJ	

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
0,00				33.620,000	29.750,000

DADOS ADICIONAIS

Conforme DI: 08/1542907-4 Emitida em 30/09/2008 EMBARQUE 8734C3
a) Embarque 8734c3 DI: 08/1542907-4
b) 03 Containers - número: MAEU 341.126-0 /MSKU 443.398-2 / MAEU 331.076-9
c) TRANSPORTADOR : Transporte Carvalho Ltda.
Rod. Washington Luiz, 5049 - Vila S.Sebastião
Duque de Caxias - RJ - CNPJ: 33.570.797/0001-11 -
I.EST: 81.797.013
d) Transporte da mercadoria constante nesta NF será feito parcialmente conf. Art. 34, Inc. VIII, Paragrafo VI do RICMS-RJ aprovado pelo decreto 27.427/2000.
e) "ICMS diferido. O imposto será recolhido nos termos do parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto nº 36.451, de 29 de outubro de 2004.
¦ 1-IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO / 109.174,73 ¦ 5-CAPATAZIA / 795,00 ¦ 6-SISCOMEX / 40,00 ¦ 39-CAPATAZIA EX S/$ / 769,22 ¦ 41-SEGURO S/$ / 800,78

RESERVADO AO FISCO

Nº DE CONTROLE DO FORMULÁRIO 279334

1000109

GRÁFICA EDITORA LIMA LTDA. Rod. Lúcio Meira BR 393 - Km 259/260 - Ponta Preta-Barra do Piraí - RJ - Tel.:(24)2443-3033 - CNPJ 28.[illegible] - Aut. de uso 08-0030/0088210-6 - AIDF 14548 de 28/06/08 - 20.000 jogos de 5 vias de 274.001 a 294.000 - I.E.(RJ) 482.917

Protocolada por FABIO BERNARDO em 11/04/2016 18:24:46 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA
Documento No: 73262853-7-0-43-12-725983 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

RECEBEMOS DE ATLAS COPCO BRASIL LTDA OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA AO LADO

DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e
Nº 112555
SÉRIE 74

Atlas Copco

ATLAS COPCO BRASIL LTDA

AV. PIRAIBA 202
TAMBORE - BARUERI - SP
Fone: 00001134788700 Cep: 06.460-121

25510 6

DANFE
DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0-ENTRADA
1-SAÍDA [1]

Nº 112555
SÉRIE 74
FL 1/1

CHAVE DE ACESSO
3512 0957 0294 3100 4780 5507 4000 1125 5514 4961 6295

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
VENDA PROD DO ESTAB	135120525021133 13/09/2012 16:12:23

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCR. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.	CNPJ
206118812117		57.029.431/0047-80

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
BR METALS FUNDICOES LTDA 010802	19.811.058/0001-43	13/09/2012

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DA ENTRADA/SAÍDA
EST GOV RAYMUNDO PADILHA SN	SANTA CECILIA	27.115-140	17 SET. 2012

MUNICÍPIO	FONE/FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
Barra do Piraí	2424472228	RJ	80430876	

FATURA / DUPLICATA

Número	Vencimento	Valor	Número	Vencimento	Valor
11255501	13/10/2012	50.000,00	11255502	12/11/2012	50.000,00

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO ICMS ST	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
73.330,00	8.799,60	0,00	0,00	100.000,00

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
A RETIRAR	0 - EMITENTE 1 - DESTINATÁRIO [1]				

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
1	VOL	ACB		1.713,60	1.680,00

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓD. PROD.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	BC CALC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI
0007097	GA75 VSD FF 380/220V 60HZ (N/S:BRP085193)	84148012	070	6101	PC	1,0000	100.000,00	100.000,00	73.330,00	8.799,60	0,00	12,00	0,00

1000 4783

Atlas Copco

LIBERADO

SAÍDA
INDUSTRIAIS
SET 2012
SUJEITO A QUALQUER
MERCADORIA RECEBIDA
BR METALS FUNDIÇÕES LTDA

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
Ordem: 738546 Ordem de Compra: 61400 AT.SRA ANA PAULA M. NORA - TEL(24) 2447-2153 CONDICAO DE PAGAMENTO: 50% A 30 DDL E 50% A 60 DDLVENDA REALIZADA COM INSTRUMENTO DE COMPRA E VENDA COM RESERVA DE DOMINIO A FAVOR DA VENDEDORA. PEDIDO DE COMPRA: 61400 "BASE DE CALCULO DO ICMS RED EM 26,67 % CONF CONV ICMS 52/91 E ART 51, ANEXO II-ART 12 INCISO I, ALINEA B,DO DEC 45490/00-RICMS/SP E PORT CAT95/00	LIBERADO 19 SET 2012 Port. Fiscal / Rev. de Fatura BR Metals Fundições Ltda

© 1989 NewGrid Vers Produzir na Direção

Protocolada por FABIO BERNARDO em 11/04/2016 18:24:46 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA
Documento No: 73262853-7-0-43-12-725983 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

DÜREN EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS L

RUA DAS CAMELIAS, 357 - VILA ASSIS BRASIL SERTAOZINHO - MAUA - SP
CEP: 09372080
fone/fax: 1145437370

DANFE

Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

1 - SAÍDA [1]
2 - ENTRADA

Nº 000.002.966
SÉRIE 2 Página 1/1

CONTROLE DO FISCO

CHAVE DE ACESSO
35120403119154000195550020000029661897800727

Consulta de autencidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora.

NATUREZA DA OPERAÇÃO: VENDAS

Protocolo: 135120201172742 Data de Autorização: 11/04/2012 17:09:3

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSC. ESTADUAL DO SUBS. TRIB.	CNPJ
442198122118		03.119.154/0001-95

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME RAZÃO SOCIAL		CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
BR METALS FUNDICOES LTDA - BARRA		19.811.058/0001-43	11/04/2012
ENDEREÇO	**BAIRRO/DISTRITO**	**CEP**	**DATA SAÍDA ENTRADA**
ESTR. GOV. RAYMUNDO PADILHA, 0	SANTA CECILIA	27150255	
MUNICÍPIO	**FONE FAX**	**UF / INSCRIÇÃO ESTADUAL**	**HORA DE SAÍDA**
BARRA DO PIRAI	1143445916	RJ / 80430876	

FATURA
Nº 2-002966/1 - Vencimento 07/05/2012 - Valor 56.148,75

CALCULO IMPOSTO

BASE DE CALCULO DO ICMS	VALOR ICMS	BASE DE CALCULO DO ICMS SUBST.	VALOR DO ICMS SUBST.	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
137.264,98	16.471,80	0,00	0,00	187.162,50

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	187.162,50

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
GB BRASIL LOGISTICA LTDA	1 - EMITENTE 2 - DESTINATARIO [2]			SP	00.362.811/0001-3

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
RUA PEDRO DE TOLEDO, 407	GUARULHOS	SP	336781291110

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
45,00	VOLUME			13.200,00	13.200,00

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇOS

COD. PROD.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID.	QUANTID.	VL. UNIT.	VL. TOTAL	BC. ICMS	VL. ICMS	VL. IPI	ALIQUOTA ICMS	ALIQUOTA IPI
OS0011956	SISTEMAS DE PONTE ROLANTE DRII - CODIGO: 083075221 - ORD.COMPRA: 697372.00 - ITEM 1.	84261100	020	6.101	CJ	1.0000	187162.5000	187.162,50	137.264,98	16.471,80		12,00	

RECEBIDO
13 ABR. 2012

CALCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN
25902			

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

O.S 11956 - PEDIDO DE COMPRA N 56419 - COD. FORNECECOR: 6269 - SISTEMAS DE ONTE ROLANTE DRII, COMPOSTO: 06 PERFIS 4000MM, 12 PERFIS 6000MM, 03 PERFIS 00MM, 03 PERFIS 5600MM, 03 PERFIS 5250MM, 45 TROLES, 18 TRAVESSAS, 18 OLHAIS, 36 NDURAIS, 30 TAMPAS, 12 UNIOES, 09 FIXACAO, 45 SAPATAS, 09 BATENTES, 90 CABO IATO 4 X 2,5MM, 09 CAIXA LIGA-DESLIGA, 18 ADESIVOS CAPAC. 500KG, 54 KIT DE GURANCA P/ PENDURAL, 24 SUPORTES, 48MT BARRAMENTO.; BASE DE CALC DO ICMS D. CONF. ART. 12 II - ANEXO 52/91 I E II-DECR. 45.490/00; ALIQUOTA DE IPI REDUZIDA A RO CONF. ART. 1 DECR. 5.468

RESERVADO AO FISCO

LIBERADO
17 ABR 2012
Port. Fiscal / Rev. de Carga
Mercadoria Fundições Ltda

METAIS INDUSTRIAL
13 ABR 2012
SUJEITO A CONFERÊNCIA
MERCADORIA RECEBIDA
BR METALS FUNDIÇÕES LTDA

9794

Protocolada por FABIO BERNARDO em 11/04/2016 18:24:46 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA
Documento No: 73262853-7-0-43-12-725983 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

RECEBEMOS DA KG ESTAMPARIA FERRAM USINAGEM E MONTAGEM LTDA/CNPJ: 59.107.797/0001-73 OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO

DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR
	29/11/12

NF-e
Nº 000250022
SÉRIE 1

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

KG ESTAMPARIA FERRAM USINAGEM E MONTAGEM LTDA

KARMANN DO BRASIL

Avenida Alvaro Guimaraes, 2487
Vila Euro
Cep: 09810-901 - SAO BERNARDO DO CAMPO -
Tel.: (11)4344-5800
Email: ti@karmannghia.com.br
WebSite:

DANFE
DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA
0 - ENTRADA
1 - SAÍDA [1]
Nº. 000250022
SÉRIE 1
FL 1 / 1

CHAVE DE ACESSO
3512 1059 1077 9700 0173 5500 1000 2500 2210 8344 0505

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
Venda de bem para o ativo imobilizado /	135120593907528 16/10/2012 08.34.54

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO	CNPJ
635011973118		59.107.797/0001-73

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL	CNPJ / CPF	DATA DA EMISSÃO
BR Metals Fundicoes Ltda	19.811.058/0001-43	16/10/2012

ENDEREÇO	BAIRRO / DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA / ENTRADA
ESTR. GOV. RAYMUNDO PADILHA - CANTAO, S/N	FAZENDA SANTA CECILIA	27150-255	16/10/2012

MUNICÍPIO	FONE / FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DE SAÍDA / ENTRADA
BARRA DO PIRAI	(24)2447-2293	RJ	80430876	08:24:16

FATURA

CENTO E UM MIL E CENTO E TRINTA E DOIS REAIS E SEIS CENTAVOS

NÚMERO	VENCIMENTO	VALOR	NÚMERO	VENCIMENTO	VALOR	NÚMERO	VENCIMENTO	VALOR
000250022	26/10/2012	101.132,06						

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	101.132,06

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101.132,06

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ / CPF
GB BRASIL LOGISTICA LTDA	1-Dest/Remetente				00.362.811/0001-32

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
AV. GUINLE	Guarulhos	SP	336781291110

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
2				0,000	0,000

DADOS DO PRODUTO / SERVIÇO

COD.PROD	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANTIDADE	V. UNITÁRIO	V. TOTAL	B.C. ICMS	V. ICMS	V. IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
307123	Grupos de Geradores SDMO motor Scania e paineis eletricos de transmissao	85118090	040	6551	PC	2,0000	50.566,0300	101.132,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEBIDO
12 NOV. 2012
Portaria Fiscal
LBR Metals Fundições Ltda

KARMANN

NOV - 12

SALVENCA RELAÇÕES INDUSTRIAIS
OUT 2012
SUJEITO A CONFERÊNCIA
RECEBEDOR

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN
		0,00	0,00

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
Não incidencia do ICMS conf.Art 7 inc.XIV do Decreto 45.490/00 - IPI NAO CONSTITUI FATO GERADOR Gerador comprado a mais de 5 anos. No estado Numero do pedido:VENDA DE ATIVO 1000501 1000502	LIBERADO 30 NOV 2012 Port. Fiscal / Rec. de Fatura LBR Metals Fundições Ltda

MERCADORIA SAÍDA DE NOSSA FÁBRICA EM:
★ 16 OUT 2012 ★
KG ESTAMPARIA PORTARIA

DIE 6824

Protocolada por FABIO BERNARDO em 11/04/2016 18:24:46 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA
Documento No: 73262853-7-0-43-12-725983 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Versão 9.2

RECEBEMOS DE ASCENT ENGENHARIA LTDA OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO	NF Nº 000.000.059 SÉRIE 1
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

Ascent Engenharia Ltda

Rua dos Maristas, 50 - - Bandeirantes, Contagem, MG - CEP: 32240510 - Fone/Fax: 3133330622

DANFE

Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

0 - Entrada
1 - Saída [1]

Nº 000.000.059
SÉRIE: 1
Página 1 de 1

CONTROLE DO FISCO

CHAVE DE ACESSO
3111 0903 1883 2200 0102 5500 1000 0000 5915 1090 0317

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
Venda de Produção do Estabelecimento	131110475190206 - 26/09/2011 10:54

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIB.	CNPJ
1861050570009		03.188.322/0001-02

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL			CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
BR Metals Fundições Ltda - MTZ			19.811.058/0002-24	26/09/2011
ENDEREÇO	**BAIRRO/DISTRITO**		**CEP**	**DATA DE ENTRADA/SAÍDA**
Av. Andre Favalleli, 976 -	Estação		35720-000	
MUNICÍPIO	**FONE/FAX**	**UF**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**	**HORA DE ENTRADA/SAÍDA**
Matozinhos	3137129000	MG	4110266240000	

FATURA

OUTROS

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST	VALOR DO ICMS ST	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
75.779,50	13.640,31	0,00	0,00	155.000,00

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	155.000,00

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
	0 - Emitente				

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QTD.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL	BC ICMS	VLR. ICMS	VLR. IPI	ALÍQ. ICMS	ALÍQ. IPI
7308429	PORTICO ROLANTE CAP - 25/10 TONELADAS M	84261100	020	5101	PÇ	1,0000	155.000,0000	155.000,00	75.779,50	13.640,31		18,00	

9729

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN
54728010			

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO

Protocolada por FABIO BERNARDO em 11/04/2016 18:24:46 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA
Documento No: 73262853-7-0-43-12-725983 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

GH DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

Avenida ENGENHEIRO AFONSO BOTTI, 330 - - PINHAL
Cabreuva, SP - CEP: 13315000 - Fone/Fax: 1144090066

DANFE
Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica
0 - Entrada
1 - Saída [1]
Nº 000.000.100
SÉRIE: 3
Página 1 de 1

3511 0904 4075 7900 0162 5500 3000 0001 0014 9060 1631
Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO: VENDA FORA ESTADO
PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO: 135110470738509 - 08/09/2011 17:25

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIB.	CNPJ
233019802119		04.407.579/0001-62

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL			CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
BR METALS FUNDICOES LTDA			19.811.058/0002-24	08/09/2011
ENDEREÇO	**BAIRRO/DISTRITO**		**CEP**	**DATA DE ENTRADA/SAÍDA**
Avenida Avenida ANDRE FAVALLELI, 976 -	ESTACAO		35720-000	08/09/2011
MUNICÍPIO	**FONE/FAX**	**UF**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**	**HORA DE ENTRADA/SAÍDA**
Matozinhos	313137129003	MG	4110266240000	16:46:10

FATURA

OUTROS / Num.: 000000100 / V. Orig.: 120.000,00 / V. Liq.: 120.000,00

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST	VALOR DO ICMS ST	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
87.996,00	10.559,52	0,00	0,00	120.000,00

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
	1- Destinatário/Remetente				

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID.	QTD.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL	BC ICMS	VLR. ICMS	VLR. IPI	ALÍQ. ICMS	ALÍQ. IPI
TALHA	TALHA MOD. GHF25F4104H1M6 25T c 9M ALT SERIE REF: 96349 E 96341	84251100	120	6101	UN	2,0000	60.000,0000	120.000,00	87.996,00	10.559,52		12,00	

PORTARIA FISCAL
RECEBIDO
16 SET. 2011
GH Metals Fundições Ltda

9729

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CENTRO DE CONTROLE DOS ATOS ELETRÔNICOS
120911

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN
5392158			

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
REDUCAO DA BASE DE CALCULO CONF ART 12 DO ANEXO IV DO RICMS DEC. 43.080/02. PEDIDO DE COMPRA 49210 DE 08-09-2011 APROVADO PELO SR. SERGIO BARREIRA. N/REF: 0311058. PAGAMENTO VIA DEPOSITO BANCARIO - BANCO BRADESCO AG: 2346 C/C:21599 DIG: 1 VENCIMENTO: 28/06/2011 R$ 24.000,00 - 19/09/2011 R$ 48.000,00 - 17/10/2011 R$ 24.000,00 - 03/12/2011 R$ 24.000,00.	

Protocolada por FABIO BERNARDO em 11/04/2016 18:24:46 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA
Documento No: 73262853-7-0-43-12-725983 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

RECEBEMOS DE **BR METALS FUNDICOES LTDA - BARRA** OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO		**NF-e Nº. 0053091 SÉRIE 1**
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	

BR Metals Fundições

Identificação do emitente
BR METALS FUNDICOES LTDA - BARRA
ESTR.GOV. RAYMUNDO PADILHA, 0
SANTA CECILIA
BARRA DO PIRAI – RJ
CEP 27150-255 – 24 2447 2211

DANFE
DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 – ENTRADA
1 – SAÍDA [0]

Nº. 0053091 FL 1 / 1
SÉRIE 1

CHAVE DE ACESSO
3311 0519 8110 5800 0143 5500 1000 0530 9112 0835 4492

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
COMPRA DE BEM		333110052137447 13/05/2011 15:42:13
INSCRIÇÃO ESTADUAL	**INSCR. EST. SUBS. TRIBUTÁRIO**	**CNPJ**
80430876		19.811.058/0001-43

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL			CNPJ / CPF	DATA DA EMISSÃO
AFS ADVANCED FOUNDRY SPECIALISTS LLC				13/05/2011
ENDEREÇO	**BAIRRO / DISTRITO**	**CEP**		**DATA DA ENTRADA/SAÍDA**
MIDWAY ROAD,1435				23/5/07
MUNICÍPIO	**FONE / FAX**	**UF**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**	**HORA DE SAÍDA**
MENASHA	920 954 5800	WI	ISENTO	

FATURA/DUPLICATA

FATURA/DUPLIC.	VENCIMENTO	VALOR	FATURA/DUPLIC.	VENCIMENTO	VALOR	FATURA/DUPLIC.	VENCIMENTO	VALOR

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST	VALOR DO ICMS SUBSTITUTO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	976.227,00

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	VALOR DO DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
30.407,72	3.892,13	0,00	142.663,76	0,00	1.278.682,04

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ
WMS WORLD MARINER SERVICE LTDA	0 – EMITENTE 1 – DESTINATÁRIO [1]		KHN 4286		01619241000186
ENDEREÇO	**MUNICÍPIO**			**UF**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**
RUA FRANCO DE ALMEIDA 80	RIO DE JANEIRO			RJ	76197482

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERO	PESO BRUTO	PESO LIQUIDO
0,00				26.881,970	21.551,980

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

COD. PRODUTO	DESCRIÇÃO PRODUTO / SERVIÇO	NCM / SH	CST	CFOP	UN	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	B.CALC. ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI
082042018	SISTEMA DE ACABAMENTO VIRABREQUIM:AFS (TRIM)	8462.91.99	000	3551	UN	1,0000	976.227,0000	976.227,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

BALANÇA
RELAÇÕES INDUSTRIAIS
23 MAI 2011
SUJEITO A CONFERÊNCIA
MERCADORIA RECEBID.
BR METALS FUNDIÇÕES LTDA.

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN
1986401	0,00	0,00	0,00

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
Conforme DI: 1108312243 Emitida em: 06/05/11 - Embarque: 28955a - Valor Pis: 22.384,96Valor Cofins: 103.106,47 | 1-IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO / 141.613,76000 | 3-FRETE MARITIMO / 30.407,72000 | 4-SEGURO / 3.892,13000 | 5-CAPATAZIA / 1.000,00000 | 6-SISCOMEX / 50,00000 |TRANSPORTADOR: WMS Word Marine Service Ltda.- Rua Franco de Almeida, 80 - São Cristóvão - RJCNPJ: 01.619.241/0001-86 e I.E.76.197.482Embalagem: 01 Container Marca LETREIRO Nº NMBU4708114Transporte de mercadoria constante desta nota será feito parcialmente conforme Art.34 Inciso VIII, § 6 do RICMS-RJ aprovado pelo Decreto 27427/2000.ICMS Diferido Termo de Acordo com o Decreto 36.451/2004 Processo E-11/30017/06	

Protocolada por FABIO BERNARDO em 11/04/2016 18:24:46 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA
Documento No: 73262853-7-0-43-12-725983 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 8

Evento:
JUNTADA
Data:
14/04/2016 16:13:00
Usuário:
JRJQQL - DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
8

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Rua José Alves Pimenta, nº 1091 – Matadouro
Barra do Piraí /RJ – CEP. 27.115-010
Fone: (24) 3211-3115

MANDADO Nº: EFV.1901.001006-8/2015

MANDADO DE CITAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, INTIMAÇÃO E REGISTRO

0 2 6 8 1 1 9 0 1 0 0 1 0 0 6 8 2 0 1 5

CLASSE: 3000 - EXECUÇÃO FISCAL
PROCESSO: 0091858-64.2015.4.02.5119 (2015.51.19.091858-6)
EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: BR METALS FUNDICOES LTDA
CDA(s): 11.496.937-0
CPF/CNPJ: 19.811.058/0001-43
DESTINATÁRIO: BR METALS FUNDICOES LTDA
ENDEREÇO: ESTRADA GOVERNADOR RAYMUNDO PADILHA, S/N, SANTA CECÍLIA, BARRA DO PIRAÍ/RJ, CEP: 27.115-140

O DOUTOR **JOSÉ LUIS CASTRO RODRIGUEZ**, MM. JUIZ FEDERAL TITULAR NO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE PLENA DA VARA FEDERAL DE BARRA DO PIRAÍ/JUIZADO ESPECIAL FEDERAL ADJUNTO DE BARRA DO PIRAÍ – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO/RJ, na forma da lei

MANDA ao Oficial de Justiça deste juízo que, em seu cumprimento, proceda à:

(a) CITAÇÃO do(a)(s) executado(a)(s), onde for(em) localizado(a)(s), para pagar(em) o débito no valor de **R$8.646.819,85 (oito milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, oitocentos e dezenove reais e oitenta e cinco centavos)** ou garantir(em) a execução (arts. 8º e 9º, Lei 6.830/80), no **prazo de 5 (cinco) dias, contados da data da citação**, entregando-lhe(s) a contrafé;

(b) CONSTATAÇÃO, no mesmo ato, de bens penhoráveis de propriedade do(a)(s) citando(a)(s), relacionando-os, a fim de viabilizar, se for o caso, futuro ato de constrição;

(c) Não ocorrendo o pagamento nem a garantia da execução no prazo assinado, **PENHORA** e **AVALIAÇÃO** de tantos bens quantos bastem para a garantia da dívida (arts. 10 e 11, Lei 6.830/80);

(d) INTIMAÇÃO do(a)(s) executado(a)(s) para ciência da formalização da penhora, bem como de que dispõe(m) do **prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da intimação**, para oferecer(em) embargos (art. 16, Lei 6830/80), sob pena de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo(a) exequente;

(e) NOMEAÇÃO de depositário, o qual deverá ser intimado a não abrir mão do depósito sem prévia autorização do Juízo;

(f) Eventualmente, recaindo a penhora sobre **imóvel de pessoa jurídica**, à ausência de representante legal, **VERIFICAÇÃO** da natureza do vínculo existente entre o depositário nomeado e a empresa executada ou, se penhorado **imóvel de pessoa física**, **INTIMAÇÃO** do cônjuge do(a)(s) executado(a)(s), se casado(a)(s).

(g) REGISTRO da penhora ou arresto, independentemente do pagamento de custas ou outras despesas, com entrega de contrafé e cópia do ato respectivo, conforme o caso, perante: o Oficial de Registro Imobiliário competente, se o bem for imóvel ou a ele

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA LEAL
Documento No: 73262853-8-0-55-2-47094 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

equiparado (art. 7º, IV e art. 14, I da Lei 6.830/80); o responsável legal pela repartição competente para emissão do certificado de registro, se for veículo (art. 7º, IV e art. 14, II da Lei 6.830/80); ou o representante legal da Junta Comercial, Bolsa de Valores ou da Sociedade Comercial, se forem ações, debêntures, quota ou qualquer título, crédito ou direito societário nominativo (art.14, III da Lei 6.830/80);

(h) INTIMAÇÃO do(a)(s) executado(a)(s) para ciência dos demais termos do r. despacho que segue em anexo.

Nota: Acompanha, o presente, cópia da petição inicial e da decisão de fls. 15-16.

DADO E PASSADO nesta Cidade de Barra do Piraí, em 05/11/2015. Eu, DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA, matrícula 45792, expedi este Mandado por ordem do MM. Juiz Federal, Doutor JOSÉ LUIS CASTRO RODRIGUEZ e eu, FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA LEAL, Diretor de Secretaria, o subscrevo.

Assinado eletronicamente, conforme Lei 11.419/2006
FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA LEAL
Diretor de Secretaria
Matrícula 11920

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA LEAL
Documento No: 73262853-8-0-55-2-47094 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

MANDADO Nº: EFV.1901.001006-8/2015

CERTIDÃO (POSITIVA)

CERTIFICO *que, nesta data, compareci no endereço indicado e, ali estando,* ***CITEI*** *BR METALS FUNDIÇÕES LTDA. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, na pessoa da representante Natália Silva Moreira, portadora do CPF nº 137.404.117-32, dando-lhe ciência do inteiro teor do mandado, sendo-lhe entregue a contrafé após exarar sua nota de ciente.*

DATA DA DILIGÊNCIA	***HORA***	***LOCAL***	***DESCRIÇÃO DA DILIGÊNCIA***
07/04/2016	*10h*	*Rua Raymundo Padilha, s/n, Cantão, Barra do Piraí (RJ)*	*Citação POSITIVA*

Barra do Piraí (RJ), 07 de abril de 2016.

Cláudia Cesar de Paula

Oficial de Justiça Avaliador Federal

Matrícula: 13.212

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a CLAUDIA CESAR DE PAULA
Documento No: 73262853-9-0-57-1-149500 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

MANDADO Nº: EFV.1901.001006-8/2015

CERTIDÃO (NEGATIVA)

CERTIFICO *que, em cumprimento ao r. mandado em referência,* ***TIVE DÚDIVAS EM PENHORAR BENS*** *de BR METALS FUNDIÇÕES LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, uma vez que a destinatária ingressou com petição indicando bens à penhora, fls. 17/54, datada de 12/04/2016, atendendo ao disposto no item (C), razão pela qual procedo à devolução POR ORDEM.*

DATA DA DILIGÊNCIA	***HORA***	***LOCAL***	***DESCRIÇÃO DA DILIGÊNCIA***
14/04/2016	*15h*	*Rua Raymundo Padilha, Cantão, Barra do Piraí (RJ)*	*PENHORA NEGATIVA*

Barra do Piraí (RJ) 14 de abril de 2016.

Cláudia Cesar de Paula

Oficial de Justiça Avaliador Federal

Matrícula: 13.212

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a CLAUDIA CESAR DE PAULA
Documento No: 73262853-10-0-58-1-537596 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 9

Evento:
REMESSA_CARGA_PARA_PROCURADORIA_DA_FAZENDA
Data:
24/06/2016 14:43:00
Usuário:
JRJAYF - ANA PAULA LOPES FERNANDES -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
9

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 10

Evento:
DEVOLUCAO_DE_REMESSA
Data:
30/06/2016 14:16:00
Usuário:
JRJQQL - DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
10

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

VARA FEDERAL DE BARRA DO PIRAÍ

C E R T I D Ã O

PROCESSO: 0091858-64.2015.4.02.5119
(2015.51.19.091858-6)
AUTOR(A): AUTOR: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
RÉ(U): REU: BR METALS FUNDICOES LTDA

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em **28/06/2016**, ocorreu a citação/intimação do(a) **AUTOR: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL**, POR **CONFIRMAÇÃO.**

Barra do Piraí, 30 de junho de 2016.

DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA
MATRÍCULA N. 45792

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA
Documento No: 73262853-11-0-59-1-702413 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 11

Evento:
ATOS_ORDINATORIOS___INFORMACAO_DA_SECRETARIA_PARA_ATO_ORDINATORIO
Data:
05/10/2016 15:23:00
Usuário:
JRJVYL - VALQUÃ•RIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
11

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL – 2ª REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
Subseção Judiciária de Barra do Pirai
1ª Vara Federal

PROCESSO: 0091858-64.2015.4.02.5119 (2015.51.19.091858-6) - CLASSE: EXECUÇÃO FISCAL
PARTE AUTORA: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PARTE RÉ: BR METALS FUNDICOES LTDA

ATO ORDINATÓRIO

De ordem do MM. Juiz Federal, Dr. **PEDRO ESPERANZA SUDÁRIO**, Juiz Federal Substituto no Exercício da Titularidade, nos termos do art. 93, XIV, da CRFB/88, **abra-se vista ao exequente para se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, contados em dobro, nos termos do art. 183, *caput*, do CPC/2015, sobre a nomeação de bens à penhora de fls. 17/54**.

Barra do Piraí, 05 de outubro de 2016

Assinado eletronicamente, conforme Lei n.º 11.419/2006
FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA LEAL
Diretor de Secretaria
Matricula n° 11.920

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA LEAL
Documento No: 73262853-12-0-60-1-462126 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 12

Evento:
INTIMACAO_DE_ATO_ORDINARIO___REGISTRO_NO_SISTEMA
Data:
06/10/2016 10:18:00
Usuário:
JRJVYL - VALQUÃ•RIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
12

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 13

Evento:
REMESSA_CARGA_PARA_PROCURADORIA_DA_FAZENDA
Data:
06/10/2016 15:26:00
Usuário:
JRJQQL - DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
13

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 14

Evento:
LOCALIZACAO_INTERNA
Data:
10/10/2016 13:41:00
Usuário:
JRJVYL - VALQUÃ•RIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
14

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 15

Evento:
DEVOLUCAO_DE_REMESSA
Data:
11/10/2016 14:22:00
Usuário:
JRJQQL - DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
15

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

VARA FEDERAL DE BARRA DO PIRAÍ

C E R T I D Ã O

PROCESSO: 0091858-64.2015.4.02.5119
(2015.51.19.091858-6)
AUTOR(A): AUTOR: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
RÉ(U): REU: BR METALS FUNDICOES LTDA

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em **11/10/2016**, ocorreu a citação/intimação do(a) **AUTOR: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL**, POR **CONFIRMAÇÃO.**

Barra do Piraí, 11 de outubro de 2016.

DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA
MATRÍCULA N. 45792

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DAYARA ALICE FERREIRA DA SILVA
Documento No: 73262853-13-0-61-1-422601 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 16

Evento:
JUNTADA
Data:
12/01/2017 12:52:00
Usuário:
JRJVYL - VALQUÃ•RIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
16

Processo 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ, Evento 16, OUT12, Página 1

2014124945

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CARTÓRIO DO SEGUNDO OFÍCIO DE BARRA DO PIRAÍ
Rua Paulo de Frontin nº 168 - Centro - CEP 27123-120 - Barra do Piraí-RJ
Tel./Fax: (24) 2442-2567

Aldair Montela Lima
Resp. p/ Expediente

JFRJ
Fls 52

CÓPIA

Barra do Piraí, 10 de Abril de 2014.

À SAFIS 10/04/2014
DRF - Volta Redonda-RJ
ALEXANDRE CORREA LISBOA
DELEGADO
Matr. 881098

Ofício n.º 118/2014

Assunto: Encaminhamento de certidão

Prezado Senhor

Em atenção aos termos do Ofício DRF/VRA/SAFIS Nº 71/2014, datado de 03.04.2014, aqui recebido em 08.04.2014, da DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, referente ao pedido de **CERTIDÃO DE ÔNUS REAIS,** tenho a honra de encaminhar à V. Sª, Certidão do Registro de Imóvel, **Livro 2 - F, Folhas 124, sob o n.º de ordem 1.578.**

Renovamos à V. Sa., protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

ALDAIR MONTELA LIMA
RESPONSÁVEL PELO EXPEDIENTE
MATR. 94/0092

AO
SR. JULIO CESAR VERGUEIRO DA ROCHA MIRANDA
CHEFE DA SAFIS/DRF/VRA
MINISTÉRIO DA FAZENDA
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VOLTA REDONDA – RJ
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO
RUA LÚCIO BITTENCOURT, Nº 73, VILA STA. CECÍLIA –
VOLTA REDONDA - RJ
CEP: 27260-110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001
Autenticado digitalmente em 08/12/2014 por MARISTELA DE PAIVA
Impresso em 20/07/2016 por CARLOS FERNANDO DE ALMEIDA DIAS E SOUZA

Protocolada por Carlos Fernando de Almeida Dias e Souza em 20/07/2016 19:26
Assinado eletronicamente, certificação digital pertencente a VANCOUFRA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento: 00909765325144024121151 - 00091854-25.2014.4.02.5119

Protocolada por MARIANA SANSON WANDERLEY DA NOBREGA em 27/12/2016 16:57:13 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Documento No: 79262833-140-62-04121151 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Processo 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ, Evento 16, OUT12, Página 2

REGISTRO DE IMÓVEIS
REGISTRO GERAL

LIVRO N.o 2-F Fls. 124

MATRÍCULA N.o 1.578. DATA 20 de agosto de 1981.

IMÓVEL: Imóvel denominado FAZENDA SANTA CECILIA, sito no primeiro distrito deste Município, constante de mais ou menos 3.729.238,00 m2 (três milhões, setecentos e vinte e nove mil, duzentos e trinta e oito metros quadrados) de terras próprias em pastos, com casa de moradia, sede da propriedade, constituida de varanda, 3 salas, sendo uma de jantar; 2 cozinhas, 1 copa, oito quartos, 4 banheiros, 1 W.C., quatro corredores, Uma porta de frente em ferro e vidro; duas janelas de frente em ferro e vidro. Piso de parquet, taco, milacron, ceramica e mármore. Cobertura de lage com telha francesa. Acabamento padrão alto de 1ª; dependencia de empregada e serviços ficam no sub-solo; construção em forma de "L", confrontando em sua linhas gerais com a Rede Ferroviária Federal S.A. (antiga Estrada de Ferro Central do Brasil), com o rio Paraíba, terras de Galileu Ribeiro Guimarães, de Henrique Nora Junior ou sucessores e com glebas de terras da Light-Serviços de Eletricidade S. A., anteriormente com a denominação de Cia. Carriz, Luz e Força do Rio de Janeiro Ltda, imóvel que se acha cadastrado na Prefeitura Municipal sob nº FCI-0170000174001023. O imóvel possue ainda as seguintes benfeitorias: Vila Gerência com 8 (oito) casas e Vila Operária com 15 (quinze) casas.

Proprietário: Thyssen Fundições S.A., anteriormente Fundição Barra do Piraí S.A., com sede nesta cidade, Fazenda Santa Cecilia, inscrita no C.G.C./MF sob o nº 19.811.058/0001-43.

Registro Anterior: Lº 3-O, fls. 24, nº 6122 desta 1ª Circunscrição.

Carlos Alberto Borges-Ofal.Substº

R 1 - M 1.578.

Data: 20 de agosto de 1981.

Outorgante: Thyssen Fundições S.A., anteriormente Fundição Barra do Piraí S.A., com sede nesta cidade, na Fazenda Santa Cecilia, inscrita no C.G.C./MF sob nº 19.811.058/0001-43.

Outorgada: Light - Serviços de Eletricidade S.A. , com sede na Capital do Estado de São Paulo, na rua Cel. Xavier de Toledo, nº 23 e sucursal na cidade do Rio de Janeiro, deste Estado, na Av. Marechal Floriano, 168, inscrita no C.G.C./MF sob o nº 60.444.437/0120-71.

Título: constituição de passagem. Forma do título: Escritura pública lavrada aos 17 de setembro de 1980, em notas do Tabelião em exercício, Gentil Nascimento Marques, do 1º Ofício de Barra do Piraí (Lº 102-fls. 47-NG 8361). Valor do Contrato: Sem valor. OBS: A outorgante constitui, gratuitamente, em favor da outorgada, servidão perpetua no referido imóvel, para passagem das linhas de transmissão de energia elétrica e de comunicação que abrangerá a área seguinte: área de terra com 37.248,00 m2, compreendida na faixa de 30,00 ms. de largura, destinada às suas linhas de energia elétrica e de comunicação, ramal Fundição Barra do Piraí, medindo a partir da divisa com terras do Espólio de Henrique Nora Junior, 1.270,20 ms. em cinco segmentos de 7,20 ms. mais 770,00 ms, mais 240,00 ms mais 213,00 ms e mais 40,00 ms. todos com deflexão à direita e confrontando com parte do imóvel serviente, até encontrar o pórtico da Estação transformadora da Outorgante. Assim defletindo à direita, segue por esse pórtico mesma distância de 30,00 ms; deflete novamente à direita medindo 1.213,00 ms. em cinco segmentos de 35,20 ms., mais 187,08 ms., mais 214,72 ms, mais 760,00 ms e mais 16,00 ms., confrontando com partes do imóvel serviente , até encontrar a cerca, divisa com terras do Espólio de Henrique Nora Junior ou sucessores, numa distância de 32,50 ms., até atingir o ponto inicial desta demarcação, tudo de acordo com a planta nº 3502-fls. 2/3 que fica fazendo parte integrante e complementar da presente escritura. Demais termos, cláusulas e condições constam do título apresentado.

Carlos Alberto Borges
Oficial Substº

Custas: Cr$ 519,00 - Tab. VI, nº 1, letra a=

R 2 - M 1.578. DATA: 23 de março de 1983.

Instrumento particular de contrato de concessão de uso de terreno particular, firmado aos 04 de fevereiro de 1983 em quatro vias, figurando de um lado a Prefeitura Municipal

Cartório do 2.º Ofício - Tel. 2412-2515

JFRJ
Fls 53

CÓPIA

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001
Autenticado digitalmente em 08/12/2014 por MARISTELA DE PAIVA
Impresso em 20/07/2016 por CARLOS FERNANDO DE ALMEIDA DIAS E SOUZA

Protocolada por MARIANA SANSON WANDERLEY DA NOBREGA em 27/12/2016 16:57:13 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente, certificação digital pertencente a VANIA MARIA PAIVA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 79262833-140-62-04121151 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Processo 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ, Evento 16, OUT12, Página 3

REGISTRO DE IMÓVEIS

REGISTRO GERAL

LIVRO N.o 2.....

de Barra do Piraí, pessoa jurídica de direito público, interno, com Paço Municipal à Tra - vessa Assumpção, nº 69, nesta cidade , neste ato representada pelo Prefeito Municipal José Figorelle Sobrinho, doravante denominada Prefeitura e de outro lado Thyssen Fundições S.A. empresa com sede nesta cidade, na Estrada Governador Raimundo Padilha, s/nº,Bairro Santa Cecilia, CGC 19.811.058/0001-43, doravante denominada Thyssen, mediante as clausulas e condições seguinte: 1ª) A Thyssen reservou parte de sua propriedade para um monturo, onde despeja todos os detritos industriais e demais resíduos imprestáveis provenientes de sua empresa, monturo esse que abrange uma área de 51.065,00 m2, com as seguintes confrontações: de um lado], digo, ao lado leste com o raml da Rede Ferroviária Nacional e ao Sul, norte e oeste com os terrenos pertencentes à Thyssen Fundições; 2ª) a Thyssen concede, neste ato , o uso da área de sua propriedade acima discriminada para a Prefeitura a fim de ser utiliza da exclusivamente para nela se efetuar o despejo do lixo de toda esta cidade; 3ª) A Thys sen terá o direito de continuar a despejar os seus detritos industriais e demais resíduos na área objeto deste contrato; 4ª) A Thyssen permitirá a entrada de caminhões de lixo da Prefeitura em suas dependências, ficando a Prefeitura obrigada a zelar para que estes alí não permaneçam por tempo superior ao necessário para o descarregamento do lixo, sendo a Prefeitura responsável por quaisquer danos pessoais e materiais causados à Thyssen, seus funcionários e terceiros; 5ª) A Prefeitura fica obrigada a observar estritamente as atuais condições de limpesa e higiene no local destinado ao lixo, para que estas não se deterio - rem, comprometendo-se para tanto, a tomar as medidas e providências necessárias para a construção de aterro sanitário, manutenção e conservação do mesmo com seus próprio maquiná rio e pessoal devidamente habilitado para tanto, combatendo ratos, insetos e evitando as demais circunstâncias que possam deterior a área; comprometendo -se ainda a Prefeitura a observar as normas estabelecidas pela Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente- .. FEEMA pertinentes ao assunto;6ª) o presente contrato terá prazo de duração indeterminado , podendo ser rescindido por uma das partes mediante concessão de aviso prévio de 30 (trinta) dias, contados a partir da data do recebimento da respectiva notificação a ser feita por escrito à outra parte; 7ª) as partes contratantes decidem de comum acordo tornar sem efei- to o contrato anterior protocolado no Livro 1, fls. 449, nº de ordem 3151 em 30/12/82, no Cartorio do 2º Ofício local; 8ª) foro o desta Comarca de Barra do para dirimir dúvidas ou divergências oriundas do presente. Demais termos , cláusulas e condições constam do con - trato que objetivou o presente registro. Barra do Piraí, data supra.

Carlos Alberto Borges
Oficial Substº

Custas: Cr$ 2.040,00-Tab. VI, nº 1, letra a =

Av. 3 - M 1.578. DATA: 07 de outubro de 1986.

Certifico à vista do requerimento firmado aos 06 de outubro de 1986 por THYSSEN FUN- DIÇÕES LTDA., por seus representantes legais, devidamente instruido com a cópia do novo contrato social com certidão de registro/arquivamento da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro-JUCERJA- que, de acordo com a documentação apresentada, a requerente alte- rou sua razaõ social de Thyssen Fundições S.A. para THYSSEN FUNDIÇÕES LTDA, CGC/MF nº ... 19.811.058/0001-43. O referido é verdade e dou fé. Barra do Piraí, data supra.

Carlos Alberto Borges
Oficial Substº

Custas: Cz$ 44,87 =

Av. 4 - M 1.578. DATA: 04 de novembro de 1986.

Certifico à vista do requerimento firmado em duas vias aos 30 de outubro de 1986 por THYSSEN FUNDIÇÕES LTDA., por seus representantes legais, que de acordo com a documentação apresentada (cópia do Ofício DAF-005/85 de 16.01.85 do requerente e cópia do Ofício nº 190 -GP de 20.03.85 da Prefeitura Municipal), o contrato de concessão de uso de terreno cele - entre a requerente e a Prefeitura Municipal local aos 04.02.1983 e devidamente registrado

= Continúe no Livro 2-K, às fls.75=

JFRJ
Fls 54

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001
Autenticado digitalmente em 08/12/2014 por MARISTELA DE PAIVA
Impresso em 20/07/2016 por CARLOS FERNANDO DE ALMEIDA DIAS E SOUZA

Protocolada por Carlos Fernando de Almeida Dias e Souza em 27/12/2016 16:56.
Assinado eletronicamente, certificação digital pertencente a VANIA CRISTINA DA SILVA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento: 00901764-25.2014.4.02.5119 00901764-25.2014.4.02.5119

Protocolada por MARIANA SANSON WANDERLEY DA NOBREGA em 27/12/2016 16:57:13 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Documento No: 75262833-140-62-64121151 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Processo 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ, Evento 16, OUT12, Página 4

RJ VOLTA REDONDA DRF

REGISTRO DE IMÓVEIS

REGISTRO GERAL

LIVRO N.o 2-K

Fls. 75

JFRJ
Fls 55

MATRÍCULA N.o 1.578 (Continuação do Lº 2-f, fls. 124) DATA 04 de novembro de 1986.

IMÓVEL: x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x sob o nº 2 da presente matrícula aos 23/03/83 foi rescindido em 20/03/85. O referido é verdade e dou fé. Barra do Piraí, data supra.

Carlos Alberto Borges
Oficial Substº

Custas: Cz$ 44,87 =

AV-5 M 1.578 = DATA: 19 de Março de 2007. NOVA RAZÃO SOCIAL

À vista do requerimento firmado em 12.03.07, por Carlos Henrique da Silva Rego e Eduardo Alfredo Kessler, respectivamente, representantes legais da proprietária, instruido com Contrato Social da Thyssen Fundições Ltda, e alteração do Contrato Social de 08.11.06, da firma ThyssenKrupp Fundições Ltda, CNPJ/MF sob nº 19.811.058/0001-43, conf.comprovante de inscrição e situação cadastral, PRENOTADO nesta data, fica averbada a nova razão social da proprietária, para BR METALS FUNDIÇÕES LTDA, ficando ainda esclarecido que a firma possui CNPJ/MF sob nº 19 811 058/0001-43, e os representantes são possuidores dos RGs.(Carlos Henrique da Silva REgo), Dir. Adm. Financeiro, RG 057888760, IFP de 13.08.90, CPF/MF sob o nº 736 154 807/59, e, (Eduardo Alfredo Kessler), Dir. Industrial, RG nº 5.906.106-6, I.I.R.G DAUNT (SSP/SP) de 21.02.01, CPF/MF nº 614 770 107/00. Barra doPiraí, data supra.

= ALDAIR MONTELA LIMA =
RESP.P.EXPED.

(R).1 ato RJQ35884 IHZ

R-6 M 1.578 = DATA: 06 de agosto de 2009 INTEGRAL.CAPITAL

À vista do Instr. Particular de Constituição da Sociedade Ltda, de 28.09.07, com 1ª Alteração Contratual de 31.03.08, BR METALS FUNDIÇÕES LTDA, sociedade limitada, Inscrita CNPJ/MF sob nº 19.811.058/0001-43, registrada na JUCERJA sob o NIRE nº 3320148600-5, e SEBASTIÃO LUIS PEREIRA DE LIMA, brasileiro, casado, empresário, RG nº 7.994.453-X/SSP/SP e CPF/MF nº 855 844 798/53, res. domiciliado na R. Nebraska, nº 361/131, Brooklin, S.Paulo/SP, fica acordada a constituição de uma Sociedade Limitada, cuja denominação social, será " TUBRASIL BR METALS BP EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA " com sede social e domicilio na cidade de Barra do Piraí/RJ, na Fazenda Santa Cecilia, Estrada Gov. Raimundo Padilha, s/nº(parte) CEP: 271250-255, que utilizará o nome de Fantasia " TURBRASIL BR METALS BP ", sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09 229 835/0001-92, com sede nesta cidade, para integralização de capital, cujo contrato social está devidamente registrado na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO sob o nº 33208005011 em 13.11.07, tem entre sí justa e contratada a alteração do contrato social, como se segue: O capital social é aumentado de R$51.320,00 (cinquenta e um mil trezentos evinte reais), para R$11.861.337,00 (onze milhões oitocentos sessenta e um mil trezentos trinta sete reais), mediante a emissão de 1181017(onze milhões oitocentos e dez mil e dezessete) quotas,digo, nova quotas, no valor de R$1,00(um real) cada uma, assim distribuidas: BR METALS FUNDIÇÕES LTDA(11861336) quotas no valor de R$11.861 336,00(onze milhões oitocentos sessenta um mil, trezentos trinta seis reais), e SEBASTIÃO LUIS PEREIRA DE LIMA, (01) uma quota no valor de R$1,00(um real), totalizando R$11.861.337, 00(onze milhões oitocentos ewssenta e um mil, trezentos trinta sete reais), em conjunto com o imóvel constante da presente matricula, o qual foi avaliado em R$26.629.808,80 (vinte seis milhões, seiscentos vinte nove mil, oitocentos e oito reais e oitenta centavos),vr. cintábil, e, sendo, R$1.230.649,00(hum milhão duzentos trinta mil, seiscentos quarenta e nove reais), correspondentes ao terreno e R$25.399.159,80(vinte cinco milhões, trezentos e noventa e nove mil, cento cinquenta nove reais,oitenta centavos), correspondentes as benfeitorias. Apresentadas as certidões de praxs, em como a de NÃO INCIDÊNCIA DE ITBI de nº 007/2009 expedida em 29.07.09, pela Secr. de Fazenda local. Demais clausulas e condições, constantes do instrumento apresentado, ficando uma via arquivada. Barra do Pirai, d. supra.

= ALDAIR MONTELA LIMA =
RESP. P/EXPEDIENTE

(R) 1 ato RNU67548 SUQ

= CONTINUA NO VERSO =

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001
Autenticado digitalmente em 08/12/2014 por MARISTELA DE PAIVA
Impresso em 20/07/2016 por CARLOS FERNANDO DE ALMEIDA DIAS E SOUZA

Protocolada por MARIANA SANSON WANDERLEY DA NOBREGA em 27/12/2016 16:57:13 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Protocolada por Carlos Fernando de Almeida Dias e Souza em 20/07/2016 18:28
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento: (0000754-25.2014.4.02.5119) 0000754-25.2014.4.02.5119
Documento No: 73262853-14-0-62-6-412151 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Processo 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ, Evento 16, OUT12, Página 5

REGISTRO DE IMÓVEIS

REGISTRO GERAL

LIVRO N.o 2 *K.....

JFRJ
Fls 56

R-7 M 1.578 = DATA: 04 de Setembro de 2009. HIPOTECA

À vista da Escritura Publica de Constituição de Hipoteca sobre divida futura, lavrada aos 01(primeiro) de setembro de 2009(dois mil e nove), no 2º Tabelionato de Notas de Osasco/SP (Lº 858, fs. 053/060), PRENOTADA nesta data, fica REGISTRADO que, na qualidade de garante' hipotecante TUBRASIL BR METALS BP EMPREEND. E PARTICIPAÇÕES LTDA, já antes qualificada, repres. por seus procuradores ANTONIO CAMPELLO HADDAD FILHO, bras., casado, empresário, RG. 5.594.376-7, SSP/SP, CPF:990 920 778/87,e, ELIANE APARECIDA ALMEIDA DE BRITO, bras., sep.' judicialmente, industriária, RG nº 11.563.351, SSP/SP, CPF/MF sob nº 026 013 088/50, daqui por diante chamada Outorgante -1) SIFCO S.A. Soc.Anônima de capital fechado, com sede em Jundiaí/SP, na Av. S.Paulo, 479, Caixa Banco 23, Vila Arens, CNPJ/MF nº 60.499.605/0001-09 reg. JUCESP sob nº 131.158/08-9 de 24.03.08, repres. seus procuradores ANTONIO CAMPELLO ' HADDAD FILHO e ELIANE APARECIDA ALMEIDA DE BRITO, já qualificados; VULCAN MATERIAL PLASTI' CO LTDA, soc. empresarial limitada, com sede no R. Janeiro, na Estr. do Coçégio, 380,Irajá inscrita no CNPJ 33.066.952/0001-67, reg. JUCERJA nº 1712776 de 11.07.07, repres. seus procuradores ANTONIO CAMPELLO HADDAD FILHO e ELIANE APARECIDA ALMEIDA DE BRITO, já qualifica' dos. 3) G. BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA, soc. empresária Ltda, com sede em S.Paulo-Capital,ná AV. Sylvio de Magalhães Padilha 5200-Bloco "B", conj. 1, Jd. Morumbi, CNPJ/MF 03746.270/00 01-34, Reg.JUCESP 224.186/08-5 de 30.04.08, repres. por seus procuradores ANTONIO CAMPELLO HADDAD FILHO, e, ELIANE APARECIDA ALMEIDA DE BRITO, já qualificados; 4) KG ESTAMPARIA FER RAMENTARIA USINAGEM E MONTAGEM LTDA, soc. empresaria Ltda, sede em S.Bernardo do Campo/SP, na Av.Alvaro Guimarães, 2487, Vila Euro, CNPJ/MF 59 107 797/0001-73, contr. social, de 30. 03.09, reg. JUCESP sob nº 105.381/09-3, de 30.04.09, repres. seus procuradores ANTONIO CAM PELLO HADDAD FILHO, e, ELIANE APARECIDA ALMEIDA DE BRITO, já qualificados; 5) METALURGICA' DE TUBOS DE PRECISÃO LTDA, soc.empres.ltda, com sede Guarulhos/SP, na Av. Monteiro Lobato, 3321, contr. datado de 22.02.08, reg. JUCESP nº 38.451/08-6 de 29.02.08, repres. por seus procuradores ANTONIO CAMPELLO HADDAD FILHO e ELIANE APARECIDA ALMEIDA DE BRITO, já qualifi cados, e, BR METALS FUNDIÇÕES LTDA, soc. empresaria ltda, com sede em Barra do Piraí/RJ.,' na Estr. Gov.Raymundo Padilha s/nº, Santa Cecilia, CNPJ/MF 19.811.058/0001-43, contr. soci al datado de 30.11.06, reg. JUCERJA nº 00001656826, repres. seus procuradores ANTONIO CAM PELLO HADDAD FILHO e ELIANE APARECIDA ALMEIDA DE BRITO, já qualificados, daqui por diante, chamadas DEVEDORAS, deram em 1ª E ESPECIAL HIPOTECA, ao credor BANCO DO BRASIL S.A., Soc.' economia mista, com sede em Brasilia/DF, por sua ag. Corporate SP 2659, inscrito no CNPJ/ MF sob nº 00 000 000/4773-20, repres. por seu procurador Fábio Werneck Marques, brasileiro casado, bancário, RG 658.003, SSP/ES, CPF/MF nº 710 673107/20, res. end. supra, cfe. procuração do 2º Tab. Notas de Brasilia/DF,Lº 2530,fs.020, de 04.12.06, substabelecimento lavra da no 16º Tab.Notas S.Paulo, Capital, Lº 3.313,fs.231/232 de 05.12.08, aqui denominado OU TORGADO, pelo valor de R$26.400.000,00(vinte seis milhões quatrocentos mil reais), em ga-' rantia do cumprimento integral das obrigações a serem assumidas em conformidade com a clau sula TERCEIRA, inclusive dos encargos financeiros e acessórios a elas pertinentes, a Outor gante dá ao Outorgado, em primeira e especial hipoteca, e sem concorrência de terceiros o imovel aqui matriculado e antes caracterizado. Demais cláusulas e condições constantes da escritura apresentada, ficando uma via arquivada. Barra do Piraí, data supra.

ALDAIR MONTELA LIMA
RESP/EXPEDIENTE

(R).1 ato
RNY33469 RSK

AV-8 M 1.578 = DATA: 12 de Agosto de 2011. CANC./PARTE/HIPOTECA

À vista do requerimento firmado aos 24.01.11, por Márcia Mesquita de Godoy Fonseca e Arman do Hamano, brasileiros, casados, bancários, RGs. 10840227 e 17253504, SSP/SP e CPF/MFs sob nºs. 029 163 068/54 e 097 155 598/24, respectivamente, residentes em São Paulo/SP., na qua lidade de representantes legais do credor, Banco do Brasil S.A., PRENOTADO nesta data, fi ca averbada a **renuncia** do credor quanto à garantia sobre a área de 18.562,54m2, corresp. a parte do imóvel objeto da matricula mencionada(1578) acima, tendo em vista a desapropria ' ção pelo poder publico estadual da referida área, cfe. Dec. nº 42.387 de 31.03.10 publica' do no D.O./RJ em 05.04.10. A referida renuncia não atinge a garantia sobre o remanescente'

= CONTINUA ÀS FLS. 022 DO LIVRO 2* X =

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001
Autenticado digitalmente em 08/12/2014 por MARISTELA DE PAIVA
Impresso em 20/07/2016 por CARLOS FERNANDO DE ALMEIDA DIAS E SOUZA

Protocolada por MARIANA SANSON WANDERLEY DA NOBREGA em 27/12/2016 16:57:13 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente, certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAIVA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento: 00000764-25.2014.4.02.5119 - 00000754-25.2014.4.02.5119
Documento No: 75262833-140-62-16412151 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Processo 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ, Evento 16, OUT12, Página 6

REGISTRO DE IMÓVEIS

REGISTRO GERAL

Livro N.º 2 - X

Fls.: 022

ANO 2011

MATRÍCULA N.º 1.578 (Continuação fls. 75 do Livro 2-K) DATA 12 / 08 / 2011

IMÓVEL: .....

Sobre o remanescente do imóvel aqui matriculado e tampouco as dívidas das empresas constantes na Escritura Pública registrada no R-07, da presente matrícula. Barra do Piraí, data supra.

ALDAIR MONTELA LIMA
RESPONSÁVEL P/EXPEDIENTE

(R):1 selo RRT2063 APB

Custas : R$ 79,50 (Tab.05-02 e Tab.01-8,9, Lei 3217/99, Lei 4.664/05, Lei 111/06, Prov. 15/07)

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE BARRA DO PIRAÍ
Rua Paulo de Frontin, 168 - Centro - Barra do Piraí - RJ - TEL.: (24) 2442-2567

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução autêntica da matrícula a que se refere, extraída nos termos do art. 19, § 1°, da Lei 6.015/73, dela constando todos os eventuais ônus que recaiam sobre o imóvel B. do Piraí, 16/04/2014. **Custas: ISENTO**

EAEL 49103 PIG Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

30657548/0001-70
Cartório do 2º Ofício de
Barra do Piraí - RJ
Rua Paulo de Frontin, 168
Centro - CEP 27.213-120
BARRA DO PIRAÍ - RJ

Cartório do 2º Ofício - Tel. 2442-2567 - Piraí

Aldair Montera Lima
Responsável p/ Expediente
Cartório do 2º Ofício B. Piraí-RJ
Matrícula 94/0062

JFRJ
Fls 57

CÓPIA

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001
Autenticado digitalmente em 08/12/2014 por MARISTELA DE PAIVA
Impresso em 20/07/2016 por CARLOS FERNANDO DE ALMEIDA DIAS E SOUZA

Protocolada por MARIANA SANSON WANDERLEY DA NOBREGA em 27/12/2016 16:57:13 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente, certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento: 00009754-25.2014.4.02.5119 - 0000754-25.2014.4.02.5119
Documento No: 79262833-140-62-64121151 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Resende-RJ

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 1ª VARA FEDERAL DE BARRA DO PIRAI – ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Execução fiscal
Exequente: UNIÃO / FAZENDA NACIONAL
Executado: BR METALSFUNDIÇÕES LTDA

A **UNIÃO/ FAZENDA NACIONAL**, por seu procurador infra-assinado, respeitosamente, vem à Vossa Presença, requerer que seja expedido **mandado de penhora e avaliação dos bens** do executado que seguem em anexo, a saber matricula 1578.

Requer ainda a juntada dos ofícios dos quais se comprovam a titularidade

Segue por oportuno o valor atualizado do débito ainda não satisfeito.

Termos em que,
Pede deferimento.

Resende, 12 de agosto de 2016

MARIANA SANSON W. DE NÓBREGA
Procuradora da Fazenda Nacional

Protocolada por MARIANA SANSON WANDERLEY DA NOBREGA em 27/12/2016 16:57:13 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-15-0-68-1-87356 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

DIVIDA

CCREDEXT PGF - PGFN - DATAPREV CCREDEXT

DIVIDA ATIVA

22/12/2016 CONSULTA AO EXTRATO DO DEVEDOR 12:38:59

Cat: (1-CNPJ 2-CEI 3-CPF 4-RG 5-NIT/PIS)

1 19811058000143

Nome: **BR METALS FUNDICOES LTDA**

Usuario: 1 (1-Procuradoria 2-Administrativo 3-Ambos)

Todos os Tipos.. x 1-Outros Tipos..... 2-Nat. Nao Previdenciaria..

3-Arrematacao... 4-Sucumbencia..... 5-Contrib. Nao Repassada...

6-Trabalhista JT 7-Afericao Indireta 8-Solidariedade.....

Filial	Credito	Usu	Fase	RFB/PRC	Situacao	Valor Total	Tipo
0001-43	114969370	PRO	0535	17.200.808	AJUIZ/DISTRIB.	9.897.915,11	1
0001-43	114969388	PRO	0514	17.200.808	PR-IN LDCG/DCG	920,40	1
0001-43	122304055	PRO	0535	17.200.808	AJUIZ/DISTRIB.	6.121.955,89	1
0001-43	128914009	PRO	0535	17.200.808	AJUIZ/DISTRIB.	1.347.895,45	1
0001-43	128914017	PRO	0535	17.200.808	AJUIZ/DISTRIB.	16.914.152,16	1
0001-43	321870204	PRO	0775	17.200.808	Parc Esp 11941	640.997,74	1
0001-43	321870239	PRO	0940	17.200.808	CR.LIQ.P/GUIA	**.***.***.***,**	1

321870263 Proximo Credito

XMIT

Existem mais creditos

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

DIVIDA

CCREDEXT PGF - PGFN - DATAPREV CCREDEXT

DIVIDA ATIVA

22/12/2016 CONSULTA AO EXTRATO DO DEVEDOR 12:39:07

Cat: (1-CNPJ 2-CEI 3-CPF 4-RG 5-NIT/PIS)

1 19811058000143

Nome: **BR METALS FUNDICOES LTDA**

Usuario: 1 (1-Procuradoria 2-Administrativo 3-Ambos)

Todos os Tipos.. x 1-Outros Tipos..... 2-Nat. Nao Previdenciaria..

3-Arrematacao... 4-Sucumbencia..... 5-Contrib. Nao Repassada...

6-Trabalhista JT 7-Africao Indireta 8-Solidariedade.....

Filial	Credito		Usu	Fase	RFB/PRC	Situacao	Valor Total	Tipo
0001-43	321870263		PRO	0941	17.200.808	CR.LIQ.P/PARCM	**.***.***.***,**	1
0001-43	327091177		PRO	0942	17.200.808	LIQ.PARCM.ESP	**.***.***.***,**	1
0001-43	362254532		PRO	0940	17.200.808	CR.LIQ.P/CUIA	**.***.***.***,**	1
0001-43	367286084		PRO	0535	17.200.808	AJUIZ/DISTRIB.	66.945,56	1
0001-43	368738450		PRO	0535	17.200.808	AJUIZ/DISTRIB.	1.017.433,55	1
0001-43	368738469		PRO	0535	17.200.808	AJUIZ/DISTRIB.	303.532,68	1
0001-43	372194630		PRO	0520	17.200.808	INSC.DIV.ATIVA	406.323,94	1

372194648 Proximo Credito

XMIT

Existem mais creditos

Versão 0.268.35

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

DIVIDA

CCREDEXT PGF - PGFN - DATAPREV CCREDEXT

DIVIDA ATIVA

22/12/2016 CONSULTA AO EXTRATO DO DEVEDOR 12:39:17

Cat: (1-CNPJ 2-CEI 3-CPF 4-RG 5-NIT/PIS)

1 19811058000143

Nome: **BR METALS FUNDICOES LTDA**

Usuario: 1 (1-Procuradoria 2-Administrativo 3-Ambos)

Todos os Tipos.. x 1-Outros Tipos..... 2-Nat. Nao Previdenciaria..

3-Arrematacao... 4-Sucumbencia..... 5-Contrib. Nao Repassada...

6-Trabalhista JT 7-Afericao Indireta 8-Solidariedade.....

Filial	Credito	Usu	Fase	RFB/PRC	Situacao	Valor Total	Tipo
0001-43	372194648	PRO	0520	17.200.808	INSC.DIV.ATIVA	2.186.028,91	7
0001-43	396474365	PRO	0535	17.200.808	AJUIZ/DISTRIB.	309.447,55	1
0001-43	396474390	PRO	0535	17.200.808	AJUIZ/DISTRIB.	148.663,26	1
0001-43	396555594	PRO	0514	17.200.808	PR-IN LDCG/DCG	243,67	1
0001-43	399342150	PRO	0535	17.200.808	AJUIZ/DISTRIB.	168.233,28	1
0001-43	399485520	PRO	0535	17.200.808	AJUIZ/DISTRIB.	670.725,02	1
0001-43	399752501	PRO	0535	17.200.808	AJUIZ/DISTRIB.	329.903,89	1

399752510 Proximo Credito

XMIT

Existem mais creditos

Versão 0.268.35

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CCREDEXT PGF - PGFN - DATAPREV CCREDEXT

DIVIDA ATIVA

22/12/2016 CONSULTA AO EXTRATO DO DEVEDOR 12:39:31

Cat: (1-CNPJ 2-CEI 3-CPF 4-RG 5-NIT/PIS)

1 19811058000143

Nome: **BR METALS FUNDICOES LTDA**

Usuario: 1 (1-Procuradoria 2-Administrativo 3-Ambos)

Todos os Tipos.. x 1-Outros Tipos..... 2-Nat. Nao Previdenciaria..

3-Arrematacao... 4-Sucumbencia..... 5-Contrib. Nao Repassada...

6-Trabalhista JT 7-Afericao Indireta 8-Solidariedade.....

Filial	Credito	Usu	Fase	RFB/PRC	Situacao	Valor Total	Tipo
0001-43	399752510	PRO	0535	17.200.808	AJUIZ/DISTRIB.	368.555,14	1
0001-43	405294034	PRO	0535	17.200.808	AJUIZ/DISTRIB.	407.118,90	1
0001-43	405519931	PRO	0535	17.200.808	AJUIZ/DISTRIB.	585.165,49	1
0001-43	405519940	PRO	0535	17.200.808	AJUIZ/DISTRIB.	137.809,24	1
0001-43	405519958	PRO	0535	17.200.808	AJUIZ/DISTRIB.	516.299,23	1
0001-43	405519966	PRO	0535	17.200.808	AJUIZ/DISTRIB.	124.449,76	1
0001-43	405519974	PRO	0535	17.200.808	AJUIZ/DISTRIB.	502.606,03	1

405634692 Proximo Credito

XMIT

Existem mais creditos

Versão 0.268.35

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

DIVIDA

CCREDEXT PGF - PGFN - DATAPREV CCREDEXT

DIVIDA ATIVA

22/12/2016 CONSULTA AO EXTRATO DO DEVEDOR 12:39:39

Cat: (1-CNPJ 2-CEI 3-CPF 4-RG 5-NIT/PIS)

1 19811058000143

Nome: **BR METALS FUNDICOES LTDA**

Usuario: 1 (1-Procuradoria 2-Administrativo 3-Ambos)

Todos os Tipos.. x 1-Outros Tipos..... 2-Nat. Nao Previdenciaria..

3-Arrematacao... 4-Sucumbencia..... 5-Contrib. Nao Repassada...

6-Trabalhista JT 7-Afericao Indireta 8-Solidariedade.....

Filial	Credito	Usu	Fase	RFB/PRC	Situacao	Valor Total	Tipo
0001-43	405634692	PRO	0535	17.200.808	AJUIZ/DISTRIB.	68.151,46	1
0001-43	405634706	PRO	0535	17.200.808	AJUIZ/DISTRIB.	577.008,53	1
0001-43	405634935	PRO	0535	17.200.808	AJUIZ/DISTRIB.	156.566,78	1
0001-43	405634943	PRO	0535	17.200.808	AJUIZ/DISTRIB.	567.451,96	1
0001-43	405635052	PRO	0535	17.200.808	AJUIZ/DISTRIB.	160.181,32	1
0001-43	405635060	PRO	0535	17.200.808	AJUIZ/DISTRIB.	556.521,43	1
0001-43	405635117	PRO	0535	17.200.808	AJUIZ/DISTRIB.	159.660,77	1

405635125 Proximo Credito

XMIT

Existem mais creditos

Versão 0.268.35

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

DIVIDA

CCREDEXT PGF - PGFN - DATAPREV CCREDEXT

DIVIDA ATIVA

22/12/2016 CONSULTA AO EXTRATO DO DEVEDOR 12:39:58

Cat: (1-CNPJ 2-CEI 3-CPF 4-RG 5-NIT/PIS)

1 19811058000143

Nome: **BR METALS FUNDICOES LTDA**

Usuario: 1 (1-Procuradoria 2-Administrativo 3-Ambos)

Todos os Tipos.. x 1-Outros Tipos..... 2-Nat. Nao Previdenciaria..

3-Arrematacao... 4-Sucumbencia..... 5-Contrib. Nao Repassada...

6-Trabalhista JT 7-Afericao Indireta 8-Solidariedade.....

Filial	Credito	Usu	Fase	RFB/PRC	Situacao	Valor Total	Tipo
0001-43	405775660	PRO	0535	17.200.808	AJUIZ/DISTRIB.	3.420.618,89	1
0001-43	405775679	PRO	0940	17.200.808	CR.LIQ.P/GUIA	**.***.***.***,**	1
0001-43	405941315	PRO	0535	17.200.808	AJUIZ/DISTRIB.	777.543,52	1
0001-43	414845536	PRO	0535	17.200.808	AJUIZ/DISTRIB.	715.633,18	1
0001-43	417964927	PRO	0535	17.200.808	AJUIZ/DISTRIB.	5.422.245,79	1
0001-43	419374485	PRO	0535	17.200.808	AJUIZ/DISTRIB.	486.568,57	1
0001-43	419897119	PRO	0535	17.200.808	AJUIZ/DISTRIB.	489.701,93	1

422384283 Proximo Credito

XMIT

Existem mais creditos

Versão 0.268.35

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

DIVIDA

CCREDEXT PGF - PGFN - DATAPREV CCREDEXT

DIVIDA ATIVA

22/12/2016 CONSULTA AO EXTRATO DO DEVEDOR 12:53:24

Cat: (1-CNPJ 2-CEI 3-CPF 4-RG 5-NIT/PIS)

1 19811058000143

Nome: **BR METALS FUNDICOES LTDA**

Usuario: 1 (1-Procuradoria 2-Administrativo 3-Ambos)

Todos os Tipos.. X 1-Outros Tipos..... 2-Nat. Nao Previdenciaria..

3-Arrematacao... 4-Sucumbencia..... 5-Contrib. Nao Repassada...

6-Trabalhista JT 7-Afericao Indireta 8-Solidariedade.....

Filial	Credito		Usu	Fase	RFB/PRC	Situacao	Valor Total	Tipo
0001-43	422384283		PRO	0535	17.200.808	AJUIZ/DISTRIB.	356.882,62	1
0001-43	422631531		PRO	0535	17.200.808	AJUIZ/DISTRIB.	490.260,98	1
0001-43	422757829		PRO	0535	17.200.808	AJUIZ/DISTRIB.	341.126,02	1
0001-43	422884502		PRO	0535	17.200.808	AJUIZ/DISTRIB.	470.503,73	1
0001-43	423011383		PRO	0535	17.200.808	AJUIZ/DISTRIB.	94.628,12	1
0001-43	423905120		PRO	0535	17.200.808	AJUIZ/DISTRIB.	460.533,48	1
0001-43	431986681		PRO	0535	17.200.808	AJUIZ/DISTRIB.	505.399,10	1

432722106 Proximo Credito

XMIT

Existem mais creditos

Versão 0.268.35

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CCREDEXT PGF - PGFN - DATAPREV CCREDEXT
DIVIDA ATIVA
22/12/2016 CONSULTA AO EXTRATO DO DEVEDOR 12:38:51

Cat: (1-CNPJ 2-CEI 3-CPF 4-RG 5-NIT/PIS)
1 19811058000143
Nome: **BR METALS FUNDICOES LTDA**
Usuario: 1 (1-Procuradoria 2-Administrativo 3-Ambos)
Todos os Tipos.. x 1-Outros Tipos..... 2-Nat. Nao Previdenciaria..
3-Arrematacao... 4-Sucumbencia..... 5-Contrib. Nao Repassada...
6-Trabalhista JT 7-Afericao Indireta 8-Solidariedade.....

Filial	Credito		Usu	Fase	RFB/PRC	Situacao	Valor Total	Tipo
0001-43	432722106		PRO	0535	17.200.808	AJUIZ/DISTRIB.	406.225,91	1
0001-43	435090615		PRO	0535	17.200.808	AJUIZ/DISTRIB.	548.156,21	1
0001-43	435276514		PRO	0535	17.200.808	AJUIZ/DISTRIB.	448.726,86	1
0001-43	436369176		PRO	0535	17.200.808	AJUIZ/DISTRIB.	77.811,73	1
0001-43	457154373		PRO	0535	17.200.808	AJUIZ/DISTRIB.	2.092.502,16	1
0001-43	457154381		PRO	0514	17.200.808	PR-IN LDCG/DCG	112,37	1
0001-43	479262942		PRO	0514	17.200.808	PR-IN LDCG/DCG	614,68	1

Proximo Credito **Total (em Reais)** 65.773.604,38
XMIT

Fim da pesquisa atual

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 17

Evento:
CONCLUSAO_PARA_DECISAO_____DETERMINA_INTIMACAO
Data:
18/08/2017 11:50:00
Usuário:
JRJVYL - VALQUÃ•RIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
17

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL – 2ª REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
Subseção Judiciária de Barra do Pirai
1ª Vara Federal - Juizado Especial Adjunto

PROCESSO: 0091858-64.2015.4.02.5119 (2015.51.19.091858-6)
CLASSE: EXECUÇÃO FISCAL
PARTE AUTORA: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PARTE RÉ: BR METALS FUNDICOES LTDA

DECISÃO

Fls. 68 – Defiro.

Expeça-se mandado de penhora, avaliação e registro do bem indicado às fls. 62/67, intimando-se o executado da referida penhora e do prazo de 30 (trinta) dias para oferecimento de embargos.

Barra do Piraí, 18 de agosto de 2017

Assinado eletronicamente, conforme Lei n.º 11.419/2006
LILIAN MARA DE SOUZA FERREIRA
JUÍZA FEDERAL SUBSTITUTA NO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a LILIAN MARA DE SOUZA FERREIRA
Documento No: 73262853-17-0-77-1-784240 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 18

Evento:
INTIMACAO_DE_DECISAO___REGISTRO_NO_SISTEMA
Data:
18/08/2017 14:26:00
Usuário:
JRJVJK - LIVIA OLIVEIRA RABELO -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
18

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 19

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_EXPEDIR_MANDADO
Data:
04/12/2017 16:16:00
Usuário:
JRJVYL - VALQUÃ•RIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
19

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 20

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_AGUARDANDO_DEVOLUCAO_DE_MANDADO
Data:
05/12/2017 11:46:00
Usuário:
JRJVYL - VALQUÃ•RIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
20

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 21

Evento:
JUNTADA
Data:
07/05/2018 15:46:00
Usuário:
JRJVJK - LIVIA OLIVEIRA RABELO -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
21

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Rua José Alves Pimenta, nº 1091 – Matadouro
Barra do Piraí /RJ – CEP. 27.115-010
Fone: (24) 3211-3128

MANDADO Nº: EFV.1901.000867-0/2017

MANDADO DE PENHORA, AVALIAÇÃO, INTIMAÇÃO E REGISTRO (BEM ESPECÍFICO)

0 2 6 8 1 1 9 0 1 0 0 0 8 6 7 0 2 0 1 7

CLASSE: 3000 - EXECUÇÃO FISCAL
PROCESSO: 0091858-64.2015.4.02.5119 (2015.51.19.091858-6)
EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: BR METALS FUNDICOES LTDA
CDA(s): 11.496.937-0
CPF/CNPJ: 19.811.058/0001-43

DESTINATÁRIO: BR METALS FUNDICOES LTDA
ENDEREÇO: Imóvel denominado FAZENDA SANTA CECÍLIA, situado no primeiro distrito do Município de Barra do Piraí/RJ

O(A) DOUTOR(A) **JANAINA SIQUEIRA BARREIROS LEAL**, MERITÍSSIMO(A) JUIZ(A) FEDERAL SUBSTITUTA NO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE DA VARA FEDERAL DE BARRA DO PIRAÍ/JUIZADO ESPECIAL FEDERAL ADJUNTO DE BARRA DO PIRAÍ – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO/RJ, na forma da lei

MANDA ao Oficial de Justiça deste juízo que, em seu cumprimento, proceda à:

(a) PENHORA e **AVALIAÇÃO** do(s) bem(ns) do(a) executado(a)(s) indicado(s) a fls. 62/68 **(IMÓVEL DE MATRÍCULA 1.578)** e/ou de tantos bens quantos bastem para a garantia da dívida (arts. 10 e 11, Lei 6.830/80) no valor de **R$ 8.646.819,85 (oito milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, oitocentos e dezenove reais e oitenta e cinco centavos)**.

(b) INTIMAÇÃO do(a)(s) executado(a)(s) para ciência da formalização da penhora, bem como de que dispõe(m) do **prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da intimação**, para oferecer(em) embargos (art. 16, Lei 6830/80), sob pena de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo(a) exequente;

(c) NOMEAÇÃO de depositário, o qual deverá ser intimado a não abrir mão do depósito sem prévia autorização do Juízo;

(d) Eventualmente, recaindo a penhora sobre **imóvel de pessoa jurídica**, à ausência de representante legal, **VERIFICAÇÃO** da natureza do vínculo existente entre o depositário nomeado e a empresa executada ou, se penhorado **imóvel de pessoa física**, **INTIMAÇÃO** do cônjuge do(a)(s) executado(a)(s), se casado(a)(s).

(e) REGISTRO da penhora ou arresto, independentemente do pagamento de custas ou outras despesas, com entrega de contrafé e cópia do ato respectivo, conforme o caso, perante: o Oficial de Registro Imobiliário competente, se o bem for imóvel ou a ele equiparado (art. 7º, IV e art. 14, I da Lei 6.830/80); o responsável legal pela repartição competente para emissão do certificado de registro, se for veículo (art. 7º, IV e art. 14, II da Lei 6.830/80); ou o representante legal da Junta Comercial, Bolsa de Valores ou da Sociedade Comercial, se forem ações, debêntures, quota ou

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-18-0-78-2-190747 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

qualquer título, crédito ou direito societário nominativo (art.14, III da Lei 6.830/80);

(f) INTIMAÇÃO do(a)(s) executado(a)(s) para ciência dos demais termos do r. despacho que segue em anexo.

Nota: Acompanha, o presente, cópia da petição de fls.**62/68** e de despacho retro.

DADO E PASSADO nesta Cidade de Barra do Piraí, em 05/12/2017. Eu, VALQUÍRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA, matrícula 18044, expedi este Mandado por ordem do(a) MM. Juiz(a) Federal da Vara Federal Única de Barra do Piraí, e eu, LUCIANE MELLO D'URSO, Diretor(a) de Secretaria, o subscrevo.

Assinado eletronicamente, conforme Lei 11.419/2006

LUCIANE MELLO D'URSO

Diretora de Secretaria

Matrícula 10937

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-18-0-78-2-190747 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

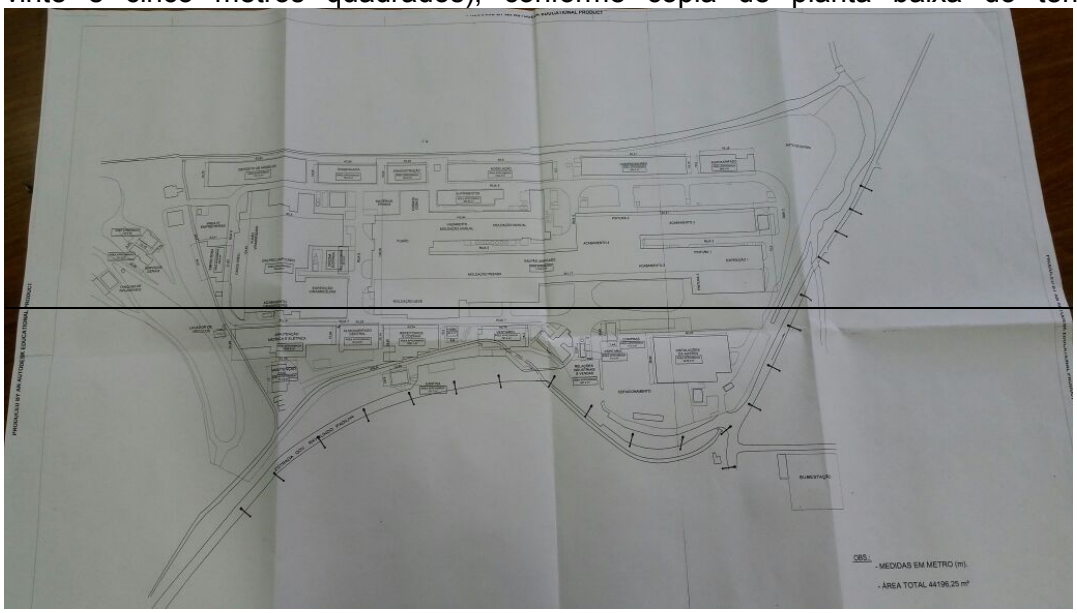
EXPEDIENTE: MANDADO Nº EFV.1901.000867-0/2017
PROCESSO: 00911858-64.2015.4.02.5119

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao mandado em epígrafe, no dia 05/03/2018, as 15h, compareci no endereço indicado e, ali estando, acompanhada do Sr. Clemente Mariano, funcionário da destinatária, procedi à constatação do imóvel com o objetivo de penhorá-lo e avaliá-lo, nos termos da determinação contida nos autos do processo nº 00911858-64.2015.4.02.5119
Na vistoria realizada, constatei tratar-se de um imóvel em cuja sede funcionava a empresa destinatária, estruturada para atividade no segmento de fundição.O imóvel é lindeiro com o Rio Paraíba do Sul, com a Rede Ferroviária Federal S.A. (atual MRS Logística), Light-Serviços de Eletricidade S.A., terras de Galileu Ribeiro Guimarães e de Henrique Nora Júnior e/ou sucessores, sendo que seu acesso se dá tanto pela BR 393, altura do km 258/259, pela Estrada Manoel Coutinho de Carvalho, ou pela Estrada Governador Raimundo Padilha, no Bairro Santa Cecília e Cantão, município de Barra do Piraí.

Na entrada principal, pelo lado direito, verifica-se a existência de quinze casas geminadas, que compõem a Vila Operária, benfeitoria mencionada no registro lavrado pelo Cartório do Segundo Ofício de Barra do Piraí, matrícula nº 1578, do livro 2-F, do Registro Geral de Imóveis, todavia sem as especificações da referida área construída. Estima-se que esta área residencial seja de 1.335,00 m²(um mil e trezentos e trinta e cinco metros quadrados).

Em frente às referidas casas, há o complexo industrial, cuja área construída seja de aproximadamente de 44.196, 25m² (quarenta e quatro mil, cento e noventa e seis, vinte e cinco metros quadrados), conforme cópia de planta baixa do terreno.



Esse complexo não consta averbado no registro da matrícula imobiliária. Todavia, o Escritório de Advocacia da destinatária, por Camila Vieira Guimarães, em 28/03/2018, forneceu Laudo de Avaliação Particular realizado pela empresa APPRAISAL Avaliações e Engenharia, em email endereçado a esta subscritora, onde consta uma descrição pormenorizada das construções do Complexo Industrial, o qual anexo à presente certidão..

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-19-0-80-2-710547 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

A sede da propriedade é designada como Casa da Presidência, cuja área construída é de 620,00 m² (seiscentos e vinte metros quadrados), com cinco suítes, três salas, um escritório, sanitários, copa e cozinha no pavimento térreo e, no subsolo, dependência de empregados, lavanderia, sanitários, com estrutura de alvenaria e telhas de cerâmica, conforme fotos abaixo. Na área externa existe uma piscina, estacionamento, churrasqueira e jardins.

As casas da Vila da Gerência, embora nas anotações do registro estejam identificadas oito residências, constatei a existência de dez construções, em estrutura de alvenaria, cobertura com telhas de cerâmica, totalizando uma área construída de 1.600 m² (um mil e seiscentos metros quadrados), sendo existem áreas comuns de lazer, com churrasqueiras e uma piscina, contudo não constam essas anotações do registro imobiliário.

Tendo em vista que as edificações relativas ao parque industrial não estão averbadas no registro imobiliário (matrícula 1.578), ***tive dúvidas em penhorar e avaliar o referido imóvel***, o que me faz suscitar dúvida ao Douto Juízo nos seguintes termos: 1) se a penhora recairá apenas sobre o imóvel e as construções descritas na matrícula 1.578, conforme transcrição abaixo: *o "imóvel denominado Fazenda Santa Cecília, sito no primeiro distrito deste município, constante de mais ou menos 3.729.238,00 m² (três milhões, setecentos e vinte e nove mil, duzentos e trinta e oito metros quadrados) de terras próprias em pastos, com casa de moradia, sede da propriedade, constituída de varanda, três salas, sendo uma de jantar, duas cozinhas, uma copa, oito quartos, quatro banheiros, um W.C, quatro corredores, uma porta de frente em ferro e vidro, duas janelas de frente em ferro e vidro. Piso de parquet, taco, milacron, cerâmica e mármore. Cobertura de lage com telha francesa. Acabamento padrão alto, de primeira, dependência de empregada e serviços ficam nos sub-solo, construção em forma de L" (...) e Vila Gerência com 8 (oito) casas e Vila Operária com 15 (quinze) casas.",* sendo objeto de avaliação apenas a terra nua, com estimativa de valor da área, pelo método comparativo, como Zona de Expansão Urbana; 2) ou se a penhora deverá recair sobre toda as construções existentes no imóvel, especialmente valorando a natureza industrial dos galpões que se encontram desativados. Nesse aspecto, os elementos para estimar o valor do terreno em sua natureza industrial seriam insuficientes pela metodologia comparativa, dada a especificidade da natureza industrial da destinatária nesta localidade.
Cumpre-me informar que a destinatária indicou como depositário do bem o Sr. Antonio Campello Haddad Filho, com endereço na Avenida Major Sylvio de Magalhães Padilha, nº 5200, 4º andar, Conjunto 404, Condomínio America Business Park, São Paulo - SP.

Barra do Piraí (RJ), 04 de maio de 2018.

Cláudia Cesar de Paula
Oficial de Justiça Avaliador Federal
Matrícula 13212

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-19-0-80-2-710547 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

appraisal
avaliações e engenharia

LAUDO DE AVALIAÇÃO

SOLICITANTE	:	SIFCO METALS PARTICIPAÇÕES S/A.
PROPRIETÁRIO	:	TUBRASIL BR METALS BP EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
LOCAL DO IMÓVEL	:	ESTRADA GOVERNADOR RAIMUNDO PADILHA, S/Nº **FAZENDA** : SANTA CECILIA **MUNICÍPIO** : BARRA DO PIRAÍ **ESTADO** : RIO DE JANEIRO
TIPO DO IMÓVEL	:	INDÚSTRIA
FINALIDADE DA AVALIAÇÃO	:	DETERMINAÇÃO DOS VALORES DE MERCADO E LIQUIDAÇÃO FORÇADA PARA FINS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL
NR. DO LAUDO	:	I-16.711 - P/ 12.696/1/14
DATA BASE	:	30 DE JUNHO DE 2014.

Av. Nove de Julho, 225 - 16º andar - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01313-000 - Tel / Fax.: (11) 3168-8033
Site: www.appraisal.com.br e-mail: appraisal@appraisal.com.br

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Processo 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ, Evento 21, OUT17, Página 2

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO

1. OBJETIVO 03/91
2. DOCUMENTAÇÃO 03/91
3. NÍVEL DE PRECISÃO DA AVALIAÇÃO 03/91
4. NOTA 03/91

II. VISTORIA

1. CONTEXTO GERAL 04/91
2. DESCRIÇÃO DO TERRENO 07/91
3. DESCRIÇÃO DAS CONSTRUÇÕES 08/91

III. AVALIAÇÃO

1. VALOR DO TERRENO PARA MERCADO 41/91
2. VALOR DAS CONSTRUÇÕES PARA MERCADO 44/91
3. RESUMO DE VALORES 46/91

IV. METODOLOGIA

1. TERRENO 47/91
2. CONSTRUÇÃO 47/91

V. CRITÉRIO

1. VALOR DE MERCADO 48/91
2. VALOR DE LIQUIDAÇÃO FORÇADA 48/91

VI. TRATAMENTO DOS ELEMENTOS COLETADOS - FATORES UTILIZADOS 49/91

VII. ENCERRAMENTO

1. VALOR TOTAL DO IMÓVEL PARA MERCADO 54/91
2. VALOR TOTAL DO IMÓVEL PARA LIQUIDAÇÃO FORÇADA 54/91

VIII. FOTOGRAFIAS 55/91

IX. LOCALIZAÇÃO 82/91

X. FICHAS DE PESQUISA 84/91

XI. ANEXO - PLANILHAS DE CÁLCULOS / 04 PÁGINAS 90/91

XII. DOCUMENTAÇÃO / 03 PÁGINAS 91/91

Av. Nove de Julho, 225 - 16º andar - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01313-000 - Tel / Fax.: (11) 3168-8033
Site: www.appraisal.com.br e-mail: appraisal@appraisal.com.br

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

I. INTRODUÇÃO

Em atenção à solicitação de **SIFCO METALS PARTICIPAÇÕES S/A.** e nos termos de nossa proposta, reportamos a análise e as conclusões do estudo relativo à propriedade em referência.

1. OBJETIVO

Visa o presente Laudo a Determinação dos Valores de Mercado e Liquidação Forçada para fins de Recuperação Judicial de uma Indústria.

2. DOCUMENTAÇÃO

A documentação fornecida pelo solicitante para a elaboração deste Laudo de Avaliação compreende: Matrícula nº 1.578, lavrada pelo Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Barra do Piraí, com última averbação em 12 de agosto de 2011, tendo sido realizadas medições de campo para complementação.

3. NÍVEL DE PRECISÃO DA AVALIAÇÃO

Este trabalho obedece às diretrizes e critérios estabelecidos pelas **NBR 14.653-1/01 e 14.653-2/11 da ABNT** - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

4. NOTA

Na presente avaliação considera-se que as informações fornecidas por terceiros, referentes às pesquisas de mercado, são verdadeiras e foram prestadas de boa fé.

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

II. VISTORIA

1. CONTEXTO GERAL

1.1. LOCALIZAÇÃO

O imóvel avaliando localiza-se à **Estrada Governador Raimundo Padilha**, s/n.º, Fazenda Santa Cecília, Município e Comarca de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro.

Enquadra-se em Zona de Expansão Urbana (Indústria e Vilas Residenciais) de acordo com a Lei de Zoneamento do Município de Barra do Piraí.

1.2. CARACTERÍSTICAS DO LOGRADOURO DE SITUAÇÃO

A **Estrada Governador Raimundo Padilha** tem características de via local, atendendo ao tráfego de interligação entre bairros.

Desenvolve-se em traçado misto sobre perfil plano e inclinado, é dotada de uma pista de rolamento pavimentada em asfalto, com guias e sarjetas, mão direcional dupla, apresentando cerca de 8,00 metros de largura entre os alinhamentos confrontantes.

Possui iluminação pública à base de vapor de mercúrio.

Destacamos que estas características referem-se ao trecho onde está posicionado o imóvel.

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

1.3. ACESSIBILIDADE/TRANSPORTES

Destaca-se como principal via de acesso à região a própria Estrada Governador Raimundo Padilha e Rodovias RJ-145, BR-393 e BR-116 (Presidente Dutra).

A conclusão e inauguração da Ponte Deputado Geraldo Di Biasi, sobre o Rio Paraíba do Sul, cujo acesso foi construído em faixa de terras do imóvel avaliando, desapropriadas para esta finalidade, facilitou muito o acesso à indústria, reduzindo a distância até a Rodovia Lúcio Meira (BR-393) para 7 km, com acesso direto por estradas asfaltadas, sem atravessar o núcleo urbano. A ponte situa-se aproximadamente 800 m a jusante do Rio Paraíba do Sul a partir da indústria e a 400 m da Vila Residencial da Gerência e Presidência da empresa.

Com referência ao transporte coletivo, constatamos a existência de uma linha regular de ônibus municipal passando pela Estrada Governador Raimundo Padilha, com ponto final na indústria, e de algumas linhas regulares de ônibus intermunicipais, trafegando pelas mencionadas rodovias, proporcionando ligação a diversas regiões.

Ao lado da indústria passa a ferrovia da Rede Ferroviária Federal S/A., onde existe um pátio de manobras e terminal de cargas próximo ao imóvel, no início da Estrada Governador Raimundo Padilha, 1 km após a Ponte Deputado Geraldo Di Biasi.



Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

1.4. TIPO DE OCUPAÇÃO CIRCUNVIZINHA

A região possui ocupação heterogênea caracterizada por áreas rurais, chácaras e pequenas fazendas, além de algumas indústrias, com densidade de edificação média e nível econômico médio.

1.5. MELHORAMENTOS PÚBLICOS

O local é servido pelos seguintes melhoramentos públicos existentes na cidade: energia elétrica (luz e força), telefone, iluminação pública, guias e sarjetas, serviços postais, coleta de lixo, limpeza e conservação viária.

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

2. DESCRIÇÃO DO TERRENO

2.1. DETALHAMENTO DO TERRENO

De acordo com vistoria realizada "in loco" e documentação fornecida pelo solicitante, o terreno avaliando apresenta as seguintes características :

. Área Total	**:**	**3.622.362,46 m²**
. Configuração	:	irregular
. Topografia	:	plana a ondulada
. Solo	:	seco

Nota : As dimensões e áreas citadas foram obtidas da cópia do seguinte documento:

1 - Matrícula nº 1.578, lavrada pelo Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Barra do Piraí, com última averbação em 12 de agosto de 2011.

A área total constante na matrícula é de 3.729.238,00 m², porém foi doada a área total de 106.875,54 m², conforme abaixo:

	Áreas Doadas		**Área Remanescente**	
Área Original			3.729.238,00	m²
Doação Light	37.248,00	m²	3.691.990,00	m²
Monturo / Lixo	51.065,00	m²	3.640.925,00	m²
Estrada p/ Ponte	18.562,54	m²	3.622.362,46	m²

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

3. DESCRIÇÃO DAS CONSTRUÇÕES

Sobre o terreno descrito e caracterizado encontra-se edificado um complexo industrial, que será descrito separadamente de acordo com os padrões e/ou utilização :

CONSTRUÇÃO N.º 01 : PRÉDIO DA BALANÇA / RECEPÇÃO

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto, com fechamento lateral de alvenaria, fachada revestida de massa fina pintada e cobertura em laje impermeabilizada.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Portaria e Sanitário.

Forro	: laje
Paredes	: pintura a base de látex e azulejos
Piso	: cerâmicos
Caixilhos	: metálicos
Portas	: madeira

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 2,80 m
- **Área Construída** : 48,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

CONSTRUÇÃO N.º 02 : PORTARIA

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto, com fechamento lateral de alvenaria, fachada revestida de massa fina pintada e cobertura em laje impermeabilizada.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Portaria e Sanitário.

Forro	: laje
Paredes	: pintura a base de látex e azulejos
Piso	: cerâmicos
Caixilhos	: metálicos
Portas	: madeira

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 2,80 m
- **Área Construída** : 300,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 03 : PRÉDIO DO DeRI

Construção com dois pavimentos, edificada em estrutura de concreto armado, com fechamento lateral em alvenaria, fachada em litocerâmica e pintura látex, cobertura de telhas de fibrocimento, sobre estrutura de madeira e concreto.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Escritórios e Sanitários.

Forro	: laje
Paredes	: pintura a base de látex e azulejos
Piso	: cerâmico
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Pavimento Superior: Escritórios, Copa e Sanitários.

Forro	: laje
Paredes	: pintura a base de látex e azulejos
Piso	: cerâmico e paviflex
Caixilhos	: metálicos
Portas	: madeira

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 3,00 m
- **Área Construída** : 850,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 04 : VESTIÁRIO

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto pré-moldado, com fechamento lateral em alvenaria, fachada com pintura a base de látex, cobertura em telhas metálicas, com apoio em estrutura metálica em duas águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos:

Pavimento Térreo: Vestiários e Sanitários.

Forro	: telha vã
Paredes	: pintura a base de látex e azulejos
Piso	: cerâmicos
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas

- **Estado de Conservação** : D: entre regular e reparos simples
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 3,00 m
- **Área Construída** : 810,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

CONSTRUÇÃO N.º 05 : BANCO DO BRASIL

Construção com um pavimento, edificada em concreto armado, com fechamento lateral em alvenaria e cobertura em laje impermeabilizada.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Agência Bancária e Sanitários.

Forro	: gesso e forrovid
Paredes	: pintura a base de látex e azulejos
Piso	: cerâmico
Caixilhos	: metálicos
Portas	: blindex e madeira

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 10 anos
- **Pé Direito** : 2,80 m
- **Área Construída** : 270,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 50 anos

CONSTRUÇÃO N.º 06 : PRÉDIO DA CANTINA

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto armado, com fechamento lateral em alvenaria pintada a base de látex, cobertura de telhas de fibrocimento, sobre estrutura de madeira em duas águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Refeitório da Produção e Gerências, Cozinha, Câmara Fria, Escritório e Depósito.

Forro	: forrovid
Paredes	: pintura a base de látex e azulejos
Piso	: cerâmicos
Caixilhos	: metálico e madeira
Portas	: madeira

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 2,70 m
- **Área Construída** : 1.081,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 07 : PRÉDIO DA CANTINA EXTERNA

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto armado, com fechamento lateral em alvenaria pintada a base de látex, parte revestida com ardósia, cobertura de telhas de fibrocimento, sobre estrutura de concreto em duas águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Refeitório, Cozinha e Depósito.

Forro	: pvc, parte sem forro
Paredes	: pintura a base de látex e azulejos
Piso	: cerâmicos
Caixilhos	: metálico e madeira
Portas	: madeira

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 2,70 m
- **Área Construída** : 128,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

CONSTRUÇÃO N.º 08 : GALPÃO DO ALMOXARIFADO NORTEL

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto armado, com fechamento lateral em alvenaria, fachada em pintura látex, cobertura de telhas de fibrocimento, sobre estrutura de madeira em duas águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Almoxarifado e Escritórios.

Forro	: laje
Paredes	: pintura a base de látex
Piso	: cerâmicos e cimentado
Caixilhos	: metálicos
Portas	: madeira

- **Estado de Conservação** : D: entre regular e reparos simples
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 3,50 m
- **Área Construída** : 651,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 09 : SERVIÇOS GERAIS

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de alvenaria e metálica, com fechamento lateral em alvenaria, fachada revestida de massa fina pintada e cobertura de telhas metálicas, sobre estrutura metálica.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Sala, Depósitos e Sanitários.

Forro	: madeira
Paredes	: pintura a base de látex
Piso	: cimentado
Caixilhos	: metálicos
Portas	: madeira

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 2,80 m
- **Área Construída** : 627,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 10 : GALPÃO DA MANUTENÇÃO CIVIL

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de alvenaria e metálica, com fechamento lateral em alvenaria, fachada revestida de massa fina pintada e cobertura de telhas de fibrocimento, sobre estrutura metálica.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Galpão e Escritório.

Forro	: telha vã e madeira
Paredes	: pintura a base de látex
Piso	: cimentado
Caixilhos	: metálicos
Portas	: madeira

- **Estado de Conservação** : D: entre regular e reparos simples
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 2,70 m
- **Área Construída** : 332,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

CONSTRUÇÃO N.º 11 : GALPÃO DA MANUTENÇÃO

Construção com dois pavimentos, edificada em estrutura de concreto pré-moldado, com fechamento lateral em alvenaria e em telhas de fibrocimento, fachada revestida de massa fina pintada e telhas aparentes, cobertura de telhas de fibrocimento ondulada, sobre estrutura metálica em duas águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos:

Pavimento Térreo: Oficinas Elétrica e Mecânica e Escritórios.
Pavimento Superior: Escritórios.

Forro	: forrovid e telha vã
Paredes	: pintura a base de látex
Piso	: concreto e cerâmicos
Caixilhos	: metálicos
Portas	: madeira

- **Estado de Conservação** : D: entre regular e reparos simples
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 2,70 / 6,00 m
- **Área Construída** : 1.510,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 12 : PRÉDIO DO BANCO

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de alvenaria e metálica, com fechamento lateral em alvenaria, fachada revestida de massa fina pintada e cobertura de telhas metálicas, sobre estrutura metálica.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Dois Escritórios e Sanitários.

Forro	: madeira
Paredes	: pintura a base de látex
Piso	: cimentado
Caixilhos	: metálicos
Portas	: madeira

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 15 anos
- **Pé Direito** : 2,80 m
- **Área Construída** : 93,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 45 anos

CONSTRUÇÃO N.º 13 : DEPÓSITO DE RESÍDUOS

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto, com fechamento lateral em alvenaria, fachada revestida em pintura a base de látex, cobertura em telhas de fibrocimento, sobre estrutura metálica em duas águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Depósito.

Forro	: telha vã
Paredes	: pintura a base de látex
Piso	: concreto
Caixilhos	: elementos vazados
Portas	: metálicas

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 05 anos
- **Pé Direito** : 4,00 m
- **Área Construída** : 195,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 55 anos

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

CONSTRUÇÃO N.º 14 : GALPÃO DO ALMOXARIFADO

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto armado, com fechamento lateral em alvenaria, fachada revestida em pintura a base de látex, cobertura em fibrocimento, sobre estrutura metálica em duas águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Escritórios e Sanitários.

Forro	: laje e forrovid
Paredes	: pintura a base de látex e azulejos
Piso	: cerâmicos e paviflex
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas e madeira

- **Estado de Conservação** : D: entre regular e reparos simples
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 3,00 m
- **Área Construída** : 296,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 15 : PRÉDIO DOS COMPRESSORES

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto armado, com fechamento lateral em alvenaria e telhas de fibrocimento, fachada revestida em pintura a base de látex, cobertura em telhas de fibrocimento tipo kalhetão, sobre estrutura metálica em duas águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Depósitos.

Forro	: telha vã
Paredes	: caiação
Piso	: concreto
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 3,50 m
- **Área Construída** : 1.338,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 16 : PRÉDIO DA MODELAÇÃO

Construção com dois pavimentos, edificada em estrutura de concreto armado, metálico e concreto pré-moldado, com fechamento lateral em alvenaria e telhas de fibrocimento, fachada revestida em pintura a base de látex, cobertura de telhas de fibrocimento ondulada, sobre estrutura metálica em duas águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Área de Produção e Escritórios.

Forro	: telha vã e laje
Paredes	: pintura a base de látex, caiação e azulejos
Piso	: cerâmicos e concreto
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas

Pavimento Superior: Escritórios e Sanitários.

Forro	: laje
Paredes	: pintura a base de látex
Piso	: cerâmicos
Caixilhos	: metálicos
Portas	: madeira

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 3,00 / 8,00 m
- **Área Construída** : 1.422,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

CONSTRUÇÃO N.º 17 : PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO

Construção com dois pavimentos, edificada em estrutura de concreto armado, com fechamento lateral em alvenaria, fachada revestida em pintura a base de látex, cobertura em fibrocimento, sobre estrutura metálica em duas águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Laboratório, Escritórios e Sanitários.

Forro	: laje
Paredes	: pintura a base de látex e azulejos
Piso	: cerâmicos e paviflex
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas e madeira

Pavimento Superior: Escritórios e Sanitários.

Forro	: laje
Paredes	: pintura a base de látex e azulejos
Piso	: cerâmicos e paviflex
Caixilhos	: metálicos
Portas	: madeira

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 3,50 m
- **Área Construída** : 1.046,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

CONSTRUÇÃO N.º 18 : PRÉDIO DA ENGENHARIA

Construção com dois pavimentos, edificada em estrutura de concreto armado, com fechamento lateral em alvenaria, fachada revestida em pintura a base de látex, cobertura em fibrocimento, sobre estrutura metálica em duas águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Escritórios e Sanitários.
Pavimento Superior: Escritórios e Sanitários.

Forro	: laje e forrovid
Paredes	: pintura a base de látex e azulejos
Piso	: cerâmicos e paviflex
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas e madeira

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 3,50 m
- **Área Construída** : 1.568,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 19 : GALPÃO DO DEPÓSITO DE MODELOS

Construção com um pavimento, edificada em estrutura metálica, com fechamento lateral em telhas de fibrocimento, fachada em telhas aparentes, cobertura em fibrocimento, sobre estrutura metálica em duas águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Depósito.

Forro	: telha vã
Paredes	: telhas aparentes
Piso	: concreto
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

- **Estado de Conservação** : D: entre regular e reparos simples
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 4,00 m
- **Área Construída** : 1.455,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 20 : DEPÓSITO DE INFLAMÁVEIS

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto, com fechamento lateral em alvenaria, fachada revestida em pintura a base de látex e tijolos aparentes, cobertura em telhas de fibrocimento, sobre estrutura metálica em duas águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Depósito.

Forro	: telha vã
Paredes	: pintura a base de látex
Piso	: concreto
Caixilhos	: elementos vazados
Portas	: metálicas

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 05 anos
- **Pé Direito** : 4,00 m
- **Área Construída** : 286,50 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 55 anos

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

CONSTRUÇÃO N.º 21 : COBERTURA DE MATERIAIS INFLAMÁVEIS

Construção com um pavimento, edificada em estrutura metálica, aberta na frente, fechada nos fundos com telhas de alumínio, cobertura em telha de alumínio, sobre estrutura metálica em uma água.

Revestimentos Básicos Internos :

Forro	: telhas vã
Paredes	: não há
Piso	: concreto
Caixilhos	: não há
Portas	: não há

- **Estado de Conservação** : B: entre novo e regular
- **Idade Real Estimada** : 01 ano
- **Pé Direito** : 5,00 m
- **Área Construída** : 300,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 59 anos

CONSTRUÇÃO N.º 22 : DEPÓSITO DE ASCAREL

Duas construções com um pavimento, edificadas em estrutura metálica, aberta, cobertura em telha de fibrocimento, sobre estrutura metálica em duas águas.

Revestimentos Básicos Internos :

Forro	: telhas vã
Paredes	: muretas revestidas de pintura a base de látex
Piso	: concreto
Caixilhos	: não há
Portas	: não há

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 3,00 m
- **Área Construída** : 150,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 23 : GALPÃO DA USINAGEM

Construção com um pavimento, edificada em estrutura metálica, com fechamento lateral em alvenaria e telhas de alumínio, fachada revestida em pintura a base de látex, cobertura em telhas de alumínio, sobre estrutura metálica em duas águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Área de Produção.

Forro	: telha vã
Paredes	: pintura a base de látex
Piso	: concreto
Caixilhos	: elementos vazados
Portas	: metálicas

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 05 anos
- **Pé Direito** : 9,00 m
- **Área Construída** : 3.211,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 55 anos

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

CONSTRUÇÃO N.º 24 : GALPÃO DA EXPEDIÇÃO I

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto armado e metálica, com fechamento lateral em alvenaria e telhas fibrocimento, fachada revestida em pintura a base de látex e telhas aparentes, cobertura em fibrocimento, sobre estrutura metálica em duas águas tipo lanternim.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Galpão da Produção, Escritórios.

Forro	: telha vã e madeira
Paredes	: pintura a base de látex e caiação
Piso	: concreto e cerâmico
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas e madeira

- **Estado de Conservação** : D: entre regular e reparos simples
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 2,50 m a 6,00 m
- **Área Construída** : 1.343,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 25 : GALPÃO DO ACABAMENTO

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto armado, com fechamento lateral em alvenaria e telhas de fibrocimento, fachada revestida em pintura a base de látex, cobertura em telhas de fibrocimento, sobre estrutura metálica em duas águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Produção e Escritório.

Forro	: telha vã
Paredes	: caiação
Piso	: concreto
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

- **Estado de Conservação** : D: entre regular e reparos simples
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 8,00 m
- **Área Construída** : 1.352,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 26 : GALPÃO DO GRUPO 76

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto armado e metálica, com fechamento lateral em alvenaria e telhas fibrocimento, fachada revestida em pintura a base de látex e telhas aparentes, cobertura em fibrocimento, sobre estrutura metálica em duas águas tipo lanternim.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Galpão da Produção, Escritórios.

Forro	: laje e telha vã
Paredes	: pintura a base de látex e caiação
Piso	: cerâmicos e concreto
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas e madeira

- **Estado de Conservação** : D: entre regular e reparos simples
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 2,50 m a 14,00 m
- **Área Construída** : 4.485,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

CONSTRUÇÃO N.º 27 : GALPÃO DA L2

Construção com dois pavimentos, edificada em estrutura de concreto armado e metálica, com fechamento lateral em alvenaria e telhas fibrocimento, fachada revestida em pintura a base de látex e telhas aparentes, cobertura em fibrocimento, sobre estrutura metálica em duas águas tipo lanternim.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Subsolo: Pavimento Técnico, Casa de Bombas.
Pavimento Térreo: Galpão da Produção, Escritórios.

Forro	:	laje e telha vã
Paredes	:	pintura a base de látex e caiação
Piso	:	cerâmicos e concreto
Caixilhos	:	metálicos
Portas	:	metálicas e madeira

- **Estado de Conservação** : D: entre regular e reparos simples
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 2,50 m a 12,00 m
- **Área Construída** : 1.885,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

CONSTRUÇÃO N.º 28 : GALPÃO DA FUSÃO I

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto armado e metálica, com fechamento lateral em alvenaria e telhas fibrocimento, fachada revestida em pintura a base de látex e telhas aparentes, cobertura em fibrocimento, sobre estrutura metálica em duas águas tipo lanternim.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Galpão da Produção, Escritórios.

Forro	: laje e telha vã
Paredes	: pintura a base de látex e caiação
Piso	: cerâmicos e concreto
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas e madeira

- **Estado de Conservação** : D: entre regular e reparos simples
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 2,50 m a 14,00 m
- **Área Construída** : 3.673,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 29 : GALPÃO DO GRUPO 81

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto armado e metálica, com fechamento lateral em alvenaria e telhas fibrocimento, fachada revestida em pintura a base de látex e telhas aparentes, cobertura em fibrocimento, sobre estrutura metálica em duas águas tipo lanternim.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Galpão da Produção, Escritórios.

Forro	: laje e telha vã
Paredes	: pintura a base de látex e caiação
Piso	: cerâmicos e concreto
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas e madeira

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

- **Estado de Conservação** : D: entre regular e reparos simples
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 2,50 m a 14,00 m
- **Área Construída** : 3.420,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 30 : LABORATÓRIO DE METROLOGIA

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto armado, com fechamento lateral em alvenaria, fachada revestida em pintura a base de látex, cobertura em fibrocimento, sobre estrutura metálica em duas águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Escritórios e Sanitários.

Forro	: laje e forrovid
Paredes	: pintura a base de látex e azulejos
Piso	: cerâmicos e paviflex
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas e madeira

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 3,00 m
- **Área Construída** : 231,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

CONSTRUÇÃO N.º 31 : ALMOXARIFADO CENTRAL

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto armado, com fechamento lateral em alvenaria e telhas de fibrocimento, fachada revestida em pintura a base de látex, cobertura em telhas de fibrocimento tipo kalhetão, sobre estrutura metálica em duas águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Depósitos.

Forro	: telha vã
Paredes	: caiação
Piso	: concreto
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 7,50 m
- **Área Construída** : 734,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 32 : OFICINA ELÉTRICA

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto armado, com fechamento lateral em alvenaria e telhas de fibrocimento, fachada revestida em pintura a base de látex, cobertura em telhas de fibrocimento tipo kalhetão, sobre estrutura metálica em duas águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Oficina, Salas.

Forro	: telha vã
Paredes	: caiação
Piso	: concreto
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

- **Estado de Conservação** : D: entre regular e reparos simples
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 3,50 m
- **Área Construída** : 202,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 33 : GALPÃO DO ACABAMENTO

Construção com dois pavimentos, edificada em estrutura de concreto armado, metálico e concreto pré-moldado, com fechamento lateral em alvenaria e telhas de fibrocimento, fachada revestida em pintura a base de látex, cobertura de telhas de fibrocimento ondulada, sobre estrutura metálica em duas águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Área de Produção e Escritórios.

Forro	: telha vã e laje
Paredes	: pintura a base de látex, caiação e azulejos
Piso	: cerâmicos e concreto
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas

Pavimento Superior: Escritórios e Sanitários.

Forro	: laje
Paredes	: pintura a base de látex
Piso	: cerâmicos
Caixilhos	: metálicos
Portas	: madeira

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 2,70 m a 14,00 m
- **Área Construída** : 7.571,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

CONSTRUÇÃO N.º 34 : GALPÃO DA EXPEDIÇÃO

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto armado e metálica, com fechamento lateral em alvenaria e telhas fibrocimento, fachada revestida em pintura a base de látex e telhas aparentes, cobertura em fibrocimento, sobre estrutura metálica em duas águas tipo lanternim.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Galpão da Produção.

Forro	: telha vã
Paredes	: pintura a base de látex e caiação
Piso	: concreto
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 20 anos
- **Pé Direito** : 2,50 m a 16,00 m
- **Área Construída** : 1.237,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 40 anos

CONSTRUÇÃO N.º 35 : GALPÃO VIRABREQUIM

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto armado e metálica, com fechamento lateral em alvenaria e telhas fibrocimento, fachada revestida em pintura a base de látex e telhas aparentes, cobertura em fibrocimento, sobre estrutura metálica em duas águas tipo lanternim.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Galpão da Produção.

Forro	: telha vã
Paredes	: pintura a base de látex e caiação
Piso	: concreto
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 20 anos
- **Pé Direito** : 2,50 m a 16,00 m
- **Área Construída** : 2.478,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 40 anos

CONSTRUÇÃO N.º 36 : GALPÃO DA FUSÃO VIRABREQUIM

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto armado e metálica, com fechamento lateral em alvenaria e telhas fibrocimento, fachada revestida em pintura a base de látex e telhas aparentes, cobertura em fibrocimento, sobre estrutura metálica em duas águas tipo lanternim.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Galpão da Produção, Escritórios.

Forro	: telha vã e madeira
Paredes	: pintura a base de látex e caiação
Piso	: concreto e cerâmico
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas e madeira

- **Estado de Conservação** : D: entre regular e reparos simples
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 2,50 m a 6,00 m
- **Área Construída** : 1.153,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

CONSTRUÇÃO N.º 37 : GALPÃO DO REFRATÁRIO

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto armado e metálica, com fechamento lateral em alvenaria e telhas fibrocimento, fachada revestida em pintura a base de látex e telhas aparentes, cobertura em fibrocimento, sobre estrutura metálica em duas águas tipo lanternim.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Galpão da Produção.

Forro	: telha vã
Paredes	: pintura a base de látex e caiação
Piso	: concreto
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas

- **Estado de Conservação** : D: entre regular e reparos simples
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 2,50 m a 16,00 m
- **Área Construída** : 1.588,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 38 : GALPÃO DAS EMPREITEIRAS

Construção com um pavimento, edificada em estrutura metálica, com fechamento lateral em alvenaria, fachada revestida em pintura a base de látex, cobertura em telhas de alumínio, sobre estrutura metálica em uma água.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Depósito.

Forro	: telha vã
Paredes	: pintura a base de látex
Piso	: concreto
Caixilhos	: não tem
Portas	: não tem

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

- **Estado de Conservação** : B: entre novo e regular
- **Idade Real Estimada** : 01 ano
- **Pé Direito** : 5,00 m
- **Área Construída** : 1.426,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 59 anos

CONSTRUÇÃO N.º 39 : ABRIGO DA CARREGADEIRA

Construção com um pavimento, edificada em estrutura metálica, aberta, cobertura em telha de fibrocimento, sobre estrutura metálica em uma água.

Revestimentos Básicos Internos :

Forro	: telhas vã
Paredes	: não há
Piso	: concreto
Caixilhos	: não há
Portas	: não há

- **Estado de Conservação** : D: entre regular e reparos simples
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 4,00 m
- **Área Construída** : 40,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

Obs.: Esta construção está desativada e será demolida.

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

CONSTRUÇÃO N.º 40 : SUBESTAÇÃO

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto armado, com fechamento lateral em alvenaria, fachada revestida em pintura a base de látex, cobertura em laje impermeabilizada.

Revestimentos Básicos Internos :

Forro	: laje
Paredes	: pintura a base de látex
Piso	: plurigoma
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas e madeira

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 25 anos
- **Pé Direito** : 3,50 m
- **Área Construída** : 112,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 35 anos

CONSTRUÇÃO N.º 41 : ETA - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA

Construção com dois pavimentos, edificada em estrutura de concreto armado, com fechamento lateral em alvenaria, fachada revestida em pintura a base de látex, cobertura em duas águas, sobre estrutura de concreto.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimentos Térreo e Superior: Laboratório e Escritório.

Forro	: laje
Paredes	: pintura a base de látex e azulejos
Piso	: cerâmico
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas e madeira
Tanques de água	: em concreto com capacidade de 500 m³

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 3,00 m
- **Área Construída** : 390,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 42 : CASA DA PRESIDÊNCIA

Construção com dois pavimentos, edificada em estrutura de concreto armado, com fechamento lateral em alvenaria, fachada revestida em pintura a base de látex, cobertura em telhas cerâmicas, sobre estrutura de madeira em quatro águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Subsolo: Adega, Sanitários, Dependência de Empregados, Lavanderia.

Forro	: laje
Paredes	: pintura a base de látex e azulejos
Piso	: cerâmicos
Caixilhos	: metálicos e madeira
Portas	: madeira

Pavimento Térreo: 5 Suítes, 3 Salas, Escritório, Sanitários, Copa e Cozinha.

Forro	: laje e gesso
Paredes	: pintura a base de látex e azulejos
Piso	: cerâmicos e tacos
Caixilhos	: metálicos e madeira
Portas	: metálicas e madeira

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 3,00 m
- **Área Construída** : 620,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

Área Externa: Piscina, Estacionamento, Jardins e Churrasqueira.

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

CONSTRUÇÃO N.º 43 : CASAS DA GERÊNCIA

Vila composta por 10 residências com um pavimento, edificada em estrutura de concreto armado, com fechamento lateral em alvenaria, fachada revestida em pintura a base de látex, cobertura em telhas cerâmicas, sobre estrutura de madeira em quatro águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: 1 Suíte, 2 Quartos, Sala, Sanitários, Copa e Cozinha.

Forro	: laje e gesso
Paredes	: pintura a base de látex e azulejos
Piso	: cerâmicos e tacos
Caixilhos	: metálicos e madeira
Portas	: metálicas e madeira

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 2,80 m
- **Área Construída Total (10)** : 1.600,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

Área Externa: Piscina, Estacionamento e Jardins.

CONSTRUÇÃO N.º 44 : CASAS DOS FUNCIONÁRIOS

Vila composta por 15 residências com um pavimento, edificada em estrutura de concreto armado, com fechamento lateral em alvenaria, fachada revestida em pintura a base de látex, cobertura em telhas cerâmicas, sobre estrutura de madeira em duas águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos:

Pavimento Térreo: 2 Quartos, Sala, Sanitário, Copa e Cozinha.

Forro	: laje e gesso
Paredes	: pintura a base de látex e azulejos
Piso	: cerâmicos
Caixilhos	: metálicos e madeira
Portas	: madeira

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 2,80 m
- **Área Construída Total (15)** : 1.335,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 45 : GRÊMIO - SALÃO SOCIAL

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto armado, com fechamento lateral em alvenaria, fachada revestida em pintura a base de látex, cobertura em telhas cerâmicas, sobre estrutura de madeira em duas águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos:

Pavimento Térreo: Salão, Sanitários, Copa e Cozinha.

Forro	: laje
Paredes	: pintura a base de látex e azulejos
Piso	: cerâmicos
Caixilhos	: metálicos e madeira
Portas	: madeira

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 2,80 m
- **Área Construída** : 432,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

CONSTRUÇÃO N.º 46 : GINÁSIO

Construção com um pavimento, edificada em estrutura metálica, com fechamento lateral parcial em telhas metálicas e alvenaria, cobertura em telhas metálicas, sobre estrutura de madeira em duas águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos:

Pavimento Térreo: Quadra e Arquibancadas.

Forro	: telha vã
Paredes	: pintura a base de látex e telhas aparentes
Piso	: cimentado e lambris de madeira (quadra)
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálica

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 4,50 m
- **Área Construída** : 830,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 47 : SUBESTAÇÃO 138 KV

Construção a céu aberto com bases para transformadores e acessórios.

Cercamento	: alambrado metálico com 2,50 m altura
Piso	: brita e concreto
Base de equipamentos	: concreto armado

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 25 anos
- **Área Construída** : 2.000,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 35 anos

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

BENFEITORIA N.º 48 : PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

A pavimentação das áreas destinadas às ruas para circulação, estacionamento de veículos e pátios de manobra, é constituída de asfalto e concreto, com guias e sarjetas, com solo nivelado e compactado para tráfego médio a pesado.

- **Estado de Conservação** : E: reparos simples
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Área** : 8.000,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 10 anos

BENFEITORIA N.º 49 : AJARDINAMENTO

O ajardinamento, arborização e paisagismo das áreas intermediárias entre as construções e áreas pavimentadas, constituem-se de área gramada, árvores de pequeno a médio porte e plantas ornamentais.

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Área** : 5.000,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 10 anos

BENFEITORIA N.º 50 : CERCAMENTO LATERAL

Todas as divisas do terreno onde situa-se a unidade fabril são cercadas por alambrado metálico, com altura aproximada de 2,50 metros.

- **Estado de Conservação** : D : entre regular e reparos simples
- **Idade Real Estimada** : 25 anos
- **Extensão** : 1.800,00 m
- **Vida Útil Remanescente** : 15 anos

Nota : As áreas citadas foram obtidas com base na relação de áreas e planta fornecidas pelo solicitante e através de medição efetuada "in loco".

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

III. AVALIAÇÃO

1. VALOR DO TERRENO PARA MERCADO

Para determinação do Valor de Mercado de glebas têm-se basicamente dois métodos: o primeiro o Método Evolutivo, que consiste de análise da seleção de amostras em oferta, bem como negócios efetuados, cujas características tenham uma relação de semelhança com o imóvel avaliando e o segundo, o Método Involutivo, que é aquele baseado em modelo de viabilidade técnico-econômica para estimação do valor do terreno, alicerçado no seu aproveitamento eficiente, mediante hipotético empreendimento imobiliário, compatível com as características do imóvel e com as condições do mercado.

Haja vista que o imóvel objeto deste estudo acha-se em perímetro urbano e circundado por loteamentos residenciais, com lotes de pequenas dimensões, não havendo áreas à venda com características semelhantes, nos resta tão somente à determinação do valor do imóvel através do Método Involutivo.

A avaliação por este processo considera a receita provável da comercialização das unidades hipotéticas, com base em preços obtidos em pesquisas; considera todas as despesas inerentes à transformação do terreno no empreendimento projetado; prevê margem de lucro líquido ao empreendedor, despesas de comercialização, remuneração do capital-terreno, computados em prazos viáveis ao projeto, à execução e à comercialização das unidades, mediante taxas financeiras operacionais reais.

Após o tratamento de homogeneização empregado às amostras em anexo, de acordo com as posturas das normas de avaliações vigentes, obtivemos o seguinte Valor Unitário para pagamento à vista para lote padrão, dotado de toda a infraestrutura exigível para implantação do empreendimento:

. Valor Unitário Básico	**:**	**R$ 442,01 / m²**

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

O Valor de Mercado da Gleba será dado pela aplicação da parcela relativa ao proprietário sobre o valor total da gleba. Assim, o valor total da gleba será obtido através da aplicação do Método Involutivo, que simplificadamente, podemos dizer que o custo da gleba bruta **VI**, adicionado de todas as despesas $\mathbf{D_T}$ e somado com o lucro do empreendimento **L**, deve corresponder ao valor de venda da área loteável $\mathbf{V_L}$. Assim, o valor do terreno será indicado pela fórmula básica seguinte:

$$VG = VL - DT - L / (1 + i)^n$$

Onde:

VG	Valor total da gleba, que corresponde ao valor máximo que se pagaria pelo terreno para viabilizar o empreendimento;
VL	Receita total obtida com a venda das unidades resultantes;
DT	Despesas totais com a implantação do empreendimento;
L	Lucro mínimo previsto pelo empreendedor = 15%
i	Taxa de desconto financeiro = 1% ao mês
n	Número de meses previsto para implantação = 60

Resulta:

VL = Receita Total

A receita total obtida com a venda das unidades resultantes, compreende o valor final de venda da área útil relativa aos lotes, deduzidas as áreas exigíveis para aprovação de projeto, dado pela aplicação do valor unitário básico de mercado do lote pronto, diretamente sobre a respectiva área.

Assim, a determinação da área útil dos lotes é assim definida:

Área Global	3.622.362,46 m²
Sistema Viário (20%)	724.472,49 m²
Áreas Institucionais (15%)	543.354,37 m²
Reserva Legal (50%)	1.811.181,23 m²
Área Útil dos Lotes	**543.354,37 m²**

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Substituindo-se, temos:

VL = Receita total obtida com a venda das unidades resultantes	
Au = Área Útil dos Lotes:	543.354,37 m²
Vu = Valor Unitário Básico:	R$ 442,01 / m²
VL = Receita Total	**R$ 240.166.370,00**

DT = Despesas Totais

As despesas totais com a implantação do empreendimento, são consideradas pelo custo de cada etapa da infraestrutura mínima exigida pela municipalidade, para que o loteamento receba o alvará de conclusão, dimensionados para módulos de 1.000 m² de área útil de lotes, com base nos custos apresentados pela revista "A Construção" da Editora Pini.

Descrição	Custo Unitário (R$ / 1.000 m²)
Serviços de Topografia	1.501,77
Terraplenagem Média	2.951,06
Rede de Água Potável	5.028,54
Rede de Esgotos	10.962,87
Drenagem Águas Pluviais - Galerias	4.568,20
Drenagem Águas Pluviais - Guias e Sarjetas	4.138,48
Pavimentação	12.344,76
Rede de Iluminação Pública	1.849,92
Impostos e Taxas (4%)	1.733,82
Projetos de Infraestrutura (3,5%)	1.517,10
Gerenciamento da Implantação (12%)	5.201,47
Sub-Total	**51.797,99**
BDI + Outros Custos / Eventuais (15%)	7.769,70
Despesas de Venda - Corretagem (4%)	2.071,92
Despesas de Venda - Divulgação (5%)	2.589,90
Custo Total	**64.229,51**

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Substituindo-se, temos:

DT = Despesas totais para a implantação do empreendimento	
Au = Área Útil dos Lotes:	543.354,37 m²
Cu = Custo Unitário para Implantação:	R$ 64,23 / m²
DT = Despesas Totais	**R$ 34.899.651,00**

Assim, o valor da gleba será:

VG = Valor da Gleba para Mercado	
VL = Receita Total:	R$ 240.166.370,00
DT = Despesas Totais:	R$ 34.899.651,00
L = Lucro Previsto (20%):	R$ 48.033.274,00
Valor Futuro da Gleba	R$ 157.233.445,00
Taxa de Desconto	1%
Número de meses para implantação/comercialização	60
Desconto Custo Financeiro	0,55
VG = Valor da Gleba para Mercado	**R$ 86.478.395,00**

2. VALOR DAS CONSTRUÇÕES PARA MERCADO

Para a determinação do valor das edificações consideramos os materiais empregados, padrão construtivo e suas características específicas.

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

appraisal
avaliações e engenharia

ITEM	DESCRIÇÃO	IDADE REAL ESTIMADA	VIDA UTIL	ÁREA (m²)	VALOR UNIT. NOVO R$/m² (R8N)	VALOR TOTAL NOVO (R$)	IDADE % DA VIDA	ESTADO EDIFICAÇÃO	COEF. DE DEPRECIAÇÃO	VALOR UNIT. DEPRECIADO R$/m²	VALOR TOTAL DEPRECIADO (R$)
1	Prédio da Balança / Recepção	30	60	48,00	1.090,00	52.320,00	50%	C	0,609	663,81	31.863,00
2	Portaria	30	60	300,00	1.090,00	327.000,00	50%	C	0,609	663,81	199.143,00
3	Prédio do DeRI	30	60	850,00	1.090,00	926.500,00	50%	C	0,609	663,81	564.239,00
4	Vestiário	30	60	810,00	960,00	777.600,00	50%	D	0,574	551,04	446.342,00
5	Banco do Brasil	10	60	270,00	1.040,00	280.800,00	17%	C	0,878	913,12	246.542,00
6	Prédio da Cantina	30	60	1.081,00	1.090,00	1.178.290,00	50%	C	0,609	663,81	717.579,00
7	Prédio da Cantina Externa	30	60	128,00	1.090,00	139.520,00	50%	C	0,609	663,81	84.968,00
8	Galpão do Almoxarifado Nortel	30	60	651,00	1.090,00	709.590,00	50%	D	0,574	625,66	407.305,00
9	Serviços Gerais	30	60	627,00	960,00	601.920,00	50%	C	1,609	1.544,64	968.489,00
10	Galpão da Manutenção Civil	30	60	332,00	960,00	318.720,00	50%	D	0,574	551,04	182.945,00
11	Galpão da Manutenção	30	60	1.510,00	960,00	1.449.600,00	50%	D	0,574	551,04	832.070,00
12	Prédio do Banco	15	60	93,00	1.090,00	101.370,00	25%	C	0,823	897,07	83.428,00
13	Depósito de Resíduos	5	60	195,00	830,00	161.850,00	8%	C	0,933	774,39	151.006,00
14	Galpão do Almoxarifado	30	60	296,00	1.090,00	322.640,00	50%	D	0,574	625,66	185.195,00
15	Prédio dos Compressores	30	60	1.338,00	960,00	1.284.480,00	50%	C	1,609	1.544,64	2.066.728,00
16	Prédio da Modelação	30	60	1.422,00	960,00	1.365.120,00	50%	C	2,609	2.504,64	3.561.598,00
17	Prédio da Administração	30	60	1.046,00	1.370,00	1.433.020,00	50%	C	0,609	834,33	872.709,00
18	Prédio da Engenharia	30	60	1.568,00	1.280,00	2.007.040,00	50%	C	0,609	779,52	1.222.287,00
19	Galpão do Depósito de Modelos	30	60	1.455,00	960,00	1.396.800,00	50%	D	0,574	551,04	801.763,00
20	Depósito de Inflamáveis	5	60	286,50	830,00	237.795,00	8%	C	0,933	774,39	221.863,00
21	Cobertura de Materiais Inflamáveis	1	60	300,00	220,00	66.000,00	2%	B	0,990	217,80	65.340,00
22	Depósito de Ascarel	30	60	150,00	220,00	33.000,00	50%	C	0,609	133,98	20.097,00
23	Galpão da Usinagem	5	60	3.211,00	1.080,00	3.467.880,00	8%	C	0,933	1.007,64	3.235.532,00
24	Galpão da Expedição I	30	60	1.343,00	1.280,00	1.719.040,00	50%	D	0,574	734,72	986.729,00
25	Galpão do Acabamento	30	60	1.352,00	1.280,00	1.730.560,00	50%	D	0,574	734,72	993.341,00
26	Galpão do Grupo 76	30	60	4.485,00	1.280,00	5.740.800,00	50%	D	0,574	734,72	3.295.219,00
27	Galpão da L2	30	60	1.885,00	1.280,00	2.412.800,00	50%	D	0,574	734,72	1.384.947,00
28	Galpão da Fusão I	30	60	3.673,00	1.280,00	4.701.440,00	50%	D	0,574	734,72	2.698.627,00
29	Galpão do Grupo 81	30	60	3.420,00	1.280,00	4.377.600,00	50%	D	0,574	734,72	2.512.742,00
30	Laboratório de Metrologia	30	60	231,00	1.280,00	295.680,00	50%	C	0,609	779,52	180.069,00
31	Almoxarifado Central	30	60	734,00	960,00	704.640,00	50%	C	0,609	584,64	429.126,00
32	Oficina Elétrica	30	60	202,00	1.090,00	220.180,00	50%	D	0,574	625,66	126.383,00
33	Galpão do Acabamento	30	60	7.571,00	1.280,00	9.690.880,00	50%	C	0,609	779,52	5.901.746,00
34	Galpão da Expedição	20	60	1.237,00	1.090,00	1.348.330,00	33%	C	0,761	829,49	1.026.079,00
35	Galpão Virabrequim	20	60	2.478,00	1.090,00	2.701.020,00	33%	C	0,761	829,49	2.055.476,00
36	Galpão da Fusão Virabrequim	30	60	1.153,00	1.280,00	1.475.840,00	50%	D	0,574	734,72	847.132,00
37	Galpão Refratário	30	60	1.588,00	1.090,00	1.730.920,00	50%	D	0,574	625,66	993.548,00
38	Galpão Empreiteiras	1	60	1.426,00	670,00	955.420,00	2%	B	0,990	663,30	945.866,00
39	Abrigo da Carregadeira	30	60	40,00	220,00	8.800,00	50%	D	0,574	126,28	5.051,00
40	Subestação	25	60	112,00	960,00	107.520,00	42%	C	0,684	656,64	73.544,00
41	ETA - Tratamento d'água	30	60	390,00	1.670,00	651.300,00	50%	C	0,609	1.017,03	396.642,00
42	Casa da Presidência	30	60	620,00	1.370,00	849.400,00	50%	C	0,609	834,33	517.285,00
43	Casas da Gerência (10 unidades)	30	60	1.600,00	1.280,00	2.048.000,00	50%	C	0,609	779,52	1.247.232,00
44	Casas dos Funcionários (15 unidades)	30	60	1.335,00	960,00	1.281.600,00	50%	C	0,609	584,64	780.494,00
45	Grêmio - Salão Social	30	60	432,00	1.090,00	470.880,00	50%	C	0,609	663,81	286.766,00
46	Ginásio	30	60	830,00	960,00	796.800,00	50%	C	0,609	584,64	485.251,00
47	Subestação 138 kv	25	60	2.000,00	830,00	1.660.000,00	42%	C	0,684	567,72	1.135.440,00
48	Pavimentação	30	40	8.000,00	110,00	880.000,00	75%	E	0,282	31,02	248.160,00
49	Ajardinamento	30	40	5.000,00	20,00	100.000,00	75%	C	0,335	6,70	33.500,00
50	Fechamento	25	40	1.800,00	80,00	144.000,00	63%	D	0,448	35,84	64.512,00
	ÁREA TOTAL COBERTA			**56.104,50**	**m²**	**67.442.305,00**					**46.819.938,00**

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

3. RESUMO DE VALORES

3.1. VALOR TOTAL DO IMÓVEL PARA MERCADO

O Valor para Mercado do imóvel foi obtido com a somatória dos valores do terreno e das edificações, incidindo um fator de comercialização, que pode ser considerado depreciação de mercado e correspondente a 20%.

. Valor do Terreno para Mercado	:	R$ 86.478.395,00
. Valor das Construções para Mercado	:	R$ 46.819.938,00
. Fator de Comercialização	:	0,80
. Valor do Imóvel para Mercado	:	R$ 106.638.666,00
. Valor Total do Imóvel para Mercado	**:**	**R$ 106.639.000,00**

3.2. VALOR TOTAL DO IMÓVEL PARA LIQUIDAÇÃO FORÇADA

O Valor de Liquidação Forçada do imóvel foi aferido no mercado imobiliário local, através de um fator de ajuste correspondente ao imóvel como um todo, levando-se em conta a situação geral do imóvel em relação à região onde está inserido e a atual situação econômica, visando maior liquidez.

Considerando as tendências da região e o mercado local, verificamos que o imóvel avaliando apresenta características construtivas específicas fazendo com que sua comercialização se torne restrita, com um tempo médio de comercialização de aproximadamente 24 meses. Portanto, para criarmos condições de liquidação em tempo mais curto, será necessário aplicarmos um deságio sobre o valor de mercado que tenha equivalência ao tempo esperado.

R$ (Valor Total do Imóvel de Liquidação Forçada) : Valor Mercado / Deságio

Onde:

DESÁGIO : $(1+i)^n$
i: taxa de juros mensal = 2,518 % (média de índices)
n: número de meses = 24 meses

R$ (Valor do Imóvel de Liquidação Forçada) : 106.638.666,00 * (1/ $(1+0,02518)^{24}$
R$ (Valor do Imóvel de Liquidação Forçada) : 106.638.666,00 * 0,5506
R$ (Valor do Imóvel de Liquidação Forçada) : R$ 58.716.822,00

R$ (Valor Total do Imóvel de Liquidação Forçada) : R$ 58.717.000,00

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

IV. METODOLOGIA

Adotamos em nosso Laudo os métodos definidos pelas NBR 14.653-1/01 e 14.653-2/11 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e/ou segundo as Normas do IBAPE - Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia.

1. TERRENO

Para atender aos objetivos mencionados o trabalho foi assim estruturado :

PESQUISA DE MERCADO :

Para a determinação do valor, tendo em vista a natureza do imóvel avaliando e a disponibilidade de dados seguros, optamos pela utilização do "Método Involutivo", o qual se baseia em modelo de viabilidade técnico-econômica para estimação do valor do terreno, alicerçado no seu aproveitamento eficiente, mediante hipotético empreendimento imobiliário, compatível com as características do imóvel e com as condições do mercado.

PESQUISA DIRIGIDA :

Foram realizadas consultas específicas junto a corretores de imóveis que operam na região do imóvel, cujas opiniões e comentários foram extremamente úteis para embasar as conclusões deste trabalho.

2. CONSTRUÇÃO

O valor das construções foi obtido através do Método do Custo de Reedição, ponderando os valores unitários básicos para Junho/2014 e múltiplos dos custos unitários das edificações habitacionais, da tabela elaborada e divulgada mensalmente pelo Sindicato da Indústria de Construção Civil no Estado do Rio de Janeiro, sendo levado em consideração, depreciação das construções em função da idade real estimada, estado de conservação e de ordem funcional.

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

V. CRITÉRIO

Para a presente avaliação estabelecemos os critérios de Valores de Mercado e Liquidação Forçada, assim definidos :

1. VALOR DE MERCADO

É a quantia mais provável pela qual se negocia voluntariamente e conscientemente um bem, numa data de referência, dentro das condições do mercado vigente.

2. VALOR DE LIQUIDAÇÃO FORÇADA

Condição relativa à hipótese de uma venda compulsória ou em prazo menor que o médio de absorção pelo mercado.

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

VI. TRATAMENTO DOS ELEMENTOS COLETADOS - FATORES UTILIZADOS

VALOR UNITÁRIO: para a obtenção de valores unitários, dividimos o preço global pela respectiva área do comparativo.

FATOR OFERTA: adotar-se-á um fator de redução de 10% sobre o preço ofertado, considerando-se a elasticidade da negociação no fechamento.

TRANSPOSIÇÃO: os elementos comparativos não foram transpostos através dos valores de lançamento tributário, uma vez que estes estão defasados da realidade do mercado imobiliário local. A transposição que utilizamos no presente laudo foi baseada na escala de valores que segue adiante (índices acumulativos e multiplicativos), devidamente aferidos para o local avaliando.

O fator deve ser limitado apenas à parcela de influência que o terreno ou localização contribui na composição do valor final do imóvel.

A expressão algébrica que permite calcular o fator é a seguinte:

$Ft = 1 + [(Ila - Ilc) / Ilc] \times Pt$

Onde:

Ft	=	Fator de transposição
Ila	=	Índice local da unidade avalianda
Ilc	=	Índice local da unidade comparativa
Pt	=	Parcela com que proporcionalmente a localização contribui no valor do imóvel

UTILIZAMOS A SEGUINTE ESCALA DE VALORES

1. ÍNDICES ACUMULATIVOS (SOMA = 100)

A. TRAFEGABILIDADE = 20

B. PAVIMENTAÇÃO

Asfalto	=	17
Paralelepípedo	=	16
Cascalho ou pedra	=	8
Terra batida	=	5

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

C. TRANSPORTE COLETIVO

Até 100 m	=	15
De 100 a 300 m	=	10
De 300 a 500 m	=	5
Acima de 500 m	=	0

D. LUZ DOMICILIAR = 13

E. ÁGUA = 11

F. LUZ PÚBLICA = 7

G. LARGURA DA RUA

Mais de 20 m	=	5
De 10 a 20 m	=	3
Até 10 m	=	1
Praças	=	5

H. GUIAS E SARJETAS = 5

I. ESGOTO = 4

J. TELEFONE = 2

L. GÁS = 1

2. ÍNDICES MULTIPLICATIVOS

A. DENSIDADE DE EDIFICAÇÃO

De 100% à 70%	=	1,00
De 70% à 40%	=	0,95
Abaixo de 40%	=	0,90

B. NÍVEL ECONÔMICO

Classe Alta	=	1,50 à 2,00
Classe Média/Alta	=	1,25 à 1,50
Classe Média	=	1,00 à 1,25
Classe Média/Baixa	=	0,85 à 1,00
Classe Popular	=	0,70 à 0,85

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

C. FATOR COMERCIAL

Alto	=	1,00
Médio/Alto	=	0,85
Médio	=	0,70
Médio/Baixo	=	0,60
Baixo	=	0,50 - 0,55

FATOR TOPOGRAFIA :

Plana	=	1,00
Caído para os fundos :		
Até 5%	=	0,95
De 5% até 10%	=	0,90
De 10% até 20%	=	0,80
Acima de 20%	=	0,70
Em aclive :		
Até 10%	=	0,95
Até 20%	=	0,90
Acima de 20%	=	0,85

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

FATOR GRANDEZA DE ÁREA :

Pôde-se observar junto ao mercado imobiliário, que de um modo geral, à medida que aumentam as áreas em negócio, e conseqüentemente o volume de dinheiro da comercialização, diminuem proporcionalmente, os valores unitários das transações em ofertas, e, além disso, é muito comum na grande maioria dos casos, representando uma espécie de desconto concedido pelos vendedores à medida que crescem as importâncias das transações.

Desta forma, é necessária a aplicação de um coeficiente que traduza tal atitude do mercado imobiliário, denominada no presente estudo como Fator Grandeza de Área.

Para a determinação deste fator, utilizou-se as seguintes equações, conforme prescrito na publicação “Curso Básico de Engenharia Legal e de Avaliações” de autoria de Sérgio Antônio Abunahman, publicado pela Editora Pini:

$$Fa = \frac{(\text{área de elemento pesquisado})}{(\text{área de elemento avaliando})}^{1/4}$$ = quando a diferença for inferior a 30%

$$Fa = \frac{(\text{área de elemento pesquisado})}{(\text{área de elemento avaliando})}^{1/8}$$ = quando a diferença for superior a 30%

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

FÓRMULA DE HOMOGENEIZAÇÃO: com o objetivo de facilitar os cálculos através da programação, plotamos os fatores retro indicados na expressão matemática genérica que segue:

V = (PC / S) x Fo x [(Fta / Ftc) + (Ftopa / Ftopc) + (Fga / Fgc) - número de fatores + 1]

ONDE:

V	=	Valor comparativo
Pc	=	Preço de compra
Fo	=	Fator oferta
S	=	Área do elemento comparativo
Ft	=	Fator transposição (elemento avaliando e comparativo)
Ftop	=	Fator topografia (elemento avaliando e comparativo)
Fg	=	Fator grandeza de área (elemento avaliando e comparativo)

TRATAMENTO ESTATÍSTICO: a análise e saneamento dos resultados obtidos é efetuada adotando-se uma faixa de 30% em torno da média (limite fixado pelas “Normas”), descartando-se os elementos discordantes.

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

VII. ENCERRAMENTO

1. VALOR TOTAL DO IMÓVEL PARA MERCADO

De acordo com o anteriormente exposto e anexos, o imóvel de propriedade da **TUBRASIL BR METALS BP EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, situado à Estrada Governador Raimundo Padilha, s/n.º, Fazenda Santa Cecília, Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, com área de 3.622.362,46 m² de terreno e área de 56.104,50 m² de construção, é por nós avaliado para Valor de Mercado em R$ 106.639.000,00 (Cento e Seis Milhões, Seiscentos e Trinta e Nove Mil Reais), considerando a inexistência de ônus, posse, domínio, hipoteca, passivos ambientais, vínculos e desapropriações que onerem o bem avaliado e a finalidade específica para qual foi destinada esta avaliação.

2. VALOR TOTAL DO IMÓVEL PARA LIQUIDAÇÃO FORÇADA

De acordo com o anteriormente exposto e anexos, o imóvel de propriedade da **TUBRASIL BR METALS BP EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, situado à Estrada Governador Raimundo Padilha, s/n.º, Fazenda Santa Cecília, Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, com área de 3.622.362,46 m² de terreno e área de 56.104,50 m² de construção, é por nós avaliado para Valor de Liquidação Forçada em R$ 58.717.000,00 (Cinquenta e Oito Milhões, Setecentos e Dezessete Mil Reais), considerando a inexistência de ônus, posse, domínio, hipoteca, passivos ambientais, vínculos e desapropriações que onerem o bem avaliado e a finalidade específica para qual foi destinada esta avaliação.

São Paulo, 30 de Junho de 2014.

APPRAISAL
AVALIAÇÕES E ENGENHARIA LTDA.
CREA - SP 324322

ILTON FERNANDES RUIC
DIRETOR RESPONSÁVEL - CREA-SP. 51818

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

VIII. FOTOGRAFIAS

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/



TREVO DE ACESSO À INDÚSTRIA



ESTRADA GOVERNADOR RAIMUNDO PADILHA

Av. Nove de Julho, 225 - 16º andar - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01313-000 - Tel / Fax.: (11) 3168-8033
Site: www.appraisal.com.br e-mail: appraisal@appraisal.com.br

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/



PRÉDIO DA BALANÇA / RECEPÇÃO



PORTARIA E PRÉDIO DO DeRI (AO FUNDO)

Av. Nove de Julho, 225 - 16º andar - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01313-000 - Tel / Fax.: (11) 3168-8033
Site: www.appraisal.com.br e-mail: appraisal@appraisal.com.br

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/



PRÉDIO DO DeRI



VESTIÁRIO

Av. Nove de Julho, 225 - 16º andar - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01313-000 - Tel / Fax.: (11) 3168-8033
Site: www.appraisal.com.br e-mail: appraisal@appraisal.com.br

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/



BANCO DO BRASIL



PRÉDIO DA CANTINA

Av. Nove de Julho, 225 - 16º andar - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01313-000 - Tel / Fax.: (11) 3168-8033
Site: www.appraisal.com.br e-mail: appraisal@appraisal.com.br

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/



PRÉDIO DA CANTINA EXTERNA



GALPÃO ALMOXARIFADO NORTEL

Av. Nove de Julho, 225 - 16º andar - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01313-000 - Tel / Fax.: (11) 3168-8033
Site: www.appraisal.com.br e-mail: appraisal@appraisal.com.br

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/



SERVIÇOS GERAIS



GALPÃO DA MANUTENÇÃO CIVIL

Av. Nove de Julho, 225 - 16º andar - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01313-000 - Tel / Fax.: (11) 3168-8033
Site: www.appraisal.com.br e-mail: appraisal@appraisal.com.br

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/



GALPÃO DA MANUTENÇÃO



PRÉDIO DO BANCO

Av. Nove de Julho, 225 - 16º andar - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01313-000 - Tel / Fax.: (11) 3168-8033
Site: www.appraisal.com.br e-mail: appraisal@appraisal.com.br

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/



DEPÓSITO DE RESÍDUOS



GALPÃO DO ALMOXARIFADO

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/



PRÉDIO DOS COMPRESSORES



PRÉDIO DA MODELAÇÃO

Av. Nove de Julho, 225 - 16º andar - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01313-000 - Tel / Fax.: (11) 3168-8033
Site: www.appraisal.com.br e-mail: appraisal@appraisal.com.br

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/



PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO



PRÉDIO DA ENGENHARIA

Av. Nove de Julho, 225 - 16º andar - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01313-000 - Tel / Fax.: (11) 3168-8033
Site: www.appraisal.com.br e-mail: appraisal@appraisal.com.br

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/



DEPÓSITO DE MODELOS



DEPÓSITO DE INFLAMÁVEIS

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/



COBERTURA DE MATERIAIS INFLAMÁVEIS



DEPÓSITO DE ASCAREL

Av. Nove de Julho, 225 - 16º andar - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01313-000 - Tel / Fax.: (11) 3168-8033
Site: www.appraisal.com.br e-mail: appraisal@appraisal.com.br

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/



GALPÃO DA USINAGEM



GALPÃO DA EXPEDIÇÃO I

Av. Nove de Julho, 225 - 16º andar - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01313-000 - Tel / Fax.: (11) 3168-8033
Site: www.appraisal.com.br e-mail: appraisal@appraisal.com.br

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/



GALPÃO DO ACABAMENTO



GALPÃO DO GRUPO 76

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/



GALPÃO DA L2



GALPÃO DA FUSÃO I

Av. Nove de Julho, 225 - 16º andar - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01313-000 - Tel / Fax.: (11) 3168-8033
Site: www.appraisal.com.br e-mail: appraisal@appraisal.com.br

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/



GALPÃO DO GRUPO 81



METROLOGIA

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/



OFICINA ELÉTRICA E ALMOXARIFADO CENTRAL



GALPÃO DO ACABAMENTO

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/



GALPÃO DA EXPEDIÇÃO



GALPÃO VIRABREQUIM

Av. Nove de Julho, 225 - 16º andar - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01313-000 - Tel / Fax.: (11) 3168-8033
Site: www.appraisal.com.br e-mail: appraisal@appraisal.com.br

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/



GALPÃO DA FUSÃO VIRABREQIUM



GALPÃO REFRATÁRIO

Av. Nove de Julho, 225 - 16º andar - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01313-000 - Tel / Fax.: (11) 3168-8033
Site: www.appraisal.com.br e-mail: appraisal@appraisal.com.br

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/



GALPÃO EMPREITEIRAS



ABRIGO DA CARREGADEIRA

Av. Nove de Julho, 225 - 16º andar - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01313-000 - Tel / Fax.: (11) 3168-8033
Site: www.appraisal.com.br e-mail: appraisal@appraisal.com.br

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/



SUBESTAÇÃO



ETA - TRATAMENTO D'ÁGUA

Av. Nove de Julho, 225 - 16º andar - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01313-000 - Tel / Fax.: (11) 3168-8033
Site: www.appraisal.com.br e-mail: appraisal@appraisal.com.br

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/



CASA DA PRESIDÊNCIA



VILA DA GERÊNCIA

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/



VILA DOS FUNCIONÁRIOS



GRÊMIO - SALÃO SOCIAL

Av. Nove de Julho, 225 - 16º andar - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01313-000 - Tel / Fax.: (11) 3168-8033
Site: www.appraisal.com.br e-mail: appraisal@appraisal.com.br

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/



GINÁSIO



CLUBE

Av. Nove de Julho, 225 - 16º andar - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01313-000 - Tel / Fax.: (11) 3168-8033
Site: www.appraisal.com.br e-mail: appraisal@appraisal.com.br

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/



AJARDINAMENTO



AJARDINAMENTO

Av. Nove de Julho, 225 - 16º andar - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01313-000 - Tel / Fax.: (11) 3168-8033
Site: www.appraisal.com.br e-mail: appraisal@appraisal.com.br

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/



RUA INTERNA



INDÚSTRIA

Av. Nove de Julho, 225 - 16º andar - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01313-000 - Tel / Fax.: (11) 3168-8033
Site: www.appraisal.com.br e-mail: appraisal@appraisal.com.br

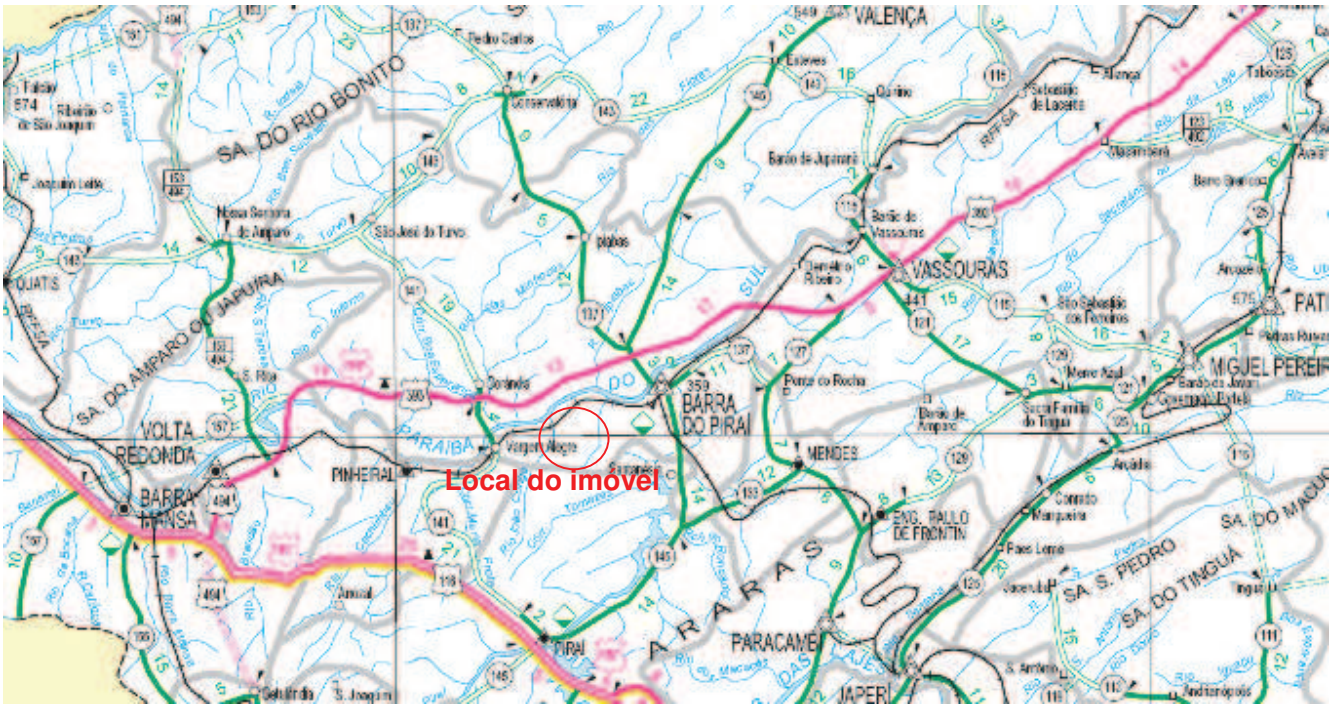
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

IX. LOCALIZAÇÃO

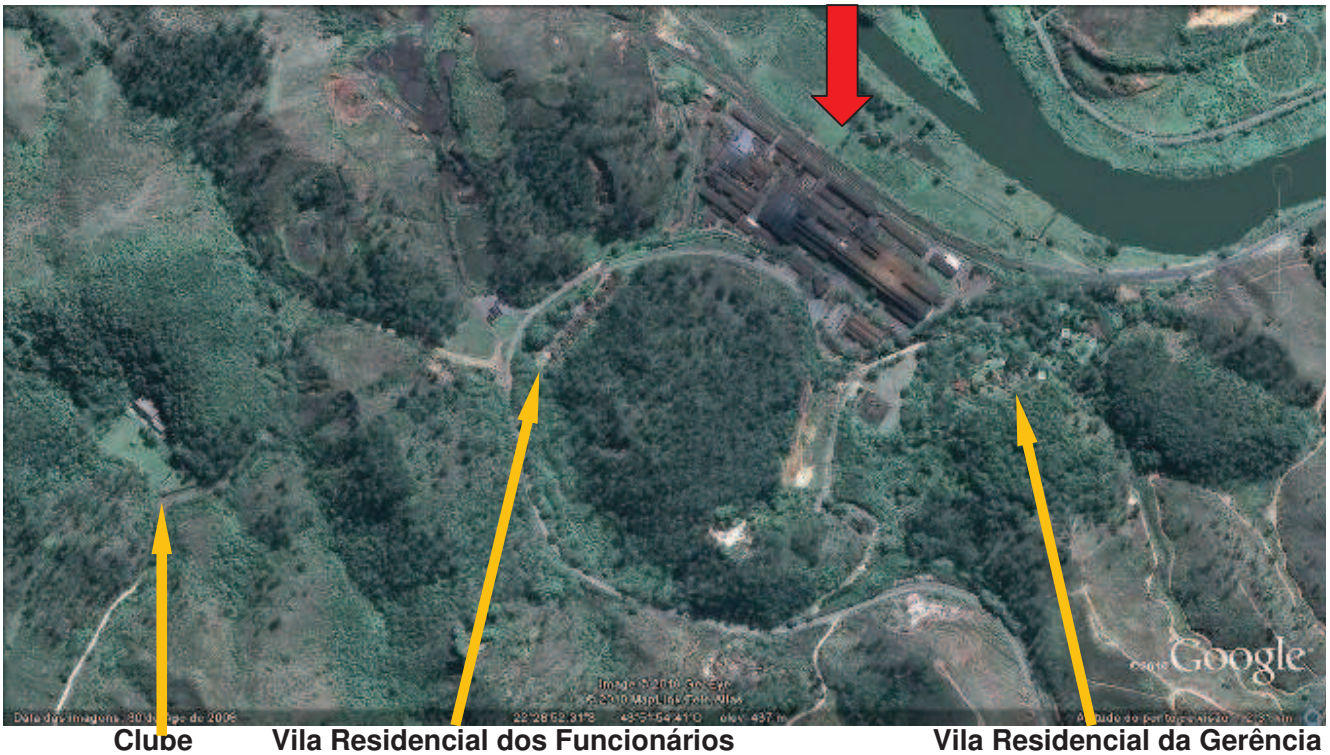
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

appraisal
avaliações e engenharia

Para Três Rios



Indústria



Clube **Vila Residencial dos Funcionários** **Vila Residencial da Gerência**

Av. Nove de Julho, 225 - 16º andar - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01313-000 - Tel / Fax.: (11) 3168-8033
Site: www.appraisal.com.br e-mail: appraisal@appraisal.com.br

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

X. FICHAS DE PESQUISA

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

FICHA DE PESQUISA DE TERRENO
NR 01

.Estado	:	Rio de Janeiro
.Município	:	Barra do Piraí
.Bairro	:	Oficinas Velhas
.Endereço	:	Rua Prefeito Lago José C. Valério
.Zona	:	Urbana
.Índice Adotado	:	57,00
.Área Total	:	2.091,07 m²
.Melhoramentos	:	Água, Luz e Telefone
.Topografia	:	Plana
.Observação	:	Terreno livre
.Oferta	:	R$ 1.000.000,00
.Informante	:	Matti Imóveis
		Sr. Caio - (24) 2442-2950 / 2444-2234
.Data da Venda	:	Abril / 2014
.Cálculo do Preço Unitário à Vista para	:	**Junho / 2014**
.R$ 1.000.000,00 x 1,00 / 2.091,07 m² = R$ 478,22 /m²		
Pesquisador	:	**W.F.B.**

Av. Nove de Julho, 225 - 16º andar - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01313-000 - Tel / Fax.: (11) 3168-8033
Site: www.appraisal.com.br e-mail: appraisal@appraisal.com.br

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

appraisal
avaliações e engenharia

FICHA DE PESQUISA DE TERRENO
NR 02

.Estado	**:**	Rio de Janeiro
.Município	**:**	Barra do Piraí
.Bairro	**:**	Santa Cecília
.Endereço	**:**	Estrada Manoel Coutinho Carvalho
.Zona	**:**	Urbana
.Índice Adotado	**:**	76,71
.Área Total	**:**	2.100,00 m²
.Melhoramentos	**:**	Água, Luz e Telefone
.Topografia	**:**	Plana
.Observação	**:**	Terreno livre.
.Oferta	**:**	R$ 1.500.000,00
.Informante	**:**	Matti Imóveis
		Sr. Caio - (24) 2442-2950 / 2444-2234
.Data da Venda	**:**	Janeiro / 2014
.Cálculo do Preço Unitário à Vista para	**:**	**Junho / 2014**
.R$ 1.500.000,00 x 1,00 / 2.100,00 m² = R$ 714,29 /m²		
Pesquisador	**:**	**W.F.B.**

Av. Nove de Julho, 225 - 16º andar - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01313-000 - Tel / Fax.: (11) 3168-8033
Site: www.appraisal.com.br e-mail: appraisal@appraisal.com.br

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

appraisal
avaliações e engenharia

FICHA DE PESQUISA DE TERRENO
NR 03

.Estado	:	Rio de Janeiro
.Município	:	Barra do Piraí
.Bairro	:	Oficinas Velhas
.Endereço	:	Rua Professor Artur Costa
.Zona	:	Urbana
.Índice Adotado	:	57,00
.Área Total	:	1.968,00 m²
.Melhoramentos	:	Água, Luz e Telefone
.Topografia	:	Aclive até 10%
.Observação	:	Terreno livre.
.Oferta	:	R$ 1.000.000,00
.Informante	:	Matti Imóveis
		Sr. Caio - (24) 2442-2950 / 2444-2234
.Cálculo do Preço Unitário à Vista para	:	**Junho / 2014**
.R$ 1.000.000,00 x 0,90 / 1.968,00 m² = R$ 457,32 /m²		
Pesquisador	:	**W.F.B.**

Av. Nove de Julho, 225 - 16º andar - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01313-000 - Tel / Fax.: (11) 3168-8033
Site: www.appraisal.com.br e-mail: appraisal@appraisal.com.br

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

appraisal
avaliações e engenharia

FICHA DE PESQUISA DE TERRENO
NR 04

.Estado	:	Rio de Janeiro
.Município	:	Barra do Piraí
.Bairro	:	Vila Helena
.Endereço	:	Rua Vereador Chequer Elias, ao lado da Bramil
.Zona	:	Urbana
.Índice Adotado	:	80,75
.Área Total	:	6.151,00 m²
.Melhoramentos	:	Água, Luz e Telefone
.Topografia	:	Plana
.Observação	:	Terreno livre
.Oferta	:	R$ 5.000.000,00
.Informante	:	Matti Imóveis
		Sr. Caio - (24) 2442-2950 / 2444-2234
.Cálculo do Preço Unitário à Vista para	:	**Junho / 2014**
.R$ 5.000.000,00 x 0,90 / 6.151,00 m² = R$ 731,59 /m²		
Pesquisador	:	**W.F.B.**

Av. Nove de Julho, 225 - 16º andar - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01313-000 - Tel / Fax.: (11) 3168-8033
Site: www.appraisal.com.br e-mail: appraisal@appraisal.com.br

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

FICHA DE PESQUISA DE TERRENO
NR 05

.Estado	:	Rio de Janeiro
.Município	:	Barra do Piraí
.Bairro	:	Morro do Gama
.Endereço	:	Rua Cristiano Otoni, esquina com a Travessa Manoel Diogo
.Zona	:	Urbana
.Índice Adotado	:	47,50
.Área Total	:	150,00 m²
.Melhoramentos	:	Água, Luz e Telefone
.Topografia	:	Caído de 5 a 10%
.Observação	:	Casa comercial de 120,00 m², com valor atribuído à construção de R$ 640.000,00
.Oferta	:	R$ 800.000,00
.Informante	:	Comven Imóveis
		Sr. Sebastião - (024) 2442-1116 / 2471-2277
.Cálculo do Preço Unitário à Vista para	:	**Junho / 2014**
.(R$ 800.000,00 x 0,90 - R$ 640.000,00) / 150,00 m² = R$ 533,33 /m²		
Pesquisador	:	**W.F.B.**

Av. Nove de Julho, 225 - 16º andar - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01313-000 - Tel / Fax.: (11) 3168-8033
Site: www.appraisal.com.br e-mail: appraisal@appraisal.com.br

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

XI. ANEXO - PLANILHAS DE CÁLCULOS

Av. Nove de Julho, 225 - 16º andar - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01313-000 - Tel / Fax.: (11) 3168-8033
Site: www.appraisal.com.br e-mail: appraisal@appraisal.com.br

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

XII. DOCUMENTAÇÃO

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a VALQUIRIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Documento No: 73262853-20-0-82-91-626905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 22

Evento:
CERTIDAO___VISTOS_EM_INSPECAO
Data:
23/05/2018 12:05:00
Usuário:
JRJVYL - VALQUÃ•RIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
22

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 23

Evento:
CERTIDAO___VISTOS_EM_INSPECAO
Data:
24/05/2018 08:55:00
Usuário:
JRJVYL - VALQUÃ•RIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
23

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 24

Evento:
CERTIDAO___VISTOS_EM_INSPECAO
Data:
24/05/2018 12:00:00
Usuário:
JRJVYL - VALQUÃ•RIA PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
24

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
Subseção Judiciária de Barra do Piraí
1ª Vara Federal

Processo n.º 0091858-64.2015.4.02.5119 (2015.51.19.091858-6)
Classe: EXECUÇÃO FISCAL
Autor(a)(es): UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
Ré(u)(s): BR METALS FUNDICOES LTDA

VISTOS EM INSPEÇÃO

Barra do Piraí, 21 a 25/05/2018.

Assinado eletronicamente, conforme Lei n.º 11.419/2006
[MARIA LUIZA JANSEN SÁ FREIRE SOLTER
Juiz(a) Federal Titular

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARIA LUIZA JANSEN SA FREIRE SOLTER
Documento No: 73262853-21-0-173-1-159219 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 25

Evento:
CONCLUSAO_PARA_DECISAO_____INTERLOCUTORIA
Data:
10/07/2018 17:15:00
Usuário:
JRJWGX - TATIANA GOUVÃŠA DA SILVA -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
25

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL – 2ª REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
Subseção Judiciária de Barra do Pirai
1ª Vara Federal - Juizado Especial Adjunto

PROCESSO: 0091858-64.2015.4.02.5119 (2015.51.19.091858-6)
CLASSE: EXECUÇÃO FISCAL
PARTE AUTORA: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PARTE RÉ: BR METALS FUNDICOES LTDA

DESPACHO

Nos termos do art. 1º da Resolução nº TRF2-RSP-2018/00019 (publicada em 12/04/2018), que alterou o art. 24 da Resolução nº TRF2-RSP-2016/00021 para modificar a competência desta subseção judiciária, redistribuam-se os presentes autos a uma das Varas Federais de Execução Fiscal da seção judiciária do Rio de Janeiro.

Barra do Piraí, 10 de julho de 2018

(ASSINADO ELETRONICAMENTE)
CARLOS FERREIRA DE AGUIAR
Juiz Federal Substituto no exercício da titularidade

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a CARLOS FERREIRA DE AGUIAR
Documento No: 73262853-22-0-174-1-725939 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 26

Evento:
INTIMACAO_DE_DECISAO___REGISTRO_NO_SISTEMA
Data:
17/07/2018 12:08:00
Usuário:
JRJHHE - IOHANE SANCHES -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
26

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 27

Evento:
REMESSA_INTERNA
Data:
17/07/2018 18:39:00
Usuário:
JRJHHE - IOHANE SANCHES -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
27

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 28

Evento:
REDISTRIBUICAO
Data:
17/07/2018 18:48:00
Usuário:
JRJHHE - IOHANE SANCHES -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
28

Poder Judiciário
Justiça Federal - 2a Região
Seção Judiciária do RJ

Termo de Retificação

Em cumprimento do R. despacho de fls. _____, no Rio de Janeiro, 17 de julho de 2018, é lavrado o presente termo, na forma abaixo:

Processo.....: 0091858-64.2015.4.02.5119
Classe do processo.....: 3000 - EXECUÇÃO FISCAL
1. Data do Protocolo.....: 17/08/2015
2. Número de volumes.....: 1
3. Observações.....:
4. Vara.....: 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
5. Tipo de Distribuição.....: Redistribuição
6. Data/Hora distribuição....: 17/07/2018 18:48
7. Distr. lançada por.....: IOHANE SANCHES
8. Usuário últ. alteração.....: IOHANE SANCHES
9. Data últ. alteração.....: 17/07/2018 18:48
10. Processo Prevento.....:
11. Objetos.....:
12. Processo Vinculado.....:
13. Valor da Causa.....: Real - 8.646.819,85
14. Processo administrativo.: 114969370
15. Natureza do Cálculo.....:

16. Nro. inscrição C.D.A.....:

CDA	Data	Moeda	Valor
11.496.937-0			

Assunto:

03.05.04	Salário-Educação - Contribuição Social - Direito Tributário
03.06.01	Contribuições para o SEBRAE, SESC, SENAC, SENAI e outros - Contribuições Corporativas - Di
03.12.04	FGTS - Dívida Ativa - Direito Tributário
03.12.11	Contribuição Social - Dívida Ativa - Direito Tributário
03.12.19	Multas - Dívida Ativa - Direito Tributário

PARTES:

Tipo	Nome	CPF/CNPJ	Tipo Carac.
AUTOR	UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL	00.394.460/0216-53	
PROCURADOR	JOAO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET		
REU	BR METALS FUNDICOES LTDA	19.811.058/0001-43	
ADVOGADO	MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS		

Alterações: Por:

17/07/2018 18:48 Redistribuicao incluso(a) com valor '3: Redistribuição para 06VFEF' JRJHHE

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a IOHANE SANCHES
Documento No: 73262853-23-0-175-2-181868 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

Dados Complementares

Segredo de Justiça Absoluto	- Não
Segredo de Justiça no Sistema	- Não
Picha Certidão se processo em Segredo	- Sim
Prioridade Idoso	- Não
Isento de Custas	- Não
Pedido de Gratuidade	- Não
Assistência Judiciária	- Não
Com liminar/Tutela Antecipada Deferida	- Não
Processo Eletrônico	- Sim
Possui Documentos Sigilosos	- Não
Penhora no Rosto dos Autos	- Não
Processo Originário da 2ª Região	- Não
Requer Liminar/Tutela Antecipada	- Não
Requer Justiça Gratuita	- Não
Requer Prioridade de Idoso	- Não
Requer Segredo de Justiça	- Não
Requer Ministério Público	- Não
Grande devedor para Juízo	- Não
Grande dívida para Fazenda	- Não
Requer Prioridade de Incapaz	- Não
Grande devedor para PRF	- Não
Prioridade Idoso com mais de 80 anos	- Não

Para constar, lavro e assino o presente.

_____
Diretor da Secretaria

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a IOHANE SANCHES
Documento No: 73262853-23-0-175-2-181868 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 29

Evento:
REMESSA_INTERNA
Data:
17/07/2018 18:51:00
Usuário:
JRJHHE - IOHANE SANCHES -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
29

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 30

Evento:
CONCLUSAO_PARA_DECISAO_____INTERLOCUTORIA
Data:
18/07/2018 10:45:00
Usuário:
JRJENI - DENISE OLIVEIRA DE SOUZA -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
30

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL

2015.51.19.091858-6

Processo n° 0091858-64.2015.4.02.5119 (2015.51.19.091858-6)

Intimem-se as partes da redistribuição do feito a este M. Juízo.
Após, voltem conclusos.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 2018.

PEDRO LOSA LOUREIRO VALIM
Juiz Federal Substituto

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a PEDRO LOSA LOUREIRO VALIM
Documento No: 73262853-24-0-177-1-466569 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 31

Evento:
INTIMACAO_DE_DECISAO___REGISTRO_NO_SISTEMA
Data:
18/07/2018 13:45:00
Usuário:
JRJDIO - CLAUDIO MARCUS DE MELO -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
31

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL

PROCESSO N° 0091858-64.2015.4.02.5119 (2015.51.19.091858-6)

C E R T I D Ã O

Certifico que, nos termos do artigo 4º, § 3º, da Lei n° 11.419/2006, **o(a) despacho/decisão/sentença/edital/alvará antecedente** foi disponibilizado(a) ao e-DJF2R do dia 20/07/2018, **considerando-se publicado em 23/07/2018**, no boletim n° *2018.000120*, à(s) fl(s). *569/603*.

Rio de Janeiro, 20/07/2018.

ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)
Matrícula n° 14267

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA
Documento No: 73262853-25-0-178-1-549690 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 32

Evento:

REMESSA_CARGA_PARA_EXECUCAO_FISCAL___FAZENDA_NACIONAL_POR_MOTIVO_DE_MANIFES

Data:
18/07/2018 14:14:00

Usuário:
JRJDIO - CLAUDIO MARCUS DE MELO -

Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ

Sequência Evento:
32

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL

Processo n. 0091858-64.2015.4.02.5119 (2015.51.19.091858-6) (2015.51.19.091858-6)

C E R T I D Ã O

Certifico que, em ***27/07/2018***, o/a ***Execução Fiscal - Fazenda Nacional*** foi citado e/ou intimado ELETRONICAMENTE do despacho/decisão/sentença retro.

Rio de Janeiro, 27 de julho de 2018.

ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)
Matrícula nº 14267

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA
Documento No: 73262853-26-0-179-1-789893 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 33

Evento:
JUNTADA
Data:
27/07/2018 20:41:00
Usuário:
JRJAFO - ALEXANDRE MORIER FONSECA -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
33

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria da Fazenda Nacional no Rio de Janeiro/RJ
DIAFI – Divisão de Assuntos Fiscais

A **UNIÃO FEDERAL *(Fazenda Nacional)***, representada pelo Procurador da Fazenda Nacional, que esta subscreve, nos autos da ação em epígrafe, vem manifestar ciência da r. decisão retro.

Termos em que
Pede e espera deferimento
Rio de Janeiro/RJ, em .

MAURO TEIXEIRA DA SILVA
Procurador da Fazenda Nacional

Protocolada por Mauro Teixeira da Silva em 27/07/2018 18:06:34 (Processo 0091858-64.2015.4.02.5119)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a ALEXANDRE MORIER FONSECA
Documento No: 73262853-27-0-180-1-122264 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 34

Evento:
DEVOLUCAO_DE_REMESSA
Data:
27/07/2018 21:05:00
Usuário:
JRJAFO - ALEXANDRE MORIER FONSECA -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
34

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 35

Evento:
CONCLUSAO_PARA_DECISAO_____INTERLOCUTORIA
Data:
27/07/2018 22:17:00
Usuário:
JRJAFO - ALEXANDRE MORIER FONSECA -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
35

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL

2015.51.19.091858-6

Processo n° 0091858-64.2015.4.02.5119 (2015.51.19.091858-6)

Ao(à) Exequente para manifestar o prosseguimento pretendido à execução em face do que consta nos autos, ciente de que, no caso de se requerer qualquer medida constritiva, deverá informar, no texto de sua petição, o montante correspondente ao somatório atualizado da(s) inscrição(ões) constante(s) da(s) CDA(s) objeto desta execução, sob pena de se adotar o último valor informado nos autos. Prazo: 5 (cinco) dias.

Nada sendo requerido, estará suspenso o processo, no aguardo das providências a cargo da Exequente necessárias para seu prosseguimento, do que também já fica ciente por meio desta.

Intime-se.

Se até lá nada vier, decorridos 5 (cinco) anos de suspensão, reabra-se vista à Exequente e retornem conclusos.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 2018.

PEDRO LOSA LOUREIRO VALIM
Juiz Federal Substituto

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a PEDRO LOSA LOUREIRO VALIM
Documento No: 73262853-28-0-181-1-728137 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 36

Evento:
LOCALIZACAO_INTERNA
Data:
27/07/2018 22:18:00
Usuário:
JRJAFO - ALEXANDRE MORIER FONSECA -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
36

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 37

Evento:
INTIMACAO_DE_DECISAO___REGISTRO_NO_SISTEMA
Data:
30/07/2018 13:25:00
Usuário:
JRJEJM - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
37

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL

PROCESSO N° 0091858-64.2015.4.02.5119 (2015.51.19.091858-6)

C E R T I D Ã O

Certifico que, nos termos do artigo 4º, § 3º, da Lei n° 11.419/2006, **o(a) despacho/decisão/sentença/edital/alvará antecedente** foi disponibilizado(a) ao e-DJF2R do dia 01/08/2018, **considerando-se publicado em 02/08/2018**, no boletim n° *2018.000130*, à(s) fl(s). *935/993*.

Rio de Janeiro, 01/08/2018.

ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)
Matrícula n° 14267

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA
Documento No: 73262853-29-0-182-1-617758 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 38

Evento:
SUSPENSAO_POR_AGUARDANDO_DILIGENCIA_DA_EXEQUENTE
Data:
30/07/2018 13:26:00
Usuário:
JRJEJM - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
38

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 39

Evento:

REMESSA_CARGA_PARA_EXECUCAO_FISCAL___FAZENDA_NACIONAL_POR_MOTIVO_DE_MANIFES

Data:
30/07/2018 13:27:00

Usuário:
JRJEJM - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA -

Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ

Sequência Evento:
39

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 40

Evento:
DEVOLUCAO_DE_REMESSA
Data:
03/08/2018 12:04:00
Usuário:
JRJEJM - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
40

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL

Processo n. 0091858-64.2015.4.02.5119 (2015.51.19.091858-6) (2015.51.19.091858-6)

C E R T I D Ã O

Certifico que, em ***03/08/2018***, o/a ***Execução Fiscal - Fazenda Nacional*** foi citado e/ou intimado ELETRONICAMENTE do despacho/decisão/sentença retro.

Rio de Janeiro, 03 de agosto de 2018.

ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)
Matrícula nº 14267

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA
Documento No: 73262853-30-0-183-1-381925 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 41

Evento:
JUNTADA
Data:
08/08/2018 09:11:00
Usuário:
JRJIYG - ISABELLE FARIAS ALBUQUERQUE -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
41

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria da Fazenda Nacional no Rio de Janeiro/RJ
DIAFI – Divisão de Assuntos Fiscais

EXMO. SR. DR. JUIZ DA ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÕES FISCAIS DO RIO DE JANEIRO/RJ – SJRJ

A **UNIÃO FEDERAL** ***(Fazenda Nacional)***, representada pelo Procurador da Fazenda Nacional, que esta subscreve, nos autos da ação em epígrafe, vem, respeitosamente, requerer a renovação da diligência de fls. 78/79, de molde que a penhora recaia sobre tantos quantos bens situados no imóvel bastem para a integral garantia do crédito em execução.

Termos em que
Pede e espera deferimento
Rio de Janeiro/RJ, em 7 de agosto de 2018.

MAURO TEIXEIRA DA SILVA
Procurador da Fazenda Nacional

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV **CCRED**
DIVIDA ATIVA
31/07/2018 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 14:48:37

Credito: **114969370** **CGC: 19.811.058/0001-43**
Nome: **BR METALS FUNDICOES LTDA**

Doc. de Origem..: **02/05/2015 DCGB - DCG BATCH**
Tipo de Credito.: **1** Dt. Cadastramento: **02/05/2015** Livro: **9** Folha: **331**
Dt. de Inscricao: **03/07/2015** RFB: **17.025.020** Orgao Inscr.: **17.200.808**
Periodo da Divida: **01/2014 a 11/2014** PRC Tramitacao: **17.200.808**
Comarca: 00000 Vara: 000 Acao Jud: 00918586420154025119 Primeira Instancia
Fase: **535 AJUIZAMENTO / DISTRIBUICAO** Dt. da Fase: **17/08/2015**

Principal:	**5.542.687,05**	E - Extrato	C - Compet. Credito
Multa isolada:	**0,00**	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Multa de oficio:	**0,00**	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa de mora:	**1.108.537,43**	S - Solidario	P - Parcelamento
Juros:	**2.361.374,67**	F - Fund. Legal	D - Codevedor
Encargo legal:	**1.802.519,83**		
T o t a l:	**10.815.118,98**		
Honorarios:	**0,00**		

Valores atualizados p/ 07/2018 em REAL XMIT
Credito Ajuizado - J/H REFIS: **********0,00

Versão 0.268.65

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CACAOJUD PGF - PGFN - DATAPREV **CACAOJUD**

DIVIDA ATIVA

31/07/2018 CONSULTA A ACAO JUDICIAL 14:49:19

EXECUCAO VIRTUAL

Acao Judicial: **00918586420154025119** Credito: **114969370** PRC: **17200808**
Nome: **BR METALS FUNDICOES LTDA**
Fase: **535** Dt.Fase: **17/08/2015** Comarca: Vara: Foro: **FED**
Procurador: **1546443** Honorarios: Dt.Ajuizamento: **17/08/2015**
Segunda Instancia: Inst. Superior:
Dados TRF: Acao Jud.: **00918586420154025119** Dt.Ajuizamento: **17/08/2015** Vara:

Credito	Fase	Dt.Fase	Penhora	Valor
114969370	**535**	**17/08/2015**	**Nao**	**10.815.118,98**

Total Divida - **10.815.118,98**
Honor Divida - **0,00**
J/Hon REFIS - **0,00** Prox.Credito -
Total da Acao - **10.815.118,98** * - Apensada XMIT

Fim dos Creditos Para Esta Acao

Versão 0.268.65

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 42

Evento:
REATIVACAO_DE_SUSPENSAO
Data:
10/08/2018 14:38:00
Usuário:
JRJIYG - ISABELLE FARIAS ALBUQUERQUE -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
42

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 43

Evento:
CONCLUSAO_PARA_DECISAO_____INTERLOCUTORIA
Data:
10/08/2018 14:39:00
Usuário:
JRJIYG - ISABELLE FARIAS ALBUQUERQUE -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
43

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL

2015.51.19.091858-6

Processo n° 0091858-64.2015.4.02.5119 (2015.51.19.091858-6)

Expeça-se o competente mandado de penhora e avaliação, para que a constrição recaia sobre tantos bens do(s) Executado(s) quantos bastem para a garantia da dívida atualizada objeto da presente execução.

Se não forem encontrados bens hábeis a garantir a execução, dê-se vista ao Exequente, ciente de que, **no caso de se requerer qualquer medida constritiva, deverá informar o montante correspondente ao somatório atualizado da(s) inscrição(ões) constante(s) da(s) CDA(s) objeto desta execução,** sob pena de se adotar o último valor informado nos autos. Prazo: 5 (cinco) dias.

Nada vindo, estará a execução suspensa, por até 01(um) ano. Se, decorrido esse prazo, não vier manifestação do(a) Exequente com a(s) localização(ões) do(s) Executado(s) ou de bem(ns) seu(s) penhorável(is), arquivem-se, sem baixa (Lei n° 6.830/80, art. 40, §2º).

Decorridos 05 (cinco) anos do arquivamento, dê-se vista ao(à) Exequente para sua manifestação (Lei n° 6.830/80, art. 40, §4º), após voltando conclusos.

Rio de Janeiro, 17 de agosto de 2018.

MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Juiz Federal Titular

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Documento No: 73262853-32-0-187-1-35775 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 44

Evento:
INTIMACAO_DE_DECISAO___REGISTRO_NO_SISTEMA
Data:
21/08/2018 17:33:00
Usuário:
JRJLCP - LUIZ CARLOS ALVES PECANHA -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
44

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL

PROCESSO N° 0091858-64.2015.4.02.5119 (2015.51.19.091858-6)

C E R T I D Ã O

Certifico que, nos termos do artigo 4º, § 3º, da Lei n° 11.419/2006, **o(a) despacho/decisão/sentença/edital/alvará antecedente** foi disponibilizado(a) ao e-DJF2R do dia 23/08/2018, **considerando-se publicado em 24/08/2018**, no boletim n° *2018.000145*, à(s) fl(s). *1201/1216*.

Rio de Janeiro, 23/08/2018.

ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)
Matrícula n° 14267

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA
Documento No: 73262853-33-0-188-1-73459 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 45

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_EXPEDIR_MANDADO
Data:
21/08/2018 17:37:00
Usuário:
JRJLCP - LUIZ CARLOS ALVES PECANHA -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
45

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 46

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_AGUARDANDO_DEVOLUCAO_DE_MANDADO
Data:
04/12/2018 13:20:00
Usuário:
JRJWKY - CRISTIANE AMORIM PARENTE -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
46

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 47

Evento:
JUNTADA
Data:
13/12/2018 14:07:00
Usuário:
JRJEJM - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
47

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

NORMAL
MANDADO n. MAN.0051.002223-5/2018
ÁREA:
BAIRRO: CANTAO

MANDADO DE ARRESTO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REGISTRO E INTIMAÇÃO

0 0 0 5 1 0 0 5 1 0 0 2 2 2 3 5 2 0 1 8

EXECUÇÃO FISCAL 3000
PROCESSO: **0091858-64.2015.4.02.5119 (2015.51.19.091858-6)**
PARTE AUTORA**:** UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PARTE RÉ**:** BR METALS FUNDICOES LTDA

DESTINATÁRIO: **BR METALS FUNDICOES LTDA**
ENDEREÇO: **RUA GOVERNADOR RAYMUNDO PADILHA, S/N FAZENDA SANTA CECÍLIA - CANTAO - BARRA DO PIRAI, RJ, Brasil - CEP: 27.150-550**

VALOR DA DÍVIDA: R$ 8.646.819,85 (atualizado em 29/07/2015)
C.D.A.: 11.496.937-0
BEM(NS) INDICADO(S) À PENHORA: não há**.**

O(A) DOUTOR(A) MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, M. JUIZ(A) FEDERAL DA 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

M A N D A ao Analista Judiciário/Executante de mandados, a quem for o presente distribuído, que, em cumprimento da decisão proferida nos autos da ação em referência, **proceda à PENHORA ou ARRESTO em bens de propriedade do(a,s) Executado(a,s), BR METALS FUNDICOES LTDA, CNPJ/CPF Nº 19811058000143,** tantos quantos bastem para garantia da execução, na forma dos artigos 10 e 11 da Lei nº 6.830/80, **nomeie Depositário**, efetive a **AVALIAÇÃO** do(s) bem(ns) penhorado(s) e também proceda à **INTIMAÇÃO** do(a,s) Executado(a,s) dessas diligências. Recaindo a penhora sobre **imóvel**, intime também o cônjuge do(a,s) Executado(a,s), se casado for(em), e intime o Oficial do Registro de Imóveis competente, ou quem fizer suas vezes, a quem se fará entrega da contrafé e cópia do termo ou auto de penhora, para que proceda ao registro (art.7º, inc. IV, e art.14, inc. I, da Lei nº 6.830/80) e encaminhe ao Juízo certidão de ônus reais atualizada com o registro da constrição; recaindo a penhora ou arresto em **embarcação ou aeronave**, intime o Encarregado, ou quem fizer suas vezes, da Repartição competente para emissão do certificado de registro, a quem se fará entrega da contrafé e cópia do termo ou auto de penhora, para que proceda ao registro (art.7º, inc. IV, e art. 14, inc. I, da Lei nº 6.830/80) e encaminhe ao Juízo ofício confirmando a realização da constrição, **dispensada** tal diligência se se tratar de veículo automotor com restrição registrada pelo sistema **RENAJUD**; recaindo a penhora ou arresto em **ações**, debêntures, quota ou qualquer outro título, crédito ou direito societário nominativo, a entrega da contrafé far-se-á à Junta Comercial, Bolsa de Valores ou na Sociedade Comercial (art. 14, inc. III, da Lei nº 6.830/80), outrossim com

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a ANDRE BOTELHO JUCA
Documento No: 73262853-34-0-189-2-659671 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

ordem para que se encaminhe ao Juízo ofício confirmando o registro da constrição. **INTIME o(a) Depositário(a)** a não abrir mão do depósito sem prévia autorização do Juízo, sob pena de responder pessoalmente pelo valor da avaliação do bem, e que, em caso de mudança de endereço, deverá comunicar o fato imediatamente ao Juízo. **INTIME o(a,s) Executado(a,s) de que tem o prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação da penhora, para opor embargos à execução**, sob pena de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo(a) Exequente. E, no caso da não constatação de bens dele(a) no local, **INTIMAR** o(a) Executado(a) de que deve indicar quais são e onde se encontram seus bens passíveis de penhora, com seus respectivos valores, sob pena de a omissão em proceder a tal indicação ser considerada ato atentatório à dignidade da Justiça, sujeitando-o(a) à multa de até 20% (vinte por cento) do valor da dívida, conforme previsões do artigo 774, inciso V, e parágrafo único, do Código de Processo Civil. Desde logo autorizado o Sr. Oficial de Justiça a requisitar o auxílio de força policial, se necessário.

EXPEDIDO por ordem do(a) MM. Juiz Dr. MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, no Município do Rio de Janeiro, em 04/12/2018, por CRISTIANE AMORIM PARENTE (TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)).

ASSINADO ELETRONICAMENTE
ANDRÉ BOTELHO JUCÁ
Diretor de Secretaria
Matrícula nº 10758

OBSERVAÇÕES:

1) De acordo com a Portaria n. RJ-PGD-2011/00048, de 17/08/2011, do Tribunal Regional Federal – TRF/2ª Região, "*o **horário de atendimento ao público** externo é das 12h às 17h para as Varas Federais, Juizados Especiais Federais e Administração*".

2) O **acesso à integra dos autos do processo eletrônico** pode ser obtido por cadastramento do interessado na página da Internet: *http://www.jfrj.jus.br/cadastro-visualizar-processo.*

3) O(s) valor(es) atualizado(s) da(s) dívida(s), bem como **instruções para o parcelamento e o pagamento** poderão ser obtidos diretamente junto ao(à) Exequente, sendo que, em se tratando de dívida cobrada pela Procuradoria da Fazenda Nacional, por acesso à página da Internet: *www.pgfn.fazenda.gov.br.* Havendo interesse no parcelamento ou pagamento do débito, o devedor deve dirigir-se diretamente ao Exequente para efetivá-lo(s) e deve também comunicar ao M. Juízo a realização do parcelamento ou pagamento, sob pena de prosseguimento da execução.

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a ANDRE BOTELHO JUCA
Documento No: 73262853-34-0-189-2-659671 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro

Mandado Nº MAN.0051.002223-5/2018

CERTIDÃO (POSITIVA)

CERTIFICO *que, em cumprimento ao r. mandado em referência, procedi à PENHORA do imóvel indicado, nos termos da r. decisão, bem como à AVALIAÇÃO, conforme auto digitalizado abaixo. Certifico, outrossim, que INTIMEI o Registro Imobiliário - Cartório do 2º Ofício de Barra do Piraí (Rua Paulo de Frontin, nº 168, Centro), na pessoa de Ezequiel Morais de Oliveira, Substituto, Matrícula 94/15300, a quem entreguei a contrafé, conforme recebimento aposto. Considerando que o depositário, conforme fls. 81, está em São Paulo, devolvo o r. mandado à superior consideração. O referido é verdade e* ***DOU FÉ****.*

Barra do Piraí, 12 de dezembro de 2018.

Cláudia Cesar de Paula

Oficial de Justiça Avaliadora Federal

Matrícula: 13212

Classif. documental	92.100.05

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a CLAUDIA CESAR DE PAULA
Documento No: 73262853-35-0-191-2-762022 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
VARA FEDERAL DE BARRA DO PIRAÍ

AUTO DE PENHORA E AVALIAÇÃO

Mandado nº MAN.0051.002223-5/2018

Processo nº: 0091858-64.2015.4.02.5119
PARTE AUTORA: União Federal/Fazenda Nacional
PARTE RÉ: BR Metals Fundições Ltda.
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de janeiro
Endereço da diligência: Estrada Raymundo Padilha s/nº, Fazenda Santa Cecília, Cantão – Barra do Piraí – RJ

<u>Bem penhorado</u>:

Imóvel matrícula 1.578 no Registro de Imóveis – Cartório do 2º Ofício de Barra do Piraí (Rua Paulo de Frontin, nº 168, Centro, Barra do Piraí) denominado Fazenda Santa Cecília, sito no primeiro distrito deste Município, constante de mais ou menos 3.729.238,00 m2 (três milhões, setecentos e vinte e nove mil, duzentos e trinta e oito metros quadrados) de terras próprias em pastos, com casa de moradia, sede da propriedade, constituída de varanda, 3 salas, sendo uma de jantar; 2 cozinhas, 1 copa, oito quartos, 4 banheiros, 1 w.c., quatro corredores, uma porta de frente em ferro e vidro; duas janelas de frente em ferro e vidro. Piso de parquet, taco, milacron, cerâmica e mármore. Cobertura de laje com telha francesa. Acabamento padrão alto de 1ª; dependência de empregada e serviços ficam no subsolo; construção em forma de "L". O imóvel possui as seguintes benfeitorias: vila gerência com 8 (oito) casas e vila operária com 15 (quinze) casas, tudo avaliado conjuntamente em R$2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais), utilizando como critério a avaliação particular já juntada.

Barra do Piraí, 10 de dezembro de 2.018.

Cláudia Cesar de Paula
Oficial de Justiça Avaliadora Federal
Matrícula 13212

Classif. documental	92.100.05

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a CLAUDIA CESAR DE PAULA
Documento No: 73262853-35-0-191-2-762022 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 48

Evento:
JUNTADA
Data:
13/12/2018 14:56:41
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
48

Cartório do 2º Ofício de Justiça da Comarca de Barra do Piraí/RJ

Rua Paulo de Frontim 168, Centro, Barra do Piraí/RJ, CEP. 27123-120
Telefones: (24) 2442-2567
Titular: Fabio Jabur Tavares de Souza

Ofício nº. 251-S-2018

Ref.: Processo nº. 0091858-64.2015.4.02.5119 (2015.51.19.091858-6)

MM. Juiz Federal,

Em atendimento a determinação contida no mandado nº. MAN. 0051.002223-5/2018, sirvo-me do presente para informar a vossa excelência que realizei a penhora do imóvel registrado neste Cartório sob a Matrícula nº. 1.578, conforme certidão em anexo.

Sem mais, aproveito o momento para apresentar elevados protestos de estima e consideração.

Barra do Piraí, 11 de Dezembro de 2018.

Atenciosamente,

Ezequiel M. de Oliveira
Oficial Substituto

Ezequiel Morais de Oliveira
Substituto
Matrícula 94/15300

A MM. Juíza Federal 6ª Vara Federal de Execução Fiscal, Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro.

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a CLAUDIO MARCUS DE MELO
Documento No: 73262853-36-0-193-1-336050 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 49

Evento:
CONCLUSAO_PARA_DECISAO_____INTERLOCUTORIA
Data:
09/01/2019 17:08:00
Usuário:
JRJDIO - CLAUDIO MARCUS DE MELO -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
49

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL

Processo n° 0091858-64.2015.4.02.5119 (2015.51.19.091858-6)

A fim de possibilitar a migração do processo para o sistema eProc, encerro a presente conclusão, determinando seja imediatamente reaberta no novo sistema, preservado o prazo para decisão contado da primeira abertura desta.

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 2019.

ASSINATURA ELETRÔNICA
MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Juiz Federal Titular

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Documento No: 73262853-37-0-194-1-703108 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 50

Evento:
INTIMACAO_DE_DECISAO___REGISTRO_NO_SISTEMA
Data:
10/01/2019 14:14:00
Usuário:
JRJDIO - CLAUDIO MARCUS DE MELO -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
50

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL

PROCESSO N° 0091858-64.2015.4.02.5119 (2015.51.19.091858-6)

C E R T I D Ã O

Certifico que, nos termos do artigo 4º, § 3º, da Lei n° 11.419/2006, **o(a) despacho/decisão/sentença/edital/alvará antecedente** foi disponibilizado(a) ao e-DJF2R do dia 14/01/2019, **considerando-se publicado em 15/01/2019**, no boletim n° *2019.000003*, à(s) fl(s). *640/684*.

Rio de Janeiro, 14/01/2019.

ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)
Matrícula n° 14267

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA
Documento No: 73262853-38-0-195-1-820141 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfrj.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 51

Evento:
LAVRADA_CERTIDAO___PROCESSO_MIGRADO_DE_SISTEMA
Data:
19/01/2019 07:54:08
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
51

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 52

Evento:
AUTOS_COM_JUIZ_PARA_DESPACHO_DECISAO
Data:
20/02/2019 11:13:02
Usuário:
JRJ11647 - ALEXANDRE MORIER FONSECA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
52

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 53

Evento:
DESPACHO_DECISAO___DETERMINA_INTIMACAO
Data:
21/02/2019 16:56:09
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
53

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: BR METALS FUNDICOES LTDA

DESPACHO/DECISÃO

Ao(à) Exequente para manifestar o prosseguimento pretendido à execução em face do que consta nos autos, ciente de que, no caso de se requerer qualquer medida constritiva, **deverá informar, no texto de sua petição, o montante correspondente ao somatório atualizado da(s) inscrição(ões)** constante(s) da(s) CDA(s) objeto desta execução, sob pena de se adotar o último valor informado nos autos. Prazo: 5 (cinco) dias.

Nada sendo requerido, estará suspenso o processo, no aguardo das providências a cargo da Exequente necessárias para seu prosseguimento, do que também já fica ciente por meio desta.

Intime-se.

Se até lá nada vier, decorridos 5 (cinco) anos de suspensão, reabra-se vista à Exequente e retornem conclusos.

Rio de Janeiro, 20/02/2019

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510000528418v1** e do código CRC **3e97f6c8**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 21/2/2019, às 16:56:8

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 54

Evento:
INTIMACAO_ELETRONICA___EXPEDIDA_CERTIFICADA
Data:
21/02/2019 16:56:09
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
54
Exequente:
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
08/03/2019 00:00:00
Data Final:
14/03/2019 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
VINICIUS BRANDAO DE QUEIROZ

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 55

Evento:
SUSPENSAO_SOBRESTAMENTO___ART__40___LEI_6830_80
Data:
23/02/2019 21:03:45
Usuário:
JRJ11647 - ALEXANDRE MORIER FONSECA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
55

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 56

Evento:
INTIMACAO_ELETRONICA___CONFIRMADA___REFER__AO_EVENTO__54
Data:
28/02/2019 12:54:32
Usuário:
P1658228 - LEONARDO MARTINS PESTANA - PROCURADOR
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
56

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 57

Evento:
PETICAO___REFER__AO_EVENTO__54
Data:
12/03/2019 16:49:10
Usuário:
P1437012 - MAURO TEIXEIRA DA SILVA - PROCURADOR
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
57

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria da Fazenda Nacional no Rio de Janeiro/RJ
DIAFI – Divisão de Assuntos Fiscais

A **UNIÃO FEDERAL** ***(Fazenda Nacional)***, representada pelo Procurador da Fazenda Nacional, que esta subscreve, nos autos da ação em epígrafe, vem requerer a **designação de data para leilão dos bens penhorados nos autos,** indicando como leiloeiros os srs. FABIO MANOEL GUIMARÃES e RODRIGO ADRIANO DE SOUZA, cujo endereço eletrônico é leiloes@leiloesjudiciais.com.br, e cujo telefone é 0800-707-9272 (cf. Mensagem Eletrônica PDF/PRFN/2 nº 21/2012).

Termos em que
Pede e espera deferimento
Rio de Janeiro/RJ, em

MAURO TEIXEIRA DA SILVA
Procurador da Fazenda Nacional

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 58

Evento:
REATIVACAO_DO_PROCESSO_SUSPENSO_SOBRESTADO
Data:
12/03/2019 16:58:52
Usuário:
JRJ11647 - ALEXANDRE MORIER FONSECA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
58

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 59

Evento:
AUTOS_COM_JUIZ_PARA_DESPACHO_DECISAO
Data:
12/03/2019 16:58:59
Usuário:
JRJ11647 - ALEXANDRE MORIER FONSECA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
59

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 60

Evento:
PETICAO
Data:
13/03/2019 18:38:26
Usuário:
SP072080 - MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS - ADVOGADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
60

MARCOS MARTINS
ADVOGADOS

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO/RJ

Execução Fiscal nº 0091858-64.2015.4.02.5119

A empresa **BR METALS FUNDIÇÕES LTDA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, já devidamente qualificada nos autos de processo em epígrafe, por meio de seu advogado legalmente constituído e que a presente subscreve, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, expor e ao final requerer o quanto segue.

1. DO ERRO NA AVALIAÇÃO DO IMÓVEL PENHORADO

Em cumprimento ao mandado expedido nestes autos, foi lavrado auto de penhora sobre o imóvel matriculado sob nº 1.578 no 2º Ofício de Registro de Imóveis de Barra de Piraí/RJ, cujo valor de avaliação foi fixado em R$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais) (**Evento 47 - Doc. 27 - Pag. 2**).

Ocorre que referida avaliação está eivada de evidente erro.

Na parte final do auto de penhora e avaliação, a Sra. Oficial de Justiça **menciona expressamente que utilizou como critério para se chegar no valor do imóvel a avaliação particular já juntada nos autos.**

Referida avaliação particular trata-se do laudo de 91 páginas elaborado pela empresa Appraisal Avaliações e Engenharia, juntado aos autos pela própria oficial de justiça (**Evento 21 – Doc. 17**).

De acordo com ele, o valor total do imóvel para mercado é de R$ 106.639.000,00 (cento e seis milhões, seiscentos e trinta e nove mil reais), sendo R$ 86.478.395,00 referentes ao terreno e R$ 46.819.938,00 referentes às construções (**Evento 21 – Doc. 17 – Pag. 46**):

appraisal
avaliações e engenharia

FL.46/91

3. RESUMO DE VALORES

3.1. VALOR TOTAL DO IMÓVEL PARA MERCADO

O Valor para Mercado do imóvel foi obtido com a somatória dos valores do terreno e das edificações, incidindo um fator de comercialização, que pode ser considerado depreciação de mercado e correspondente a 20%.

. Valor do Terreno para Mercado	:	R$ 86.478.395,00
. Valor das Construções para Mercado	:	R$ 46.819.938,00
. Fator de Comercialização	:	0,80
. Valor do Imóvel para Mercado	:	R$ 106.638.666,00
. Valor Total do Imóvel para Mercado	:	**R$ 106.639.000,00**

Destarte, salta aos olhos o equívoco cometido na avaliação do imóvel.

Como a Sra. Oficial de justiça poderia ter utilizado o laudo particular como critério de avaliação e, ao mesmo tempo, ter atribuído valor tão inferior ao imóvel (R$ 2,3 milhões x R$ 106,6 milhões)?

Na verdade, nem seria necessário um laudo para se constatar o erro, pois a própria área do terreno dá conta dele.

Ora, um imóvel de 3.729.238,00 m² (três milhões, setecentos e vinte e nove mil, duzentos e trinta e oito metros quadros) não poderia ser avaliado em ínfimos R$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais), pois isso importaria num valor de R$ 0,61 (sessenta e um centavos) por m², sem considerar ainda todas as edificações contidas na área.

Considerando ainda que o laudo foi elaborado em junho/14, há quase 5 anos, o valor atual de mercado do imóvel - computada uma valorização média de 1% ao mês (57% no período) - está em torno de R$ 167,3 milhões, o que torna ainda mais discrepante o valor de avaliação, que deve ser integralmente desconsiderado.

2. DA NECESSIDADE SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO FISCAL – DETERMINAÇÃO DO STJ – TEMA Nº 987 DOS RECURSOS REPETITIVOS

A empresa Executada se encontra em recuperação judicial, conforme decisão do processo recuperacional que segue anexa à presente (**documento 1**).

Nesse contexto, recentemente, o Ministro do Superior Tribunal de Justiça Mauro Campbell Marques determinou, mediante autorização prévia da Primeira Seção, que os Recursos Especiais nº 1.694.316, 1.712.484 e 1.694.261 sejam julgados sob o rito dos recursos repetitivos.

Cadastrada como tema nº 987, a controvérsia desses recursos diz respeito à "*possibilidade da prática de atos constritivos em face de empresa em recuperação judicial, em sede de execução fiscal*".

Até o julgamento dos recursos e a definição da tese pelo Tribunal, foi determinada a suspensão do trâmite de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão em todo o território nacional, o que se comprova pela decisão e por notícia veiculada no site oficial do STJ, documentos que a Executada também acosta à presente (**documento 2**).

Destarte, até que o STJ decida se o juízo da execução fiscal tem competência para constrição de bens do devedor em recuperação judicial, devem ser sobrestados todos os processos que versem sobre esse assunto.

Em face do exposto, requer:

a) Seja determinada a realização de nova avaliação do imóvel matriculado sob o nº 1.578 no 2º Cartório de Registro de Imóveis de Barra do Piraí/RJ, tendo por base o valor total do bem (R$ 106,6 milhões) apontado no laudo de fls. 130/220, elaborado em junho de 2014, acrescido da valorização imobiliária ocorrida até o presente momento.

b) Seja, em seguida, determinada a suspensão da presente execução fiscal, até o julgamento pelo STJ do tema nº 987 da sistemática dos recursos repetitivos;

Termos em que,
Pede deferimento.

Marília/SP, 13 de março de 2019.

Marcos Martins da Costa Santos
OAB/SP nº 72.080

26 Tabelionato de Notas
Paulo Roberto Gaiger Ferreira

Prot: **00157373** Livro: **3324** Folha: **021** 001 003

PROCURAÇÃO PÚBLICA

Procuradores: **MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS** e outros.
Mandante: **BR METALS FUNDIÇÕES LTDA.**
Finalidade: **Ad Judicia Et Extra.**

S A I B A M todos os que virem esta escritura pública de mandato que aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze **(11/11/2014)**, em São Paulo, SP, República Federativa do Brasil, em diligência na Avenida Sylvio de Magalhães Padilha nº 5.200, Ed. Philadelphia, Térreo, Morumbi, perante mim, escrevente autorizado pelo Tabelião, comparece como mandante, **BR METALS FUNDIÇÕES LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, na Estrada Governador Raymundo Padilha, s/n - Fazenda Santa Cecília, CEP 27150-255, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº 19.811.058/0001-43, constituída nos termos do seu Contrato Social registrado na Junta Comercial do Rio de Janeiro (JUCERJA) sob NIRE nº 33.201.486.005, sendo última alteração e consolidação contratual de 09 de outubro de 2012, registrada na JUCERJA sob o n° 00002403238, em sessão realizada em 26/10/2012, e na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o n° 519.869/12-6, em 03/12/2012, neste ato, representada de acordo com a cláusula 9ª da mencionada alteração, por seu Diretor Presidente, **SEBASTIÃO LUIS PEREIRA DE LIMA**, brasileiro, industrial, viúvo, portador da cédula de identidade RG nº 7.994.453-X-SSP-SP, inscrito no CPF-MF sob nº 855.844.798-53, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Itapaiuna, n° 1.800, Bloco B1/Tamires V P, Apto. 32, Jardim Morumbi CEP: 05707-001; e por seu Diretor Vice-Presidente, **ANTÔNIO CAMPELLO HADDAD FILHO**, brasileiro, administrador de empresas, divorciado, portador da cédula de identidade RG nº 5.594.376-7-SSP-SP, inscrito no CPF-MF sob nº 990.920.778-87, residente e domiciliado na Cidade de Cidade de Guarujá, Estado de São Paulo, na Rua Benedito Lauro de Camargo n° 679, lote n° 14 ,quadra n° 114, Jardim Acapulco III, CEP: 11.445-816, os quais foram eleitos conforme Ata de Reunião dos Sócios Quotistas, realizada em 24 de junho de 2014, registrada na JUCERJA, sob n° 00002638028, em 16 de junho de 2014, cujo Contrato Social Consolidado e Ata encontram-se arquivados anteriormente nestas notas em fotocópia autenticada. Reconheço a identidade da presente e sua capacidade para o ato, do que dou fé. E por ela me foi dito que por esta escritura pública de mandato, nos termos de direito, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, **MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS**,

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO
UE: 3/SP1044
União Internacional do Notariado Latino (Fundada em 1948)
f85a-b398-c716-af33
c097-8e75-62c2-d4f1
Consulte em www.26notas.com.br
10442602291454.000375553-1

brasileiro, advogado, casado, portador da cédula de identidade RG nº 12.330.484-SSP/SP, inscrito no CPF-MF sob nº 289.602.460-34, domiciliado e residente na cidade de Marília, Estado de São Paulo, na Rua Das Turquesas n° 285, Jardim Maria Izabel, CEP: 17516-090; **FÁBIO SILVEIRA BUENO BIANCO**, brasileiro, advogado, casado, portador da cédula de identidade RG nº 25.134.019-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 294.459.688-83 e na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o nº 304.773, domiciliado e residente nesta Capital, na Rua Dr. Jose Gustavo Bush n° 310, Parque do Morumbi; e, **MARLI EMIKO FERRARI OKASAKO**, brasileira, advogada, solteira, portadora da cédula de identidade RG nº 17.692.601-SSP/SP, inscrita no CPF-MF sob nº 097.577.208-28, domiciliada e residente nesta Capital, e com endereço comercial na Avenida Sylvio de Magalhães Padilha n° 5.200, Bloco C, 1° andar, Morumbi. Confere a estes procuradores, amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula **"AD JUDICIA ET EXTRA"**, e os demais à defesa de seus direitos e interesses, em qualquer juízo, instância ou tribunal, podendo ditos procuradores propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-la(s) nas contrárias, acompanhando umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe(s), ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, dar quitação, levantar guias de depósito judicial, firmar compromissos ou acordos, representá-la perante repartições Públicas Federais, Estaduais, Municipais, Autarquias e organizações paraestatais, particularmente Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Procuradoria Geral do Estado, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Ministério do Trabalho, Caixa Econômica Federal (CEF) enquanto instituição financeira, e enquanto administradora do Fundo de Garantia sobre Tempo de Serviço – FGTS, Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Associação Sindicais, patronais ou classistas e demais órgãos, requerendo e alegando o que necessário for, inclusive pesquisa fiscal, requerer e firmar parcelamentos de débitos, defendendo-a em processos administrativos, podendo recorrer a qualquer instância administrativa, solicitar juntadas, desentranhamento e certidões; pagar impostos e taxas, reclamar contra indevidos, firmar guias, declarações e outros documentos, bem como proceder a regularização de livros fiscais, abertura e encerramento de depósitos e filiais, requerendo certidões e o que necessário for na defesa dos interesses da Outorgante, inclusive pedir vistas de processos e praticar todos os demais atos necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reserva

f85a-b398-c716-af33
c097-8e75-62c2-d4f1
Consulte em www.26notas.com.br

CÓPIA

26 Tabelionato de Notas
Paulo Roberto Gaiger Ferreira

Prot: **00157373** Livro: **3324** Folha: **023** 003 003

de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso. **ASSIM** diz, pede e lavro a presente que, lida em voz alta, acha em tudo conforme, aceita, outorga e assina. Escrita pelo escrevente **RENAN FRANCHI JACINTO** e assinada pelo Tabelião Substituto **REYNALDO CARLOS REIS SMITH DA SILVA.** Dou fé.Assinada pela(s) parte(s). Dou fé. Emolumentos: R$ 76,88, Ao Estado: R$ 21,84, IPESP: R$ 16,18, Registro Civil: R$ 4,04, Tribunal de Justiça: R$ 4,04, Santa Casa: R$ 0,76, **Total: R$ 123,74.**

REYNALDO CARLOS REIS SMITH DA SILVA
Tabelião Substituto

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
VALIDO EM TODO TERRITORIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO
DE: 37SP1044
União Internacional do Notariado Latino (Fundada em 1948)
10442602291454.000375554-0
c097-8e75-62c2-d4f1 f85a-b398-c716-af33
Consulte em www.26notas.com.br

Praça João Mendes, 42 - 1º andar - São Paulo - SP
Fone/Fax: (11) 3111-9700 - CEP 01501-000
26@26notas.com.br - www.26notas.com.br



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE JUNDIAÍ / SP
FORO DE JUNDIAÍ
5ª VARA CÍVEL
Largo São Bento, s/nº, ., Centro - CEP 13201-035, Fone: (11) 4586-8111, Jundiaí-SP - E-mail: jundiai5cv@tj.sp.gov.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**1037066-03.2014.8.26.0100**
Classe - Assunto	**Recuperação Judicial - Administração judicial**
Requerente:	**Sifco S/A e outros**
Requerido:	**Sifco S/A e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eliane de Oliveira**

Vistos.

1. SIFCO S/A, inscrita no CNPJ sob nº 60.499.605/0001-09;
2. SIFCO METALS PARTICIPAÇÕES S/A, inscrita no CNPJ sob nº 14.702.145/0001-49;
3. BR METALS FUNDIÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 19.811.058/0001-43;
4. TUBRASIL SIFCO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A, inscrita no CNPJ sob nº 09.189.296/0001-05;
5. ALUJET INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 00.452.047/0001-96;
6. NIC NET ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 10.665.185/0001-07,

Requereram sua recuperação judicial em 22/04/2014, na Vara de Recuperação Judicial e e Falências de São Paulo. Processo redistribuído para esta Vara em 16/05/2014.

Emendas à inicial e documentos foram juntados.

Anote-se o novo valor atribuído à causa (R$ 655.654.882,47).

Verifico que se trata de litisconsorte ativo, ao qual será denominado GRUPO SIFCO. Há possibilidade jurisprudencial de tal litisconsórcio. Neste sentido:

Tribunal de Justiça de São Paulo

Agravo de Instrumento nº 0281187-66.2011.8.26.0000

Agravo de Instrumento. Recuperação Judicial. Litisconsórcio ativo. Possibilidade. Precedentes desta Câmara que reconheceram a possibilidade, em tese, de pedido de recuperação judicial em litisconsórcio ativo, desde que presentes elementos que justifiquem a apresentação de plano único, bem como a posterior aprovação de tal cúmulo subjetivo pelos credores. Pedido formulado por três sociedades distintas, detidas direta ou indiretamente por dois irmãos. Grupo econômico de

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ELIANE DE OLIVEIRA, liberado nos autos em 26/05/2014 às 16:42 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1037066-03.2014.8.26.0100 e código 1E95E5.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE JUNDIAÍ / SP
FORO DE JUNDIAÍ
5ª VARA CÍVEL
Largo São Bento, s/nº, ., Centro - CEP 13201-035, Fone: (11) 4586-8111, Jundiaí-SP - E-mail: jundiai5cv@tj.sp.gov.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

fato configurado. Estabelecimento de uma das sociedades em cidade e estados diversos. Irrelevância no caso concreto, principalmente em razão desta empresa não possuir empregados. Ausência de credores trabalhistas fora da Comarca de Itatiba. Administrador Judicial que demonstra a relação simbiótica das empresas. Pedido de litisconsórcio ativo que atende à finalidade última do instituto da recuperação judicial (superação da crise econômico financeira das empresas). Decisão reformada. Agravo provido.

Os documentos juntados aos autos comprovam que a requerente preenche os requisitos legais para requerimento da recuperação judicial, conforme art. 48 da Lei nº 11.101/05.

A petição inicial foi adequadamente instruída, nos exatos termos exigidos pelo art. 51 da Lei nº 11.101/05.

Em síntese, o pedido está em termos para ter o seu processamento deferido, já que presentes os requisitos legais (artigos 47, 48 e 51 da Lei 11.101/2005), verificando-se a possibilidade de superação da "crise econômico-financeira" da devedora.

Pelo exposto, nos termos do art. 52 da Lei 11.101/2005, DEFIRO o processamento da recuperação judicial das empresas:

1. SIFCO S/A, inscrita no CNPJ sob nº 60.499.605/0001-09;

2. SIFCO METALS PARTICIPAÇÕES S/A, inscrita no CNPJ sob nº 14.702.145/0001-49;

3. BR METALS FUNDIÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 19.811.058/0001-43;

4. TUBRASIL SIFCO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A, inscrita no CNPJ sob nº 09.189.296/0001-05;

5. ALUJET INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 00.452.047/0001-96;

6. NIC NET ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 10.665.185/0001-07,

Em litisconsórcio ativo, sob a denominação GRUPO SIFCO,

Portanto:

1) Como administrador judicial (art. 52, I e art. 64) nomeio **ADNAN ABDEL KADER SALEM,** OAB/SP 180.675, com endereço na Rua Clóvis de Sá e Benevides, nº 85 – Chácara Urbana, Jundiaí/SP, CEP 13209-100, telefones (11) 4521-8784 e (11) 3964-8991, endereço eletrônico: rjsifco@salemadvogados.com.br, para os fins do art. 22, III, devendo ser intimado, para que em 48 (quarenta e oito) horas assine o termo de compromisso, sob pena de substituição (arts. 33 e 34), nos termos do art. 21, parágrafo único, da Lei 11.101/05, ficando autorizada a intimação via e-mail institucional;

1.1) Deve o administrador judicial informar o juízo a situação da empresa em 10 dias, para fins do art. 22, II, "a" (primeira parte) e "c", da Lei n. 11.101/05.

1.2) Caso seja necessário a contratação de auxiliares (contador, advogados etc.) deverá

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ELIANE DE OLIVEIRA, liberado nos autos em 26/05/2014 às 16:42 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1037066-03.2014.8.26.0100 e código 1E95E5.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE JUNDIAÍ / SP
FORO DE JUNDIAÍ
5ª VARA CÍVEL
Largo São Bento, s/nº, ., Centro - CEP 13201-035, Fone: (11) 4586-8111, Jundiaí-SP - E-mail: jundiai5cv@tj.sp.gov.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

apresentar o contrato, no prazo de 10 dias.

1.3) Caberá ao administrador judicial fiscalizar a regularidade do processo e o cumprimento dos prazos pela recuperanda.

1.4) No mesmo prazo assinalado no item 1.1, deverá o administrador judicial apresentar sua proposta de honorários.

1.5) Quanto aos relatórios mensais, que não se confundem com o relatório determinado no item 1.1, supra, deverá o administrador judicial protocolar o primeiro relatório como incidente à recuperação judicial, ao passo que não deverão ser juntados nos autos principais, sendo que os relatórios mensais subsequentes deverão ser, sempre, direcionados ao incidente já instaurado.

2) Nos termos do art. 52, II, da Lei 11.101/2005, determino a "dispensa da apresentação de certidões negativas para que o devedor exerça suas atividades, exceto para contratação com o Poder público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios", no caso, a devedora, observando-se o art. 69 da LRF, ou seja, que o nome empresarial seja seguido da expressão "em Recuperação Judicial", oficiando-se, inclusive, à JUCESP para as devidas anotações.

3) Determino, nos termos do art. 52, II, da Lei 11.101/2005, "a suspensão de todas as ações ou execuções contra o devedor", na forma do art. 6 da LRF, devendo permanecer "os respectivos autos no juízo onde se processam, ressalvadas as ações previstas nos §§ 1º, 2º e 7º do art. 6 dessa Lei e as relativas a créditos excetuados na forma dos §§ 3º e 4º do art. 49 dessa mesma Lei", providenciando a devedora as comunicações competentes (art. 52, § 3º).

4) Determino, nos termos do art. 52, IV, da Lei 11.101/2005, à devedora a "apresentação de contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores", sendo que o primeiro demonstrativo mensal deverá ser protocolado como incidente à recuperação judicial, ao passo que não deverão ser juntados nos autos principais, sendo que os demonstrativos mensais subsequentes deverão ser, sempre, direcionados ao incidentes já instaurado.

5) Expeça-se comunicações, por carta, às Fazendas Públicas Federal e de todos os Estados e Municípios em que a devedora tiver estabelecimentos (LRF, art. 52, V), observando-se os endereços informativos ao incidente já instaurado.

6) O prazo para habilitações ou divergências aos créditos relacionados (pela devedora) é de 15 (quinze) dias a contar da publicação do respectivo edital (LRF, art. 7º, § 1º).

Dessa maneira, expeça-se o edital a que se refere o art. 52, § 1º, da LRF, onde, para conhecimento de todos os interessados, deverá constar, também, o passivo fiscal, com advertência dos prazos dos art. 7º, § 1º, e art. 55, da LRF.

Determino que a recuperanda apresente em mídia eletrônica a relação de credores elencada na inicial, nos moldes do artigo 41 da Lei n. 11.101/05, onde deverá a serventia complementar a referida minuta com os termos desta decisão, bem com intimar a recuperanda, por telefone ou e-mail institucional, certificando-se nos autos, para que proceda ao reconhecimento do valor das despesas de publicações do edital no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Justiça de São Paulo, de acordo com o número de caracteres, no prazo de 24 horas, sob pena de revogação.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ELIANE DE OLIVEIRA, liberado nos autos em 26/05/2014 às 16:42 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1037066-03.2014.8.26.0100 e código 1E95E5.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE JUNDIAÍ / SP
FORO DE JUNDIAÍ
5ª VARA CÍVEL
Largo São Bento, s/nº, ., Centro - CEP 13201-035, Fone: (11) 4586-8111, Jundiaí-SP - E-mail: jundiai5cv@tj.sp.gov.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Deverá também a recuperanda providenciar a publicação do edital em jornal de grande circulação no prazo de 05 dias.

7) Eventuais habilitações ou divergências quanto aos créditos relacionados pela devedora (art. 7º, § 2º), que dirigidas ao administrador judicial, deverão ser digitalizadas e encaminhadas diretamente ao administrador judicial, através do e-mail rjsifco@salemadvogados.com.br, criado especificamente para este fim e informado no edital a ser publicado, conforme item 6, supra.

Observo, neste tópico, em especial quanto aos créditos trabalhistas, que para eventual divergência ou habilitação é necessário que exista sentença trabalhista líquida e exigível (com trânsito em julgado), competindo ao MM. Juiz do Trabalho eventual fixação do valor a ser reservado.

8) O plano de recuperação judicial (único) deve ser apresentado no prazo de 60 dias, na forma do art. 53, sob pena de convolação da recuperação judicial em falência.

Com a apresentação do plano, expeça-se o edital contendo o aviso do art. 53, parágrafo único, da Lei n. 11.101/05, com prazo de 30 dias para as objeções, devendo a recuperanda providenciar, no ato da apresentação do plano, a minuta do edital, inclusive em meio eletrônico, bem como o recolhimento das custas para publicação.

9) Caso ainda não tenha sido publicada a lista de credores pelo administrador judicial, a legitimidade para apresentar tal objeção será daqueles que já constam do edital das devedoras e que tenham postulado a habilitação de crédito.

10) Determino à Serventia que processe em incidente apartado os pedidos de juntadas de contratos sociais, atos constitutivos e procurações.

11) No mais, intimem-se, inclusive o Ministério Público.

Intime-se.

Jundiaí, 26 de maio de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ELIANE DE OLIVEIRA, liberado nos autos em 26/05/2014 às 16:42 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1037066-03.2014.8.26.0100 e código 1E95E5.

Notícias

DECISÃO

01/03/2018 09:37

Possibilidade de empresa em recuperação sofrer atos constritivos é tema de repetitivo

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Mauro Campbell Marques determinou, mediante autorização prévia da Primeira Seção, que os Recursos Especiais 1.694.316, 1.712.484 e 1.694.261 sejam julgados sob o rito dos recursos repetitivos.

Cadastrada como Tema 987 no sistema dos repetitivos, a controvérsia desses recursos diz respeito à "possibilidade da prática de atos constritivos em face de empresa em recuperação judicial, em sede de execução fiscal".

Até o julgamento dos recursos e a definição da tese pela Primeira Seção, foi determinada a suspensão do trâmite de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão em todo o território nacional.

Recursos repetitivos

O novo Código de Processo Civil (CPC/2015) regula a partir do **artigo 1.036** o julgamento por amostragem, mediante a seleção de recursos especiais que tenham controvérsias idênticas. Ao afetar um processo, ou seja, encaminhá-lo para julgamento sob o rito dos **recursos repetitivos**, os ministros facilitam a solução de demandas que se repetem nos tribunais brasileiros.

A possibilidade de aplicar o mesmo entendimento jurídico a diversos processos gera economia de tempo e segurança jurídica.

No **site do STJ**, é possível acessar todos os temas afetados, bem como saber a abrangência das decisões de sobrestamento e as teses jurídicas firmadas nos julgamentos, entre outras informações.

Leia a decisão de afetação do **REsp 1.712.484**.

Esta notícia refere-se ao(s) processo(s):

- **REsp 1694316**
- **REsp 1712484**
- **REsp 1694261**

Destaques de hoje

Maio lilás: a liberdade sindical na pauta do STJ

Quarta Turma adota equidade para fixar cláusula penal por descumprimento de contrato de locação em shopping

Quinta Turma reconhece inépcia da denúncia e tranca ação por homicídio culposo

Suspensa execução de diferenças de cédula de crédito rural baseada em recurso com embargos de divergência

Atendimento à imprensa: (61) 3319-8598 | imprensa@stj.jus.br

Informações processuais: (61) 3319-8410

ProAfR no RECURSO ESPECIAL Nº 1.694.261 - SP (2017/0226694-2)

RELATOR	**:**	**MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
RECORRENTE	:	MASTRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADOS	:	RENATO DE LUIZI JÚNIOR - SP052901
		LUIZ FERNANDO RUCK CASSIANO E OUTRO(S) - SP228126
RECORRIDO	:	FAZENDA NACIONAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. PROPOSTA DE AFETAÇÃO COMO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. EXECUÇÃO FISCAL. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRÁTICA DE ATOS CONSTRITIVOS.

1. Questão jurídica central: *"Possibilidade da prática de atos constritivos, em face de empresa em recuperação judicial, em sede de execução fiscal"*.

2. Recurso especial submetido ao regime dos recursos repetitivos (afetação conjunta: REsp 1.694.261/SP, REsp 1.694.316 e REsp 1.712.484/SP).

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da PRIMEIRA SEÇÃO do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento:

"A PRIMEIRA SEÇÃO, por unanimidade, afetou o processo ao rito dos recursos repetitivos (RISTJ, art. 257-C) e suspendeu o processamento de todos os feitos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional, conforme proposta do Sr. Ministro Relator."

Votaram com o Sr. Ministro Relator as Sras. Ministras Assusete Magalhães, Regina Helena Costa e os Srs. Ministros Gurgel de Faria, Francisco Falcão, Napoleão Nunes Maia Filho e Og Fernandes. Votaram, ainda, nos termos do art. 257-B do RISTJ, os Srs. Ministros Sérgio Kukina e Herman Benjamin.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Benedito Gonçalves.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2018.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES, Relator

ProAfR no RECURSO ESPECIAL Nº 1.694.261 - SP (2017/0226694-2)

RELATOR	**:**	**MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
RECORRENTE	:	MASTRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADOS	:	RENATO DE LUIZI JÚNIOR - SP052901
		LUIZ FERNANDO RUCK CASSIANO E OUTRO(S) - SP228126
RECORRIDO	:	FAZENDA NACIONAL

RELATÓRIO

O EXMO. SR. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES (Relator):

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região cuja ementa é a seguinte:

> AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA DE CRÉDITOS.
> 1. A penhora de créditos do executado constitui forma legal de satisfação do crédito, atualmente prevista nos artigos 855 e seguintes do novo CPC, e difere da penhora sobre o faturamento da empresa, que encontra previsão em outra norma do Código de Processo Civil (artigos 655, VII, e 655-A, §3º, do antigo CPC e artigo 866 do novo CPC).
> 2. Enquanto a penhora sobre o faturamento diz respeito à constrição de um percentual do valor total das vendas de uma empresa em um determinado período, a penhora de créditos recai sobre outros direitos certos ou determináveis do devedor, não havendo limite de percentual para tanto.
> 3. No caso, a Fazenda Pública requereu especificamente a penhora de eventuais créditos decorrentes de contratos celebrados com as pessoas jurídicas Coperfil Indústria e Comércio de Perfilados Ltda. e Tubaco Indústria e Comércio Ltda.
> 4. Assim, o requerimento, em verdade, assemelha-se à penhora de dinheiro, que, nos termos do artigo 11 da Lei 6.830/80 e atual artigo 835 do CPC, tem preferência em relação aos demais bens penhoráveis.
> 5. Aliás, a não observância da ordem legalmente estipulada para penhora permite a recusa da exequente dos bens ofertados ou já constritos e o requerimento da sua substituição.
> 6. O fato de a executada estar em concordata ou recuperação judicial, por si só, não constitui óbice ao prosseguimento de atos de constrição em sede de execução fiscal, conforme o disposto no artigo 6º, § 7º, da Lei 11.101/2005.
> 7. Eventual exceção à mencionada regra depende de demonstração concreta e inequívoca de real impossibilidade do cumprimento das regras da recuperação judicial na hipótese de se prosseguir com a penhora de bens, o que não é o caso.
> 8. Agravo desprovido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

No recurso especial (fls. 221/264), interposto com base nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, a recorrente aponta ofensa ao art. 535 do CPC/73, bem como ao art. 47 da Lei 11.101/2005, c/c o art. 186 do CTN e ao art. 11 da Lei 6.830/80, c/c o art. 655 do CPC/73, alegando, em síntese, que: (a) o acórdão recorrido manteve-se omisso, mesmo

após a oposição de embargos de declaração; (b) em se tratando de execução fiscal contra empresa em recuperação judicial, impõe seja relativizada a "prerrogativa da exequente de pedir a substituição dos bens dados em garantia do juízo"; (c) o princípio da menor onerosidade, previsto no art. 620 do CPC/73, deve ser prestigiado em sede de execução fiscal ajuizada em face de empresa em recuperação judicial; (d) "a equiparação do crédito contratual a dinheiro vai de encontro ao sentido literal e teleológico dos arts. 655 do CPC/73 e 11 da Lei 6.830/80, carecendo o comando judicial combatido de motivação adequada para se determinar a medida".

Em suas contrarrazões, a recorrida pugna pelo não conhecimento do recurso ou, alternativamente, pelo seu não provimento.

A decisão de fls. 298/300 admitiu o recurso e o selecionou como representativo da controvérsia.

Em razão do despacho de fls. 310/311, o Ministério Público Federal apresentou o parecer de fls. 313/317, concernente aos pressupostos de admissibilidade deste recurso especial como representativo da controvérsia.

Após o despacho de fls. 320/323, o presente feito foi distribuído.

É o relatório.

ProAfR no RECURSO ESPECIAL Nº 1.694.261 - SP (2017/0226694-2)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. PROPOSTA DE AFETAÇÃO COMO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. EXECUÇÃO FISCAL. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRÁTICA DE ATOS CONSTRITIVOS.

1. Questão jurídica central: ***"Possibilidade da prática de atos constritivos, em face de empresa em recuperação judicial, em sede de execução fiscal".***

2. Recurso especial submetido ao regime dos recursos repetitivos (afetação conjunta: REsp 1.694.261/SP, REsp 1.694.316 e REsp 1.712.484/SP).

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES (Relator):

Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente recurso submete-se à regra prevista no Enunciado Administrativo n. 3, *in verbis*: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".*

No caso, verifica-se que, em princípio, foram preenchidos os pressupostos genéricos e específicos de admissibilidade recursal, não se constatando, ao menos neste momento processual, a incidência de circunstância obstativa do conhecimento do recurso.

Verifica-se que há multiplicidade de recursos que tratam do tema em debate, razão pela qual a questão merece ser submetida ao regime dos recursos repetitivos.

A questão jurídica central pode ser assim delimitada: *"Possibilidade da prática de atos constritivos, em face de empresa em recuperação judicial, em sede de execução fiscal".*

Desse modo, em conjunto com o REsp 1.694.316/SP e o REsp 1.712.484/SP, proponho que o presente recurso afetado como representativo da controvérsia, nos termos do art. 1.036, § 5º, do CPC/2015, observando-se o seguinte:

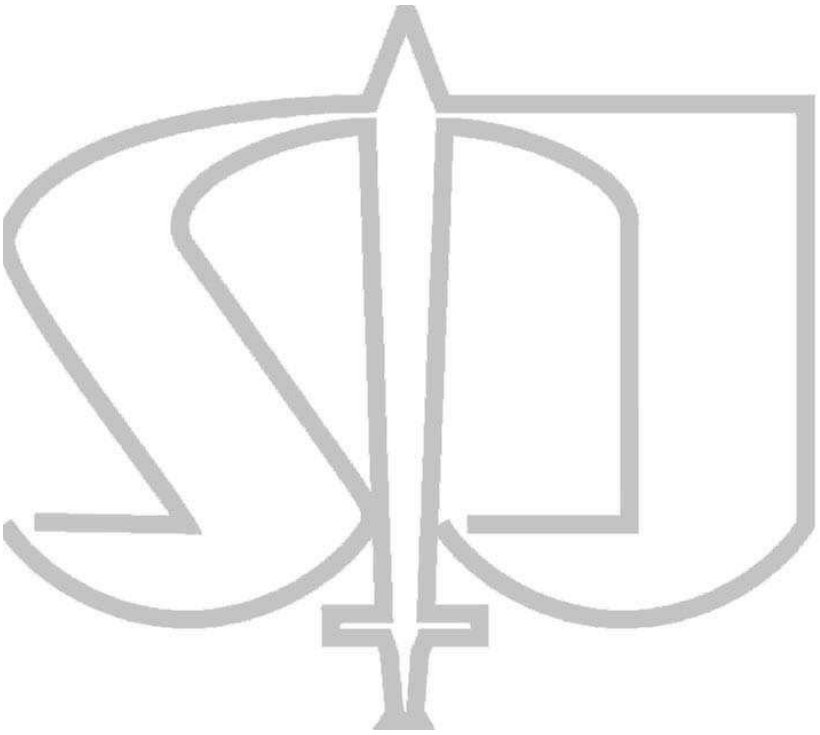
> a) a suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional;
>
> b) a comunicação da decisão, enviando-se cópia desta, aos Presidentes dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais;

c) a intimação da União Federal e dos Estados-membros para eventual manifestação;

d) vista ao Ministério Público para parecer, em quinze dias (art. 1.038, III e § 1º, do CPC/2015).

Diante do exposto, proponho que o presente recurso seja submetido ao regime dos recursos repetitivos, na forma supra.

É o voto.



PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 61

Evento:
PETICAO
Data:
14/03/2019 18:00:23
Usuário:
SP072080 - MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS - ADVOGADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
61

MARCOS MARTINS
ADVOGADOS

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO/RJ

Execução Fiscal nº 00918586420154025119

A empresa **BR METALS FUNDIÇÕES LTDA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, já devidamente qualificada nos autos de processo em epígrafe, por meio de seu advogado legalmente constituído e que a presente subscreve, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, em complementação à petição protocolada na data de ontem (**Evento 60**), expor e ao final requerer o quanto segue.

Na primeira diligência realizada para penhora e avaliação do bem em 05/03/2018 (**Evento 21 – Doc. 16**), a Sra. Oficial de Justiça devolveu o mandado solicitando esclarecimentos sobre a extensão da ordem de constrição, uma vez que o parque industrial construído na área, de dezenas de milhares de metros quadrados, não está averbado no registro imobiliário. Nesse contexto, questionou ao juízo se a penhora deveria recair apenas sobre as construções descritas na matrícula ou sobre todas as construções de fato existentes no imóvel

Em resposta à essa dúvida, foi proferida decisão (**Evento 43**) determinando que a penhora recaia sobre tantos bens da Executada bastem para a garantia da dívida atualizada.

Todavia, o auto de penhora posteriormente lavrado não é claro sobre a extensão da penhora.

Se a intenção foi a de penhorar apenas as construções averbadas, não poderia ter sido considerado todo o terreno (3.729.238,00 m²).

Isto porque, embora não tenha havido a averbação das construções que compõe o parque industrial, o fato é que elas existem, e são evidentemente indissociáveis do terreno.

Assim, ao se penhorar toda a extensão territorial do imóvel, deve-se, obrigatoriamente, considerar na avaliação todas as construções existentes. **Do contrário, numa eventual hasta pública seria criada a esdrúxula situação de um eventual comprador adquirir todo o imóvel sem pagar pelas edificações nele existentes, o que evidentemente geraria um enorme prejuízo para a Executada, considerando-se que a avaliação das construções, segundo o laudo acostado aos autos é de R$ 46.819.938,00 (quarenta e seis milhões, oitocentos e dezenove mil, novecentos e trinta e oito reais), conforme descrito no resumo dos valores avaliados (Evento 21 – Doc. 17 – Pag. 46).**

Das duas uma: a) ou a penhora recai sobre toda a área do terreno, considerando-se, para fins de avaliação, todas as construções nele existentes, independentemente de averbação no registro imobiliário; b) ou a penhora recai apenas sobre parte ideal do terreno, correspondente à área onde estão situadas as construções averbadas;

Tendo em vista o valor dos débitos em execução, frente ao valor total do imóvel, a Executada entende ser mais coerente que a penhora recaia apenas sobre parte ideal do bem, para que não se configure excesso de execução.

Em face do exposto, reitera o pedido de nova avaliação do imóvel com base no laudo juntado aos autos, retificando-se o auto de penhora para que fique claro que a constrição recai apenas sobre parte ideal do imóvel, correspondente à área onde estão situadas as construções averbadas no registro imobiliário.

MARCOS MARTINS
ADVOGADOS

Caso V. Excelência entenda que a penhora deva recair sobre todo o imóvel, requer sejam consideradas para fins de avaliação todas as construções nele existentes, independentemente de estarem averbadas na matrícula imobiliária.

Termos em que,
Pede deferimento.

Marília/SP, 14 de março de 2019.

Marcos Martins da Costa Santos
OAB/SP nº 72.080

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 62

Evento:
DISTRIBUIDO___EMBARGOS_A_EXECUCAO_NUMERO__50149872020194025101
Data:
20/03/2019 15:52:58
Usuário:
SP072080 - MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS - ADVOGADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
62

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 63

Evento:
DESPACHO_DECISAO___DETERMINA_INTIMACAO
Data:
20/03/2019 16:17:42
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
63

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: BR METALS FUNDICOES LTDA

DESPACHO/DECISÃO

Evento 57 - Considerando que não houve a intimação do executado em relação à penhora efetuada, não há falar em fluência do prazo para a oposição de embargos, tampouco em possibilidade de alienação de bens em hasta pública, conforme postulado pelo credor (evento 47).

Sendo assim, indefiro o pedido formulado pelo exequente para que se realize o leilão dos bens penhorados.

Quanto ao pedido de fl. 61, mantenho a penhora já realizada (evento 47), sem prejuízo de posterior levantamento de eventual sobrepenhora.

Por fim, expeça-se o competente mandado de intimação do executado para ciência do prazo para a oposição de embargos, se lhe aprouver.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510000593281v7** e do código CRC **84b002ed**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 20/3/2019, às 16:17:42

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 64

Evento:
INTIMACAO_ELETRONICA___EXPEDIDA_CERTIFICADA
Data:
20/03/2019 16:17:42
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
64
Executado:
BR MATOZINHOS FUNDICOES LTDA.
Prazo:
10 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
29/03/2019 00:00:00
Data Final:
11/04/2019 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 65

Evento:
INTIMACAO_ELETRONICA___EXPEDIDA_CERTIFICADA
Data:
20/03/2019 16:17:42
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
65
Exequente:
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
Prazo:
10 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
02/04/2019 00:00:00
Data Final:
15/04/2019 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
LEONARDO MARTINS PESTANA, MAURO TEIXEIRA DA SILVA

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 66

Evento:
INTIMACAO_ELETRONICA___CONFIRMADA___REFER__AO_EVENTO__64
Data:
27/03/2019 15:50:05
Usuário:
SP072080 - MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS - ADVOGADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
66

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 67

Evento:
INTIMACAO_ELETRONICA___CONFIRMADA___REFER__AO_EVENTO__65
Data:
29/03/2019 15:23:48
Usuário:
P1658228 - LEONARDO MARTINS PESTANA - PROCURADOR
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
67

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 68

Evento:
PETICAO___REFER__AO_EVENTO__65
Data:
01/04/2019 19:18:57
Usuário:
P1437012 - MAURO TEIXEIRA DA SILVA - PROCURADOR
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
68



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria da Fazenda Nacional no Rio de Janeiro/RJ
DIAFI – Divisão de Assuntos Fiscais

A **UNIÃO FEDERAL** ***(Fazenda Nacional)***, representada pelo Procurador da Fazenda Nacional, que esta subscreve, nos autos da ação em epígrafe, vem manifestar ciência da r. decisão retro.

Termos em que
Pede e espera deferimento
Rio de Janeiro/RJ, em .

MAURO TEIXEIRA DA SILVA
Procurador da Fazenda Nacional

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 69

Evento:
EMBARGOS_DE_DECLARACAO___REFER__AO_EVENTO__64
Data:
02/04/2019 16:19:08
Usuário:
SP072080 - MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS - ADVOGADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
69

MARCOS MARTINS
ADVOGADOS

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO/RJ

Execução Fiscal nº 0091858-64.2015.4.02.5119

A empresa **BR METALS FUNDIÇÕES LTDA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, já devidamente qualificada nos autos de processo em epígrafe, por meio de seu advogado legalmente constituído e que a presente subscreve, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, com fundamento no artigo 1.022, inciso II do Código de Processo Civil, opor os presentes

EMBARGOS DECLARATÓRIOS

Em face da decisão (**Evento 63**) que manteve a penhora já realizada, pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos.

DOS FATOS

A Embargante peticionou requerendo a reavaliação do imóvel penhorado (**Eventos 60 e 61**), para que ficasse claro que a constrição recai apenas sobre fração ideal do terreno, correspondente à área onde estão situadas as construções averbadas no registro imobiliário.

Em caráter subsidiário, caso V. Excelência entendesse pela penhora sobre a totalidade do imóvel, foi requerida nova avaliação, considerando-se o laudo particular juntado e todas as construções existentes, independentemente de estarem averbadas no registro imobiliário, uma vez que o valor atribuído ao bem no auto de penhora está eivado de evidente erro.

Foi requerida ainda a suspensão do processo, até o julgamento pelo STJ do Tema nº 987 da Sistemática dos Recursos Repetitivos.

Em atenção aos pedidos da Embargante sobreveio decisão (**Evento 63**) mantendo a penhora realizada, sem prejuízo de posterior levantamento de eventual sobrepenhora.

Com efeito, verifica-se que houve omissão em relação a três pedidos da Embargante: a) de nova avaliação do imóvel, tendo em vista o evidente equívoco do laudo; b) de consideração na avaliação de todas as construções, independente da averbação no registro imobiliário; c) de suspensão do processo;

Para sanar as referidas omissões, que serão melhor detalhadas a seguir, a Embargante se utilizada do presente recurso.

DO DIREITO

1. DA OMISSÃO QUANTO AO ERRO NA AVALIAÇÃO DO IMÓVEL PENHORADO

Conforme demonstrado pela Embargante na petição protocolada em 13/03/2019 (**Evento 60**), o valor de avaliação do imóvel penhorado (R$ 2.300.000,00) está eivado de evidente erro.

Isto porque, na parte final do auto de penhora e avaliação, a Sra. Oficial de Justiça **menciona expressamente que utilizou como critério para chegar ao valor do imóvel a avaliação particular já juntada nos autos.**

Referida avaliação particular trata-se do laudo de 91 páginas elaborado pela empresa Appraisal Avaliações e Engenharia, juntado aos autos pela própria oficial de justiça (**Evento 21 – Doc. 17**).

De acordo com ele, o valor total do imóvel para mercado é de R$ 106.639.000,00 (cento e seis milhões, seiscentos e trinta e nove mil reais), sendo R$ 86.478.395,00 referentes ao terreno e R$ 46.819.938,00 referentes às construções (**Evento 21 – Doc. 17 – Pag. 46**):

Destarte, salta aos olhos o equívoco cometido na avaliação do imóvel.

Como a Sra. Oficial de justiça poderia ter utilizado o laudo particular como critério de avaliação e, ao mesmo tempo, ter atribuído valor tão inferior ao imóvel (R$ 2,3 milhões x R$ 106,6 milhões)?

Na verdade, nem seria necessário um laudo para se constatar o erro, pois a própria área do terreno dá conta dele.

Ora, um imóvel de 3.729.238,00 m² (três milhões, setecentos e vinte e nove mil, duzentos e trinta e oito metros quadros) não poderia ser avaliado em ínfimos R$

2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais), pois isso importaria num valor de R$ 0,61 (sessenta e um centavos) por m², sem considerar ainda todas as edificações contidas na área.

Considerando ainda que o laudo foi elaborado em junho/14, há quase 5 anos, o valor atual de mercado do imóvel - computada uma valorização média de 1% ao mês (57% no período) - está em torno de R$ 167,3 milhões, o que torna ainda mais discrepante o valor de avaliação, que deve ser integralmente desconsiderado.

Não obstante essas alegações, a decisão proferida (**Evento 63**) se limitou a manter a penhora sobre o imóvel, silenciando-se sobre o alegado erro na avaliação, omissão esta que deve ser sanada por meio do acolhimento dos presentes embargos.

2. DA OMISSÃO QUANTO AO PEDIDO DE CONSIDERAÇÃO NA AVALIAÇÃO DE TODAS AS CONSTRUÇÕES, INDEPENDENTEMENTE DE AVERBAÇÃO NO REGISTRO IMOBILIÁRIO

A Embargante requereu (**Evento 61**) a realização de nova avaliação do imóvel penhorado, para que fossem consideradas pela Sra. Oficial de Justiça todas as construções existentes, independentemente de averbação no registro imobiliário.

Isto porque, na avaliação feita foram desconsiderados dezenas de milhares de metros quadrados de área construída, que, de acordo com o laudo acostado aos autos (Evento 21 – Doc. 17 – Pag. 46) possuem valor de mercado de R$ 46.819.938,00 (quarenta e seis milhões, oitocentos e dezenove mil, novecentos e trinta e oito reais).

O auto de penhora menciona que o objeto da constrição é a totalidade do terreno (3,7 milhões de metros quadrados) mas não menciona todas as edificações existentes, somente as averbadas no registro imobiliário.

Frisa-se que essa questão foi objeto de dúvida numa primeira diligência realizada pela Oficial de Justiça (**Evento 21–Doc. 16)** e como essa dúvida não foi esclarecida, a oficial acabou optando, erroneamente, por penhorar todo o terreno, mas, ao mesmo tempo, desconsiderar a área construída e não averbada.

As construções são evidentemente indissociáveis do terreno, de modo que desconsiderá-las para fins de avaliação criaria a esdrúxula situação de numa eventual arrematação em hasta pública o arrematante pagar apenas o preço do terreno e ficar com todas as edificações gratuitamente, causando um enorme prejuízo à Embargante!

Independentemente da averbação no cartório, as construções existem de fato, e devem ser consideradas para fins de avaliação.

Em face do exposto, requer seja sanada a omissão ora apontada, manifestando-se esse juízo sobre a necessidade de avaliação de todas as edificações existentes no terreno, independentemente de averbação no registro imobiliário.

3. DA OMISSÃO QUANTO À NECESSIDADE DE SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO FISCAL – DETERMINAÇÃO DO STJ – TEMA Nº 987 DOS RECURSOS REPETITIVOS

A Embargante demonstrou na petição protocolada em 13/03/2018 (**Evento 60**) que o Ministro do Superior Tribunal de Justiça Mauro Campbell Marques determinou a suspensão, em âmbito nacional, do trâmite de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a *"possibilidade da prática de atos constritivos em face de empresa em recuperação judicial, em sede de execução fiscal"*, tema nº 987 da sistemática dos recursos repetitivos.

Todavia, não houve manifestação desse juízo sobre o pedido, o que deve ser sanado por meio do acolhimento dos presentes Embargos.

MARCOS MARTINS
ADVOGADOS

DO PEDIDO

Em face do exposto, requer sejam **ACOLHIDOS** os presentes Embargos, para que sejam sanadas as omissões apontadas, manifestando-se esse juízo sobre: a) o evidente erro na avaliação do imóvel; b) a necessidade de avaliação todas as edificações, independentemente de averbação no registro imobiliário, e; c) a necessidade de suspensão da execução fiscal até o julgamento pelo STJ do tema nº 987 da sistemática dos recursos repetitivos, como medida de justiça.

Termos em que,
Pede deferimento.

Marília/SP, 02 de abril de 2019.

Marcos Martins da Costa Santos
OAB/SP nº 72.080

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 70

Evento:
AUTOS_COM_JUIZ_PARA_DESPACHO_DECISAO
Data:
22/08/2019 11:37:28
Usuário:
JRJ14664 - ISABELLE FARIAS ALBUQUERQUE PRATA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
70

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 71

Evento:
DESPACHO_DECISAO___DETERMINA_INTIMACAO
Data:
23/08/2019 15:48:29
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
71

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21)3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: BR METALS FUNDICOES LTDA

DESPACHO/DECISÃO

Embargos de declaração opostos pela BR METALS FUNDIÇÕES LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (ev. 69) suscitam omissão na r. decisão que indeferiu "*o pedido formulado pelo exequente para a realização de leilão dos bens penhorados*" e, quanto ao pedido de fl. 61, manteve "*a penhora já realizada (evento 47), sem prejuízo de posterior levantamento de eventual sobrepenhora*" (ev. 63).

A omissão decorreria da não apreciação de três pedidos feitos pela então embargante ("*a) de nova avaliação do imóvel, tendo em vista o evidente equívoco do laudo; b) de consideração na avaliação de todas as construções, independente da averbação no registro imobiliário; c) de suspensão do processo*").

Examinados, decido.

Analisando a decisão embargada, de fato restaram pendentes de apreciação os pedidos feitos pela Executada nos eventos 60 e 61 acima mencionados.

No que diz respeito ao erro na avaliação do imóvel penhorado (ev. 47), considerando a informação do Sr. Oficial de Justiça de que foi utilizado como critério a avaliação particular já juntada (ev. 21, OUT17), há sim aparente equívoco.

Pelo referido laudo de avaliação particular, realizado pela Appraisal Avaliações e Engenharia (ev. 21, OUT17), o imóvel, com área total de 3.622.362,46 m², tem valor total de mercado **R$ 106.639.000,00** (sendo R$ 86.478.395,00 correspondente ao valor do terreno e R$ 46.819.938,00 correspondete ao valor das construções existente no terreno).

A área total de 3.622.362,46 m² é praticamente a mesma da constante no auto de penhora (ev. 47 - 3.729.238,00 m²), tendo sido essa diferença existente entre as mencionadas áreas (106.875,54m²) doada, conforme relatado no ev. 21, OUT17, fl. 7.

Em que pese a quase igualdade entre as áreas avaliadas do mesmo imóvel, a diferença entre as avaliações é muito grande, já que, pelo Oficial de Justiça, tudo foi avaliado conjuntamente em R$ 2.300.000,00 (diferença de R$104.339.000,00); restando assim razoável dúvida quanto à exatidão do valor a que se chegou.

Sendo assim, determino que se proceda à nova avaliação do imóvel penhorado (matrícula 1.578), devendo ser consideradas no valor integral de avaliação todas as benfeitorias e construções ali existentes, independentemente de sua averbação no registro imobiliário.

Quanto ao pedido de suspensão do processo até o julgamento pelo STJ do tema nº 987 da sistemática dos recursos repetitivos, intime-se a Exequente para que, no prazo de 10 dias, manifeste-se a respeito.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510001419836v18** e do código CRC **9ee3b132**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 23/8/2019, às 15:48:29

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 72

Evento:
INTIMACAO_ELETRONICA___EXPEDIDA_CERTIFICADA
Data:
23/08/2019 15:48:30
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
72
Executado:
BR MATOZINHOS FUNDICOES LTDA.
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
04/09/2019 00:00:00
Data Final:
10/09/2019 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 73

Evento:
INTIMACAO_ELETRONICA___EXPEDIDA_CERTIFICADA
Data:
23/08/2019 15:48:30
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
73
Exequente:
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
04/09/2019 00:00:00
Data Final:
10/09/2019 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
VINICIUS BRANDAO DE QUEIROZ

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 74

Evento:
INTIMACAO_ELETRONICA___CONFIRMADA___REFER__AOS_EVENTOS__72_E_73
Data:
02/09/2019 23:59:59
Usuário:
SECJF - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
74

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 75

Evento:

JUNTADA_DE_CERTIDAO___CANCELAMENTO_DA_SUSPENSAO_DE_PRAZO___30_09_2019_ATE_11

Data:
06/09/2019 22:46:18

Usuário:
JRJ11102 - ANDREA ALVES INOCENCIO - ADMINISTRADOR DO SISTEMA

Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ

Sequência Evento:
75

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 76

Evento:
PETICAO___REFER__AO_EVENTO__73
Data:
09/09/2019 16:51:59
Usuário:
P1321905 - MARCOS ANTONIO PEIXOTO DE LIMA - PROCURADOR
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
76

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Rio de Janeiro

EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA VARA DE EXECUÇÃO FISCAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AUTOS VIRTUAIS
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL

A **União**, pela **Procuradoria da Fazenda Nacional**, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, expor e requerer o que segue.

Releva ponderar, desde logo, que o noticiado processo de recuperação judicial não impede o prosseguimento da execução fiscal e nem eventual penhora de bens.

Com efeito, não se admite a prática de atos que reduzam o patrimônio da empresa em recuperação. Mas, a constrição judicial não é, por si só, ato que reduz o patrimônio da executada e nem tampouco ato de alienação, como vem entendendo a jurisprudência.

A propósito, veja-se o entendimento do **Colendo Superior Tribunal de Justiça - STJ**, no processo abaixo indicado:

> ..EMEN: AGRAVO INTERNO EM CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. COMPETÊNCIA INTERNA. SEGUNDA SEÇÃO. ATO DE CONSTRIÇÃO EFETIVADO. PARCELAMENTO DO DÉBITO TRIBUTÁRIO. 1. O prosseguimento da execução fiscal e eventuais embargos, na forma do art. 6º, § 7º, da Lei 11.101/2005, **deverá se dar perante o juízo federal competente, ao qual caberão todos os atos processuais, inclusive a ordem de citação e penhora, exceto a apreensão e alienação de bens**. 2. A superveniência da Lei 13.043/2014 não alterou esse entendimento. 3. A Corte Especial definiu a competência interna da Segunda Seção para dirimir as controvérsias em que contrapostas execuções fiscais em que realizados atos de constrição e processos de recuperação judicial, como é o caso dos autos. 4. Agravo interno a que se nega provimento. ..EMEN:

(AINTCC 201701219718, MARIA ISABEL GALLOTTI, STJ - SEGUNDA SEÇÃO, DJE DATA:17/10/2017 ..DTPB:.) (**GRIFAMOS**)

..EMEN: TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PENHORA. ALÍNEA "C". NÃO DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. 1. Hipótese em que o Tribunal local consignou: No caso dos autos, mesmo demonstrado ter sido deferido o processamento da recuperação judicial (evento 9, MANDADODESP3, do processo originário), não há notícia de que o plano de recuperação tenha sido aprovado pela assembleia de credores (cf. art. 35 da Lei 11.101, de 2005) nem de que tenha sido apresentada certidão de regularidade fiscal, de modo que, por ora, longe estão de ser atendidos os requisitos estabelecidos pelo Superior Tribunal de Justiça para eventual suspensão dos atos executórios. Acresce que a parte executada não juntou aos autos de origem qualquer elemento a comprovar que a alienação dos bens penhorados poderá prejudicar a manutenção de suas atividades. Assim, porque não demonstrado que há plano de recuperação judicial aprovado e nem que esse tenha sido deferido após apresentação de certidão de regularidade fiscal pela sociedade empresária, não há motivo para suspender os atos expropriatórios na execução fiscal de origem. É relevante, pois, a fundamentação do recurso e há risco de lesão grave e de difícil reparação caso não sejam tomadas medidas tendentes à satisfação do crédito da União, impondo-se deferir o pedido de antecipação da tutela recursal, para determinar o prosseguimento dos atos expropriatórios na execução fiscal de origem. 2. **O entendimento adotado pela Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp 1.480.559/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe 30.3.2015, é que, na hipótese de Plano de Recuperação Judicial conforme o disposto no art. 6º, § 7º, da Lei 11.101/2005, a Execução Fiscal terá regular prosseguimento, pois não é legítimo concluir que a regularização do estabelecimento empresarial possa ser feita exclusivamente em relação aos seus credores privados, e, ainda assim, às custas dos créditos de natureza fiscal.** 3. Dessume-se que o acórdão recorrido está em sintonia com o atual entendimento deste Tribunal Superior, razão pela qual não merece prosperar a irresignação, igualmente, no ponto. Súmula 83/STJ. 4. Recurso Especial não conhecido. ..EMEN:
(RESP 201601814949, HERMAN BENJAMIN, STJ - SEGUNDA TURMA, DJE DATA:28/10/2016 ..DTPB:.) (**GRIFAMOS**)

Neste sentido, a Exequente requer o regular prosseguimento do feito, com a **manutenção da penhora de bens da Executada**.

P. deferimento.

Marcos Antonio Peixoto de Lima

Procurador da Fazenda Nacional

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 77

Evento:
DECURSO_DE_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__72
Data:
11/09/2019 01:51:19
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
77

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 78

Evento:
AUTOS_COM_JUIZ_PARA_DESPACHO_DECISAO
Data:
21/10/2019 13:20:36
Usuário:
JRJ14846 - RICARDO CORNI ALVES - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
78

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 79

Evento:
DESPACHO_DECISAO___INTERLOCUTORIA
Data:
14/01/2020 15:30:34
Usuário:
JRJ17316 - MÁRCIO MUNIZ DA SILVA CARVALHO - MAGISTRADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
79

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21)3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: BR METALS FUNDICOES LTDA

DESPACHO/DECISÃO

Suspenda-se a presente execução, aguardando-se o julgamento dos Embargos à Execução nº 50149872020194025101.

Documento eletrônico assinado por **MÁRCIO MUNIZ DA SILVA CARVALHO, Juiz Federal Substituto na Titularidade Plena** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510002185695v2** e do código CRC **262d368e**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MÁRCIO MUNIZ DA SILVA CARVALHO
Data e Hora: 14/1/2020, às 15:30:33

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 80

Evento:
SUSPENSAO_SOBRESTAMENTO___AGUARDA_JULGAMENTO_DOS_EMBARGOS
Data:
14/01/2020 15:32:44
Usuário:
JRJ14846 - RICARDO CORNI ALVES - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
80

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 81

Evento:

COMUNICACAO_ELETRONICA_RECEBIDA_SENTENCA___EMBARGOS_A_EXECUCAO_NUMERO__501

Data:
13/03/2020 17:28:27

Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO

Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ

Sequência Evento:
81

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 82

Evento:
ATO_ORDINATORIO_PRATICADO
Data:
21/05/2021 21:04:18
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
82

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: BR MATOZINHOS FUNDICOES LTDA. EM RECUPERACAO JUDICIAL

ATO ORDINATÓRIO

Vistos em inspeção.

Processo em ordem.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510005143598v1** e do código CRC **3a401574**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 21/5/2021, às 21:4:18

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 83

Evento:
LEVANTAMENTO_DA_SUSPENSAO_OU_DESSOBRESTAMENTO
Data:
26/04/2022 15:15:48
Usuário:
JRJ14267 - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
83

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 84

Evento:

PROCESSO_SUSPENSO_OU_SOBRESTADO_POR_RECEBIMENTO_DE_EMBARGOS_DE_EXECUCAO

Data:
26/04/2022 15:16:01

Usuário:
JRJ14267 - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)

Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ

Sequência Evento:
84

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 85

Evento:

JUNTADA_DE_CERTIDAO___TRASLADO_DE_PECAS_DO_PROCESSO____5014987_20_2019_4_02_51

Data:
25/05/2022 16:57:23

Usuário:
JRJ12495 - CLAUDIO MARCUS DE MELO - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)

Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ

Sequência Evento:
85

(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 1

Tipo documento:
SENTENÇA

Evento:
SENTENÇA COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO - PEDIDO IMPROCEDENTE

Data:
13/03/2020 17:28:27

Usuário.:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO.

Processo:
5014987-20.2019.4.02.5101

Sequência Evento:
29

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21)3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EMBARGOS À EXECUÇÃO Nº 5014987-20.2019.4.02.5101/RJ

EMBARGANTE: BR METALS FUNDICOES LTDA
EMBARGADO: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

SENTENÇA

BR METALS FUNDICOES LTDA opôs embargos à execução fiscal 00918586420154025119, que lhe move a UNIÃO - FAZENDA NACIONAL, sustentando a nulidade da CDA em razão da inexistência de lançamento da dívida, a ilegalidade da Selic e abusividade da multa (evento 1).

A Exequente impugnou os embargos alegando a correta constituição do crédito, decorrente de declaração do contribuinte, a legalidade da Selic e da multa, ressaltando a certeza e liquidez da dívida (evento 8).

Não houve réplica, tendo o Embargante apenas alegado não ter mais provas a produzir (evento16).

Foi determinada pelo M. Juízo a juntada do processo administrativo (evento 18), o que foi providenciado (evento 21), sem manifestação do Embargante (evento 24).

Relatados, decido.

O feito comporta julgamento antecipado, na forma do art. 920, II do CPC e do art. 17, parágrafo único, da Lei n° 6.830/80.

Conforme salientado pela Embargada, sendo o crédito em cobrança originário de Contribuição (CDA – evento 1 – out 1/EF), tributo sujeito a lançamento por homologação, a partir da declaração do próprio contribuinte, é desnecessária sua intimação, podendo o crédito ser diretamente inscrito em dívida ativa, porquanto, com a entrega das respectivas GFIPs, tem-se constituído e reconhecido o crédito tributário.

Com efeito, o DCGB - DCG BATCH consiste em documento no qual se registra o débito decorrente de divergência entre os valores efetivamente recolhidos através de documentos de arrecadação previdenciária e aqueles declarados na correspondente GFIP, tendo a Exequente verificado a existência de diversas divergências (evento 21) .

Passando ao exame da alegação do Embargante de nulidade da CDA que lastreia a execução fiscal, inicialmente cumpre recordar que a matéria é disciplinada nos art. 202 a 204 do Código Tributário Nacional e nos art. 2º, §§ 5° e 6°, e art. 3° da Lei n° 6.830/80, que assim estabelecem seus requisitos e prerrogativas:

Código Tributário Nacional

Art. 202. O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I - o nome do devedor e, sendo caso, o dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros;

II - a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos;

III - a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado;

IV - a data em que foi inscrita;

V - sendo caso, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.

Parágrafo único. A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha da inscrição.

Art. 203. A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no artigo anterior, ou o erro a eles relativo, são causas de

nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

Art. 204. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

Parágrafo único. A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

Lei n° 6.830/80

Art. 2º - Constitui Dívida Ativa da Fazenda Pública aquela definida como tributária ou não tributária na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, com as alterações posteriores, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

(...)

§ 5º - O Termo de Inscrição de Dívida Ativa deverá conter:

I - o nome do devedor, dos co-responsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou residência de um e de outros;

II - o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato;

III - a origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida;

IV - a indicação, se for o caso, de estar a dívida sujeita à atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para o cálculo;

V - a data e o número da inscrição, no Registro de Dívida Ativa; e

VI - o número do processo administrativo ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.

§ 6º - A Certidão de Dívida Ativa conterá os mesmos elementos do Termo de Inscrição e será autenticada pela autoridade competente. (...)

Art. 3º - A Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez.

Parágrafo Único - A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do executado ou de terceiro, a quem aproveite.

A perfeição do preenchimento de tais requisitos é essencial para que se possa atribuir à CDA as presunções de liquidez e certeza da dívida inscrita, para que ela então possa viabilizar o ajuizamento de execução fiscal (Lei nº 6.830/80, art. 3º, *caput*), com todos os benefícios processuais que a lei confere ao Exeqüente, até em prol do resguardo do direito do contribuinte dito devedor ao contraditório, à ampla defesa e, em suma, ao devido processo legal (Constituição Federal, art. 5°, incs. LIV e LV).

Noutras palavras, a CDA espelha o Termo de Inscrição em Dívida Ativa do crédito tributário presumidamente líquido e certo e tem efeito de prova pré-constituída, porque decorrente do devido processo legal desenvolvido no âmbito administrativo, no qual devem ter sido observadas as formalidades tocantes à apuração da dívida e ao seu responsável, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

De se ver, entretanto, que a situação de nulidade da CDA por omissão ou erro de quaisquer de seus requisitos não perde de vista o princípio regente das nulidades jurídicas em geral, que devem ser declaradas somente quando reste caracterizado prejuízo, no caso, para a defesa do devedor - *pas de nullite sans grief.*

Com efeito, nossa jurisprudência tem assente que somente no caso de comprovado prejuízo para a defesa do devedor é que o vício da inscrição e da CDA deve levar ao reconhecimento da nulidade, como exemplifica o seguinte aresto:

EXECUÇÃO FISCAL. CDA. REQUISITOS. ART. 2º, §§ 5º E 6º, DA LEI Nº 6.830/80.AUSÊNCIA DE VÍCIO SUBSTANCIAL OU PREJUÍZO À DEFESA.

I - Os requisitos legais para a regularidade da certidão de dívida ativa elencados no artigo 2º, §§ 5º e 6º, da Lei nº 6.830/80 servem ao exercício da ampla defesa. Desse modo, a inexatidão ou eventual irregularidade constante do referido título somente implica sua nulidade quando privarem o executado da completa compreensão da dívida cobrada. Precedentes análogos: AgRg no REsp nº 782075/MG, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, DJ de 06.03.2006; REsp nº 660895/PR, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, DJ de 28.11.2005; REsp nº 660623/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, DJ de DJ 16.05.2005; REsp nº 485743/ES.

II - Na hipótese, as decisões de primeiro e de segundo graus deixaram claro que a irregularidade quanto ao valor

original do título não importa qualquer prejuízo à executada, pois a importância correta pode ser obtida a partir do montante atualizado.Ademais, consta expressamente na CDA número do processo administrativo que precedeu a cobrança, o qual permite aferir a correção dos cálculos efetuados pelo fisco.

III - Recurso Especial improvido.

(STJ – 1ª Turma – REsp n° 893541 – rel. Min. FRANCISCO FALCÃO - DJ 08.03.2007)

Sob tais luzes, observa-se que, no caso concreto, as alegações da Embargante quanto à nulidade da CDA são de cunho genérico, sem o aponte de qualquer nulidade efetiva; ao passo que o exame da CDA (evento 1 – out 1-EF), que instrui a execução fiscal, revela que o título apresenta-se ajustado às exigências do art. 202 do CTN e do art. 2°, §§ 5° e 6°, da Lei n° 6.830/80, já que traz o nome do devedor, a origem, a natureza, o fundamento legal, o valor originário da dívida, os termos iniciais e formas de cálculos dos juros, correção monetária e demais encargos, bem como a data e o número da sua inscrição no Registro de Dívida Ativa e o número do processo administrativo que lhe deu origem.

Neste ponto, cabe ressalvar que o fato de os encargos legais virem expressos na CDA em diplomas legais não desnatura a liquidez e certeza do título executivo, como também já teve oportunidade de assentar o Eg. Superior Tribunal de Justiça, verbis:

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. TÍTULO EXEQÜÍVEL. CERTIDÃO DA DÍVIDA ATIVA. FORMALIDADES EXTRÍNSECAS. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL (ART. 2º, § 5º, III, DA LEI 6.830/80). NULIDADE INEXISTENTE. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

1 - Constata-se que foi discriminada toda a legislação embasadora da cobrança do débito fiscal destacado, sendo consignados as leis, os artigos, incisos, parágrafos e alíneas satisfatoriamente, permitindo, com absoluta precisão, satisfazer a exigência do art. 2º, § 5º, III, da Lei de Execuções Fiscais, o qual reclama que o Termo de Inscrição de Dívida Ativa deverá conter: a origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida.

2 - O fato de haver sido especificado o fundamento legal do débito através da indicação precisa dos preceitos legais aplicáveis não induz, absolutamente, em sua nulidade, como pretende a recorrente. A sua ausência, sim, implicaria a nulidade da CDA.

3 - Recurso especial conhecido, mas improvido."

(STJ –1ª Turma – REsp n° 202587-RS - rel. Min. JOSÉ DELGADO - DJ de 02/08/1999, p. 156)

A propósito, é de se ver ainda que o rito dos embargos à execução fiscal impõe que, já no momento da sua oposição, o Embargante deve apresentar todos os documentos que tem em seu poder e que pretende valham como prova, assim como indicar todas as demais provas que ainda pretenda produzir (Lei n° 6.830/80, art. 16, § 2°), sendo que, se arguir excesso na execução, deve ainda apresentar memória discriminada dos cálculos que entende mais corretos (CPC, art. 917, § 3º. A propósito, cf. STJ – 1ª Turma - REsp n° 1.115.217/RS - Rel. Min. LUIZ FUX, j. em 2/2/2010).

Ademais, no que pertine ao ônus da prova em se tratando de embargos à execução fiscal, cumpre ter em mente as presunções de liquidez e certeza de que se reveste a CDA que instrui a execução fiscal, bem assim a de legitimidade de sua cobrança, incumbindo ao Embargante não só o genérico dever processual de comprovar suas alegações (CPC, art. 373, inc. I), como mais o de produzir prova inequívoca para lograr ilidir as presunções que revestem a inscrição em dívida ativa (Lei n° 6.830/80, art. 3°, par. único).

Noutro giro, ao contrário do que sustenta o Embargante, não há motivo para a não aceitação da SELIC como taxa de juros moratórios para fins tributários, já que a prática amolda-se perfeitamente ao permissivo contido no art. 161, § 1º, do CTN, que assim prevê:

Art. 161- (...)

Parágrafo 1º- Se a lei não dispuser de modo diverso, os juros de mora são calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês

Deveras, o dispositivo é claro ao assentar que, em princípio, a regra é a da incidência de juros moratórios à base de 1%; podendo, todavia, a lei fixar percentual distinto, para mais ou para menos, por certo.

E não se argumente com a limitação dos juros moratórios ao patamar de 12%, por força da redação originária do parágrafo 3º do art. 192 da Constituição Federal, antes da Emenda Constitucional nº 40/2003. Afinal, o C. Supremo Tribunal Federal já havia decidido pela sua não-auto-aplicabilidade, quando do julgamento da ADI n° 4, sendo certo, ainda, que aquele dispositivo constitucional referia-se à concessão de crédito e não a tributos.

Doutro turno, se é verdade que no cálculo da SELIC já é computada a correção monetária, também é certo que a embargante não demonstrou a cobrança cumulada de correção monetária com a aludida taxa SELIC. Assim, não há de se supor que a referência à SELIC e à UFIR no bojo da Certidão da Dívida Ativa importe em

indevida cumulação daqueles índices, mas em cobrança alternada, em períodos distintos.

Neste ponto também vale mais uma vez recordar que, por força do contido no art. 3º da Lei n° 6.830/80, o ônus de ilidir a presunção de liquidez e certeza do título executivo compete ao Executado, outrossim ressaltando-se que para apreciação da justeza das alegações de erro do Fisco na aplicação dos juros e da correção monetária da dívida imprescindível far-se-ia a realização de perícia técnica contábil; prova esta que, todavia, a Embargante não cuidou de produzir, deixando assim de se desincumbir adequadamente do ônus que lhe competia para abalar as presunções de liquidez e certeza da dívida inscrita.

De qualquer sorte, a jurisprudência do Eg. Superior Tribunal de Justiça já se pacificou no sentido da legitimidade da incidência da SELIC para fins de juros moratórios em matéria tributária, como deixa certo o conteúdo do aresto abaixo parcialmente transcrito, *verbis*:

> *PROCESSO CIVIL – EXECUÇÃO FISCAL: EMBARGOS DO DEVEDOR – APLICAÇÃO DA SELIC – PRESCRIÇÃO.*
>
> *1. Esta Corte pacificou entendimento quanto à legalidade da Taxa SELIC, a qual contabiliza correção monetária e juros moratórios (precedentes múltiplos). (...)*
>
> *(STJ – 2ª Turma – REsp n° 512508/RS – rel. Min. ELIANA CALMON – DJ de 15.12.2003, p. 00266)*

Sendo ainda que, em "*orientação reafirmada pela Primeira Seção, no julgamento do REsp n° 1.111.175/SP, submetido ao rito do art. 543-C do CPC*", o C. STJ reafirmou que "*é legítima a aplicação da taxa Selic na atualização monetária do indébito tributário, não podendo ser cumulada, porém, com qualquer outro índice, seja de juros ou atualização monetária*" (STJ – 2ª Turma - AgRg no Ag 1173965/RS – rel. Min. HERMAN BENJAMIN - DJe 04/03/2010).

Sobre a multa, melhor sorte não assiste ao Embargante, vendo-se que desde o julgamento do RE nº 79.625 o Pretório Excelso pacificou que a multa moratória fiscal possui natureza sancionatória, assim não havendo que se falar em relação de proporcionalidade entre o dano causado pela mora, como se a multa colimasse uma indenização ao fisco.

Ao contrário, não raro, a multa moratória fiscal pode ser exasperada até à proporção de 100% do valor do tributo não pago, permanecendo plenamente compatível com a sua natureza penalizadora. Essa também a lição de SACHA CALMON NAVARRO COÊLHO, no seu Curso de Direito Tributário Brasileiro, 4ª edição, p. 643, *verbis:*

> *"No caso das chamadas 'multas moratórias', dita relação inexiste. Elas são impostas ex lege, previamente, a critério do legislador. Via de regra em bases fixas dilargadas, como por exemplo: 100% do tributo não pago. Ainda quando impostas segundo modelo proporcional em que o quantum cresce à medida que o tempo passa, ainda aí, não se vislumbra nenhuma proporcionalidade entre o 'dano' e sua 'composição'. Está presente, isto sim, o interesse estatal de desestimular a mora (periculum in mora) e de estimular o pagamento, ainda que a destempo, graduando a penalidade (política fiscal)".*

E não merece acolhida a alegação da Embargante de que a multa de mora não deveria superar o limite de 2%, à semelhança do previsto no art. 52, § 1°, da Lei n° 8.078, com a redação que lhe deu a Lei n° 9.298/96, já que se trata de legislação – Código do Consumidor – destinada à regência de situações jurídicas específicas de relações de consumo, que em nada afetam as disposições, igualmente específicas, regente das relações jurídico-tributárias entre o contribuinte e o Estado, como as que fixam as multas pela mora no pagamento dos tributos devidos.

Assim é que, em situação similar, já decidiu nosso Eg. T.R.F. da 2ª Região que " *a multa aplicada aos valores parcelados, de 30%, não se afigura confiscatória ou desproporcional, sendo admitida por vários julgados do STF, e não sendo passível de substituição por percentual menor previsto em legislação atinente a outra seara jurídica, como o Código de Defesa do Consumidor*" (T.R.F. da 2ª Região – 4ª Turma Esp. - AC n° 380543 – rel. Juiz Federal Convocado ANTONIO HENRIQUE C. DA SILVA - DJU de 14/10/2009, p. 134).

Neste contexto, ausente comprovação de qualquer razão capaz de abalar a liquidez e certeza da dívida inscrita, **JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO** nestes embargos, determinando o prosseguimento da execução fiscal n° 00918586420154025119. Sem custas (Lei n° 9.289/96, art. 7°) e sem honorários advocatícios (TFR – Súmula n° 168).

Traslade-se cópia da presente para os autos da execução embargada.

P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510002449643v15** e do código CRC **849e2f06**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 13/3/2020, às 17:28:26

5014987-20.2019.4.02.5101 **510002449643 .V15**

(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 1

Tipo documento:
TRASLADO DE PEÇAS

Evento:
JUNTADA DE PEÇAS DIGITALIZADAS

Data:
25/05/2022 16:54:11

Usuário.:
JRJ12495 - CLAUDIO MARCUS DE MELO - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA).

Processo:
5014987-20.2019.4.02.5101

Sequência Evento:
50

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 1

Tipo documento:
EXTRATO DE ATA

Evento:
SENTENÇA CONFIRMADA

Data:
09/03/2021 15:04:21

Usuário:
T211798 - FELIPE DE LIMA BASTOS

Processo:
5014987-20.2019.4.02.5101

Sequência Evento:
14

Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

EXTRATO DE ATA DA SESSÃO VIRTUAL DE 01/03/2021

APELAÇÃO CÍVEL Nº 5014987-20.2019.4.02.5101/RJ

RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES

PRESIDENTE: DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ANTONIO SOARES

APELANTE: BR METALS FUNDICOES LTDA (EMBARGANTE)
ADVOGADO: MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS (OAB SP072080)

APELADO: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL (EMBARGADO)

Certifico que este processo foi incluído na Pauta da Sessão Virtual do dia 01/03/2021, na sequência 33, disponibilizada no DE de 17/02/2021.

Certifico que a 4a. TURMA ESPECIALIZADA, ao apreciar os autos do processo em epígrafe, proferiu a seguinte decisão: A 4A. TURMA ESPECIALIZADA DECIDIU, POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO.

RELATOR DO ACÓRDÃO: DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES

VOTANTE: DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES

VOTANTE: JUIZ FEDERAL FIRLY NASCIMENTO FILHO

VOTANTE: DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ANTONIO SOARES

ELIANE LIMA CAVALCANTI
Secretária

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 1

Tipo documento:
RELATÓRIO

Evento:
JUNTADA DE RELATÓRIO/VOTO/ACÓRDÃO

Data:
26/03/2021 15:30:41

Usuário:
T25048 - FERREIRA NEVES

Processo:
5014987-20.2019.4.02.5101

Sequência Evento:
16

Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 5014987-20.2019.4.02.5101/RJ

RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES
APELANTE: BR METALS FUNDICOES LTDA (EMBARGANTE)
APELADO: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL (EMBARGADO)

RELATÓRIO

Trata-se de apelação interposta por **BR METALS FUNDICOES LTDA** (evento 36), em face da sentença (evento 29), que julgou improcedentes os presentes Embargos à Execução Fiscal, rejeitando as teses de nulidade da CDA, ilegalidade da multa aplicada e inconstitucionalidade da taxa Selic. Sem condenação em honorários advocatícios, nos termos da Súmula 168 do extinto TFR.

Sustenta a apelante, resumidamente: ***(1)*** que cabe à exequente fazer o lançamento do tributo, com a demonstração inequívoca de cada fato gerador, sob pena de invalidação do ato; ***(2)*** que a multa aplicada possui caráter confiscatório; ***(3)*** que deve ser afastada a aplicação da taxa SELIC sempre que esta ultrapasse 1% ao mês, sob pena de haver "*patente violação ao sistema jurídico*".

Contrarrazões da apelada (evento 43), pela manutenção da sentença e desprovimento do recurso.

Manifestação do Ministério Público Federal (evento 06), pelo desprovimento do recurso

A Execução Fiscal de origem (processo nº 00918586420154025119) refere-se à arrecadação de Contribuições Previdenciárias e multa, relativas ao período de 01/2014 a 11/2014, no montante de R$8.646.819,85 (*oito milhões, seiscentos e quarenta e seis m il, oitocentos e dezenove reais e oitenta e cinco centavos*), atualizado em 29/07/2015 (evento 01, OUT 1 dos autos executivos).

É o relatório. Peço dia para julgamento.

Documento eletrônico assinado por **FERREIRA NEVES, Desembargador Federal Relator**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.trf2.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **20000321690v4** e do código CRC **fb538741**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): FERREIRA NEVES
Data e Hora: 26/3/2021, às 15:30:41

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 1

Tipo documento:
VOTO

Evento:
JUNTADA DE RELATÓRIO/VOTO/ACÓRDÃO

Data:
26/03/2021 15:30:53

Usuário:
T25048 - FERREIRA NEVES

Processo:
5014987-20.2019.4.02.5101

Sequência Evento:
17

Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 5014987-20.2019.4.02.5101/RJ

RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES
APELANTE: BR METALS FUNDICOES LTDA (EMBARGANTE)
APELADO: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL (EMBARGADO)

VOTO

*Cuida-se, como visto, de apelação interposta por **BR METALS FUNDICOES LTDA** (evento 36), em face da sentença (evento 29), que julgou improcedentes os presentes Embargos à Execução Fiscal, rejeitando as teses de nulidade da CDA, ilegalidade da multa aplicada e inconstitucionalidade da taxa Selic. Sem condenação em honorários advocatícios, nos termos da Súmula 168 do extinto TFR.*

*Sustenta a apelante, resumidamente: **(1)** que cabe à exequente fazer o lançamento do tributo, com a demonstração inequívoca de cada fato gerador, sob pena de invalidação do ato; **(2)** que a multa aplicada possui caráter confiscatório; **(3)** que deve ser afastada a aplicação da taxa SELIC sempre que esta ultrapasse 1% ao mês, sob pena de haver "patente violação ao sistema jurídico".*

Quanto à alegação de nulidade da CDA, sabe-se que, tratando-se de tributo sujeito a lançamento por homologação, é aplicável o enunciado da súmula nº 436 do STJ: "A entrega de declaração pelo contribuinte, reconhecendo o débito fiscal, constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do Fisco".

A matéria dispensa maiores considerações, porquanto essa é a orientação firmada pela egrégia Primeira Seção do STJ, no julgamento do Resp. 1.120.295/SP, Relator Ministro Luiz Fux, DJe de 21/05/2010, sob o regime do artigo 543-C (recursos repetitivos). Confira-se:

> *PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ARTIGO 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO DE O FISCO COBRAR JUDICIALMENTE O CRÉDITO TRIBUTÁRIO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. CRÉDITO TRIBUTÁRIO CONSTITUÍDO POR ATO DE FORMALIZAÇÃO PRATICADO PELO CONTRIBUINTE (IN CASU, DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS). PAGAMENTO DO TRIBUTO DECLARADO. INOCORRÊNCIA. TERMO INICIAL. VENCIMENTO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA DECLARADA. PECULIARIDADE: DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS QUE NÃO PREVÊ DATA POSTERIOR DE VENCIMENTO DA OBRIGAÇÃO PRINCIPAL, UMA VEZ JÁ DECORRIDO O PRAZO PARA PAGAMENTO. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL A PARTIR DA DATA DA ENTREGA DA DECLARAÇÃO. 1. O prazo prescricional qüinqüenal para o Fisco exercer a pretensão de cobrança judicial do crédito tributário conta-se da data estipulada como vencimento para o pagamento da obrigação tributária declarada (mediante DCTF, GIA, entre outros), nos casos de tributos sujeitos a lançamento por homologação, em que, não obstante cumprido o dever instrumental de declaração da exação devida, não restou adimplida a obrigação principal (pagamento antecipado), nem sobreveio quaisquer das causas suspensivas da exigibilidade do crédito ou interruptivas do prazo prescricional (Precedentes da Primeira Seção: EREsp 658.138/PR, Rel. Ministro José Delgado, Rel. p/ Acórdão Ministra Eliana Calmon, julgado em 14.10.2009, DJe 09.11.2009; REsp 850.423/SP, Rel. Ministro Castro Meira, julgado em 28.11.2007, DJ 07.02.2008; e AgRg nos EREsp 638.069/SC, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, julgado em 25.05.2005, DJ 13.06.2005). [...] 4. **A entrega de Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF, de Guia de Informação e Apuração do ICMS – GIA, ou de outra declaração dessa natureza prevista em lei (dever instrumental adstrito aos tributos sujeitos a lançamento por homologação), é modo de constituição do crédito tributário, dispensando a Fazenda Pública de qualquer outra providência conducente à formalização do valor declarado** (Precedente da Primeira Seção submetido ao rito do artigo 543-C, do CPC: REsp 962.379/RS, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, julgado em 22.10.2008, DJe 28.10.2008). 5. O aludido entendimento jurisprudencial culminou na edição da Súmula 436/STJ, verbis: "A entrega de declaração pelo contribuinte, reconhecendo o débito fiscal, constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do Fisco." [...] (REsp 1120295/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/05/2010, DJe 21/05/2010). (Grifo Nosso)*

Com efeito, o art. 2º, §§ 5º e 6º, da Lei nº 6.830/80 e os artigos 202 e 203, do CTN, estabelecem diversos requisitos à formação do Termo de Inscrição em Dívida Ativa, cujos elementos devem ser reproduzidos na CDA, sob pena de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente.

Por seu turno, o art. 3º da Lei 6.830/80 reza que a CDA goza de presunção de liquidez e certeza, que somente pode ser elidida por prova inequívoca em contrário, a cargo do executado. Tal presunção induz a

conclusão de que a dívida constante na CDA está regularmente inscrita. Ônus de que não se desincumbiu a embargante.

Ademais, a jurisprudência tem atenuado o rigor de tais normas e aplicado o princípio contido no brocardo "pas de nullité sans grief" (não há nulidade sem prejuízo), no sentido de que, se a CDA indicar perfeitamente o devedor e especificar a exigência fiscal, indicando os dispositivos legais pertinentes, eventual omissão incapaz de causar prejuízo ao executado não macula o processo (STJ, AgRg no REsp 134907/PR, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, julgado em 20/11/2012, DJe 18/12/2012; STJ, AgRg no AREsp 64755/MG, Relator Ministro FRANCISCO FALCÃO, Primeira Turma, julgado em 20/03/2012, DJe 30/03/2012).

Com relação à multa aplicada, o C. STF assentou entendimento de que não é confiscatória a multa moratória no importe de 20% (vinte por cento). Confira-se:

> *AGRAVO REGIMENTAL. TRIBUTÁRIO. MULTA FISCAL DE 20%. AUSÊNCIA DE CARÁTER CONFISCATÓRIO. Esta Corte firmou entendimento no sentido da ausência de caráter confiscatório de multa fiscal no percentual de 20% (RE 582.461, leading case de repercussão geral). Agravo regimental a que se nega provimento. RE 596429 AgR / RS, Segunda Turma, Rel. Ministro Joaquim Barbosa, DJe 25/10/2012)*

Não é outro, aliás, o entendimento desta E. Corte Regional:

> *TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CRÉDITO CONSTITUÍDO POR DCTF. CUMULAÇÃO DE MULTA DE MORA E JUROS MORATÓRIOS. POSSIBILIDADE. ART. 168 DO CTN. INCIDÊNCIA DA TAXA SELIC. MULTA DE MORA. AUSÊNCIA DE CONFISCO. 1- A Declaração de Contribuição de Tributos Federais - DCTF, por si só, caracteriza o autolançamento, que prescinde a regular instauração de processo administrativo-fiscal, porquanto o próprio devedor apura, declara e confessa a dívida existente. Desnecessária a constituição formal do débito pelo Fisco, no caso. 2- Possibilidade de cumulação da multa moratória e juros de mora, por possuírem naturezas e finalidades diversas. Artigo 168 do CTN 3 - A primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp 1.073.846/SP, sob a relatoria do Ministro Luiz Fux e de acordo com a sistemática prevista no art. 543-C do CPC, decidiu que "a Taxa SELIC é legítima como índice de correção monetária e de juros de mora, na atualização dos débitos tributários pagos em atraso, ex vi do disposto no artigo 13, da Lei 9.065/95" (DJe 18.12.2009). 4 – A multa de mora aplicada o foi em 20% (art. 59 caput da Lei nº 8.383/91 e 84, II, 'b' da Lei 8.981/95) e não há qualquer discrepância na sua aplicação ao caso concreto, diante da sua natureza de pena pecuniária aplicada em razão da inércia do contribuinte devedor, em não recolher a exação devida no prazo legal. 5 - A Dívida Ativa goza da presunção relativa de certeza e liquidez, nos termos dos arts. 204 do Código Tributário Nacional e 3º da Lei n. 6.830/80, sendo que tal presunção, no caso concreto, não foi elidida por prova inequívoca em sentido contrário, a cargo do executado. 6 - Recurso conhecido e improvido. Sentença confirmada. (AC 200750010083720, QUARTA TURMA ESPECIALIZADA, Rel. Desembargadora Federal GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO, DJe 02/12/2014)*

> *TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. MULTA MORATÓRIA DE 20%. LEI N. 9.430/96 (ART. 61). SELIC. MORA DO CONTRIBUINTE. CABIMENTO. I- A multa moratória de 20% (vinte por cento) do valor do imposto devido, preconizada pelo artigo 61 da Lei n. 9.430/96, não se mostra abusiva ou desarrazoada, inexistindo ofensa aos princípios da capacidade contributiva e da vedação ao confisco. II-A primeira Seção do STJ, ao julgar o REsp 1.073.846/SP, sob a relatoria do Ministro Luiz Fux e de acordo com a sistemática prevista no art. 543-C do CPC, decidiu que "a Taxa SELIC é legítima como índice de correção monetária e de juros de mora, na atualização dos débitos tributários pagos em atraso, ex vi do disposto no artigo 13, da Lei 9.065/95" (DJe 18.12.2009). IIIApelo da parte embargante a que se nega provimento. (AC 200051015205019, TERCEIRA TURMA ESPECIALIZADA, Rel. Desembargador Federal THEOPHILO MIGUEL, DJe 23/05/2011)*

Na hipótese, os valores relativos à multa moratória, aplicados ao crédito exequendo (evento 1, out 1), não superam o patamar de 20% do valor originário, conforme previsão do art. 61 da Lei nº 9.430/96, afastando, assim, o argumento de caráter confiscatório da multa imputada pelo Fisco.

Ademais, sabe-se que a aplicação de juros e multa é legítima, porquanto esta deflui da desobediência ao prazo fixado em lei, revestindo-se de nítido caráter punitivo, enquanto que aqueles visam à compensação do credor pelo atraso no recolhimento do tributo (STJ, REsp nº 6665.320/PR, Primeira Turma, Relator Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, julgado em 19/02/2008, DJ 03/03/2008).

De outro lado, não paira qualquer controvérsia acerca da regularidade da aplicação da Taxa SELIC como índice de correção do débito tributário, sendo certo que a utilização do percentual de 1%, previsto no art. 161, §1º do CTN, somente é aplicável na hipótese de a lei não indicar outra taxa.

A propósito, confira-se os precedentes adiante colacionados:

> *PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOSÀ EXECUÇÃO. INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA SOBRE O VALOR DO TRIBUTO CONVERTIDO EM UFIR. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. DESNECESSIDADE DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO PARA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA. DENÚNCIA ESPONTANÊA. SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA DA TAXA SELIC. LEGALIDADE. PIS E COFINS. BASE DE CÁLCULO. INCLUSÃO DOS VALORES DEVIDOS A TÍTULO DE ICMS. POSSIBILIDADE. SÚMULAS 68 E 94 DO STJ. (...) 4. É legítima a utilização da taxa SELIC como índice de correção monetária e juros de mora dos débitos do contribuinte para com a Fazenda Pública (REsp 879.844/MG, DJe*

25.11.2009, julgado sob o rito dos recursos repetitivos). (...) 6. Recurso especial parcialmente conhecido e não provido. (STJ, 2ª Turma, REsp 1195286 / SP, Relatora Ministra ELIANA CALMON, DJE 24/09/2013)

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOAGRAVO DEINSTRUMENTO. EXECUÇÃOFISCAL. DÉBITO DECLARADO E NÃO PAGO. MULTA MORATÓRIA. SÚMULA 280/STJ. TAXA SELIC. CABIMENTO. RECURSO REPETITIVO. ART. 543-C. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. Incidência, por analogia, da Súmula 280/STF, que dispõe: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário". 2. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento doREsp 879.844/MG,Rel.Min. LUIZFUX,PrimeiraSeção, representativo de controvérsia (art. 543-C do CPC), firmou o entendimento no sentido de que é legítima a aplicação da taxa SELIC como índice de correção monetária e juros moratórios na atualização dos débitos tributários. 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no Ag 1332632, Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, DJe 25/11/2011)

Insta esclarecer, por último, que a taxa SELIC é a conjugação das perdas inflacionárias com os juros reais, sendo, portanto, indevida sua cumulação com qualquer outro indexador monetário e juros de mora, a partir do período previsto em lei para sua aplicação (1º/01/1996), o que não restou demonstrado na hipótese.

*Diante do exposto, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** à apelação.*

Documento eletrônico assinado por **FERREIRA NEVES, Desembargador Federal Relator**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.trf2.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **20000321691v4** e do código CRC **14d5a28b**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): FERREIRA NEVES
Data e Hora: 26/3/2021, às 15:30:52

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 1

Tipo documento:
ACÓRDÃO

Evento:
JUNTADA DE RELATÓRIO/VOTO/ACÓRDÃO

Data:
26/03/2021 15:31:02

Usuário:
T25048 - FERREIRA NEVES

Processo:
5014987-20.2019.4.02.5101

Sequência Evento:
18

Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 5014987-20.2019.4.02.5101/RJ

RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES
APELANTE: BR METALS FUNDICOES LTDA (EMBARGANTE)
APELADO: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL (EMBARGADO)

EMENTA

TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO EM EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. DÉBITO CONFESSADO EM GFIP. SÚMULA 436 DO STJ. NULIDADE CDA. NÃO VERIFICADA. MULTA NO IMPORTE DE 20%. LEGALIDADE. PRECEDENTES DO STJ. TAXA SELIC. LEGALIDADE. APELAÇÃO DESPROVIDA.

1. *Tratando-se de tributo sujeito a lançamento por homologação, aplica-se o entendimento sintetizado na Súmula nº 436 do STJ: "A entrega de declaração pelo contribuinte, reconhecendo o débito fiscal, constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do Fisco".*

2. *A matéria dispensa maiores considerações, porquanto essa é a orientação firmada pela egrégia Primeira Seção do STJ, no julgamento do Resp. 1.120.295/SP, Relator Ministro Luiz Fux, DJe de 21/05/2010, sob o regime do artigo 543-C (recursos repetitivos).*

3. *Com efeito, o art. 2º, §§ 5º e 6º, da Lei nº 6.830/80 e os artigos 202 e 203, do CTN, estabelecem diversos requisitos à formação do Termo de Inscrição em Dívida Ativa, cujos elementos devem ser reproduzidos na CDA, sob pena de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente.*

4. *Por seu turno, o art. 3º da Lei 6.830/80 afirma que a CDA goza de presunção de liquidez e certeza, que somente pode ser elidida por prova inequívoca em contrário, a cargo do executado. Essa presunção gera a conclusão de que a dívida constante na CDA está regularmente inscrita. Ônus que não se desincumbiu a embargante.*

5. *A jurisprudência tem atenuado o rigor de tais normas e aplicado o princípio contido no brocardo "pas de nullité sans grief" (não há nulidade sem prejuízo), no sentido de que, se a CDA indicar perfeitamente o devedor e especificar a exigência fiscal, indicando os dispositivos legais pertinentes, eventual omissão incapaz de causar prejuízo ao executado não macula o processo (STJ, AgRg no REsp 134907/PR, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, julgado em 20/11/2012, DJe 18/12/2012; STJ, AgRg no AREsp 64755/MG, Relator Ministro FRANCISCO FALCÃO, Primeira Turma, julgado em 20/03/2012, DJe 30/03/2012).*

6. *O STF assentou o entendimento de que não é confiscatória a multa moratória no importe de 20% (vinte por cento). Na hipótese, os valores relativos à multa moratória aplicados ao crédito exequendo (evento 1, out 1), não superam o patamar de 20% do valor originário, conforme previsão do art. 61 da Lei nº 9.430/96, afastando, assim, o argumento do caráter confiscatório da multa imputada pelo Fisco.*

7. *Ademais, sabe-se que a aplicação de juros e multa é legítima, porquanto esta deflui da desobediência ao prazo fixado em lei, revestindo-se de nítido caráter punitivo, enquanto que aqueles visam à compensação do credor pelo atraso no recolhimento do tributo (STJ, REsp nº 6665.320/PR, Primeira Turma, Relator Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, julgado em 19/02/2008, DJ 03/03/2008).*

8. *De outro lado, não paira qualquer controvérsia acerca da regularidade da aplicação da Taxa SELIC como índice de correção do débito tributário, sendo certo que a utilização do percentual de 1%, previsto no art. 161, §1º do CTN, somente é aplicável na hipótese de a lei não indicar outra taxa.*

9. *Por fim, a taxa SELIC é a conjugação das perdas inflacionárias com os juros reais, sendo, portanto, indevida sua cumulação com qualquer outro indexador monetário e juros de mora, a partir do período previsto em lei para sua aplicação (1º/01/1996), o que não restou demonstrado na hipótese.*

10. ***Apelação desprovida.***

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 4a. Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região decidiu, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à apelação, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2021.

Documento eletrônico assinado por **FERREIRA NEVES, Desembargador Federal Relator**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.trf2.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **20000321692v4** e do código CRC **9d757fe7**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): FERREIRA NEVES
Data e Hora: 26/3/2021, às 15:31:1

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 1

Tipo documento:
DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE DE REC. ESPECIAL

Evento:
RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO

Data:
16/07/2021 18:50:04

Usuário:
T25046 - GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA

Processo:
5014987-20.2019.4.02.5101

Sequência Evento:
43

Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 5014987-20.2019.4.02.5101/RJ

APELANTE: BR METALS FUNDICOES LTDA (EMBARGANTE)
ADVOGADO: MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS (OAB SP072080)
APELADO: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL (EMBARGADO)
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por BR Metals Fundições Ltda., com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "*a*", da Constituição Federal, contra acórdão da Quarta Turma Especializada, deste Egrégio Tribunal Regional Federal, no evento nº 18, como se vê a seguir:

> *TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO EM EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. DÉBITO CONFESSADO EM GFIP. SÚMULA 436 DO STJ. NULIDADE CDA. NÃO VERIFICADA. MULTA NO IMPORTE DE 20%. LEGALIDADE. PRECEDENTES DO STJ. TAXA SELIC. LEGALIDADE. APELAÇÃO DESPROVIDA.*
>
> *1. Tratando-se de tributo sujeito a lançamento por homologação, aplica-se o entendimento sintetizado na Súmula nº 436 do STJ: "A entrega de declaração pelo contribuinte, reconhecendo o débito fiscal, constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do Fisco".*
>
> *2. A matéria dispensa maiores considerações, porquanto essa é a orientação firmada pela egrégia Primeira Seção do STJ, no julgamento do Resp. 1.120.295/SP, Relator Ministro Luiz Fux, DJe de 21/05/2010, sob o regime do artigo 543-C (recursos repetitivos).*
>
> *3. Com efeito, o art. 2º, §§ 5º e 6º, da Lei nº 6.830/80 e os artigos 202 e 203, do CTN, estabelecem diversos requisitos à formação do Termo de Inscrição em Dívida Ativa, cujos elementos devem ser reproduzidos na CDA, sob pena de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente.*
>
> *4. Por seu turno, o art. 3º da Lei 6.830/80 afirma que a CDA goza de presunção de liquidez e certeza, que somente pode ser elidida por prova inequívoca em contrário, a cargo do executado. Essa presunção gera a conclusão de que a dívida constante na CDA está regularmente inscrita. Ônus que não se desincumbiu a embargante.*
>
> *5. A jurisprudência tem atenuado o rigor de tais normas e aplicado o princípio contido no brocardo "pas de nullité sans grief" (não há nulidade sem prejuízo), no sentido de que, se a CDA indicar perfeitamente o devedor e especificar a exigência fiscal, indicando os dispositivos legais pertinentes, eventual omissão incapaz de causar prejuízo ao executado não macula o processo (STJ, AgRg no REsp 134907/PR, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, julgado em 20/11/2012, DJe 18/12/2012; STJ, AgRg no AREsp 64755/MG, Relator Ministro FRANCISCO FALCÃO, Primeira Turma, julgado em 20/03/2012, DJe 30/03/2012).*
>
> *6. O STF assentou o entendimento de que não é confiscatória a multa moratória no importe de 20% (vinte por cento). Na hipótese, os valores relativos à multa moratória aplicados ao crédito exequendo (evento 1, out 1), não superam o patamar de 20% do valor originário, conforme previsão do art. 61 da Lei nº 9.430/96, afastando, assim, o argumento do caráter confiscatório da multa imputada pelo Fisco.*
>
> *7. Ademais, sabe-se que a aplicação de juros e multa é legítima, porquanto esta deflui da desobediência ao prazo fixado em lei, revestindo-se de nítido caráter punitivo, enquanto que aqueles visam à compensação do credor pelo atraso no recolhimento do tributo (STJ, REsp nº 6665.320/PR, Primeira Turma, Relator Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, julgado em 19/02/2008, DJ 03/03/2008).*
>
> *8. De outro lado, não paira qualquer controvérsia acerca da regularidade da aplicação da Taxa SELIC como índice de correção do débito tributário, sendo certo que a utilização do percentual de 1%, previsto no art. 161, §1º do CTN, somente é aplicável na hipótese de a lei não indicar outra taxa.*
>
> *9. Por fim, a taxa SELIC é a conjugação das perdas inflacionárias com os juros reais, sendo, portanto,*

indevida sua cumulação com qualquer outro indexador monetário e juros de mora, a partir do período previsto em lei para sua aplicação (1º/01/1996), o que não restou demonstrado na hipótese.

10. Apelação desprovida.

A parte recorrente alegou, em síntese, que o acórdão impugnado violou o art. 142, do CTN (Lei nº 5.172/66).

Defendeu que o recurso especial cumpre os requisitos de admissibilidade.

Foram apresentadas contrarrazões no evento nº 28.

É o relatório. Decide-se.

O presente recurso especial não deve ser admitido, pois inexistem no acórdão impugnado elementos que contrariem os dispositivos infraconstitucionais alegadamente violados.

Ademais, frise-se que o resultado do julgamento se baseia em determinadas premissas fáticas e que, segundo a orientação contida na Súmula nº 7, do STJ, é vedado, em sede de recurso especial, o reexame do conjunto fático-probatório constante dos autos ("*A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial*").

Isso porque a hipótese em tela versa sobre a existência de efetiva nulidade da CDA (o que exige comprovação do real prejuízo), particularmente no tocante a supostos vícios insanáveis do lançamento tributário objeto da lide, matérias essas que exigem, no caso específico, o percuciente e necessário exame de provas, de documentos e do processo administrativo-tributário, como destacado no acórdão censurado, situação de todo inviável nesse âmbito recursal. Nessa linha: AgInt no AREsp nº 904.791/MG, rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe. de 7.10.2016.

Não restou demonstrado, sem necessidade de exame dos fatos e provas, que o julgado contrariou os dispositivos legais citados ou, ainda, que conferiu à lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído o Superior Tribunal de Justiça ou outro Tribunal.

Além disso, na hipótese, é imperioso se reconhecer a inadmissibilidade do recurso especial examinado, pois inexistem no acórdão questionado elementos que contrariem os dispositivos infraconstitucionais alegadamente violados, sobretudo porque as questões jurídicas nele suscitadas encontram-se em conformidade com a posição jurisprudencial do STJ sobre o tema (AgRg no REsp 134907/PR, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, julgado em 20/11/2012, DJe 18/12/2012; STJ, AgRg no AREsp 64755/MG, Relator Ministro FRANCISCO FALCÃO, Primeira Turma, julgado em 20/03/2012, DJe 30/03/2012; REsp 1195286/SP, 2ª Turma, Relatora Ministra ELIANA CALMON, DJE 24/09/2013; AgRg no Ag 1332632, Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, DJe 25/11/2011).

Dessa forma, sob esse específico aspecto, para o fim de inadmitir o recurso especial ora examinado, convém aplicar à hipótese, em interpretação analógica e extensiva, o enunciado da Súmula nº 83, do STJ ["*Não se conhece do Recurso Especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida*"], cuja incidência é cabível também quanto aos recursos interpostos com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF, como já reconhecido na jurisprudência do STJ [REsp. 1.186.889/DF, Segunda Turma, rel. Min. Castro, DJe. de 2.6.2010; AgInt no AREsp nº 986.542/SC, rel. Min. Raul Araújo, DJe. de 3.4.2017].

Sendo assim, **inadmito** o recurso especial, nos termos do artigo 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil.

Documento eletrônico assinado por **GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, Vice-Presidente**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.trf2.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **20000587621v3** e do código CRC **90a3726c**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Data e Hora: 16/7/2021, às 18:50:4

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 1

Tipo documento:
DESPACHO/DECISÃO

Evento:
DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Data:
10/09/2021 19:05:12

Usuário:
T25046 - GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA

Processo:
5014987-20.2019.4.02.5101

Sequência Evento:
61

Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 5014987-20.2019.4.02.5101/RJ

APELANTE: BR METALS FUNDICOES LTDA (EMBARGANTE)
ADVOGADO: MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS (OAB SP072080)

APELADO: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL (EMBARGADO)

DESPACHO/DECISÃO

Adequado o juízo de inadmissão. Nada a ser retratado. Diante da interposição do recurso de agravo, remetam-se os autos ao Tribunal Superior competente, nos termos do art. 1.042 do Código de Processo Civil.

Documento eletrônico assinado por **GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, Vice-Presidente**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.trf2.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **20000667755v1** e do código CRC **8d838bb1**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Data e Hora: 10/9/2021, às 19:5:12

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 1

Tipo documento:
DECISÃO STJ/STF

Evento:
RECEBIDOS OS AUTOS DO STJ

Data:
13/05/2022 16:32:20

Usuário:
T210432 - CARLOS EUGENIO DAMASCENO MARTINS

Processo:
5014987-20.2019.4.02.5101

Sequência Evento:
68

Superior Tribunal de Justiça

AREsp (202102979421)

CERTIDÃO

Certifico que o processo de número 50149872020194025101 do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO foi protocolado sob o número 2021/0297942-1.

Brasília, 14 de setembro de 2021

COORDENADORIA DE RECEBIMENTO, CONTROLE E AUTUAÇÃO DE PROCESSOS RECURSAIS

Documento eletrônico juntado ao processo em 14/09/2021 às 11:41:03 pelo usuário: SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

* Assinado eletronicamente nos termos do Art. 1º § 2º inciso III alínea "b" da Lei 11.419/2006

Superior Tribunal de Justiça

Fls.

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 1970343 / RJ (2021/0297942-1)

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO E ENCAMINHAMENTO

Distribuição

Em 29/09/2021 o presente feito foi classificado no assunto DIREITO TRIBUTÁRIO - Contribuições - Contribuições Previdenciárias e registrado ao Exmo. Sr. Ministro PRESIDENTE DO STJ.

Encaminhamento

Aos 29 de setembro de 2021 , vão estes autos com conclusão ao Ministro Relator.

Secretaria Judiciária

Recebido no Gabinete do Ministro PRESIDENTE DO STJ em _____/_____/20_____.

_____

Documento eletrônico juntado ao processo em 29/09/2021 às 11:36:08 pelo usuário: SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.970.343 - RJ (2021/0297942-1)

RELATOR	**:**	**MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	:	BR METALS FUNDICOES LTDA
ADVOGADO	:	MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS - SP072080
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial apresentado por BR METALS FUNDICOES LTDA contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Mediante análise dos autos, verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial, considerando: Súmula 7/STJ e Súmula 83/STJ.

Entretanto, a parte agravante deixou de impugnar especificamente: Súmula 83/STJ.

Nos termos do art. 932, inciso III, do CPC e do art. 253, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno desta Corte, não se conhecerá do agravo em recurso especial que "não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida".

Conforme já assentado pela Corte Especial do STJ, a decisão de inadmissibilidade do recurso especial não é formada por capítulos autônomos, mas por um único dispositivo, o que exige que a parte agravante impugne todos os fundamentos da decisão que, na origem, não admitiu o recurso especial. A propósito:

> PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932.
> 1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932.

Documento eletrônico VDA30402479 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MINISTRO Presidente do STJ Assinado em: 07/10/2021 16:46:01
Publicação no DJe/STJ nº 3248 de 08/10/2021. Código de Controle do Documento: 9E8C25A3-0216-4854-8E72-E06FF6EC198D

> 2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal. Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão.
> 3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, ressoando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais.
> 4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, caput, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal a quo que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC.
> 5. Embargos de divergência não providos. (EAREsp 746.775/PR, relator Ministro João Otávio de Noronha, relator p/ acórdão Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 30/11/2018.)

Ressalte-se que, em atenção ao princípio da dialeticidade recursal, a impugnação deve ser realizada de forma efetiva, concreta e pormenorizada, não sendo suficientes alegações genéricas ou relativas ao mérito da controvérsia, sob pena de incidência, por analogia, da Súmula n. 182 do STJ.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, inciso V, c/c o art. 253, parágrafo único, inciso I, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do agravo em recurso especial.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte agravante, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Documento eletrônico VDA30402479 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MINISTRO Presidente do STJ Assinado em: 07/10/2021 16:46:01
Publicação no DJe/STJ nº 3248 de 08/10/2021. Código de Controle do Documento: 9E8C25A3-0216-4854-8E72-E06FF6EC198D

Presidente

Documento eletrônico VDA30402479 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MINISTRO Presidente do STJ Assinado em: 07/10/2021 16:46:01
Publicação no DJe/STJ nº 3248 de 08/10/2021. Código de Controle do Documento: 9E8C25A3-0216-4854-8E72-E06FF6EC198D

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AREsp 1970343/RJ (2021/0297942-1)

PUBLICAÇÃO

Disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico/STJ, em 07/10/2021, DESPACHO / DECISÃO de fls. 382/384 e considerado publicado em 08 de outubro de 2021, nos termos do artigo 4º, § 3º, da Lei 11.419/2006.

Brasília, 08 de outubro de 2021

SECRETARIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS

COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS DE DIREITO PÚBLICO

SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

Superior Tribunal de Justiça

AREsp 1970343

TERMO DE CIÊNCIA

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL intimado(a) eletronicamente em 18/10/2021 do(a) Despacho / Decisão de fl.(s) 382 publicado(a) no DJe em 08/10/2021.

Brasília - DF, 18 de Outubro de 2021

SECRETARIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS
COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS DE DIREITO PÚBLICO
Serviço Automático de Intimação Eletrônica

Documento eletrônico juntado ao processo em 18/10/2021 às 02:01:38 pelo usuário: SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

Superior Tribunal de Justiça

AREsp 1970343

TERMO DE CIÊNCIA

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL intimado(a) eletronicamente em 18/10/2021 do(a) Despacho / Decisão de fl.(s) 382 publicado(a) no DJe em 08/10/2021.

Brasília - DF, 18 de Outubro de 2021

SECRETARIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS
COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS DE DIREITO PÚBLICO
Serviço Automático de Intimação Eletrônica

Documento eletrônico juntado ao processo em 18/10/2021 às 02:13:44 pelo usuário: SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

MARCOS MARTINS
ADVOGADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR MINISTRO HUMBERTO MARTINS, PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Agravo em Recurso Especial nº 1.970.343-RJ

BR MATOZINHOS FUNDIÇÕES LTDA., já devidamente qualificada nos autos de processo em epígrafe, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com fundamento no artigo 1.021 do Código de Processo Civil, não se conformando, "data vênia", com a r. decisão proferida no sentido de não conhecer do Agravo em Recurso Especial, interpor o presente

AGRAVO INTERNO

SÃO PAULO Av. Magalhães de Castro, 4.800 • Park Tower, 17º Andar • Tel: (11) 4084-8900
MARÍLIA Rua Presidente Vargas, 347 • Tel.: (14) 3413-2223
www.marcosmartins.adv.br

Petição Eletrônica juntada ao processo em 29/10/2021 ?s 19:31:01 pelo usu?rio: SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS
Documento eletrônico e-Pet nº 6176680 com assinatura digital
Signatário(a): MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS CPF: 28960246034
Recebido em 29/10/2021 18:03:47

MARCOS MARTINS
ADVOGADOS

pelas razões de fato e de direito aduzidas na minuta que segue.

Destarte, cumpridas as formalidades processuais, e não entendendo Vª Excelência ser caso de retratação, requer seja o presente, com a inclusa minuta, encaminhado à apreciação do competente órgão colegiado.

Termos em que,
Pede deferimento.

São Paulo/SP, 29 de outubro de 2021.

Marcos Martins da Costa Santos
OAB/SP nº 72.080

SÃO PAULO Av. Magalhães de Castro, 4.800 • Park Tower, 17º Andar • Tel: (11) 4084-8900
MARÍLIA Rua Presidente Vargas, 347 • Tel.: (14) 3413-2223
www.marcosmartins.adv.br

Petição Eletrônica juntada ao processo em 29/10/2021 ?s 19:31:01 pelo usu?rio: SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS
Documento eletrônico e-Pet nº 6176680 com assinatura digital
Signatário(a): MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS CPF: 28960246034
Recebido em 29/10/2021 18:03:47

MARCOS MARTINS
ADVOGADOS

MINUTA DO AGRAVO INTERNO

AGRAVANTE: BR MATOZINHOS FUNDIÇÕES LTDA.;
AGRAVADA: UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL);
ARESP Nº: 1.970.343-RJ

EGRÉGIO TRIBUNAL,

COLENDA TURMA,

ÍNCLITOS JULGADORES!

O presente Agravo está sendo interposto em face de decisão proferida pelo Excelentíssimo Ministro Presidente Humberto Martins, no sentido de não conhecer do Agravo em Recurso Especial.

A decisão merece reparos pelos fatos e fundamentos jurídicos expostos a seguir.

DOS FATOS

Trata-se originalmente de Embargos à Execução Fiscal distribuídos com o objetivo de extinguir a Dívida Ativa nº 11.496.937-0, cobrada na Execução Fiscal nº 0091858-64.2015.4.02.5119, em razão da existência de vício na constituição do débito, inconstitucionalidade da multa aplicada e ilegalidade da taxa Selic.

SÃO PAULO Av. Magalhães de Castro, 4.800 • Park Tower, 17º Andar • Tel: (11) 4084-8900
MARÍLIA Rua Presidente Vargas, 347 • Tel.: (14) 3413-2223
www.marcosmartins.adv.br

Petição Eletrônica juntada ao processo em 29/10/2021 ?s 19:31:01 pelo usu?rio: SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS
Documento eletrônico e-Pet nº 6176680 com assinatura digital
Signatário(a): MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS CPF: 28960246034
Recebido em 29/10/2021 18:03:47

MARCOS MARTINS
ADVOGADOS

Em sede de sentença, o juízo de primeira instância entendeu por bem julgar improcedentes os Embargos à Execução Fiscal, ensejando a interposição de Recurso de Apelação, o qual, por sua vez, teve seu provimento negado.

Diante disso, fora então interposto Recurso Especial, ante a ofensa ao artigo 142 da lei federal nº 5.172/66 – Código Tributário Nacional.

Ao apreciar o Recurso, o D. Desembargador do Tribunal *a quo*, entendeu por bem não o admitir, motivando a interposição de Agravo do 1.042.

No entanto, o Ilustre Ministro Relator não conheceu do Agravo, entendendo que o recurso não teria impugnado especificamente a Súmula 83 do Superior Tribunal de Justiça.

Tal decisão merece reparos, uma vez que não incide no presente caso a Súmula 83, considerando que o objeto da discussão é a afronta a lei federal, descrita no Art. 105, inciso III, "a" da Constituição Federal, e não divergência jurisprudencial.

Desta feita, passa a Agravante a construir todo o raciocínio jurídico que conduzirá inevitavelmente ao conhecimento e provimento do Agravo interposto.

DA PRELIMINAR

1. DA TEMPESTIVIDADE DO PRESENTE RECURSO

SÃO PAULO Av. Magalhães de Castro, 4.800 • Park Tower, 17º Andar • Tel: (11) 4084-8900
MARÍLIA Rua Presidente Vargas, 347 • Tel.: (14) 3413-2223
www.marcosmartins.adv.br

Petição Eletrônica juntada ao processo em 29/10/2021 ?s 19:31:01 pelo usu?rio: SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS
Documento eletrônico e-Pet nº 6176680 com assinatura digital
Signatário(a): MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS CPF: 28960246034
Recebido em 29/10/2021 18:03:47

MARCOS MARTINS
ADVOGADOS

A decisão monocrática ora recorrida foi publicada no dia 08/10/2021, contando-se a partir desta data o prazo de 15 (quinze) dias **úteis** para interposição do presente Agravo.

Resta de fácil intelecção, portanto, que em razão da suspensão de prazos do STJ nos dias 12 e 29 de outubro e 1º e 2 de novembro, nos termos da portaria STJ/GP nº 2 de 11 de janeiro de 2021[1], a Agravante teria até o dia 04/11/2021, quinta-feira, para interpor o presente recurso, o que denota sua tempestividade.

DO DIREITO

1. DA NÃO INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83 DO STJ AO CASO - ART. 105, INCISO III, ALÍNEA "A" DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Conforme dito no tópico alusivo aos fatos, o Ministro Presidente inadmitiu o Agravo do artigo 1.042 CPC, sob argumento de que a Agravante não teria impugnado especificamente e adequadamente a aplicação da Súmula 83 do STJ, que possui a seguinte redação:

> Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida.

Com a devida vênia, ao contrário do que entendeu o Ministro Presidente, resta claro que o objeto do recurso não é tratar de divergência jurisprudencial, tal como aborda a Súmula 83, mas de afronta à lei federal.

[1] https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/149486.

SÃO PAULO Av. Magalhães de Castro, 4.800 • Park Tower, 17º Andar • Tel: (11) 4084-8900
MARÍLIA Rua Presidente Vargas, 347 • Tel.: (14) 3413-2223
www.marcosmartins.adv.br

Petição Eletrônica juntada ao processo em 29/10/2021 ?s 19:31:01 pelo usu?rio: SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS
Documento eletrônico e-Pet nº 6176680 com assinatura digital
Signatário(a): MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS CPF: 28960246034
Recebido em 29/10/2021 18:03:47

MARCOS MARTINS
ADVOGADOS

Ao elencar a competência do Superior Tribunal de Justiça, a Constituição Federal assim dispõe:

> Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:
> (...)
> III - julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:
> a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;
> b) julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal;
> c) der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.

Percebe-se que é possível, então, que o STJ reanalise decisões que contrariem tratado ou lei federal (alínea "a"), **ou** que derem a ela interpretação divergente (alínea "c").

Como no presente caso o que se busca é o reconhecimento da ofensa ao artigo 142 da Lei 5.172/66 (alínea "a"), não pode o tribunal negar seu pronunciamento em razão de a Agravante supostamente não ter impugnado adequadamente a aplicação da Súmula 83 do STJ, entendimento reflexo à alínea "c".

Ademais, assevera-se que toda a fundamentação jurídica necessária a compreensão da existência de ofensa à lei federal foi devidamente indicada em tópico específico, restando claro que não há óbice para conhecimento do Agravo em Recurso Especial.

Em última análise, importa considerar que a Súmula 83 é clara ao determinar que o Recurso Especial só não poderá ser aceito por divergência jurisprudencial quando houver entendimento **firmado** pelo Tribunal no mesmo sentido da decisão recorrida, o que não é o caso da tese discutida no presente feito.

SÃO PAULO Av. Magalhães de Castro, 4.800 • Park Tower, 17º Andar • Tel: (11) 4084-8900
MARÍLIA Rua Presidente Vargas, 347 • Tel.: (14) 3413-2223
www.marcosmartins.adv.br

Petição Eletrônica juntada ao processo em 29/10/2021 ?s 19:31:01 pelo usu?rio: SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS
Documento eletrônico e-Pet nº 6176680 com assinatura digital
Signatário(a): MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS CPF: 28960246034
Recebido em 29/10/2021 18:03:47

MARCOS MARTINS
ADVOGADOS

Diante do exposto, deve o Agravo em Recurso Especial ser conhecido, com a consequente admissão e julgamento do Recurso Especial interposto.

DO PEDIDO

Diante dos fatos e fundamentos jurídicos declinados, requer seja dado **TOTAL PROVIMENTO** ao presente Agravo, reformando-se a decisão do Ilustre Presidente para que o Agravo em Recurso Especial interposto seja conhecido, como medida da mais lídima justiça.

Termos em que,
Pede deferimento.

São Paulo/SP, 29 de outubro de 2021.

Marcos Martins da Costa Santos
OAB/SP nº 72.080

SÃO PAULO Av. Magalhães de Castro, 4.800 • Park Tower, 17º Andar • Tel: (11) 4084-8900
MARÍLIA Rua Presidente Vargas, 347 • Tel.: (14) 3413-2223
www.marcosmartins.adv.br

Petição Eletrônica juntada ao processo em 29/10/2021 ?s 19:31:01 pelo usu?rio: SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS
Documento eletrônico e-Pet nº 6176680 com assinatura digital
Signatário(a): MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS CPF: 28960246034
Recebido em 29/10/2021 18:03:47

Processo 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ, Evento 85, TRASLADO2, Página 34

Texto atualizado até a Portaria STJ/GP n. 325/2021

Superior Tribunal de Justiça

PORTARIA STJ/GP N. 2 DE 11 DE JANEIRO DE 2021.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 21, inciso XXXI do Regimento Interno e considerando o art. 81 do mesmo regimento,

RESOLVE:

Art. 1º Divulgar os dias de feriado nacional e estabelecer os dias de ponto facultativo no ano de 2021, para cumprimento pelas unidades administrativas do Superior Tribunal de Justiça e para os fins dos arts. 219 e 224, § 1º, da Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), na forma a seguir:

I – 15 e 16 de fevereiro, feriados (art. 62, inc. III, da Lei n. 5.010, de 30 de maio de 1966);

~~II – 17 de fevereiro, ponto facultativo até as 14 horas;~~ (Revogado pela Portaria STJ/GP n. 39 de 4 de fevereiro de 2021)

III – 31 de março a 4 de abril, feriados (art. 62, inc. II, da Lei n. 5.010, de 30 de maio de 1966);

IV – 21 de abril, feriado (art. 1º da Lei n. 10.607, de 19 de dezembro de 2002);

V – 1º de maio, feriado (art. 1º da Lei n. 10.607, de 19 de dezembro de 2002);

VI – 3 de junho, ponto facultativo (art. 1º, inc. VIII, da Portaria 679, de 30 de dezembro de 2019, do Ministério da Economia);

VII – 11 de agosto, feriado (art. 62, inc. IV, da Lei n. 5.010, de 30 de maio de 1966);

VIII – 7 de setembro, feriado (art. 1º da Lei n. 10.607, de 19 de dezembro de 2002);

IX – 12 de outubro, feriado (art. 1º da Lei n. 6.802, de 30 de junho de 1980);

BDJur Biblioteca Digital Jurídica

Este texto não substitui o publicado no Diário da Justiça Eletrônico do STJ, 12 jan. 2021.

Documento eletrônico e-Pet nº 6178680 com assinatura digital
Signatário(a): MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS CPF: 28960246034
Recebido em 29/10/2021 18:03:47

Petição Eletrônica juntada ao processo em 29/10/2021 ?s 19:31:01 pelo usu?rio: SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

~~X – 28 de outubro, ponto facultativo (art. 236 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990);~~

X – 29 de outubro, ponto facultativo (art. 236 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990); (Alteração dada pela Portaria STJ/GP n. 325 de 5 de outubro 2021)

XI – 1º e 2 de novembro, feriados (art. 62, inc. IV, da Lei n. 5.010, de 30 de maio de 1966);

XII – 15 de novembro, feriado (art. 1º da Lei n. 10.607, de 19 de dezembro de 2002);

XIII – 8 de dezembro, feriado (art. 62, inc. IV, da Lei n. 5.010, de 30 de maio de 1966);

XIV – 25 de dezembro, feriado (art. 1º da Lei n. 10.607, de 19 de dezembro de 2002).

XV – 6 de setembro, ponto facultativo. (Incluído pela Portaria STJ/GP n. 284 de 1º de setembro de 2021)

Art. 2º Caberá aos gestores em níveis CJ-4 e CJ-3 a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro Humberto Martins

Petição Eletrônica juntada ao processo em 29/10/2021 ?s 19:31:01 pelo usu?rio: SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

BDJur Biblioteca Digital Jurídica
Este texto não substitui o publicado no Diário da Justiça Eletrônico do STJ, 12 jan. 2021.
Documento eletrônico e-Pet nº 6178680 com assinatura digital
Signatário(a): MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS CPF: 28960246034
Recebido em 29/10/2021 18:03:47

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Central do Processo Eletrônico

Petição Incidental

Autor do Documento

MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS
CPF: 28960246034 **OAB**: SP072080

Data de Recebimento do Documento no STJ

Data: 29/10/2021 **Hora**: 18:03:47

Peticionamento

SEQUENCIAL: 6176680
Processo: AREsp 1970343 (2021/0297942-1)
Tipo de Petição: AGRAVO INTERNO
Parte peticionante: BR METALS FUNDICOES LTDA

Nome do Arquivo	Tipo	Hash
26.10.2021 - Agravo 1.021 - Br Matozinhos - AREsp 1.970.343 rev FB.pdf	Petição	7B352781C43126FBDFB1B112C4138528D2104CD4
Portaria STJGP nº 2 de 11.01.2021.pdf	Outros Documentos	18953E367F7EA4315566C585D88A1250758B0011

Documento assinado eletronicamente nos termos do Art. 1º. § 2º., Inciso III, alínea “b”, da Lei 11.419/2006.

A exatidão das informações transmitidas é da exclusiva responsabilidade do peticionário (Art. 12 da Resolução STJ//GP N. 10 de 6 de outubro de 2015).

Os dados contidos na petição podem ser conferidos pela Secretaria Judiciária, que procederá sua alteração em caso de desconformidade com os documentos apresentados, ficando mantidos os registros de todos os procedimentos no sistema (Parágrafo único do Art. 12 da Resolução STJ 10/2015 de 6 de outubro de 2015)

Petição Eletrônica juntada ao processo em 29/10/2021 ?s 19:31:01 pelo usu?rio: SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AgInt no AREsp 1970343/RJ (2021/0297942-1)

PUBLICAÇÃO

Disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico/STJ, em 03/11/2021, Vista ao Agravado para Impugnação do AgInt , referente à Petição n. 2021/00972220 e considerada publicada em 04 de novembro de 2021, nos termos do artigo 4º, § 3º, da Lei 11.419/2006.

Brasília, 04 de novembro de 2021

SECRETARIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS

COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS DE DIREITO PÚBLICO

SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

Superior Tribunal de Justiça

AREsp 1970343

TERMO DE CIÊNCIA

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL intimado(a) eletronicamente em 16/11/2021 do(a) Vista Ao Agravado Para Impugnação do Agint publicado(a) no DJe em 04/11/2021.

Brasília - DF, 16 de Novembro de 2021

SECRETARIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS
COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS DE DIREITO PÚBLICO
Serviço Automático de Intimação Eletrônica

Documento eletrônico juntado ao processo em 16/11/2021 às 03:40:09 pelo usuário: SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

Superior Tribunal de Justiça

AREsp 1970343

TERMO DE CIÊNCIA

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL intimado(a) eletronicamente em 16/11/2021 do(a) Vista Ao Agravado Para Impugnação do Agint publicado(a) no DJe em 04/11/2021.

Brasília - DF, 16 de Novembro de 2021

SECRETARIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS
COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS DE DIREITO PÚBLICO
Serviço Automático de Intimação Eletrônica

Documento eletrônico juntado ao processo em 16/11/2021 às 05:13:06 pelo usuário: SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AREsp 1970343/RJ (2021/0297942-1)

CERTIDÃO

Certifico que teve início em 18/11/2021 e término em 11/02/2022 o prazo para FAZENDA NACIONAL apresentar resposta à petição n. 972220/2021 (AGRAVO INTERNO), de fls. 388.

Brasília, 14 de fevereiro de 2022.

SECRETARIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS

SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AREsp 1970343/RJ (2021/0297942-1)

CONCLUSÃO

Autos conclusos para decisão ao Exmo. Senhor Ministro **PRESIDENTE DO STJ** (Relator) com encaminhamento ao NARER.

Brasília, 14 de fevereiro de 2022.

SECRETARIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS

COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS DE DIREITO PÚBLICO

SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.970.343 - RJ (2021/0297942-1)

RELATOR	**:**	**MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	:	BR METALS FUNDICOES LTDA
ADVOGADO	:	MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS - SP072080
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL

DESPACHO

Cuida-se de agravo interposto contra decisão monocrática da Presidência.

Assim dispõe o art. 21-E, § 2º, do Regimento Interno do STJ:

> § 2º Interposto agravo interno contra a decisão do Presidente proferida no exercício das competências previstas neste artigo, os autos serão distribuídos, observado o disposto no art. 9º deste Regimento, caso não haja retratação da decisão agravada.

Não sendo, portanto, caso de retratação, determino a distribuição do agravo**.**

Brasília, 17 de fevereiro de 2022.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente

Documento eletrônico VDA31566304 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MINISTRO Presidente do STJ Assinado em: 25/02/2022 15:22:31
Código de Controle do Documento: D4E463F4-A3C3-4017-AD46-1336F98A2071

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AREsp 1970343/RJ (2021/0297942-1)

Termo de Recebimento e Autuação

Recebidos os presentes autos, foram registrados em 14/09/2021 e autuados no dia 15/09/2021 na forma abaixo:

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1970343 (2021/0297942-1 Número Único: 5014987-20.2019.4.02.5101)

Origem	: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
Localidade	: RIO DE JANEIRO / RJ
Nº na Origem	: 0091858-64.2015.4.02.5119 5011166-14.2021.4.02.0000 50111661420214020000 501116614202140200000091858642015402511 9 5014987-20.2019.4.02.5101 50149872020194025101 91858-64.2015.4.02.5119
Nºs Conexos	:
Nº de Folhas	: 404 Nº de Volumes: 1 Nº de Apensos: 0

AGRAVANTE	: BR METALS FUNDICOES LTDA
ADVOGADO	: MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS - SP072080
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL

Brasília, 04 de março de 2022.

COORDENADORIA DE ANÁLISE E CLASSIFICAÇÃO DE TEMAS JURÍDICOS E DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS

SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

Superior Tribunal de Justiça

Fls.

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 1970343 / RJ (2021/0297942-1)

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO E ENCAMINHAMENTO

Distribuição

Em 04/03/2022 o presente feito foi classificado no assunto DIREITO TRIBUTÁRIO - Dívida Ativa (Execução Fiscal) e redistribuído ao Exmo. Sr. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA.

Encaminhamento

Aos 04 de março de 2022 , vão estes autos com conclusão ao Ministro Relator.

Secretaria Judiciária

Recebido no Gabinete do Ministro HERMAN BENJAMIN em _____/_____/20_____.

_____

Documento eletrônico juntado ao processo em 04/03/2022 às 08:03:25 pelo usuário: SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AgInt no AREsp 1970343/RJ (2021/0297942-1)

Petição n. 2021/00972220

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE PAUTA

Incluído na pauta de julgamento da Sessão Virtual de Mérito da SEGUNDA TURMA de início dia 22/03/2022 às 00:00:00 e término dia 28/03/2022 às 23:59:59, disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico/STJ em 10/03/2022 e considerada publicada em 11 de março de 2022, nos termos do artigo 4º, § 3º, da Lei 11.419/2006.

Brasília, 11 de março de 2022

SEGUNDA TURMA

SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AgInt no AREsp 1970343/RJ (2021/0297942-1)

Petição n. 2021/00972220

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE PAUTA

Incluído na pauta de julgamento da Sessão Virtual de Mérito da SEGUNDA TURMA de início dia 22/03/2022 às 00:00:00 e término dia 28/03/2022 às 23:59:59, disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico/STJ em 10/03/2022 e considerada publicada em 11 de março de 2022, nos termos do artigo 4º, § 3º, da Lei 11.419/2006.

Brasília, 11 de março de 2022

SEGUNDA TURMA

SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AgInt no AREsp 1970343/RJ (2021/0297942-1)

Petição n. 2021/00972220

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE PAUTA

Incluído na pauta de julgamento da Sessão Virtual de Mérito da SEGUNDA TURMA de início dia 22/03/2022 às 00:00:00 e término dia 28/03/2022 às 23:59:59, disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico/STJ em 10/03/2022 e considerada publicada em 11 de março de 2022, nos termos do artigo 4º, § 3º, da Lei 11.419/2006.

Brasília, 11 de março de 2022

SEGUNDA TURMA

SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

Superior Tribunal de Justiça

AREsp 1970343

TERMO DE CIÊNCIA

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL intimado(a) eletronicamente em 21/03/2022 do(a) Pauta de Julgamentos publicado(a) no DJe em 11/03/2022.

Brasília - DF, 21 de Março de 2022

SECRETARIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS
SEGUNDA TURMA
Serviço Automático de Intimação Eletrônica

Documento eletrônico juntado ao processo em 21/03/2022 às 02:40:51 pelo usuário: SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

Superior Tribunal de Justiça

S.T.J.
FL. _____

AREsp 1.970.343/RJ

CERTIDÃO OFICIAL DE JUSTIÇA

Certifico que, em cumprimento ao mandado judicial nº 000179-2022-AJC-2T, INTIMEI a(o) MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, em 21/03/2022 às 16:30h, na pessoa de seu representante legal, Maria Iraneide Olinda Santoro Facchini, o(a) qual recebeu a contrafé e exarou nota de ciente em certidão própria, arquivada na Secretaria de Processamento de Feitos. Certifico ainda que o contato para a realização da diligência foi por email, e que a mudança temporária no procedimento de intimação ocorreu em virtude das restrições sociais adotadas para evitar a disseminação da Covid-19. Ante o exposto, junto a presente certidão aos autos para surtir os devidos e legais efeitos. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Brasília, 21 de março de 2022.

_____

STJ - SECRETARIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS
*Assinado por ADRIANA NEVES LAURO
OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL - S070038

Documento eletrônico juntado ao processo em 21/03/2022 às 20:22:22 pelo usuário: SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1970343 - RJ (2021/0297942-1)

RELATOR	**:**	**MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE	:	BR METALS FUNDICOES LTDA
ADVOGADO	:	MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS - SP072080
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE INADMISSÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Trata-se de Agravo Interno contra decisão que não conheceu do pedido por ausência de impugnação específica aos fundamentos do Juízo de admissibilidade. Entendeu não impugnada a Súmula 83 do STJ.

2. Em seu Agravo, a parte deixou de refutar um dos fundamentos para a inadmissão de seu recurso, qual seja, de que "a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida", fazendo incidir a súmula 83/STJ.

3. Tal circunstância atrai a aplicação do disposto no art. 932, III, do CPC, que impõe ao relator não conhecer do recurso "que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida" (EAREsp 746.775/PR, Rel. p/ acórdão Min. Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe 30.11.2018).

4. Agravo Interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Francisco Falcão, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Mauro Campbell Marques.

Brasília, 28 de março de 2022.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

Documento eletrônico VDA32076555 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MINISTRO Herman Benjamin Assinado em: 09/04/2022 19:00:59
Publicação no DJe/STJ nº 3372 de 12/04/2022. Código de Controle do Documento: d486a5f2-99c6-4cdf-89e1-c75fe4f96297

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.970.343 - RJ (2021/0297942-1)

RELATOR	**:**	**MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE	:	BR METALS FUNDICOES LTDA
ADVOGADO	:	MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS - SP072080
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL

RELATÓRIO

O EXMO. SR. MINISTRO HERMAN BENJAMIN (Relator): Trata-se de Agravo Interno contra decisão que não conheceu do pedido por ausência de impugnação específica aos fundamentos do Juízo de admissibilidade. Entendeu não impugnada a Súmula 83 do STJ.

Defende BR Metals Fundicões Ltda.:

> Trata-se originalmente de Embargos à Execução Fiscal distribuídos com o objetivo de extinguir a Dívida Ativa nº 11.496.937-0, cobrada na Execução Fiscal nº 0091858-64.2015.4.02.5119, em razão da existência de vício na constituição do débito, inconstitucionalidade da multa aplicada e ilegalidade da taxa Selic.
>
> [...]
>
> Diante disso, fora então interposto Recurso Especial, ante a ofensa ao artigo 142 da lei federal nº 5.172/66 – Código Tributário Nacional.
>
> [...]
>
> No entanto, o Ilustre Ministro Relator não conheceu do Agravo, entendendo que o recurso não teria impugnado especificamente a Súmula 83 do Superior Tribunal de Justiça.
>
> Tal decisão merece reparos, uma vez que não incide no presente caso a Súmula 83, considerando que o objeto da discussão é a afronta a lei federal, descrita no Art. 105, inciso III, "a" da Constituição Federal, e não divergência jurisprudencial.
>
> [...]
>
> Em última análise, importa considerar que a Súmula 83 é clara ao determinar que o Recurso Especial só não poderá ser aceito por divergência jurisprudencial quando houver entendimento firmado pelo Tribunal no mesmo sentido da decisão recorrida, o que não é o caso da tese discutida no presente feito.

É o **relatório.**

Documento eletrônico VDA31823585 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MINISTRO Herman Benjamin Assinado em: 21/03/2022 18:54:40
Código de Controle do Documento: E61E8203-F2FD-4EEC-A54B-3A6DC409F2DE

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.970.343 - RJ (2021/0297942-1)

RELATOR	**:**	**MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE	:	BR METALS FUNDICOES LTDA
ADVOGADO	:	MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS - SP072080
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE INADMISSÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Trata-se de Agravo Interno contra decisão que não conheceu do pedido por ausência de impugnação específica aos fundamentos do Juízo de admissibilidade. Entendeu não impugnada a Súmula 83 do STJ.

2. Em seu Agravo, a parte deixou de refutar um dos fundamentos para a inadmissão de seu recurso, qual seja, de que "a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida", fazendo incidir a súmula 83/STJ.

3. Tal circunstância atrai a aplicação do disposto no art. 932, III, do CPC, que impõe ao relator não conhecer do recurso "que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida" (EAREsp 746.775/PR, Rel. p/ acórdão Min. Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe 30.11.2018).

4. Agravo Interno não provido.

Documento eletrônico VDA31823585 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MINISTRO Herman Benjamin Assinado em: 21/03/2022 18:54:40
Código de Controle do Documento: E61E8203-F2FD-4EEC-A54B-3A6DC409F2DE

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO HERMAN BENJAMIN (Relator): Os autos foram recebidos neste Gabinete em 4 de março de 2022.

Compulsando os autos, percebe-se o acerto do Juízo presidencial. Em seu Agravo, a parte deixou de refutar um dos fundamentos para a inadmissão de seu recurso, qual seja, de que "a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida", fazendo incidir à súmula 83/STJ.

Tal circunstância atrai a aplicação do disposto no art. 932, III, do CPC, que impõe ao relator não conhecer do recurso "que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida" (EAREsp 746.775/PR, Rel. p/ acórdão Min. Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe 30.11.2018).

A parte não demonstra como a decisão recorrida mereceria resultado diverso, ou a existência de acórdão de órgão fracionário do STJ com similitude fática e jurídica, cujo teor decisório se realizou de forma divergente daquela solução apresentada. Preclusa a questão contra a qual não houve irresignação.

Sem tal demonstração, não é possível conhecer do Agravo. Sedimentou-se na jurisprudência desta Corte, com amparo na doutrina sobre o tema, o princípio da dialeticidade. Veja-se o AREsp 1.337.254/RJ, Rel. Min. Assusete Magalhães, DJe 29.8.2018.

Diante do exposto, **nego provimento ao Agravo Interno.**

É como **voto**.

Documento eletrônico VDA31823585 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MINISTRO Herman Benjamin Assinado em: 21/03/2022 18:54:40
Código de Controle do Documento: E61E8203-F2FD-4EEC-A54B-3A6DC409F2DE

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TERMO DE JULGAMENTO
SEGUNDA TURMA

AgInt no AREsp 1.970.343 / RJ

Número Registro: 2021/0297942-1 **PROCESSO ELETRÔNICO**

Número de Origem:
0091858-64.2015.4.02.5119 5011166-14.2021.4.02.0000 50111661420214020000 50111661420214020000091858642015402511 9 5014987-20.2019.4.02.5101 50149872020194025101 91858-64.2015.4.02.5119

Sessão Virtual de 22/03/2022 a 28/03/2022

Relator do AgInt
Exmo. Sr. Ministro HERMAN BENJAMIN

Presidente da Sessão
Exmo. Sr. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES

AUTUAÇÃO

AGRAVANTE	:	BR METALS FUNDICOES LTDA
ADVOGADO	:	MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS - SP072080
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO	:	DIREITO TRIBUTÁRIO - DÍVIDA ATIVA (EXECUÇÃO FISCAL)

AGRAVO INTERNO

AGRAVANTE	:	BR METALS FUNDICOES LTDA
ADVOGADO	:	MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS - SP072080
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL

TERMO

A SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, decidiu negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Francisco Falcão, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Mauro Campbell Marques.

Brasília, 29 de março de 2022

Documento eletrônico VDA31927604 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS Assinado em: 29/03/2022 15:14:11
Código de Controle do Documento: 687d15e1-c598-4565-8ebc-c648d2e32b35

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AgInt no AREsp 1970343/RJ (2021/0297942-1)

PUBLICAÇÃO

Disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico/STJ, em 11/04/2022, EMENTA / ACORDÃO de fls. 411 e considerado publicado em 12 de abril de 2022, nos termos do artigo 4º, § 3º, da Lei 11.419/2006.

Brasília, 12 de abril de 2022

SECRETARIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS

SEGUNDA TURMA

SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

Superior Tribunal de Justiça

AREsp 1970343

TERMO DE CIÊNCIA

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL intimado(a) eletronicamente em 22/04/2022 do(a) Ementa / Acordão de fl.(s) 411 publicado(a) no DJe em 12/04/2022.

Brasília - DF, 22 de Abril de 2022

SECRETARIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS
COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS DE DIREITO PÚBLICO
Serviço Automático de Intimação Eletrônica

Documento eletrônico juntado ao processo em 22/04/2022 às 01:35:23 pelo usuário: SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

Superior Tribunal de Justiça

AREsp 1970343

TERMO DE CIÊNCIA

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL intimado(a) eletronicamente em 22/04/2022 do(a) Ementa / Acordão de fl.(s) 411 publicado(a) no DJe em 12/04/2022.

Brasília - DF, 22 de Abril de 2022

SECRETARIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS
COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS DE DIREITO PÚBLICO
Serviço Automático de Intimação Eletrônica

Documento eletrônico juntado ao processo em 22/04/2022 às 01:50:58 pelo usuário: SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AREsp 1970343/RJ (2021/0297942-1)

CERTIDÃO DE TRÂNSITO E TERMO DE BAIXA

ACÓRDÃO de fls. 411: transitou em julgado no dia 10 de maio de 2022.

Autos baixados à(o) TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO.

Brasília, 10 de maio de 2022.

SECRETARIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS

COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS DE DIREITO PÚBLICO

SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 87

Evento:

CANCELADA_A_MOVIMENTACAO_PROCESSUAL_____EVENTO_86___JUNTADA_DE_CERTIDAO___T

Data:
25/05/2022 17:03:54

Usuário:
JRJ12495 - CLAUDIO MARCUS DE MELO - DIRETOR DE SECRETARIA

Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ

Sequência Evento:
87

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 88

Evento:
LEVANTAMENTO_DA_SUSPENSAO_OU_DESSOBRESTAMENTO
Data:
25/05/2022 17:10:16
Usuário:
JRJ12495 - CLAUDIO MARCUS DE MELO - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
88

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 89

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO
Data:
25/05/2022 17:10:34
Usuário:
JRJ12495 - CLAUDIO MARCUS DE MELO - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
89

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 90

Evento:
DETERMINADA_A_INTIMACAO
Data:
27/05/2022 16:43:33
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
90

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: BR MATOZINHOS FUNDICOES LTDA. EM RECUPERACAO JUDICIAL

DESPACHO/DECISÃO

Eis o trânsito em julgado do r. Acórdão exarado pelo C. STJ nos autos dos Embargos à Execução 50149872020194025101, ao(à) Exequente para manifestar o prosseguimento pretendido à execução em face do que consta nos autos, ciente de que, no caso de se requerer qualquer medida constritiva, deverá informar, no texto de sua petição, o montante correspondente ao somatório atualizado da(s) inscrição(ões) constante(s) da(s) CDA(s) objeto desta execução, sob pena de se adotar o último valor informado nos autos. Prazo: 5 (cinco) dias.

Nada vindo, a execução estará suspensa por um ano e, após, será automaticamente arquivada por mais cinco, na forma do artigo 40 da Lei n. 6.830/80, **do que a Exequente já fica ciente por esta**.

Decorrido o prazo de arquivamento, reabra-se vista à Exequente, por 5 (cinco) dias, e retornem conclusos.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510007826554v2** e do código CRC **2aba86b9**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 27/5/2022, às 16:43:33

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 91

Evento:
INTIMACAO_ELETRONICA___EXPEDIDA_CERTIFICADA
Data:
27/05/2022 16:43:34
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
91
Executado:
BR MATOZINHOS FUNDICOES LTDA.
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
31/05/2022 00:00:00
Data Final:
06/06/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 92

Evento:
INTIMACAO_ELETRONICA___EXPEDIDA_CERTIFICADA
Data:
27/05/2022 16:43:34
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
92
Exequente:
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
07/06/2022 00:00:00
Data Final:
13/06/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
ANDREA BORGES ARAUJO

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 93

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__91
Data:
30/05/2022 06:08:06
Usuário:
SP072080 - MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS - ADVOGADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
93

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 94

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__92
Data:
06/06/2022 23:59:59
Usuário:
SECJF - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
94

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 95

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__91
Data:
07/06/2022 02:11:33
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
95

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 96

Evento:
PETICAO___REFER__AO_EVENTO__92
Data:
10/06/2022 16:36:25
Usuário:
P1585485 - CARLOS CORTES VIEIRA LOPES - PROCURADOR
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
96

Processo n. 0091858-64.2015.402.5119

MM JUIZ FEDERAL

A UNIÃO - FAZENDA NACIONAL vem a presença de V. Exa. requerer a expedição de mandado de reavaliação do imóvel penhorado com posterior designação de data para leilão do referido imóvel.
Pede deferimento.
RJ, 10/06/2022.

CARLOS CORTES VIEIRA LOPES
Procurador da Fazenda Nacional

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 97

Evento:
PETICAO
Data:
01/07/2022 16:08:46
Usuário:
SP072080 - MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS - ADVOGADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
97

MARCOS MARTINS
ADVOGADOS

AO JUÍZO DA6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO/RJ

Execução Fiscal nº 0091858-64.2015.4.02.5119

BR MATOZINHOS FUNDIÇÕES LTDA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seu advogado que a presente subscreve, suportada pelos fatos e fundamentos jurídicos adiante deduzidos, para expor e requerer o quanto segue.

A executada, em conjunto com outras empresas do mesmo grupo econômico, está em recuperação judicial desde 2014, conforme processo que tramita perante a 5ª Vara Cível da Comarca de Jundiaí/SP sob nº 1037066-03.2014.8.26.0100 (**documento 1**).

É cediço que as execuções fiscais não se suspendem pela concessão da recuperação judicial, todavia, no intuito de viabilizar o soerguimento das empresas, o legislador previu que cabe ao juízo universal determinar a substituição de constrições que recaiam sobre bens essenciais à manutenção da atividade empresarial da recuperanda, conforme art. 6º, §7-B da Lei nº 11.101/05:

> Art. 6º [...]
>
> § 7º-B. O disposto nos incisos I, II e III do caput deste artigo não se aplica às execuções fiscais, admitida, todavia, a competência do juízo da recuperação judicial para determinar a substituição dos atos de constrição que recaiam sobre bens de capital essenciais à manutenção da atividade empresarial até o encerramento da recuperação judicial, a qual será implementada mediante a cooperação jurisdicional, na forma do art. 69 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), observado o disposto no art. 805 do referido Código. (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)

Essa recente determinação legal veio por um fim à uma longa discussão judicial sobre a competência do juízo das execuções fiscais para penhorar bens de devedores em recuperação judicial, conferindo ao juízo recuperacional a possibilidade de avaliar a essencialidade do bem penhorado para o cumprimento do plano.

Em outras palavras, cabe ao juízo da recuperação judicial a análise final quanto à possibilidade de constrição de determinado bem. Nesse sentido, a recente jurisprudência do STJ:

> PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA. SUBMISSÃO DO ATO AO JUÍZO UNIVERSAL. ART. 6º, § 7º-B, da LEI N. 11.101/05. POSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE CONFLITO. DECISÃO MANTIDA.
> **1. O art. 6º, § 7º-B, da Lei n. 11.101/05 não alterou o entendimento desta Corte Superior, fundado no princípio da preservação da empresa, de competir ao Juízo da recuperação a análise dos atos constritivos e expropriatórios contra o patrimônio da sociedade**. Entretanto, permitiu que o Juízo da execução fiscal ordenasse o ato, **deixando a análise final a cargo do Juízo da recuperação.**
> […]

(AgInt no CC 182.741/SC, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 15/02/2022, DJe 18/02/2022)

Na presente execução fiscal foi formalizada a penhora sobre o imóvel matriculado sob nº 1.578 junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Barra do Piraí/RJ e recentemente a Exequente requereu a reavaliação do bem para fins de leilão (**petição do Evento 96**).

Referido imóvel está arrolado dentre os ativos das recuperandas no âmbito do processo de recuperação judicial.

Nesse contexto, em homenagem ao princípio da boa-fé processual e visando evitar a prática de atos inúteis pelas partes e o dispêndio desnecessário de recursos, a Executada informa que o imóvel em questão, atualmente, é essencial ao cumprimento do plano de recuperação judicial, não havendo, no patrimônio das recuperandas bens passíveis de penhora.

Em mais de uma oportunidade o juízo da recuperação judicial informou essa situação quando instado a se manifestar por provocação de juízos onde tramitam executivos fiscais. A título exemplificativo a Executada junta à presente dois ofícios expedidos pela 5ª Vara Cível de Jundiaí nos quais o juízo universal informa não haver no patrimônio das recuperandas bens que não sejam essenciais ao cumprimento do plano (**documento 2**).

Isso não significa que o fisco deixará de receber seus créditos. A executada vem envidando esforços para equilibrar os interesses de todas as classes de credores e equalizar, dentro de sua capacidade financeira, seu passivo tributário.

Recentemente houve a adesão à uma transação tributária pela Executada, na qual foi quitada uma dívida de mais de R$ 36 milhões (**documento 3**), bem como a co-executada BR Matozinhos Fundições quitou um parcelamento fiscal de valor superior a R$ 1 milhão (**documento 4**).

Essas medidas visam conciliar os interesses dos credores com o princípio da preservação da empresa, e o próprio juízo da recuperação judicial já reconheceu os esforços da Executada e das demais recuperandas em solver o seu passivo fiscal, conforme decisão proferida em 13/02/2022 (**documento 5**):

> [...] anote-se os pedidos de reserva enviados pelos Juízos Federais, nos quais tramitam execuções fiscais (p. 49.193 e 49.613), para controle das Recuperandas. Possibilidade de pagamento oportuno, caso haja ativo remanescente ou na hipótese de conversão da recuperação judicial em falência.
>
> **Não é demais lembrar, no entanto, que as Recuperandas têm adotado providências para quitar o passivo extraconcursal, inclusive o fiscal, destinando para tal finalidade, sem prejudicar o pagamento dos credores concursais.**

Diante desse cenário de inexistência de bens penhoráveis e necessidade de preservação da empresa, os juízos onde tramitam os executivos fiscais da Exectuada vêm adotando a postura de requerer a reserva do crédito fiscal nos autos da recuperação judicial, conforme se verifica, a título exemplificativo, da decisão recente proferida nos autos do processo nº 0000754-25.2014.4.02.5119, da 5ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro (**documento 6**).

Essa medida atende aos interesses do fisco e do contribuinte, possibilitando o pagamento dos créditos fiscais sem comprometer a possibilidade de recuperação da empresa e manutenção da sua função social.

Em face do exposto, requer:

a) Seja indeferido o pedido da Exequente de reavaliação do imóvel matriculado sob nº 1.578 junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Barra do Piraí/RJ para fins de leilão e determinado o imediado levantamento da penhora que recai sobre o bem;

b) Seja determinado o encaminhamento de ofício ao Juízo à 5ª Vara Cível da Comarca de Jundiaí/SP, onde tramitam os autos da Recuperação Judicial nº 1037066-03.2014.8.26.0100, para solicitar a reserva de crédito no limite suficiente à satisfação da dívida exequenda;

c) Seja suspensa a execução até que haja disponibilidade financeira para quitação do crédito tributário nos autos do recuperação judicial.

Termos em que,
Pede deferimento.

São Paulo/SP, 01 de julho de 2022.

Marcos Martins da Costa Santos
OAB/SP nº 72.080

DOCUMENTO 1

e-SAJ | Consulta de Processos do 1ºGrau

Visualizar autos | Peticionar

1037066-03.2014.8.26.0100 Tramitação prioritária

Classe
Recuperação Judicial

Assunto
Liquidação

Foro
Foro de Jundiaí

Vara
5ª Vara Cível

Juiz
FABIO EVANGELISTA DE MOURA

Mais

PARTES DO PROCESSO

Reqte	SIFCO S/A Advogado: Adnan Abdel Kader Salem Advogado: Marcos Martins da Costa Santos
Reqte	BR METALS FUNDIÇÕES LTDA. Advogado: Marcos Martins da Costa Santos
Reqte	TUBRASIL SIFCO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A Advogado: Marcos Martins da Costa Santos
Reqte	ALUJET INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA. Advogado: Marcos Martins da Costa Santos
Reqte	NIC NET ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. Advogado: Marcos Martins da Costa Santos
Credor	Banco do Nordeste do Brasil S/A Advogado: Ulysses Moreira Formiga Advogado: Wellington Marcio Kublisckas
Credor	White Martins Gases Industriais Ltda Advogado: Jorge Antonio Dantas Silva
Credor	Ipiranga Produtos de Petróleo S/A Advogado: Fábio Gindler de Oliveira Advogado: Paulo Augusto Rolim de Moura
Credor	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A Advogado: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO Advogado: Hugo Filardi Pereira Advogado: Gustavo Antonio Feres Paixão
Credor	Spill Prevention Serviços de Qualificação de Mao de Obra Ltda Advogada: Sabrina Bulgarelli dos Santos
Credor	Amil - Assistencia Medica Internacional Ltda Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes Soc. Advogados: Siqueira Castro Advogados Advogado: Sergio Machado Terra
Credor	Intereng Automacao Industrial Ltda Advogado: Rodrigo Arantes de Magalhães Advogada: Fabiana Machado Furlan Lorenzato
Credor	KENNAMETAL DO BRASIL LTDA Advogado: Marcio de Souza Polto Advogada: Silvana Benincasa de Campos
Credor	USICOMP - USINAGEM E INDUSTRIA DE PEÇAS LTDA Advogado: Jose Eduardo de Souza
Credor	PROMAT INDÚSTRIA A COMÉRCIO LTDA Advogado: Roberto Grejo
Credor	STAHL TALHAS EQUIPAMENTOS DE MOVIMENTAÇÃO LTDA

DOCUMENTO 2



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE JUNDIAÍ / SP
FORO DE JUNDIAÍ
5ª VARA CÍVEL
Largo São Bento, s/nº, ., Centro - CEP 13201-035, Fone: (11) 4586-8111, Jundiaí-SP - E-mail: jundiai5cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

OFÍCIO Processo Digital

Processo Digital n°:	**1037066-03.2014.8.26.0100**
Classe – Assunto:	**Recuperação Judicial - Liquidação**
Requerente:	**SIFCO S/A e outros**
Tipo Completo da Parte Passiva Principal:	**Nome da Parte Passiva Principal << Informação indisponível >>**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Tramitação prioritária

Jundiaí, 14 de fevereiro de 2022.

Exma. Sra. Juíza,

Pelo presente, em atendimento ao vosso ofício nº 510007039777, referente ao processo de execução fiscal nº 0000056-53.2013.4.02.5119, informo que o pedido de reserva no valor de R$ 5.591.953,36 (Cinco milhões, quinhentos e noventa e um mil, novecentos e cinquenta e três reais e trinta e seis centavos) foi anotado nos autos da recuperação judicial, para pagamento oportuno, assim que o ativo permitir, depois de quitadas as obrigações do plano de recuperação judicial, não havendo, momentaneamente, no patrimônio das Recuperandas, bens passíveis de penhora que não sejam essenciais e indispensáveis à continuidade regular de suas atividades para cumprimento do Plano de Recuperação Judicial.

Para **processos digitais**, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (jundiai5cv@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

Atenciosamente.

Juiz de Direito: **Dr. FABIO EVANGELISTA DE MOURA**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Ao MM. Juízo Federal da 3ª Vara das Execuções Fiscais do Rio de Janeiro/RJ
e-mail : 03vfef@jfrj.jus.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por FABIO EVANGELISTA DE MOURA. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1037066-03.2014.8.26.0100 e o código 92692EA.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE JUNDIAÍ / SP
FORO DE JUNDIAÍ
5ª VARA CÍVEL
Largo São Bento, s/nº, ., Centro - CEP 13201-035, Fone: (11) 4586-8111, Jundiaí-SP - E-mail: jundiai5cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

OFÍCIO Processo Digital

Processo Digital n°:	**1037066-03.2014.8.26.0100**
Classe – Assunto:	**Recuperação Judicial - Liquidação**
Requerente:	**SIFCO S/A e outros**
Tipo Completo da Parte Passiva Principal:	**Nome da Parte Passiva Principal << Informação indisponível >>**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Tramitação prioritária

Jundiaí, 14 de fevereiro de 2022.

Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) :

Pelo presente, em atendimento ao vosso ofício nº 510006573839, referente aos autos da Execução Fiscal nº 0000754-25.2014.4.02.5119, informo que o pedido de reserva no valor de R$ 2.454.241,25 (Dois milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e quarenta e um reais e vinte e cinco centavos) foi anotado nos autos da recuperação judicial, para pagamento oportuno, depois de quitadas as obrigações do plano de recuperação judicial, não havendo, momentaneamente, no patrimônio das Recuperandas, bens passíveis de penhora que não sejam essenciais e indispensáveis à continuidade regular de suas atividades para cumprimento do Plano de Recuperação Judicial.

Para **processos digitais**, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (jundiai5cv@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

Atenciosamente.

Juiz de Direito: **Dr. FABIO EVANGELISTA DE MOURA**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Ao MM. Juízo Federal da 5ª Vara das Execuções Fiscais do Rio de Janeiro/RJ
e-mail: 05vfef@jfrj.jus.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por FABIO EVANGELISTA DE MOURA. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1037066-03.2014.8.26.0100 e o código 9268FC5.

DOCUMENTO 3

PGFN Sistema de Parcelamentos e outras Negociações

Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

Usuário: 60.499.605/0001-09 - SIFCO S.A

Sessão: 19:42
Data e Hora de login: 17/05/2022 16:42:27
Produção - 1.28.0 (BUILD 14)

Consulta Adesão Migração Emissão de Documento Débito automático Declaração de Receita/Rendimento Sair

CONSULTA DE NEGOCIAÇÕES

Informações Gerais

Número da Negociação:	**5494499**	Nome Contribuinte	**SIFCO S. A. EM RECUPERACAO JUDICIAL**	Negociação:	**0028 - TRANSACAO EXCEPCIONAL - DEBITOS PREVIDENCIARIOS**	Data da Consolidação:	**17/12/2021**
Data da Adesão:	**17/12/2021 - 19:00**	CPF/CNPJ Contribuinte:	**60.499.605/0001-09**	Modalidade:	**0010 - DEMAIS PESSOAS JURIDICAS - ATE 60 MESES - REDUCAO TOTAL ATE 45%**	Nº do recibo:	**00000000211700121933**
Situação:	**ENCERRADA POR LIQUIDACAO**	Principal:	**16.611.732,52**	Tipo de Negociação:	**Acordo de Transação**	Data do Deferimento:	**30/12/2021**
Data da Situação:	**26/02/2022**	Multa:	**682.895,38**	Data Liquidação Neg.:	-	Data Recurso Optante:	-
Quantidade de Prestações:	**60**	Juros:	**2.139.385,95**	Data Comunicação ao Optante:	-	Data Envio Comunicação:	-
Optante de débito automático:	**Não**	Encargos/Honorários:	**1.247.351,74**	Data da Rescisão:	-	Data da Inadimplência:	-
		Honorários:	**0,00**	Impedimento da Rescisão:	**Não**	Data da validação:	-
		Valor Consolidado:	**20.681.365,60**	Impedimento da Liquidação:	**Não**		
		Saldo Devedor sem Juros:	**0,27**				
		Saldo Devedor com Juros:	**0,27**				

Pagamentos

	Data	Tipo	Número	Principal	Multa	Juros	Encargos/Honorários	Total
	28/12/2021	Documento de Arrecadação	7172135118947600	55.372,43	11.074,48	34.694,35	20.228,25	121.369,51
	25/02/2022	Documento de Arrecadação	7172204836174934	16.842.784,90	683.443,38	2.141.102,75	1.248.352,70	20.915.683,73

Débitos

Item	Inscrição	Contribuinte (CPF/CNPJ)	Incluído em	Código Receita	Consolidado em	Principal	Multa	Juros	Encargos/Honorários	Valor Total
1	80 4 19 214134	60.499.605/0001-09	17/12/2021 - 19:00	4380	17/12/2021	16.611.732,54	3.322.346,11	10.408.300,58	6.068.475,84	36.410.855,07

Dados da Capacidade de Pagamento

Créditos Informados

Ocorrências

Prestações

Retornar

PGFN - Todos os direitos reservados
Esplanada dos Ministérios - Bloco "P" - 8º andar - CEP: 70.048-900 Brasília/DF

DOCUMENTO 4

Ministério da Fazenda

Receita Federal

Parâmetros Informados

CNPJ: 19.811.058/0001-43
Contribuinte: BR MATOZINHOS FUNDICOES LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL
Data de Arrecadação: 25/02/2022 a 25/02/2022
Tipo do Documento: Todos
Código de Receita: Todos
Faixa de Valores: Todos

Observação: A relação abaixo não serve como comprovante de arrecadação.

Arrecadações Selecionadas

Tipo	Data de Arrecadação	Data de Vencimento	Período de Apuração	Código de Receita	Número do Documento	Valor Total
DARF	25/02/2022	25/02/2022	25/02/2022	1136	10100107262002466	2.440,64
DARF	25/02/2022	25/02/2022	25/02/2022	1136	10100107262002469	75.662,46
DARF	25/02/2022	25/02/2022	25/02/2022	1194	10100107262002468	33.002,57
DARF	25/02/2022	25/02/2022	25/02/2022	1194	10100107262002470	915.816,61

DOCUMENTO 5



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE JUNDIAÍ / SP
FORO DE JUNDIAÍ
5ª VARA CÍVEL
Largo São Bento, s/nº, ., Centro - CEP 13201-035, Fone: (11) 4586-8111, Jundiaí-SP - E-mail: jundiai5cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**1037066-03.2014.8.26.0100**
Classe - Assunto	**Recuperação Judicial - Liquidação**
Requerente:	**SIFCO S/A e outros**
Tipo Completo da Parte Passiva Principal << Informação indisponível >>:	**Nome da Parte Passiva Principal << Informação indisponível >>**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **FABIO EVANGELISTA DE MOURA**

Vistos.

I – P. 49.372-49.381:

1. Providencie a Serventia a emissão e juntada de extratos bancários das contas judiciais vinculadas a este processo, a fim de permitir a análise e orientação das Recuperandas quanto à destinação dos créditos.

2. Comprove o credor José de Moraes a regular distribuição do incidente de habilitação de crédito e o atual estágio do procedimento.

3. No procedimento da Recuperação Judicial o pedido para **reserva de crédito** só tem pertinência para assegurar o direito de voto, na Assembleia Geral de Credores, ao credor trabalhista cujo crédito ainda pende de apuração em demanda individual. Inteligência dos arts. 6º, §3º, 10, §1º e 39, da Lei nº 11.101/2005.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FABIO EVANGELISTA DE MOURA, liberado nos autos em 13/02/2022 às 15:03 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1037066-03.2014.8.26.0100 e código 921906E.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE JUNDIAÍ / SP
FORO DE JUNDIAÍ
5ª VARA CÍVEL
Largo São Bento, s/nº, ., Centro - CEP 13201-035, Fone: (11) 4586-8111, Jundiaí-SP - E-mail: jundiai5cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

Diferentemente do procedimento falimentar, em que a reserva visa impedir que o credor perca o direito a eventuais rateios, na recuperação judicial não se permite o depósito judicial ou em conta separada, pois os credores da recuperação judicial se sujeitam ao recebimento de seus créditos em conformidade com o plano de recuperação judicial.

Entender contrariamente significaria indevida ingerência e restrição às Recuperandas, que não poderiam utilizar o referido montante para o desenvolvimento regular de suas atividades.

Sobre o tema, **Marcelo Barbosa Sacramone** esclarece que *"Enquanto na falência a reserva é realizada para que o credor, que aguarda ainda a liquidação de seu crédito, não perca o direito aos rateios eventualmente realizados antes de sua habilitação, na recuperação judicial, por seu turno, o pagamento é realizado pela própria recuperanda. Ainda que fosse determinado que ela reservasse o montante, o valor somente seria pago por ocasião da liquidação do crédito e, antes desse pagamento, poderia ocorrer a decretação da falência, com a arrecadação do referido valor reservado para a satisfação de credores privilegiados ao que pretendeu a reserva. Logo, somente há utilidade ao pedido de reserva em face do devedor em recuperação judicial na hipótese de crédito trabalhista"* **(Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência", 2ª edição - 2021, editora Saraiva, p. 109-110).**

Em suma, o pedido de reserva de crédito formulado por credor fiscal, nos autos do processo de recuperação judicial, somente pode ser recebido para fins de mera anotação e controle das Recuperandas, sem interferência, a priori, no ativo utilizado para cumprimento do plano de RJ. Nesse sentido, anote-se os pedidos de reserva enviados pelos Juízos Federais, nos quais tramitam execuções fiscais **(p. 49.193 e 49.613)**, para controle das Recuperandas. Possibilidade de pagamento oportuno, caso haja ativo remanescente ou na hipótese de conversão da recuperação judicial em falência.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FABIO EVANGELISTA DE MOURA, liberado nos autos em 13/02/2022 às 15:03 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1037066-03.2014.8.26.0100 e código 921906E.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE JUNDIAÍ / SP
FORO DE JUNDIAÍ
5ª VARA CÍVEL
Largo São Bento, s/nº, ., Centro - CEP 13201-035, Fone: (11) 4586-8111, Jundiaí-SP - E-mail: jundiai5cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

Não é demais lembrar, no entanto, que as Recuperandas têm adotado providências para quitar o passivo extraconcursal, inclusive o fiscal, destinando para tal finalidade, sem prejudicar o pagamento dos credores concursais.

Oficie-se aos juízos solicitantes **(p. 49.193 e 49.613)**, informando que os pedidos de reserva foram anotados nos autos da recuperação judicial, sendo que os pagamentos ocorrerão oportunamente, depois de quitadas as obrigações do plano de recuperação judicial, não havendo, no momento, no patrimônio das Recuperandas, bens passíveis de penhora que não sejam essenciais e indispensáveis à continuidade regular de suas atividades para cumprimento do Plano de Recuperação Judicial.

4. Ciência às companhias de energia elétrica – Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL paulista) e Companhia Piratininga de Força e Luz (CPFL Piratininga) dos esclarecimentos prestados pelas Recuperandas **(p. 49.375-49.379)**.

5. Dê-se ciência ao Administrador Judicial sobre as informações das Recuperandas quanto à remessa de documentos contábeis para cumprimento do disposto no art. 22, II, "c", da Lei 11.101/05 **(p. 49.380-49.381).**

II – P. 49.384-49.387:

6. Diante das razões declinadas pelas Recuperandas, que vão de encontro aos interesses do PRJ, notadamente por adotar medidas negociais que propiciem considerável redução do passivo **(p. 49.388-49.392)** – medida que favorece toda a comunidade de credores -, **defiro** a expedição de mandado de levantamento no valor de R$ 660.000,00, tirado do crédito depositado pela 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro – RJ, para quitação de crédito extraconcursal do Banco IBM. Aguarde-se comprovação da extinção da obrigação pelo pagamento no prazo de 30 dias, a contar da data do efetivo levantamento do numerário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FABIO EVANGELISTA DE MOURA, liberado nos autos em 13/02/2022 às 15:03 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1037066-03.2014.8.26.0100 e código 921906E.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE JUNDIAÍ / SP
FORO DE JUNDIAÍ
5ª VARA CÍVEL
Largo São Bento, s/nº, ., Centro - CEP 13201-035, Fone: (11) 4586-8111, Jundiaí-SP - E-mail: jundiai5cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

III – P. 49.393-49.397:

7. Manifestem-se as Recuperandas, em 10 dias, sobre o pronunciamento do Administrador Judicial de p. 49.396, item "3".

8. Defiro a expedição de mandado de levantamento, **com urgência**, em favor das Recuperandas, no valor de R$ 1.831.827,31, para pagamento da 19ª parcela do plano (MLE juntado às p. 49.340).

IV – P. 49.410-49.411:

9. Ao Administrado Judicial para providências, sem olvidar que incumbe ao credor sujeito ao PRJ disponibilizar os dados necessários para depósito dos créditos diretamente no e-mail das Recuperandas, já divulgado inúmeras vezes nestes autos.

V – P. 49.423-49.435:

10. Ciência às Recuperandas sobre o requerimento e documentos juntados por China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A., adotando as providências cabíveis. Manifeste-se o Administrador Judicial sobre o requerimento de p. 49.425, "d".

VI – P. 49.436:

11. Defiro. Providencie a Serventia o descadastramento como requerido.

VII – P. 49.437-49.445:

12. O imóvel penhorado (matrícula 56.959) nos autos da execução fiscal nº 0011065-28.2014.03.6128, que tramita perante a 1ª Vara Federal de Jundiaí/SP, se constitui em **bem essencial**, visto que objeto de arrendamento (uma das condições específicas do

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FABIO EVANGELISTA DE MOURA, liberado nos autos em 13/02/2022 às 15:03 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1037066-03.2014.8.26.0100 e código 921906E.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE JUNDIAÍ / SP
FORO DE JUNDIAÍ
5ª VARA CÍVEL
Largo São Bento, s/nº, ., Centro - CEP 13201-035, Fone: (11) 4586-8111, Jundiaí-SP - E-mail: jundiai5cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

PRJ aprovado em AGC e homologado judicialmente), cujo produto vem sendo utilizado integralmente para cumprimento do PRJ. Esse imóvel e a renda dele proveniente são absolutamente indispensáveis para que não se incorra na inexecução do PRJ e para que não haja a interrupção da atividade empresarial das Recuperandas.

Destarte, considerando que incumbe ao Juízo recuperacional decidir sobre a suspensão de atos de constrição que recaiam sobre bens de capital essenciais à manutenção da atividade empresarial, **oficie-se, com urgência,** àquele Juízo, por força de cooperação jurisdicional, (art. 6º, §7º-B, da Lei 11.101/2005), solicitando o imediato cancelamento dos leilões judiciais já designados, bem como o levantamento da penhora que recai sobre o imóvel acima referido.

VIII – P. 49.589:

13. Atendam as Recuperandas.

IX – P. 49.590-49.594:

14. Pelos fundamentos apresentados e sendo do interesse da massa de credores da Recuperação Judicial, **defiro** a alienação do ativo inoperante constituído de equipamentos acessórios pelo valor indicado de R$ 280.000,00 **(p. 49.591-49.592) -** valor esse que deverá ser integralmente revertido para pagamento dos credores do PRJ.

Prestação de contas no prazo de 30 dias contados da data da efetiva alienação.

Sem prejuízo, observe-se o procedimento previsto no art. 66, §1º, I e II, da Lei nº 11.101/2005, na redação dada pela Lei nº 14.112/2020.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FABIO EVANGELISTA DE MOURA, liberado nos autos em 13/02/2022 às 15:03 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1037066-03.2014.8.26.0100 e código 921906E.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE JUNDIAÍ / SP
FORO DE JUNDIAÍ
5ª VARA CÍVEL
Largo São Bento, s/nº, ., Centro - CEP 13201-035, Fone: (11) 4586-8111, Jundiaí-SP - E-mail: jundiai5cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

X – P. 49.597-49.599:

15. Comprovada a transferência a este Juízo do valor de R$ 11.436.270,30 **(p. 49.608-49.612)**, oriundo do processo 0012151-77.2010.4.02.5101, em curso perante a da 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro/RJ, defiro os requerimentos feitos pela Recuperandas **(p. 49.344/49.347),** respeitado o percentual deferido destinado ao pagamento do passivo fiscal **(p. 48.988/48.990).**

XI – P. 49.601-49.605:

16. Manifestem-se o Administrador Judicial e o Ministério Público, no prazo sucessivo de 10 dias. Após, renove-se a conclusão.

Int.

Jundiaí, 09 de fevereiro de 2022.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FABIO EVANGELISTA DE MOURA, liberado nos autos em 13/02/2022 às 15:03 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1037066-03.2014.8.26.0100 e código 921906E.

DOCUMENTO 6

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
5ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Avenida Venezuela, 134, bloco B/6º andar - Bairro: Saúde - CEP: 20081-312 - Fone: (21)3218-7653 - https://www.jfrj.jus.br - Email: 05vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0000754-25.2014.4.02.5119/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: BR MATOZINHOS FUNDICOES LTDA. EM RECUPERACAO JUDICIAL

DESPACHO/DECISÃO

Trata-se de Execução Fiscal movida em face de pessoa jurídica em recuperação judicial - procedimento contencioso de natureza contratual que busca evitar a cessação das atividades da empresa, preservando-a.

Sobre o tema, necessário ressaltar, inicialmente, que a jurisprudência da 2ª Seção do STJ, mesmo após a alteração da Lei n.º 11.101/2005 através da redação dada pela Lei 14.112/2020, tem se mantido nos seguintes termos:

> *"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AGRAVO INTERNO. EXECUÇÃO FISCAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRÁTICA DE ATOS EXECUTÓRIOS CONTRA O PATRIMÔNIO DA RECUPERANDA. LEI N. 13.043/2014. MANUTENÇÃO DO ENTENDIMENTO DA SEGUNDA SEÇÃO. 1. As causas em que figurem como parte ou assistente ente federal relacionado no inciso I, do art. 109, da Constituição Federal, são da competência absoluta da Justiça Federal ou de Juízo investido de jurisdição federal, não se sujeitando os créditos tributários federais à deliberação da assembleia de credores à qual submetido o plano homologado pelo juiz estadual. 2. Contudo, conquanto o prosseguimento da execução fiscal e eventuais embargos, na forma do art. 6º, § 7º, da Lei 11.101/2005, deva se dar perante o juízo federal competente - ao qual caberão todos os atos processuais, inclusive a ordem de citação e penhora -, o controle sobre atos constritivos contra o patrimônio da recuperanda é de competência do Juízo da recuperação judicial, tendo em vista o princípio basilar da preservação da empresa. Precedentes. 3. Com efeito, a Segunda Seção possui firme o entendimento de que embora a execução fiscal não se suspenda, os atos de constrição e de alienação de bens voltados contra o patrimônio social das sociedades empresárias submetem-se ao juízo universal, em homenagem ao princípio da conservação da empresa. 4. A edição da Lei n. 13.304/2014, que instituiu o parcelamento especial em favor das empresas em recuperação judicial - benefício que, em tese, teria o condão de suspender a exigibilidade do crédito tributário da sociedade recuperanda - não alterou o entendimento pacificado na Segunda Seção sobre o tema. (AgRg no CC 136.130/SP, Rel. Ministro Raul Araújo, Rel. p/ Acórdão Ministro Antonio Carlos Ferreira, Segunda Seção, julgado em 13/05/2015, DJe 22/06/2015). 5. Agravo interno não provido." (AgInt no CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 159.771 - PE (2018/0179339-3) -RELATOR: MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO - 30/03/2021)*

E, também:

> *"AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXECUÇÃO FISCAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO RECUPERACIONAL PARA TODOS OS ATOS QUE IMPLIQUEM RESTRIÇÃO PATRIMONIAL. 1. "Compete à SEGUNDA SEÇÃO processar e julgar conflito de competência entre o juízo da recuperação judicial e o da execução fiscal, seja pelo critério da especialidade, seja pela necessidade de evitar julgamentos díspares e a consequente insegurança jurídica" (AgRg no CC 120.432/SP, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 19/12/2016) 2. A edição da Lei 13.043/2014, por si só, não altera o entendimento jurisprudencial pacificado no sentido de que compete ao juízo universal apreciar atos constritivos praticados contra o patrimônio de empresa recuperanda, ainda que oriundos de execuções fiscais. Precedentes. 3. A jurisprudência desta Corte tem perfilhado entendimento segundo o qual, embora as execuções fiscais não se suspendam com o deferimento da falência, os atos de execução dos créditos individuais e fiscais promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial, tanto sob a égide do Decreto-Lei n. 7.661/45 quanto da Lei n. 11.101/2005, devem ser realizados pelo Juízo Universal, de acordo com o art. 76 da Lei n. 11.101/2005. Precedentes. 4. Agravo interno não provido." (AgInt no CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 172352 - SP (2020/0115329-9) - RELATORA: MINISTRA NANCY ANDRIGHI -28/06/2021)*

Neste sentido, com esteio no princípio da coerência – forte no artigo 926 do CPC -, assim como no princípio da preservação da empresa – cuja observância se impõe de modo a concretizar a função social da mesma, por meio da continuação de sua existência -, e atenta ao princípio da menor onerosidade – que permite ao magistrado promover a execução pelo modo menos gravoso ao executado (artigo 805 do CPC),

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
5ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

INDEFIRO o(s) ato(s) constritivo(s) requerido(s) e determino que seja encaminhado ofício ao Juízo onde tramitam os autos da Recuperação Judicial em comento para solicitar a reserva de crédito no limite suficiente à satisfação da dívida exequenda.

Intimem-se.

Preclusa a decisão, expeça-se o referido ofício para reserva do crédito.

Comprovada a entrega do expediente, intime-se a parte Executada para ciência da reserva efetivada, bem como para, querendo, opor embargos à execução no prazo de trinta dias.

Decorrido o prazo, in albis, para oposição dos embargos, SUSPENDA-SE o presente feito até que seja comunicado, pelo Juízo Empresarial, a disponibilidade do crédito público ou até nova manifestação da Exequente, pelo prosseguimento do feito, desde que profícua, incumbindo ao Exequente diligenciar ao Juízo Empresarial para a satisfação do crédito público.

Havendo informação do Juízo empresarial acerca do encerramento do processo, venham os autos conclusos.

Documento eletrônico assinado por **BIANCA STAMATO FERNANDES, Juíza Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510005843264v2** e do código CRC **d4a50b0e**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): BIANCA STAMATO FERNANDES
Data e Hora: 18/8/2021, às 12:49:49

0000754-25.2014.4.02.5119 **510005843264 .V2**

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 98

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
20/07/2022 23:35:13
Usuário:
JRJ14846 - RICARDO CORNI ALVES - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
98
Exequente:
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
Prazo:
15 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
02/08/2022 00:00:00
Data Final:
23/08/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
CARLOS CORTES VIEIRA LOPES

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 99

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__98
Data:
30/07/2022 23:59:59
Usuário:
SECJF - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
99

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 100

Evento:
PETICAO___REFER__AO_EVENTO__98
Data:
19/08/2022 09:45:29
Usuário:
P1585485 - CARLOS CORTES VIEIRA LOPES - PROCURADOR
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
100

Processo n. 0091858-64.2015.402.5119

MM JUIZ FEDERAL

A UNIÃO - FAZENDA NACIONAL vem a presença de V. Exa. informar que os pedidos de reserva de crédito junto à Juízos de Recuperação Judicial tem sido sistematicamente indeferidos pelo fato dos créditos tributários não poderem ser cobradosno referido procedimento.
Desta forma, sendo certo que a recuperação judicial não impede o prosseguimento da execução fiscal e que o bem foi penhorado antes da recuperação judicial, a União reitera os termos da petição do evento 96.
RJ, 19/08/2022.

CARLOS CORTES VIEIRA LOPES
Procurador da Fazenda Nacional

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 101

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO
Data:
13/10/2022 09:50:32
Usuário:
JRJ14846 - RICARDO CORNI ALVES - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
101

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 102

Evento:
DECISAO_INTERLOCUTORIA
Data:
04/11/2022 14:44:33
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
102

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: BR MATOZINHOS FUNDICOES LTDA. EM RECUPERACAO JUDICIAL

DESPACHO/DECISÃO

Evento 101: Expeça-se mandado de constatação e reavaliação do bem penhorado.

Evento 97: Oficie-se ao juízo da recuperação judicial solicitando reserva de crédito. Ademais, nos termos do artigo 6º, §7-B, da Lei nº 11.101/2005, incluído pela Lei 14.112/2020, **comunique-se ao M. Juízo Estadual se já houver bem(ns) constrito(s) nestes autos** a fim de constatar se se trata de *"bens de capital essenciais à manutenção da atividade empresarial até o encerramento da recuperação judicial"*.

Após, suspenda-se o prosseguimento da execução até ulterior definição quanto a recuperação judicial ou atendimento pelo juízo empresarial.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510008899376v4** e do código CRC **dc20a1b7**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 4/11/2022, às 14:44:33

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 103

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
04/11/2022 14:44:33
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
103
Executado:
BR MATOZINHOS FUNDICOES LTDA.
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
08/11/2022 00:00:00
Data Final:
14/11/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 104

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
04/11/2022 14:44:34
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
104
Exequente:
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
Prazo:
15 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
07/11/2022 00:00:00
Data Final:
28/11/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
CARLOS CORTES VIEIRA LOPES

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 105

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__104
Data:
04/11/2022 18:17:05
Usuário:
P1585485 - CARLOS CORTES VIEIRA LOPES - PROCURADOR
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
105

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 106

Evento:
CIENCIA_COM_RENUNCIA_AO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__104
Data:
04/11/2022 18:17:05
Usuário:
P1585485 - CARLOS CORTES VIEIRA LOPES - PROCURADOR
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
106

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 107

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__103
Data:
07/11/2022 05:11:50
Usuário:
SP072080 - MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS - ADVOGADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
107

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 108

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__103
Data:
15/11/2022 01:07:30
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
108

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 109

Evento:
EXPEDICAO_DE_MANDADO___RJBPISECMA
Data:
02/12/2022 12:15:57
Usuário:
JRJ10758 - ANDRE BOTELHO JUCA - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
109

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: BR MATOZINHOS FUNDICOES LTDA. EM RECUPERACAO JUDICIAL

MANDADO Nº 510009270050

MANDADO DE CONSTATAÇÃO, REAVALIAÇÃO E INTIMAÇÃO

DESTINATÁRIO (A): **BR MATOZINHOS FUNDICOES LTDA. EM RECUPERACAO JUDICIAL, CNPJ: 19.811.058/0001-43**

ENDEREÇO: **Estrada Governador Raymundo Padilha, s/n, Santa Cecília, Barra do Piraí/RJ - 27115140 (Comercial)**

O DOUTOR JUIZ MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, JUIZ FEDERAL DA 6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI E NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES:

M A N D A a qualquer Analista Judiciário/Executante de Mandados desta Seção Judiciária, a quem for o presente mandado, indo devidamente assinado, se dirija à Estrada Governador Raymundo Padilha, s/n, Santa Cecília, Barra do Piraí/RJ - 27115140 (Comercial), e, sendo aí, proceda à **CONSTATAÇÃO**, certificando o estado em que se encontra(m) o(s) bem(ns) e à **REAVALIAÇÃO** do(s) bem (ns) penhorado(s), conforme auto de penhora e laudo de avaliação, cujas cópias seguem anexas e que são partes integrantes deste, bem como a **INTIMAÇÃO** do(a) executado(a), na forma da decisão em anexo.

EXPEDIDO por ordem do(a) **M. Juiz(a) Federal Dr(a). MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA**, da 6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro, por RICARDO CORNI ALVES, Servidor (a) de Secretaria. **Fica autorizado o cumprimento eletrônico**

Rio de Janeiro, 02/12/2022.

OBSERVAÇÕES:

1) As empresas públicas ou privadas são obrigadas a realizar e manter cadastro no sistema de processo judicial (eProc) para efeito de recebimento de citações e intimações, conforme o artigo 246, § 1º, do Código de Processo Civil. Para tal cadastramento devem seguir as instruções contidas no link: ***https://www.jfrj.jus.br/conteudo/cadastro-no-sistema-e-proc/cadastro-de-representante-legal.***

2) É dever da parte citanda confirmar o recebimento da citação eletrônica (ou por meio eletrônico), no prazo de até 3 (três) dias úteissob pena de cometer ato atentatório à dignidade da Justiça, passível de multa de até 5% (cinco por cento) do valor da causa, conforme artigo 246, §§ 1º-A e 1º-C, do Código de Processo Civil.

3) Qualquer alteração de endereço ou meio de contato deverá ser comunicada ao Juízo, nos termos do artigo 77, inciso V, do Código de Processo Civil.

4) De acordo com a Portaria n. 2011/00048, de 17/08/2011, do Tribunal Regional Federal – TRF/2ª Região, "***o horário de atendimento ao público externo é das 12h às 17h***". O atendimento também poderá ser obtido remotamente pelo **Balcão Virtual**, através da plataforma *Zoom*, pelo link **https://jfrj-jus-**

br.zoom.us/j/8525290936, ou pelo QR Code (apontar a câmera do *smartphone*) a seguir:

BALCÃO VIRTUAL

5) A **íntegra dos autos do processo eletrônico** pode ser obtida por acesso à internet no sítio: ***https://www.jfrj.jus.br****/consultas-e-servicos/orientacoes-de-consulta-e-proc/consulta-publica-no-e-proc,* no link: "*Consulta Processual Pública e-Proc*", nesta utilizando o nº do processo: 00918586420154025119 e a chave do processo: 979103451019, ou pelo link ***https://eproc.jfrj.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=processo_consulta_publica***, ou, ainda, pelo QR Code (apontar a câmera do *smartphone*) a seguir:

CONSULTA PROCESSUAL

SUPORTE TÉCNICO EPROC: (21) 3952-5373

6) O valor atualizado da dívida e as instruções para parcelamento e pagamento devem ser obtidos diretamente junto ao Exequente. Após pagar ou negociar perante a Exequente o devedor deverá comunicar ao M. Juízo, sob pena de prosseguimento da execução.

6.1) **No caso de dívida cobrada pela Procuradoria da Fazenda Nacional**, o devedor deverá acessar o Portal REGULARIZE, pela internet, no endereço: ***regularize.pgfn.gov.br***. No REGULARIZE é possível pagar, negociar ou pedir a revisão da dívida, caso não concorde com a cobrança. Em havendo dúvidas poderá encaminhar mensagem para: ***atendimentoresidualunico.rj.prfn2regiao@pgfn.gov.br*** ;

6.2) **No caso de dívida cobrada pela pela Procuradoria Regional Federal** (p. ex.: ANTT, ANVISA, ANS, INMETRO, IBAMA etc.), recomenda-se encaminhar email para PRF2 - Atendimento Núcleo de Cobrança **prf2atendimentonucob@agu.gov.br** a fim de apurar o valor atualizado e solicitar a emissão da guia de pagamento. Se houver interesse no parcelamento da dívida, recomenda-se o envio de mensagem para **prf2.parcelamentonucob@agu.gov.br**;

6.3) **Se o débito for relativo ao FGTS**, recomenda-se o acesso ao site "Conectividade Social ICP", da Caixa Econômica Federal - CEF: *https://www.caixa.gov.br/empresa/conectividade-social/paginas/default.aspx/* com a finalidade de apurar o valor atualizado e providenciar a quitação ou parcelamento da dívida.

7) No caso de não concordar com a cobrança da dívida e pretender discuti-la judicialmente o interessado deverá constituir Advogado ou Defensor Público, nos termos do artigo 103 do Código de Processo Civil.**Caso não tenha condições financeiras de contratar um Advogado**, entre em contato com a Defensoria Pública da União (DPU), na Rua Uruguaiana, 174, Centro, Rio de Janeiro/RJ, telefone: (21) 99210-4294 / 2460-5000/5060/5061/5073, entre 8h30min e 14h30min, de segunda a sexta-feira, em dias úteis; ou pelo email: *dpu.rj@dpu.gov.br / cac.rj@dpu.def.br*,

8) A garantia da dívida pode ser feita por depósito judicial, com abertura de conta judicial na Caixa Econômica Federal - CEF, agência 4117, operação 635; email: ag4117rj01@caixa.gov.br; endereço: Av. Venezuela, 134, térreo. Centro; *https://www.jfrj.jus.br/consultas-e-servicos/calculos-e-valores/depositos-judiciais.* **Para outras formas de garantia da dívida** deverá buscar a orientação de Advogado ou Defensor Público.

Documento eletrônico assinado por **ANDRE BOTELHO JUCA, Diretor de Secretaria** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510009270050v2** e do código CRC **c78f089b**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): ANDRE BOTELHO JUCA
Data e Hora: 2/12/2022, às 12:15:57

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 110

Evento:

RECEBIDO_O_MANDADO_PARA_CUMPRIMENTO_PELO_OFICIAL_DE_JUSTICA___REFER__AO_EVEN

Data:
05/12/2022 14:14:50

Usuário:
JRJ13212 - CLAUDIA CESAR DE PAULA - OFICIAL DE JUSTIÇA

Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ

Sequência Evento:
110

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 111

Evento:
JUNTADA_DE_MANDADO_CUMPRIDO___REFER__AO_EVENTO__109
Data:
15/12/2022 07:16:37
Usuário:
JRJ13212 - CLAUDIA CESAR DE PAULA - OFICIAL DE JUSTIÇA
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
111

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
Central de Mandados - Barra do Piraí

Barra do Piraí/RJ,

MANDADO Nº 510009270050

Certifico que, no cumprimento do mandado em epígrafe, em 05/12/2022, nos termos da PORTARIA Nº JFRJ-PGD-2021/00013, DE 30 DE ABRIL DE 2021, p meio eletrônico (clemente.mariano@brmfundicoes.com.br), **INTIMEI** BR MATOZINHOS FUNDICOES LTDA. EM RECUPERACAO JUDICIAL, na pessoa de representante Clemente Mariano, dando-lhe ciência do inteiro teor do mandado, sendo-lhe entregue a contrafé por meio do aplicativo outlook web, às 14h12min, tendo ele confirmado o recebimento. Em 12/12/2022, compareci no endereço indicado, quando **CONSTATEI E REAVALIEI** imóvel matrícula 1578, livro 2-F, do Registro Geral de Imóveis do Cartório do Segundo Ofício de Barra do Piraí, cujo terreno possui 3.729.238,00 m² (três milhões, setecentos e vinte e nove mil, duzentos e trinta e oito metros quadrados), nesta reavaliação sendo reconsiderada como área construída o total de 47.446,25 m² (quarenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e seis metros e vinte e cinco centímetros, o qual reavalio em R$ 122.133.121,51 (cento e vinte e dois milhões, cento e trinta e três mil, cento e vinte e um reais e cinquenta e um centavos), aplicando o índice de correção IGP-M (FGV) ao valor total da avaliação do imóvel para liquidação forçada contido no laudo particular (fl.54/91), obtido no evento 154 do processo 0001889-56.2006.4.02.5119/RJ, o qual anexo à presente.

Barra do Piraí (RJ), 15 de dezembro de 2022.

CLÁUDIA CESAR DE PAULA
Oficial de Justiça Avaliador Federal
MAT. 13212

Assinatura Eletrônica TRF 2ª Região

Documento eletrônico assinado por **CLAUDIA CESAR DE PAULA (JRJ13212), Oficial de Justiça Avaliador Federal,** em 15/12/2022 07:16:22 na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, menu "Consulta Autenticidade de Documentos", mediante o preenchimento do código verificador **C802975E5A1R28** e, se solicitado, do código CRC **D4407FF7**.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Calculadora do cidadão

Acesso público
15/12/2022 - 07:08

Resultado da Correção pelo IGP-M (FGV)

Dados básicos da correção pelo IGP-M (FGV)

Dados informados

Data inicial			06/2014
Data final			11/2022
Valor nominal	R$	58.717.000,00	(REAL)

Dados calculados

Índice de correção no período			2,08003000
Valor percentual correspondente			108,003000 %
Valor corrigido na data final	R$	122.133.121,51	(REAL)

*O cálculo da correção de valores pelo IGP-M foi atualizado e está mais preciso. Saiba mais clicando aqui.

DOCUMENTO 1

appraisal
avaliações e engenharia

LAUDO DE AVALIAÇÃO

SOLICITANTE	:	SIFCO METALS PARTICIPAÇÕES S/A.
PROPRIETÁRIO	:	TUBRASIL BR METALS BP EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
LOCAL DO IMÓVEL	:	ESTRADA GOVERNADOR RAIMUNDO PADILHA, S/Nº **FAZENDA** : SANTA CECILIA **MUNICÍPIO** : BARRA DO PIRAÍ **ESTADO** : RIO DE JANEIRO
TIPO DO IMÓVEL	:	INDÚSTRIA
FINALIDADE DA AVALIAÇÃO	:	DETERMINAÇÃO DOS VALORES DE MERCADO E LIQUIDAÇÃO FORÇADA PARA FINS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL
NR. DO LAUDO	:	I-16.711 - P/ 12.696/1/14
DATA BASE	:	30 DE JUNHO DE 2014.

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO

1. OBJETIVO 03/91
2. DOCUMENTAÇÃO 03/91
3. NÍVEL DE PRECISÃO DA AVALIAÇÃO 03/91
4. NOTA 03/91

II. VISTORIA

1. CONTEXTO GERAL 04/91
2. DESCRIÇÃO DO TERRENO 07/91
3. DESCRIÇÃO DAS CONSTRUÇÕES 08/91

III. AVALIAÇÃO

1. VALOR DO TERRENO PARA MERCADO 41/91
2. VALOR DAS CONSTRUÇÕES PARA MERCADO 44/91
3. RESUMO DE VALORES 46/91

IV. METODOLOGIA

1. TERRENO 47/91
2. CONSTRUÇÃO 47/91

V. CRITÉRIO

1. VALOR DE MERCADO 48/91
2. VALOR DE LIQUIDAÇÃO FORÇADA 48/91

VI. TRATAMENTO DOS ELEMENTOS COLETADOS - FATORES UTILIZADOS 49/91

VII. ENCERRAMENTO

1. VALOR TOTAL DO IMÓVEL PARA MERCADO 54/91
2. VALOR TOTAL DO IMÓVEL PARA LIQUIDAÇÃO FORÇADA 54/91

VIII. FOTOGRAFIAS 55/91

IX. LOCALIZAÇÃO 82/91

X. FICHAS DE PESQUISA 84/91

XI. ANEXO - PLANILHAS DE CÁLCULOS / 04 PÁGINAS 90/91

XII. DOCUMENTAÇÃO / 03 PÁGINAS 91/91

I. INTRODUÇÃO

Em atenção à solicitação de **SIFCO METALS PARTICIPAÇÕES S/A.** e nos termos de nossa proposta, reportamos a análise e as conclusões do estudo relativo à propriedade em referência.

1. OBJETIVO

Visa o presente Laudo a Determinação dos Valores de Mercado e Liquidação Forçada para fins de Recuperação Judicial de uma Indústria.

2. DOCUMENTAÇÃO

A documentação fornecida pelo solicitante para a elaboração deste Laudo de Avaliação compreende: Matrícula nº 1.578, lavrada pelo Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Barra do Piraí, com última averbação em 12 de agosto de 2011, tendo sido realizadas medições de campo para complementação.

3. NÍVEL DE PRECISÃO DA AVALIAÇÃO

Este trabalho obedece às diretrizes e critérios estabelecidos pelas **NBR 14.653-1/01 e 14.653-2/11 da ABNT** - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

4. NOTA

Na presente avaliação considera-se que as informações fornecidas por terceiros, referentes às pesquisas de mercado, são verdadeiras e foram prestadas de boa fé.

II. VISTORIA

1. CONTEXTO GERAL

1.1. LOCALIZAÇÃO

O imóvel avaliando localiza-se à **Estrada Governador Raimundo Padilha**, s/n.º, Fazenda Santa Cecília, Município e Comarca de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro.

Enquadra-se em Zona de Expansão Urbana (Indústria e Vilas Residenciais) de acordo com a Lei de Zoneamento do Município de Barra do Piraí.

1.2. CARACTERÍSTICAS DO LOGRADOURO DE SITUAÇÃO

A **Estrada Governador Raimundo Padilha** tem características de via local, atendendo ao tráfego de interligação entre bairros.

Desenvolve-se em traçado misto sobre perfil plano e inclinado, é dotada de uma pista de rolamento pavimentada em asfalto, com guias e sarjetas, mão direcional dupla, apresentando cerca de 8,00 metros de largura entre os alinhamentos confrontantes.

Possui iluminação pública à base de vapor de mercúrio.

Destacamos que estas características referem-se ao trecho onde está posicionado o imóvel.

1.3. ACESSIBILIDADE/TRANSPORTES

Destaca-se como principal via de acesso à região a própria Estrada Governador Raimundo Padilha e Rodovias RJ-145, BR-393 e BR-116 (Presidente Dutra).

A conclusão e inauguração da Ponte Deputado Geraldo Di Biasi, sobre o Rio Paraíba do Sul, cujo acesso foi construído em faixa de terras do imóvel avaliando, desapropriadas para esta finalidade, facilitou muito o acesso à indústria, reduzindo a distância até a Rodovia Lúcio Meira (BR-393) para 7 km, com acesso direto por estradas asfaltadas, sem atravessar o núcleo urbano. A ponte situa-se aproximadamente 800 m a jusante do Rio Paraíba do Sul a partir da indústria e a 400 m da Vila Residencial da Gerência e Presidência da empresa.

Com referência ao transporte coletivo, constatamos a existência de uma linha regular de ônibus municipal passando pela Estrada Governador Raimundo Padilha, com ponto final na indústria, e de algumas linhas regulares de ônibus intermunicipais, trafegando pelas mencionadas rodovias, proporcionando ligação a diversas regiões.

Ao lado da indústria passa a ferrovia da Rede Ferroviária Federal S/A., onde existe um pátio de manobras e terminal de cargas próximo ao imóvel, no início da Estrada Governador Raimundo Padilha, 1 km após a Ponte Deputado Geraldo Di Biasi.



1.4. TIPO DE OCUPAÇÃO CIRCUNVIZINHA

A região possui ocupação heterogênea caracterizada por áreas rurais, chácaras e pequenas fazendas, além de algumas indústrias, com densidade de edificação média e nível econômico médio.

1.5. MELHORAMENTOS PÚBLICOS

O local é servido pelos seguintes melhoramentos públicos existentes na cidade: energia elétrica (luz e força), telefone, iluminação pública, guias e sarjetas, serviços postais, coleta de lixo, limpeza e conservação viária.

2. DESCRIÇÃO DO TERRENO

2.1. DETALHAMENTO DO TERRENO

De acordo com vistoria realizada "in loco" e documentação fornecida pelo solicitante, o terreno avaliando apresenta as seguintes características :

. Área Total	**:**	**3.622.362,46 m²**
. Configuração	:	irregular
. Topografia	:	plana a ondulada
. Solo	:	seco

Nota : As dimensões e áreas citadas foram obtidas da cópia do seguinte documento:

1 - Matrícula nº 1.578, lavrada pelo Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Barra do Piraí, com última averbação em 12 de agosto de 2011.

A área total constante na matrícula é de 3.729.238,00 m², porém foi doada a área total de 106.875,54 m², conforme abaixo:

	Áreas Doadas		**Área Remanescente**	
Área Original			3.729.238,00	m²
Doação Light	37.248,00	m²	3.691.990,00	m²
Monturo / Lixo	51.065,00	m²	3.640.925,00	m²
Estrada p/ Ponte	18.562,54	m²	3.622.362,46	m²

3. DESCRIÇÃO DAS CONSTRUÇÕES

Sobre o terreno descrito e caracterizado encontra-se edificado um complexo industrial, que será descrito separadamente de acordo com os padrões e/ou utilização :

CONSTRUÇÃO N.º 01 : PRÉDIO DA BALANÇA / RECEPÇÃO

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto, com fechamento lateral de alvenaria, fachada revestida de massa fina pintada e cobertura em laje impermeabilizada.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Portaria e Sanitário.

Forro	: laje
Paredes	: pintura a base de látex e azulejos
Piso	: cerâmicos
Caixilhos	: metálicos
Portas	: madeira

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 2,80 m
- **Área Construída** : 48,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 02 : PORTARIA

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto, com fechamento lateral de alvenaria, fachada revestida de massa fina pintada e cobertura em laje impermeabilizada.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Portaria e Sanitário.

Forro	: laje
Paredes	: pintura a base de látex e azulejos
Piso	: cerâmicos
Caixilhos	: metálicos
Portas	: madeira

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 2,80 m
- **Área Construída** : 300,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 03 : PRÉDIO DO DeRI

Construção com dois pavimentos, edificada em estrutura de concreto armado, com fechamento lateral em alvenaria, fachada em litocerâmica e pintura látex, cobertura de telhas de fibrocimento, sobre estrutura de madeira e concreto.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Escritórios e Sanitários.

Forro	: laje
Paredes	: pintura a base de látex e azulejos
Piso	: cerâmico
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas

Pavimento Superior: Escritórios, Copa e Sanitários.

Forro	: laje
Paredes	: pintura a base de látex e azulejos
Piso	: cerâmico e paviflex
Caixilhos	: metálicos
Portas	: madeira

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 3,00 m
- **Área Construída** : 850,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 04 : VESTIÁRIO

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto pré-moldado, com fechamento lateral em alvenaria, fachada com pintura a base de látex, cobertura em telhas metálicas, com apoio em estrutura metálica em duas águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos:

Pavimento Térreo: Vestiários e Sanitários.

Forro	: telha vã
Paredes	: pintura a base de látex e azulejos
Piso	: cerâmicos
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas

- **Estado de Conservação** : D: entre regular e reparos simples
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 3,00 m
- **Área Construída** : 810,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 05 : BANCO DO BRASIL

Construção com um pavimento, edificada em concreto armado, com fechamento lateral em alvenaria e cobertura em laje impermeabilizada.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Agência Bancária e Sanitários.

Forro	: gesso e forrovid
Paredes	: pintura a base de látex e azulejos
Piso	: cerâmico
Caixilhos	: metálicos
Portas	: blindex e madeira

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 10 anos
- **Pé Direito** : 2,80 m
- **Área Construída** : 270,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 50 anos

CONSTRUÇÃO N.º 06 : PRÉDIO DA CANTINA

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto armado, com fechamento lateral em alvenaria pintada a base de látex, cobertura de telhas de fibrocimento, sobre estrutura de madeira em duas águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Refeitório da Produção e Gerências, Cozinha, Câmara Fria, Escritório e Depósito.

Forro	: forrovid
Paredes	: pintura a base de látex e azulejos
Piso	: cerâmicos
Caixilhos	: metálico e madeira
Portas	: madeira

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 2,70 m
- **Área Construída** : 1.081,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 07 : PRÉDIO DA CANTINA EXTERNA

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto armado, com fechamento lateral em alvenaria pintada a base de látex, parte revestida com ardósia, cobertura de telhas de fibrocimento, sobre estrutura de concreto em duas águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Refeitório, Cozinha e Depósito.

Forro	: pvc, parte sem forro
Paredes	: pintura a base de látex e azulejos
Piso	: cerâmicos
Caixilhos	: metálico e madeira
Portas	: madeira

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 2,70 m
- **Área Construída** : 128,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 08 : GALPÃO DO ALMOXARIFADO NORTEL

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto armado, com fechamento lateral em alvenaria, fachada em pintura látex, cobertura de telhas de fibrocimento, sobre estrutura de madeira em duas águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Almoxarifado e Escritórios.

Forro	: laje
Paredes	: pintura a base de látex
Piso	: cerâmicos e cimentado
Caixilhos	: metálicos
Portas	: madeira

- **Estado de Conservação** : D: entre regular e reparos simples
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 3,50 m
- **Área Construída** : 651,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 09 : SERVIÇOS GERAIS

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de alvenaria e metálica, com fechamento lateral em alvenaria, fachada revestida de massa fina pintada e cobertura de telhas metálicas, sobre estrutura metálica.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Sala, Depósitos e Sanitários.

Forro	: madeira
Paredes	: pintura a base de látex
Piso	: cimentado
Caixilhos	: metálicos
Portas	: madeira

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 2,80 m
- **Área Construída** : 627,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 10 : GALPÃO DA MANUTENÇÃO CIVIL

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de alvenaria e metálica, com fechamento lateral em alvenaria, fachada revestida de massa fina pintada e cobertura de telhas de fibrocimento, sobre estrutura metálica.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Galpão e Escritório.

Forro	: telha vã e madeira
Paredes	: pintura a base de látex
Piso	: cimentado
Caixilhos	: metálicos
Portas	: madeira

- **Estado de Conservação** : D: entre regular e reparos simples
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 2,70 m
- **Área Construída** : 332,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 11 : GALPÃO DA MANUTENÇÃO

Construção com dois pavimentos, edificada em estrutura de concreto pré-moldado, com fechamento lateral em alvenaria e em telhas de fibrocimento, fachada revestida de massa fina pintada e telhas aparentes, cobertura de telhas de fibrocimento ondulada, sobre estrutura metálica em duas águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos:

Pavimento Térreo: Oficinas Elétrica e Mecânica e Escritórios.
Pavimento Superior: Escritórios.

Forro	: forrovid e telha vã
Paredes	: pintura a base de látex
Piso	: concreto e cerâmicos
Caixilhos	: metálicos
Portas	: madeira

- **Estado de Conservação** : D: entre regular e reparos simples
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 2,70 / 6,00 m
- **Área Construída** : 1.510,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 12 : PRÉDIO DO BANCO

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de alvenaria e metálica, com fechamento lateral em alvenaria, fachada revestida de massa fina pintada e cobertura de telhas metálicas, sobre estrutura metálica.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Dois Escritórios e Sanitários.

Forro	: madeira
Paredes	: pintura a base de látex
Piso	: cimentado
Caixilhos	: metálicos
Portas	: madeira

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 15 anos
- **Pé Direito** : 2,80 m
- **Área Construída** : 93,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 45 anos

CONSTRUÇÃO N.º 13 : DEPÓSITO DE RESÍDUOS

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto, com fechamento lateral em alvenaria, fachada revestida em pintura a base de látex, cobertura em telhas de fibrocimento, sobre estrutura metálica em duas águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Depósito.

Forro	: telha vã
Paredes	: pintura a base de látex
Piso	: concreto
Caixilhos	: elementos vazados
Portas	: metálicas

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 05 anos
- **Pé Direito** : 4,00 m
- **Área Construída** : 195,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 55 anos

CONSTRUÇÃO N.º 14 : GALPÃO DO ALMOXARIFADO

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto armado, com fechamento lateral em alvenaria, fachada revestida em pintura a base de látex, cobertura em fibrocimento, sobre estrutura metálica em duas águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Escritórios e Sanitários.

Forro	: laje e forrovid
Paredes	: pintura a base de látex e azulejos
Piso	: cerâmicos e paviflex
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas e madeira

- **Estado de Conservação** : D: entre regular e reparos simples
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 3,00 m
- **Área Construída** : 296,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 15 : PRÉDIO DOS COMPRESSORES

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto armado, com fechamento lateral em alvenaria e telhas de fibrocimento, fachada revestida em pintura a base de látex, cobertura em telhas de fibrocimento tipo kalhetão, sobre estrutura metálica em duas águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Depósitos.

Forro	: telha vã
Paredes	: caiação
Piso	: concreto
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 3,50 m
- **Área Construída** : 1.338,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 16 : PRÉDIO DA MODELAÇÃO

Construção com dois pavimentos, edificada em estrutura de concreto armado, metálico e concreto pré-moldado, com fechamento lateral em alvenaria e telhas de fibrocimento, fachada revestida em pintura a base de látex, cobertura de telhas de fibrocimento ondulada, sobre estrutura metálica em duas águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Área de Produção e Escritórios.

Forro	: telha vã e laje
Paredes	: pintura a base de látex, caiação e azulejos
Piso	: cerâmicos e concreto
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas

Pavimento Superior: Escritórios e Sanitários.

Forro	: laje
Paredes	: pintura a base de látex
Piso	: cerâmicos
Caixilhos	: metálicos
Portas	: madeira

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 3,00 / 8,00 m
- **Área Construída** : 1.422,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 17 : PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO

Construção com dois pavimentos, edificada em estrutura de concreto armado, com fechamento lateral em alvenaria, fachada revestida em pintura a base de látex, cobertura em fibrocimento, sobre estrutura metálica em duas águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Laboratório, Escritórios e Sanitários.

Forro	: laje
Paredes	: pintura a base de látex e azulejos
Piso	: cerâmicos e paviflex
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas e madeira

Pavimento Superior: Escritórios e Sanitários.

Forro	: laje
Paredes	: pintura a base de látex e azulejos
Piso	: cerâmicos e paviflex
Caixilhos	: metálicos
Portas	: madeira

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 3,50 m
- **Área Construída** : 1.046,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 18 : PRÉDIO DA ENGENHARIA

Construção com dois pavimentos, edificada em estrutura de concreto armado, com fechamento lateral em alvenaria, fachada revestida em pintura a base de látex, cobertura em fibrocimento, sobre estrutura metálica em duas águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Escritórios e Sanitários.
Pavimento Superior: Escritórios e Sanitários.

Forro	: laje e forrovid
Paredes	: pintura a base de látex e azulejos
Piso	: cerâmicos e paviflex
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas e madeira

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 3,50 m
- **Área Construída** : 1.568,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 19 : GALPÃO DO DEPÓSITO DE MODELOS

Construção com um pavimento, edificada em estrutura metálica, com fechamento lateral em telhas de fibrocimento, fachada em telhas aparentes, cobertura em fibrocimento, sobre estrutura metálica em duas águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Depósito.

Forro	: telha vã
Paredes	: telhas aparentes
Piso	: concreto
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas

- **Estado de Conservação** : D: entre regular e reparos simples
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 4,00 m
- **Área Construída** : 1.455,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 20 : DEPÓSITO DE INFLAMÁVEIS

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto, com fechamento lateral em alvenaria, fachada revestida em pintura a base de látex e tijolos aparentes, cobertura em telhas de fibrocimento, sobre estrutura metálica em duas águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Depósito.

Forro	: telha vã
Paredes	: pintura a base de látex
Piso	: concreto
Caixilhos	: elementos vazados
Portas	: metálicas

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 05 anos
- **Pé Direito** : 4,00 m
- **Área Construída** : 286,50 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 55 anos

CONSTRUÇÃO N.º 21 : COBERTURA DE MATERIAIS INFLAMÁVEIS

Construção com um pavimento, edificada em estrutura metálica, aberta na frente, fechada nos fundos com telhas de alumínio, cobertura em telha de alumínio, sobre estrutura metálica em uma água.

Revestimentos Básicos Internos :

Forro	: telhas vã
Paredes	: não há
Piso	: concreto
Caixilhos	: não há
Portas	: não há

- **Estado de Conservação** : B: entre novo e regular
- **Idade Real Estimada** : 01 ano
- **Pé Direito** : 5,00 m
- **Área Construída** : 300,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 59 anos

CONSTRUÇÃO N.º 22 : DEPÓSITO DE ASCAREL

Duas construções com um pavimento, edificadas em estrutura metálica, aberta, cobertura em telha de fibrocimento, sobre estrutura metálica em duas águas.

Revestimentos Básicos Internos :

Forro	: telhas vã
Paredes	: muretas revestidas de pintura a base de látex
Piso	: concreto
Caixilhos	: não há
Portas	: não há

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 3,00 m
- **Área Construída** : 150,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 23 : GALPÃO DA USINAGEM

Construção com um pavimento, edificada em estrutura metálica, com fechamento lateral em alvenaria e telhas de alumínio, fachada revestida em pintura a base de látex, cobertura em telhas de alumínio, sobre estrutura metálica em duas águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Área de Produção.

Forro	: telha vã
Paredes	: pintura a base de látex
Piso	: concreto
Caixilhos	: elementos vazados
Portas	: metálicas

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 05 anos
- **Pé Direito** : 9,00 m
- **Área Construída** : 3.211,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 55 anos

CONSTRUÇÃO N.º 24 : GALPÃO DA EXPEDIÇÃO I

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto armado e metálica, com fechamento lateral em alvenaria e telhas fibrocimento, fachada revestida em pintura a base de látex e telhas aparentes, cobertura em fibrocimento, sobre estrutura metálica em duas águas tipo lanternim.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Galpão da Produção, Escritórios.

Forro	: telha vã e madeira
Paredes	: pintura a base de látex e caiação
Piso	: concreto e cerâmico
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas e madeira

- **Estado de Conservação** : D: entre regular e reparos simples
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 2,50 m a 6,00 m
- **Área Construída** : 1.343,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 25 : GALPÃO DO ACABAMENTO

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto armado, com fechamento lateral em alvenaria e telhas de fibrocimento, fachada revestida em pintura a base de látex, cobertura em telhas de fibrocimento, sobre estrutura metálica em duas águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Produção e Escritório.

Forro	: telha vã
Paredes	: caiação
Piso	: concreto
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas

- **Estado de Conservação** : D: entre regular e reparos simples
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 8,00 m
- **Área Construída** : 1.352,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 26 : GALPÃO DO GRUPO 76

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto armado e metálica, com fechamento lateral em alvenaria e telhas fibrocimento, fachada revestida em pintura a base de látex e telhas aparentes, cobertura em fibrocimento, sobre estrutura metálica em duas águas tipo lanternim.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Galpão da Produção, Escritórios.

Forro	: laje e telha vã
Paredes	: pintura a base de látex e caiação
Piso	: cerâmicos e concreto
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas e madeira

- **Estado de Conservação** : D: entre regular e reparos simples
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 2,50 m a 14,00 m
- **Área Construída** : 4.485,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 27 : GALPÃO DA L2

Construção com dois pavimentos, edificada em estrutura de concreto armado e metálica, com fechamento lateral em alvenaria e telhas fibrocimento, fachada revestida em pintura a base de látex e telhas aparentes, cobertura em fibrocimento, sobre estrutura metálica em duas águas tipo lanternim.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Subsolo: Pavimento Técnico, Casa de Bombas.
Pavimento Térreo: Galpão da Produção, Escritórios.

Forro	: laje e telha vã
Paredes	: pintura a base de látex e caiação
Piso	: cerâmicos e concreto
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas e madeira

- **Estado de Conservação** : D: entre regular e reparos simples
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 2,50 m a 12,00 m
- **Área Construída** : 1.885,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 28 : GALPÃO DA FUSÃO I

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto armado e metálica, com fechamento lateral em alvenaria e telhas fibrocimento, fachada revestida em pintura a base de látex e telhas aparentes, cobertura em fibrocimento, sobre estrutura metálica em duas águas tipo lanternim.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Galpão da Produção, Escritórios.

Forro	: laje e telha vã
Paredes	: pintura a base de látex e caiação
Piso	: cerâmicos e concreto
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas e madeira

- **Estado de Conservação** : D: entre regular e reparos simples
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 2,50 m a 14,00 m
- **Área Construída** : 3.673,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 29 : GALPÃO DO GRUPO 81

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto armado e metálica, com fechamento lateral em alvenaria e telhas fibrocimento, fachada revestida em pintura a base de látex e telhas aparentes, cobertura em fibrocimento, sobre estrutura metálica em duas águas tipo lanternim.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Galpão da Produção, Escritórios.

Forro	: laje e telha vã
Paredes	: pintura a base de látex e caiação
Piso	: cerâmicos e concreto
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas e madeira

- **Estado de Conservação** : D: entre regular e reparos simples
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 2,50 m a 14,00 m
- **Área Construída** : 3.420,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 30 : LABORATÓRIO DE METROLOGIA

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto armado, com fechamento lateral em alvenaria, fachada revestida em pintura a base de látex, cobertura em fibrocimento, sobre estrutura metálica em duas águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Escritórios e Sanitários.

Forro	: laje e forrovid
Paredes	: pintura a base de látex e azulejos
Piso	: cerâmicos e paviflex
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas e madeira

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 3,00 m
- **Área Construída** : 231,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 31 : ALMOXARIFADO CENTRAL

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto armado, com fechamento lateral em alvenaria e telhas de fibrocimento, fachada revestida em pintura a base de látex, cobertura em telhas de fibrocimento tipo kalhetão, sobre estrutura metálica em duas águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Depósitos.

Forro	: telha vã
Paredes	: caiação
Piso	: concreto
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 7,50 m
- **Área Construída** : 734,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 32 : OFICINA ELÉTRICA

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto armado, com fechamento lateral em alvenaria e telhas de fibrocimento, fachada revestida em pintura a base de látex, cobertura em telhas de fibrocimento tipo kalhetão, sobre estrutura metálica em duas águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Oficina, Salas.

Forro	: telha vã
Paredes	: caiação
Piso	: concreto
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas

- **Estado de Conservação** : D: entre regular e reparos simples
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 3,50 m
- **Área Construída** : 202,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 33 : GALPÃO DO ACABAMENTO

Construção com dois pavimentos, edificada em estrutura de concreto armado, metálico e concreto pré-moldado, com fechamento lateral em alvenaria e telhas de fibrocimento, fachada revestida em pintura a base de látex, cobertura de telhas de fibrocimento ondulada, sobre estrutura metálica em duas águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Área de Produção e Escritórios.

Forro	: telha vã e laje
Paredes	: pintura a base de látex, caiação e azulejos
Piso	: cerâmicos e concreto
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas

Pavimento Superior: Escritórios e Sanitários.

Forro	: laje
Paredes	: pintura a base de látex
Piso	: cerâmicos
Caixilhos	: metálicos
Portas	: madeira

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 2,70 m a 14,00 m
- **Área Construída** : 7.571,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 34 : GALPÃO DA EXPEDIÇÃO

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto armado e metálica, com fechamento lateral em alvenaria e telhas fibrocimento, fachada revestida em pintura a base de látex e telhas aparentes, cobertura em fibrocimento, sobre estrutura metálica em duas águas tipo lanternim.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Galpão da Produção.

Forro	: telha vã
Paredes	: pintura a base de látex e caiação
Piso	: concreto
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 20 anos
- **Pé Direito** : 2,50 m a 16,00 m
- **Área Construída** : 1.237,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 40 anos

CONSTRUÇÃO N.º 35 : GALPÃO VIRABREQUIM

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto armado e metálica, com fechamento lateral em alvenaria e telhas fibrocimento, fachada revestida em pintura a base de látex e telhas aparentes, cobertura em fibrocimento, sobre estrutura metálica em duas águas tipo lanternim.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Galpão da Produção.

Forro	: telha vã
Paredes	: pintura a base de látex e caiação
Piso	: concreto
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 20 anos
- **Pé Direito** : 2,50 m a 16,00 m
- **Área Construída** : 2.478,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 40 anos

CONSTRUÇÃO N.º 36 : GALPÃO DA FUSÃO VIRABREQUIM

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto armado e metálica, com fechamento lateral em alvenaria e telhas fibrocimento, fachada revestida em pintura a base de látex e telhas aparentes, cobertura em fibrocimento, sobre estrutura metálica em duas águas tipo lanternim.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Galpão da Produção, Escritórios.

Forro	: telha vã e madeira
Paredes	: pintura a base de látex e caiação
Piso	: concreto e cerâmico
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas e madeira

- **Estado de Conservação** : D: entre regular e reparos simples
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 2,50 m a 6,00 m
- **Área Construída** : 1.153,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 37 : GALPÃO DO REFRATÁRIO

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto armado e metálica, com fechamento lateral em alvenaria e telhas fibrocimento, fachada revestida em pintura a base de látex e telhas aparentes, cobertura em fibrocimento, sobre estrutura metálica em duas águas tipo lanternim.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Galpão da Produção.

Forro	: telha vã
Paredes	: pintura a base de látex e caiação
Piso	: concreto
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas

- **Estado de Conservação** : D: entre regular e reparos simples
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 2,50 m a 16,00 m
- **Área Construída** : 1.588,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 38 : GALPÃO DAS EMPREITEIRAS

Construção com um pavimento, edificada em estrutura metálica, com fechamento lateral em alvenaria, fachada revestida em pintura a base de látex, cobertura em telhas de alumínio, sobre estrutura metálica em uma água.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: Depósito.

Forro	: telha vã
Paredes	: pintura a base de látex
Piso	: concreto
Caixilhos	: não tem
Portas	: não tem

- **Estado de Conservação** : B: entre novo e regular
- **Idade Real Estimada** : 01 ano
- **Pé Direito** : 5,00 m
- **Área Construída** : 1.426,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 59 anos

CONSTRUÇÃO N.º 39 : ABRIGO DA CARREGADEIRA

Construção com um pavimento, edificada em estrutura metálica, aberta, cobertura em telha de fibrocimento, sobre estrutura metálica em uma água.

Revestimentos Básicos Internos :

Forro	: telhas vã
Paredes	: não há
Piso	: concreto
Caixilhos	: não há
Portas	: não há

- **Estado de Conservação** : D: entre regular e reparos simples
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 4,00 m
- **Área Construída** : 40,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

Obs.: Esta construção está desativada e será demolida.

CONSTRUÇÃO N.º 40 : SUBESTAÇÃO

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto armado, com fechamento lateral em alvenaria, fachada revestida em pintura a base de látex, cobertura em laje impermeabilizada.

Revestimentos Básicos Internos :

Forro	: laje
Paredes	: pintura a base de látex
Piso	: plurigoma
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas e madeira

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 25 anos
- **Pé Direito** : 3,50 m
- **Área Construída** : 112,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 35 anos

CONSTRUÇÃO N.º 41 : ETA - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA

Construção com dois pavimentos, edificada em estrutura de concreto armado, com fechamento lateral em alvenaria, fachada revestida em pintura a base de látex, cobertura em duas águas, sobre estrutura de concreto.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimentos Térreo e Superior: Laboratório e Escritório.

Forro	: laje
Paredes	: pintura a base de látex e azulejos
Piso	: cerâmico
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálicas e madeira
Tanques de água	: em concreto com capacidade de 500 m³

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 3,00 m
- **Área Construída** : 390,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 42 : CASA DA PRESIDÊNCIA

Construção com dois pavimentos, edificada em estrutura de concreto armado, com fechamento lateral em alvenaria, fachada revestida em pintura a base de látex, cobertura em telhas cerâmicas, sobre estrutura de madeira em quatro águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Subsolo: Adega, Sanitários, Dependência de Empregados, Lavanderia.

Forro	: laje
Paredes	: pintura a base de látex e azulejos
Piso	: cerâmicos
Caixilhos	: metálicos e madeira
Portas	: madeira

Pavimento Térreo: 5 Suítes, 3 Salas, Escritório, Sanitários, Copa e Cozinha.

Forro	: laje e gesso
Paredes	: pintura a base de látex e azulejos
Piso	: cerâmicos e tacos
Caixilhos	: metálicos e madeira
Portas	: metálicas e madeira

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 3,00 m
- **Área Construída** : 620,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

Área Externa: Piscina, Estacionamento, Jardins e Churrasqueira.

CONSTRUÇÃO N.º 43 : CASAS DA GERÊNCIA

Vila composta por 10 residências com um pavimento, edificada em estrutura de concreto armado, com fechamento lateral em alvenaria, fachada revestida em pintura a base de látex, cobertura em telhas cerâmicas, sobre estrutura de madeira em quatro águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos :

Pavimento Térreo: 1 Suíte, 2 Quartos, Sala, Sanitários, Copa e Cozinha.

Forro	: laje e gesso
Paredes	: pintura a base de látex e azulejos
Piso	: cerâmicos e tacos
Caixilhos	: metálicos e madeira
Portas	: metálicas e madeira

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 2,80 m
- **Área Construída Total (10)** : 1.600,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

Área Externa: Piscina, Estacionamento e Jardins.

CONSTRUÇÃO N.º 44 : CASAS DOS FUNCIONÁRIOS

Vila composta por 15 residências com um pavimento, edificada em estrutura de concreto armado, com fechamento lateral em alvenaria, fachada revestida em pintura a base de látex, cobertura em telhas cerâmicas, sobre estrutura de madeira em duas águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos:

Pavimento Térreo: 2 Quartos, Sala, Sanitário, Copa e Cozinha.

Forro	: laje e gesso
Paredes	: pintura a base de látex e azulejos
Piso	: cerâmicos
Caixilhos	: metálicos e madeira
Portas	: madeira

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 2,80 m
- **Área Construída Total (15)** : 1.335,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 45 : GRÊMIO - SALÃO SOCIAL

Construção com um pavimento, edificada em estrutura de concreto armado, com fechamento lateral em alvenaria, fachada revestida em pintura a base de látex, cobertura em telhas cerâmicas, sobre estrutura de madeira em duas águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos:

Pavimento Térreo: Salão, Sanitários, Copa e Cozinha.

Forro	: laje
Paredes	: pintura a base de látex e azulejos
Piso	: cerâmicos
Caixilhos	: metálicos e madeira
Portas	: madeira

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 2,80 m
- **Área Construída** : 432,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 46 : GINÁSIO

Construção com um pavimento, edificada em estrutura metálica, com fechamento lateral parcial em telhas metálicas e alvenaria, cobertura em telhas metálicas, sobre estrutura de madeira em duas águas.

Dependências / Revestimentos Básicos Internos:

Pavimento Térreo: Quadra e Arquibancadas.

Forro	: telha vã
Paredes	: pintura a base de látex e telhas aparentes
Piso	: cimentado e lambris de madeira (quadra)
Caixilhos	: metálicos
Portas	: metálica

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Pé Direito** : 4,50 m
- **Área Construída** : 830,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 30 anos

CONSTRUÇÃO N.º 47 : SUBESTAÇÃO 138 KV

Construção a céu aberto com bases para transformadores e acessórios.

Cercamento	: alambrado metálico com 2,50 m altura
Piso	: brita e concreto
Base de equipamentos	: concreto armado

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 25 anos
- **Área Construída** : 2.000,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 35 anos

BENFEITORIA N.º 48 : PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

A pavimentação das áreas destinadas às ruas para circulação, estacionamento de veículos e pátios de manobra, é constituída de asfalto e concreto, com guias e sarjetas, com solo nivelado e compactado para tráfego médio a pesado.

- **Estado de Conservação** : E: reparos simples
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Área** : 8.000,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 10 anos

BENFEITORIA N.º 49 : AJARDINAMENTO

O ajardinamento, arborização e paisagismo das áreas intermediárias entre as construções e áreas pavimentadas, constituem-se de área gramada, árvores de pequeno a médio porte e plantas ornamentais.

- **Estado de Conservação** : C: regular
- **Idade Real Estimada** : 30 anos
- **Área** : 5.000,00 m²
- **Vida Útil Remanescente** : 10 anos

BENFEITORIA N.º 50 : CERCAMENTO LATERAL

Todas as divisas do terreno onde situa-se a unidade fabril são cercadas por alambrado metálico, com altura aproximada de 2,50 metros.

- **Estado de Conservação** : D : entre regular e reparos simples
- **Idade Real Estimada** : 25 anos
- **Extensão** : 1.800,00 m
- **Vida Útil Remanescente** : 15 anos

Nota : As áreas citadas foram obtidas com base na relação de áreas e planta fornecidas pelo solicitante e através de medição efetuada "in loco".

III. AVALIAÇÃO

1. VALOR DO TERRENO PARA MERCADO

Para determinação do Valor de Mercado de glebas têm-se basicamente dois métodos: o primeiro o Método Evolutivo, que consiste de análise da seleção de amostras em oferta, bem como negócios efetuados, cujas características tenham uma relação de semelhança com o imóvel avaliando e o segundo, o Método Involutivo, que é aquele baseado em modelo de viabilidade técnico-econômica para estimação do valor do terreno, alicerçado no seu aproveitamento eficiente, mediante hipotético empreendimento imobiliário, compatível com as características do imóvel e com as condições do mercado.

Haja vista que o imóvel objeto deste estudo acha-se em perímetro urbano e circundado por loteamentos residenciais, com lotes de pequenas dimensões, não havendo áreas à venda com características semelhantes, nos resta tão somente à determinação do valor do imóvel através do Método Involutivo.

A avaliação por este processo considera a receita provável da comercialização das unidades hipotéticas, com base em preços obtidos em pesquisas; considera todas as despesas inerentes à transformação do terreno no empreendimento projetado; prevê margem de lucro líquido ao empreendedor, despesas de comercialização, remuneração do capital-terreno, computados em prazos viáveis ao projeto, à execução e à comercialização das unidades, mediante taxas financeiras operacionais reais.

Após o tratamento de homogeneização empregado às amostras em anexo, de acordo com as posturas das normas de avaliações vigentes, obtivemos o seguinte Valor Unitário para pagamento à vista para lote padrão, dotado de toda a infraestrutura exigível para implantação do empreendimento:

. Valor Unitário Básico	**:**	**R$ 442,01 / m²**

O Valor de Mercado da Gleba será dado pela aplicação da parcela relativa ao proprietário sobre o valor total da gleba. Assim, o valor total da gleba será obtido através da aplicação do Método Involutivo, que simplificadamente, podemos dizer que o custo da gleba bruta **VI**, adicionado de todas as despesas $\mathbf{D_T}$ e somado com o lucro do empreendimento **L**, deve corresponder ao valor de venda da área loteável $\mathbf{V_L}$. Assim, o valor do terreno será indicado pela fórmula básica seguinte:

$$VG = VL - DT - L / (1 + i)^n$$

Onde:

VG	Valor total da gleba, que corresponde ao valor máximo que se pagaria pelo terreno para viabilizar o empreendimento;
VL	Receita total obtida com a venda das unidades resultantes;
DT	Despesas totais com a implantação do empreendimento;
L	Lucro mínimo previsto pelo empreendedor = 15%
i	Taxa de desconto financeiro = 1% ao mês
n	Número de meses previsto para implantação = 60

Resulta:

VL = Receita Total

A receita total obtida com a venda das unidades resultantes, compreende o valor final de venda da área útil relativa aos lotes, deduzidas as áreas exigíveis para aprovação de projeto, dado pela aplicação do valor unitário básico de mercado do lote pronto, diretamente sobre a respectiva área.

Assim, a determinação da área útil dos lotes é assim definida:

Área Global	3.622.362,46 m²
Sistema Viário (20%)	724.472,49 m²
Áreas Institucionais (15%)	543.354,37 m²
Reserva Legal (50%)	1.811.181,23 m²
Área Útil dos Lotes	**543.354,37 m²**

Substituindo-se, temos:

VL = Receita total obtida com a venda das unidades resultantes	
Au = Área Útil dos Lotes:	543.354,37 m²
Vu = Valor Unitário Básico:	R$ 442,01 / m²
VL = Receita Total	**R$ 240.166.370,00**

DT = Despesas Totais

As despesas totais com a implantação do empreendimento, são consideradas pelo custo de cada etapa da infraestrutura mínima exigida pela municipalidade, para que o loteamento receba o alvará de conclusão, dimensionados para módulos de 1.000 m² de área útil de lotes, com base nos custos apresentados pela revista "A Construção" da Editora Pini.

Descrição	**Custo Unitário (R$ / 1.000 m²)**
Serviços de Topografia	1.501,77
Terraplenagem Média	2.951,06
Rede de Água Potável	5.028,54
Rede de Esgotos	10.962,87
Drenagem Águas Pluviais - Galerias	4.568,20
Drenagem Águas Pluviais - Guias e Sarjetas	4.138,48
Pavimentação	12.344,76
Rede de Iluminação Pública	1.849,92
Impostos e Taxas (4%)	1.733,82
Projetos de Infraestrutura (3,5%)	1.517,10
Gerenciamento da Implantação (12%)	5.201,47
Sub-Total	**51.797,99**
BDI + Outros Custos / Eventuais (15%)	7.769,70
Despesas de Venda - Corretagem (4%)	2.071,92
Despesas de Venda - Divulgação (5%)	2.589,90
Custo Total	**64.229,51**

Substituindo-se, temos:

DT = Despesas totais para a implantação do empreendimento	
Au = Área Útil dos Lotes:	543.354,37 m²
Cu = Custo Unitário para Implantação:	R$ 64,23 / m²
DT = Despesas Totais	**R$ 34.899.651,00**

Assim, o valor da gleba será:

VG = Valor da Gleba para Mercado	
VL = Receita Total:	R$ 240.166.370,00
DT = Despesas Totais:	R$ 34.899.651,00
L = Lucro Previsto (20%):	R$ 48.033.274,00
Valor Futuro da Gleba	R$ 157.233.445,00
Taxa de Desconto	1%
Número de meses para implantação/comercialização	60
Desconto Custo Financeiro	0,55
VG = Valor da Gleba para Mercado	**R$ 86.478.395,00**

2. VALOR DAS CONSTRUÇÕES PARA MERCADO

Para a determinação do valor das edificações consideramos os materiais empregados, padrão construtivo e suas características específicas.

appraisal
avaliações e engenharia

ITEM	DESCRIÇÃO	IDADE REAL ESTI-MADA	VIDA UTIL	ÁREA (m²)	VALOR UNIT. NOVO R$/m² (R8N)	VALOR TOTAL NOVO (R$)	IDADE % DA VIDA	ESTADO EDIFI-CAÇÃO	COEF. DE DEPRE-CIAÇÃO	VALOR UNIT. DEPRE-CIADO R$/m²	VALOR TOTAL DEPRECIADO (R$)
1	Prédio da Balança / Recepção	30	60	48,00	1.090,00	52.320,00	50%	C	0,609	663,81	31.863,00
2	Portaria	30	60	300,00	1.090,00	327.000,00	50%	C	0,609	663,81	199.143,00
3	Prédio do DeRI	30	60	850,00	1.090,00	926.500,00	50%	C	0,609	663,81	564.239,00
4	Vestiário	30	60	810,00	960,00	777.600,00	50%	D	0,574	551,04	446.342,00
5	Banco do Brasil	10	60	270,00	1.040,00	280.800,00	17%	C	0,878	913,12	246.542,00
6	Prédio da Cantina	30	60	1.081,00	1.090,00	1.178.290,00	50%	C	0,609	663,81	717.579,00
7	Prédio da Cantina Externa	30	60	128,00	1.090,00	139.520,00	50%	C	0,609	663,81	84.968,00
8	Galpão do Almoxarifado Nortel	30	60	651,00	1.090,00	709.590,00	50%	D	0,574	625,66	407.305,00
9	Serviços Gerais	30	60	627,00	960,00	601.920,00	50%	C	1,609	1.544,64	968.489,00
10	Galpão da Manutenção Civil	30	60	332,00	960,00	318.720,00	50%	D	0,574	551,04	182.945,00
11	Galpão da Manutenção	30	60	1.510,00	960,00	1.449.600,00	50%	D	0,574	551,04	832.070,00
12	Prédio do Banco	15	60	93,00	1.090,00	101.370,00	25%	C	0,823	897,07	83.428,00
13	Depósito de Resíduos	5	60	195,00	830,00	161.850,00	8%	C	0,933	774,39	151.006,00
14	Galpão do Almoxarifado	30	60	296,00	1.090,00	322.640,00	50%	D	0,574	625,66	185.195,00
15	Prédio dos Compressores	30	60	1.338,00	960,00	1.284.480,00	50%	C	1,609	1.544,64	2.066.728,00
16	Prédio da Modelação	30	60	1.422,00	960,00	1.365.120,00	50%	C	2,609	2.504,64	3.561.598,00
17	Prédio da Administração	30	60	1.046,00	1.370,00	1.433.020,00	50%	C	0,609	834,33	872.709,00
18	Prédio da Engenharia	30	60	1.568,00	1.280,00	2.007.040,00	50%	C	0,609	779,52	1.222.287,00
19	Galpão do Depósito de Modelos	30	60	1.455,00	960,00	1.396.800,00	50%	D	0,574	551,04	801.763,00
20	Depósito de Inflamáveis	5	60	286,50	830,00	237.795,00	8%	C	0,933	774,39	221.863,00
21	Cobertura de Materiais Inflamáveis	1	60	300,00	220,00	66.000,00	2%	B	0,990	217,80	65.340,00
22	Depósito de Ascarel	30	60	150,00	220,00	33.000,00	50%	C	0,609	133,98	20.097,00
23	Galpão da Usinagem	5	60	3.211,00	1.080,00	3.467.880,00	8%	C	0,933	1.007,64	3.235.532,00
24	Galpão da Expedição I	30	60	1.343,00	1.280,00	1.719.040,00	50%	D	0,574	734,72	986.729,00
25	Galpão do Acabamento	30	60	1.352,00	1.280,00	1.730.560,00	50%	D	0,574	734,72	993.341,00
26	Galpão do Grupo 76	30	60	4.485,00	1.280,00	5.740.800,00	50%	D	0,574	734,72	3.295.219,00
27	Galpão da L2	30	60	1.885,00	1.280,00	2.412.800,00	50%	D	0,574	734,72	1.384.947,00
28	Galpão da Fusão I	30	60	3.673,00	1.280,00	4.701.440,00	50%	D	0,574	734,72	2.698.627,00
29	Galpão do Grupo 81	30	60	3.420,00	1.280,00	4.377.600,00	50%	D	0,574	734,72	2.512.742,00
30	Laboratório de Metrologia	30	60	231,00	1.280,00	295.680,00	50%	C	0,609	779,52	180.069,00
31	Almoxarifado Central	30	60	734,00	960,00	704.640,00	50%	C	0,609	584,64	429.126,00
32	Oficina Elétrica	30	60	202,00	1.090,00	220.180,00	50%	D	0,574	625,66	126.383,00
33	Galpão do Acabamento	30	60	7.571,00	1.280,00	9.690.880,00	50%	C	0,609	779,52	5.901.746,00
34	Galpão da Expedição	20	60	1.237,00	1.090,00	1.348.330,00	33%	C	0,761	829,49	1.026.079,00
35	Galpão Virabrequim	20	60	2.478,00	1.090,00	2.701.020,00	33%	C	0,761	829,49	2.055.476,00
36	Galpão da Fusão Virabrequim	30	60	1.153,00	1.280,00	1.475.840,00	50%	D	0,574	734,72	847.132,00
37	Galpão Refratário	30	60	1.588,00	1.090,00	1.730.920,00	50%	D	0,574	625,66	993.548,00
38	Galpão Empreiteiras	1	60	1.426,00	670,00	955.420,00	2%	B	0,990	663,30	945.866,00
39	Abrigo da Carregadeira	30	60	40,00	220,00	8.800,00	50%	D	0,574	126,28	5.051,00
40	Subestação	25	60	112,00	960,00	107.520,00	42%	C	0,684	656,64	73.544,00
41	ETA - Tratamento d'água	30	60	390,00	1.670,00	651.300,00	50%	C	0,609	1.017,03	396.642,00
42	Casa da Presidência	30	60	620,00	1.370,00	849.400,00	50%	C	0,609	834,33	517.285,00
43	Casas da Gerência (10 unidades)	30	60	1.600,00	1.280,00	2.048.000,00	50%	C	0,609	779,52	1.247.232,00
44	Casas dos Funcionários (15 unidades)	30	60	1.335,00	960,00	1.281.600,00	50%	C	0,609	584,64	780.494,00
45	Grêmio - Salão Social	30	60	432,00	1.090,00	470.880,00	50%	C	0,609	663,81	286.766,00
46	Ginásio	30	60	830,00	960,00	796.800,00	50%	C	0,609	584,64	485.251,00
47	Subestação 138 kv	25	60	2.000,00	830,00	1.660.000,00	42%	C	0,684	567,72	1.135.440,00
48	Pavimentação	30	40	8.000,00	110,00	880.000,00	75%	E	0,282	31,02	248.160,00
49	Ajardinamento	30	40	5.000,00	20,00	100.000,00	75%	C	0,335	6,70	33.500,00
50	Fechamento	25	40	1.800,00	80,00	144.000,00	63%	D	0,448	35,84	64.512,00
	ÁREA TOTAL COBERTA			**56.104,50**	**m²**	**67.442.305,00**					**46.819.938,00**

3. RESUMO DE VALORES

3.1. VALOR TOTAL DO IMÓVEL PARA MERCADO

O Valor para Mercado do imóvel foi obtido com a somatória dos valores do terreno e das edificações, incidindo um fator de comercialização, que pode ser considerado depreciação de mercado e correspondente a 20%.

. Valor do Terreno para Mercado	:	R$ 86.478.395,00
. Valor das Construções para Mercado	:	R$ 46.819.938,00
. Fator de Comercialização	:	0,80
. Valor do Imóvel para Mercado	:	R$ 106.638.666,00
. Valor Total do Imóvel para Mercado	**:**	**R$ 106.639.000,00**

3.2. VALOR TOTAL DO IMÓVEL PARA LIQUIDAÇÃO FORÇADA

O Valor de Liquidação Forçada do imóvel foi aferido no mercado imobiliário local, através de um fator de ajuste correspondente ao imóvel como um todo, levando-se em conta a situação geral do imóvel em relação à região onde está inserido e a atual situação econômica, visando maior liquidez.

Considerando as tendências da região e o mercado local, verificamos que o imóvel avaliando apresenta características construtivas específicas fazendo com que sua comercialização se torne restrita, com um tempo médio de comercialização de aproximadamente 24 meses. Portanto, para criarmos condições de liquidação em tempo mais curto, será necessário aplicarmos um deságio sobre o valor de mercado que tenha equivalência ao tempo esperado.

R$ (Valor Total do Imóvel de Liquidação Forçada) : Valor Mercado / Deságio

Onde:

DESÁGIO : $(1+i)^n$
i: taxa de juros mensal = 2,518 % (média de índices)
n: número de meses = 24 meses

R$ (Valor do Imóvel de Liquidação Forçada) : 106.638.666,00 * $(1/ (1+0,02518)^{24}$
R$ (Valor do Imóvel de Liquidação Forçada) : 106.638.666,00 * 0,5506
R$ (Valor do Imóvel de Liquidação Forçada) : R$ 58.716.822,00

R$ (Valor Total do Imóvel de Liquidação Forçada) : R$ 58.717.000,00

IV. METODOLOGIA

Adotamos em nosso Laudo os métodos definidos pelas NBR 14.653-1/01 e 14.653-2/11 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e/ou segundo as Normas do IBAPE - Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia.

1. TERRENO

Para atender aos objetivos mencionados o trabalho foi assim estruturado :

PESQUISA DE MERCADO :

Para a determinação do valor, tendo em vista a natureza do imóvel avaliando e a disponibilidade de dados seguros, optamos pela utilização do "Método Involutivo", o qual se baseia em modelo de viabilidade técnico-econômica para estimação do valor do terreno, alicerçado no seu aproveitamento eficiente, mediante hipotético empreendimento imobiliário, compatível com as características do imóvel e com as condições do mercado.

PESQUISA DIRIGIDA :

Foram realizadas consultas específicas junto a corretores de imóveis que operam na região do imóvel, cujas opiniões e comentários foram extremamente úteis para embasar as conclusões deste trabalho.

2. CONSTRUÇÃO

O valor das construções foi obtido através do Método do Custo de Reedição, ponderando os valores unitários básicos para Junho/2014 e múltiplos dos custos unitários das edificações habitacionais, da tabela elaborada e divulgada mensalmente pelo Sindicato da Indústria de Construção Civil no Estado do Rio de Janeiro, sendo levado em consideração, depreciação das construções em função da idade real estimada, estado de conservação e de ordem funcional.

V. CRITÉRIO

Para a presente avaliação estabelecemos os critérios de Valores de Mercado e Liquidação Forçada, assim definidos :

1. VALOR DE MERCADO

É a quantia mais provável pela qual se negocia voluntariamente e conscientemente um bem, numa data de referência, dentro das condições do mercado vigente.

2. VALOR DE LIQUIDAÇÃO FORÇADA

Condição relativa à hipótese de uma venda compulsória ou em prazo menor que o médio de absorção pelo mercado.

VI. TRATAMENTO DOS ELEMENTOS COLETADOS - FATORES UTILIZADOS

VALOR UNITÁRIO: para a obtenção de valores unitários, dividimos o preço global pela respectiva área do comparativo.

FATOR OFERTA: adotar-se-á um fator de redução de 10% sobre o preço ofertado, considerando-se a elasticidade da negociação no fechamento.

TRANSPOSIÇÃO: os elementos comparativos não foram transpostos através dos valores de lançamento tributário, uma vez que estes estão defasados da realidade do mercado imobiliário local. A transposição que utilizamos no presente laudo foi baseada na escala de valores que segue adiante (índices acumulativos e multiplicativos), devidamente aferidos para o local avaliando.

O fator deve ser limitado apenas à parcela de influência que o terreno ou localização contribui na composição do valor final do imóvel.

A expressão algébrica que permite calcular o fator é a seguinte:

$Ft = 1 + [(Ila - Ilc) / Ilc] \times Pt$

Onde:

Ft	=	Fator de transposição
Ila	=	Índice local da unidade avalianda
Ilc	=	Índice local da unidade comparativa
Pt	=	Parcela com que proporcionalmente a localização contribui no valor do imóvel

UTILIZAMOS A SEGUINTE ESCALA DE VALORES

1. ÍNDICES ACUMULATIVOS (SOMA = 100)

A. TRAFEGABILIDADE = 20

B. PAVIMENTAÇÃO

Asfalto	=	17
Paralelepípedo	=	16
Cascalho ou pedra	=	8
Terra batida	=	5

C. TRANSPORTE COLETIVO

Até 100 m	= 15
De 100 a 300 m	= 10
De 300 a 500 m	= 5
Acima de 500 m	= 0

D. LUZ DOMICILIAR = 13

E. ÁGUA = 11

F. LUZ PÚBLICA = 7

G. LARGURA DA RUA

Mais de 20 m	= 5
De 10 a 20 m	= 3
Até 10 m	= 1
Praças	= 5

H. GUIAS E SARJETAS = 5

I. ESGOTO = 4

J. TELEFONE = 2

L. GÁS = 1

2. ÍNDICES MULTIPLICATIVOS

A. DENSIDADE DE EDIFICAÇÃO

De 100% à 70%	= 1,00
De 70% à 40%	= 0,95
Abaixo de 40%	= 0,90

B. NÍVEL ECONÔMICO

Classe Alta	= 1,50 à 2,00
Classe Média/Alta	= 1,25 à 1,50
Classe Média	= 1,00 à 1,25
Classe Média/Baixa	= 0,85 à 1,00
Classe Popular	= 0,70 à 0,85

C. FATOR COMERCIAL

Alto	=	1,00
Médio/Alto	=	0,85
Médio	=	0,70
Médio/Baixo	=	0,60
Baixo	=	0,50 - 0,55

FATOR TOPOGRAFIA :

Plana	=	1,00
Caído para os fundos :		
Até 5%	=	0,95
De 5% até 10%	=	0,90
De 10% até 20%	=	0,80
Acima de 20%	=	0,70
Em aclive :		
Até 10%	=	0,95
Até 20%	=	0,90
Acima de 20%	=	0,85

FATOR GRANDEZA DE ÁREA :

Pôde-se observar junto ao mercado imobiliário, que de um modo geral, à medida que aumentam as áreas em negócio, e conseqüentemente o volume de dinheiro da comercialização, diminuem proporcionalmente, os valores unitários das transações em ofertas, e, além disso, é muito comum na grande maioria dos casos, representando uma espécie de desconto concedido pelos vendedores à medida que crescem as importâncias das transações.

Desta forma, é necessária a aplicação de um coeficiente que traduza tal atitude do mercado imobiliário, denominada no presente estudo como Fator Grandeza de Área.

Para a determinação deste fator, utilizou-se as seguintes equações, conforme prescrito na publicação "Curso Básico de Engenharia Legal e de Avaliações" de autoria de Sérgio Antônio Abunahman, publicado pela Editora Pini:

$$Fa = \frac{(\text{área de elemento pesquisado})}{(\text{área de elemento avaliando})}^{1/4}$$ = quando a diferença for inferior a 30%

$$Fa = \frac{(\text{área de elemento pesquisado})}{(\text{área de elemento avaliando})}^{1/8}$$ = quando a diferença for superior a 30%

FÓRMULA DE HOMOGENEIZAÇÃO: com o objetivo de facilitar os cálculos através da programação, plotamos os fatores retro indicados na expressão matemática genérica que segue:

V = (PC / S) x Fo x [(Fta / Ftc) + (Ftopa / Ftopc) + (Fga / Fgc) - número de fatores + 1]

ONDE:

V	=	Valor comparativo
Pc	=	Preço de compra
Fo	=	Fator oferta
S	=	Área do elemento comparativo
Ft	=	Fator transposição (elemento avaliando e comparativo)
Ftop	=	Fator topografia (elemento avaliando e comparativo)
Fg	=	Fator grandeza de área (elemento avaliando e comparativo)

TRATAMENTO ESTATÍSTICO: a análise e saneamento dos resultados obtidos é efetuada adotando-se uma faixa de 30% em torno da média (limite fixado pelas “Normas”), descartando-se os elementos discordantes.

VII. ENCERRAMENTO

1. VALOR TOTAL DO IMÓVEL PARA MERCADO

De acordo com o anteriormente exposto e anexos, o imóvel de propriedade da **TUBRASIL BR METALS BP EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, situado à Estrada Governador Raimundo Padilha, s/n.º, Fazenda Santa Cecília, Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, com área de 3.622.362,46 m² de terreno e área de 56.104,50 m² de construção, é por nós avaliado para Valor de Mercado em R$ 106.639.000,00 (Cento e Seis Milhões, Seiscentos e Trinta e Nove Mil Reais), considerando a inexistência de ônus, posse, domínio, hipoteca, passivos ambientais, vínculos e desapropriações que onerem o bem avaliado e a finalidade específica para qual foi destinada esta avaliação.

2. VALOR TOTAL DO IMÓVEL PARA LIQUIDAÇÃO FORÇADA

De acordo com o anteriormente exposto e anexos, o imóvel de propriedade da **TUBRASIL BR METALS BP EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, situado à Estrada Governador Raimundo Padilha, s/n.º, Fazenda Santa Cecília, Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, com área de 3.622.362,46 m² de terreno e área de 56.104,50 m² de construção, é por nós avaliado para Valor de Liquidação Forçada em R$ 58.717.000,00 (Cinquenta e Oito Milhões, Setecentos e Dezessete Mil Reais), considerando a inexistência de ônus, posse, domínio, hipoteca, passivos ambientais, vínculos e desapropriações que onerem o bem avaliado e a finalidade específica para qual foi destinada esta avaliação.

São Paulo, 30 de Junho de 2014.

APPRAISAL
AVALIAÇÕES E ENGENHARIA LTDA.
CREA - SP 324322

ILTON FERNANDES RUIC
DIRETOR RESPONSÁVEL - CREA-SP. 51818

VIII. FOTOGRAFIAS



TREVO DE ACESSO À INDÚSTRIA



ESTRADA GOVERNADOR RAIMUNDO PADILHA



PRÉDIO DA BALANÇA / RECEPÇÃO



PORTARIA E PRÉDIO DO DeRI (AO FUNDO)



PRÉDIO DO DeRI



VESTIÁRIO



BANCO DO BRASIL



PRÉDIO DA CANTINA



PRÉDIO DA CANTINA EXTERNA



GALPÃO ALMOXARIFADO NORTEL



SERVIÇOS GERAIS



GALPÃO DA MANUTENÇÃO CIVIL



GALPÃO DA MANUTENÇÃO



PRÉDIO DO BANCO



DEPÓSITO DE RESÍDUOS



GALPÃO DO ALMOXARIFADO



PRÉDIO DOS COMPRESSORES



PRÉDIO DA MODELAÇÃO



PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO



PRÉDIO DA ENGENHARIA



DEPÓSITO DE MODELOS



DEPÓSITO DE INFLAMÁVEIS



COBERTURA DE MATERIAIS INFLAMÁVEIS



DEPÓSITO DE ASCAREL



GALPÃO DA USINAGEM



GALPÃO DA EXPEDIÇÃO I



GALPÃO DO ACABAMENTO



GALPÃO DO GRUPO 76



GALPÃO DA L2



GALPÃO DA FUSÃO I



GALPÃO DO GRUPO 81



METROLOGIA



OFICINA ELÉTRICA E ALMOXARIFADO CENTRAL



GALPÃO DO ACABAMENTO



GALPÃO DA EXPEDIÇÃO



GALPÃO VIRABREQUIM



GALPÃO DA FUSÃO VIRABREQIUM



GALPÃO REFRATÁRIO



GALPÃO EMPREITEIRAS



ABRIGO DA CARREGADEIRA



SUBESTAÇÃO



ETA - TRATAMENTO D'ÁGUA



CASA DA PRESIDÊNCIA



VILA DA GERÊNCIA



VILA DOS FUNCIONÁRIOS



GRÊMIO - SALÃO SOCIAL



GINÁSIO



CLUBE



AJARDINAMENTO



AJARDINAMENTO



RUA INTERNA

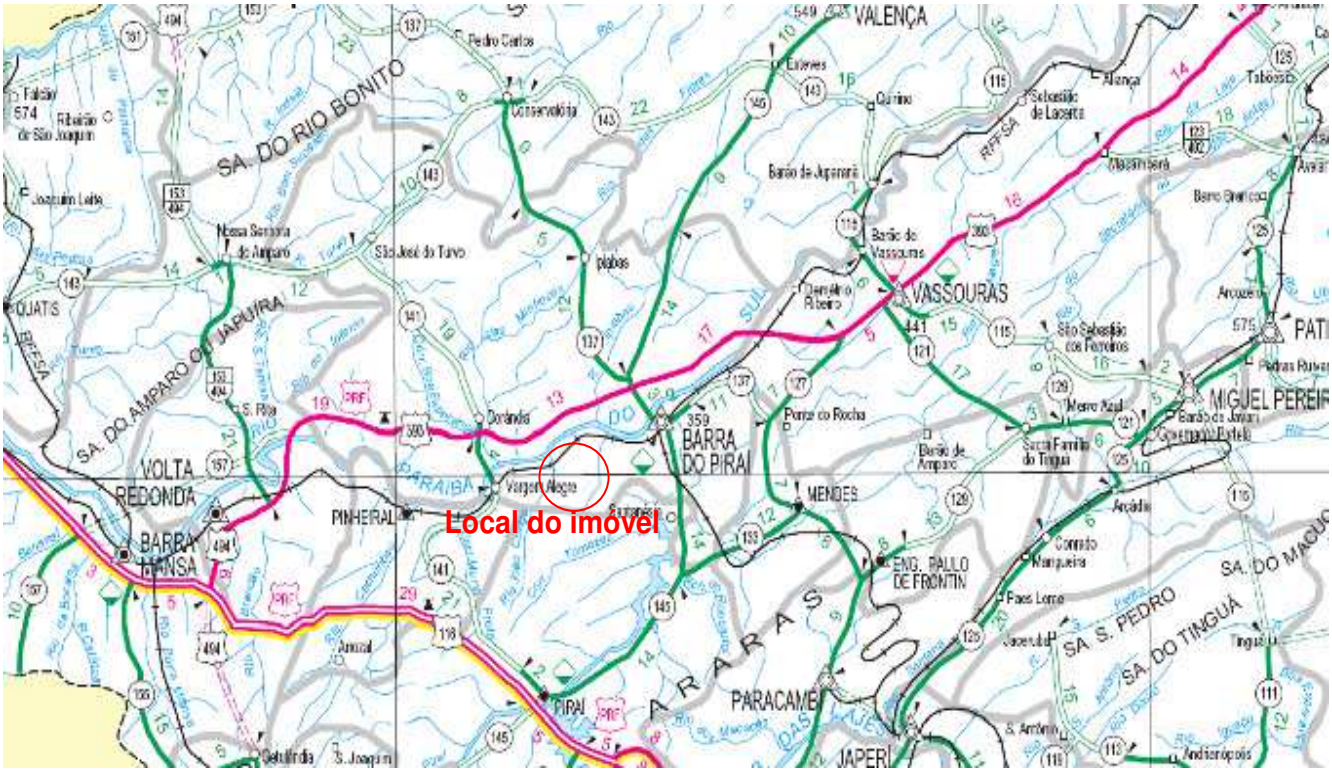


INDÚSTRIA

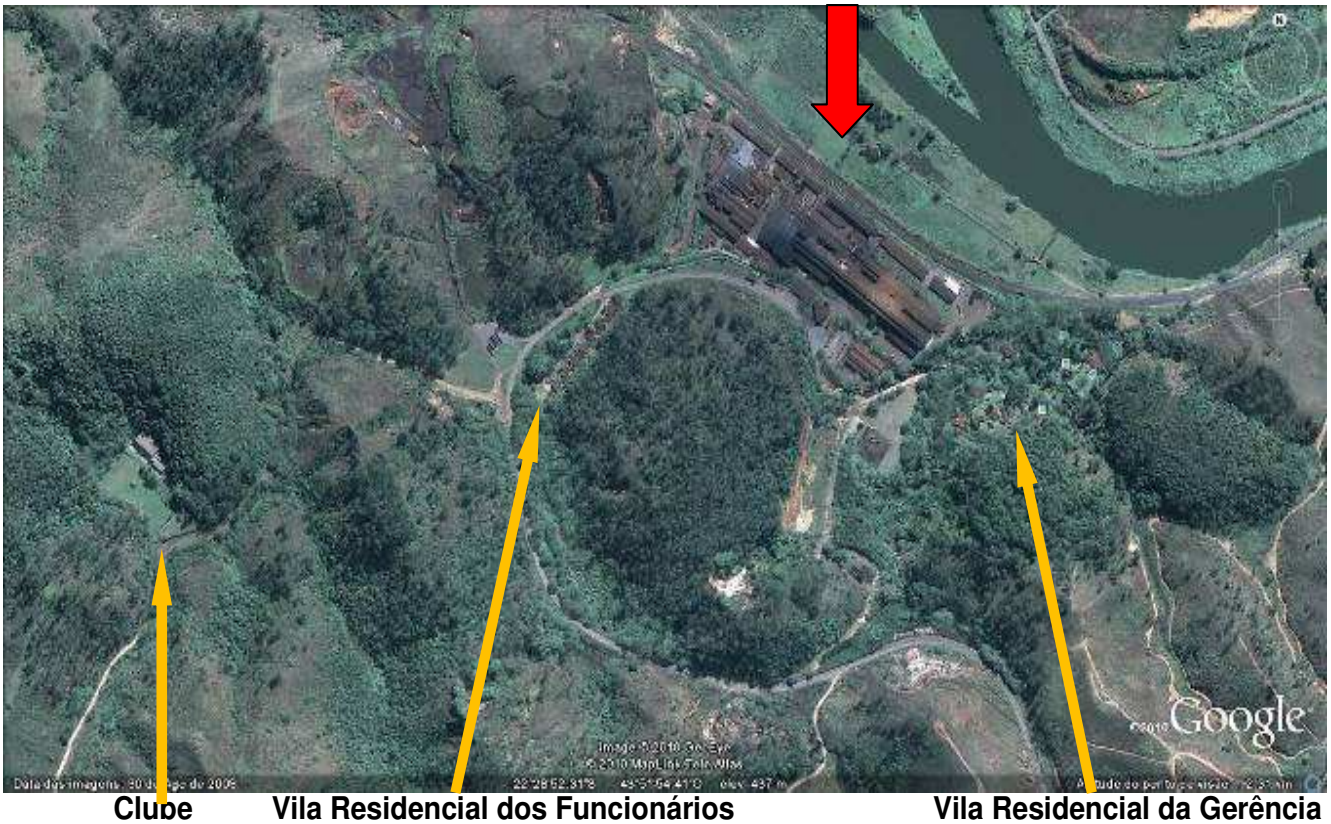
IX. LOCALIZAÇÃO

appraisal
avaliações e engenharia

Para Três Rios



Indústria



Clube **Vila Residencial dos Funcionários** **Vila Residencial da Gerência**

X. FICHAS DE PESQUISA

FICHA DE PESQUISA DE TERRENO
NR 01

.Estado	:	Rio de Janeiro
.Município	:	Barra do Piraí
.Bairro	:	Oficinas Velhas
.Endereço	:	Rua Prefeito Lago José C. Valério
.Zona	:	Urbana
.Índice Adotado	:	57,00
.Área Total	:	2.091,07 m²
.Melhoramentos	:	Água, Luz e Telefone
.Topografia	:	Plana
.Observação	:	Terreno livre
.Oferta	:	R$ 1.000.000,00
.Informante	:	Matti Imóveis
		Sr. Caio - (24) 2442-2950 / 2444-2234
.Data da Venda	:	Abril / 2014
.Cálculo do Preço Unitário à Vista para	:	**Junho / 2014**
.R$ 1.000.000,00 x 1,00 / 2.091,07 m² = R$ 478,22 /m²		
Pesquisador	:	**W.F.B.**

FICHA DE PESQUISA DE TERRENO
NR 02

.Estado	:	Rio de Janeiro
.Município	:	Barra do Piraí
.Bairro	:	Santa Cecília
.Endereço	:	Estrada Manoel Coutinho Carvalho
.Zona	:	Urbana
.Índice Adotado	:	76,71
.Área Total	:	2.100,00 m²
.Melhoramentos	:	Água, Luz e Telefone
.Topografia	:	Plana
.Observação	:	Terreno livre.
.Oferta	:	R$ 1.500.000,00
.Informante	:	Matti Imóveis
		Sr. Caio - (24) 2442-2950 / 2444-2234
.Data da Venda	:	Janeiro / 2014
.Cálculo do Preço Unitário à Vista para	:	**Junho / 2014**
.R$ 1.500.000,00 x 1,00 / 2.100,00 m² = R$ 714,29 /m²		
Pesquisador	:	**W.F.B.**

FICHA DE PESQUISA DE TERRENO
NR 03

.Estado	:	Rio de Janeiro
.Município	:	Barra do Piraí
.Bairro	:	Oficinas Velhas
.Endereço	:	Rua Professor Artur Costa
.Zona	:	Urbana
.Índice Adotado	:	57,00
.Área Total	:	1.968,00 m²
.Melhoramentos	:	Água, Luz e Telefone
.Topografia	:	Aclive até 10%
.Observação	:	Terreno livre.
.Oferta	:	R$ 1.000.000,00
.Informante	:	Matti Imóveis
		Sr. Caio - (24) 2442-2950 / 2444-2234
.Cálculo do Preço Unitário à Vista para	:	**Junho / 2014**
.R$ 1.000.000,00 x 0,90 / 1.968,00 m² = R$ 457,32 /m²		
Pesquisador	:	**W.F.B.**

FICHA DE PESQUISA DE TERRENO
NR 04

.Estado	:	Rio de Janeiro
.Município	:	Barra do Piraí
.Bairro	:	Vila Helena
.Endereço	:	Rua Vereador Chequer Elias, ao lado da Bramil
.Zona	:	Urbana
.Índice Adotado	:	80,75
.Área Total	:	6.151,00 m²
.Melhoramentos	:	Água, Luz e Telefone
.Topografia	:	Plana
.Observação	:	Terreno livre
.Oferta	:	R$ 5.000.000,00
.Informante	:	Matti Imóveis
		Sr. Caio - (24) 2442-2950 / 2444-2234
.Cálculo do Preço Unitário à Vista para	:	**Junho / 2014**
.R$ 5.000.000,00 x 0,90 / 6.151,00 m² = R$ 731,59 /m²		
Pesquisador	:	**W.F.B.**

FICHA DE PESQUISA DE TERRENO
NR 05

.Estado	:	Rio de Janeiro
.Município	:	Barra do Piraí
.Bairro	:	Morro do Gama
.Endereço	:	Rua Cristiano Otoni, esquina com a Travessa Manoel Diogo
.Zona	:	Urbana
.Índice Adotado	:	47,50
.Área Total	:	150,00 m²
.Melhoramentos	:	Água, Luz e Telefone
.Topografia	:	Caído de 5 a 10%
.Observação	:	Casa comercial de 120,00 m², com valor atribuído à construção de R$ 640.000,00
.Oferta	:	R$ 800.000,00
.Informante	:	Comven Imóveis
		Sr. Sebastião - (024) 2442-1116 / 2471-2277
.Cálculo do Preço Unitário à Vista para	:	**Junho / 2014**
.(R$ 800.000,00 x 0,90 - R$ 640.000,00) / 150,00 m² = R$ 533,33 /m²		
Pesquisador	:	**W.F.B.**

XI. ANEXO - PLANILHAS DE CÁLCULOS

XII. DOCUMENTAÇÃO

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 112

Evento:
ATO_ORDINATORIO_PRATICADO
Data:
09/02/2023 14:18:42
Usuário:
JRJ14846 - RICARDO CORNI ALVES - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
112

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: BR MATOZINHOS FUNDICOES LTDA. EM RECUPERACAO JUDICIAL

ATO ORDINATÓRIO

Evento 102:

[...].

Evento 97: Oficie-se ao juízo da recuperação judicial solicitando reserva de crédito. Ademais, nos termos do artigo 6º, §7-B, da Lei nº 11.101/2005, incluído pela Lei 14.112/2020, **comunique-se ao M. Juízo Estadual se já houver bem(ns) constrito(s) nestes autos** a fim de constatar se se trata de *"bens de capital essenciais à manutenção da atividade empresarial até o encerramento da recuperação judicial"*.

Documento eletrônico assinado por **RICARDO CORNI ALVES, Servidor de Secretaria** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510009613875v2** e do código CRC **37c5e320**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): RICARDO CORNI ALVES
Data e Hora: 9/2/2023, às 14:18:42

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 113

Evento:
EXPEDICAO_DE_OFICIO
Data:
13/03/2023 12:53:33
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
113

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: BR MATOZINHOS FUNDICOES LTDA. EM RECUPERACAO JUDICIAL

OFÍCIO Nº 510009808838

DESTINATÁRIO: **EXMO.(A) SR.(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUNDIAÍ/SP**

ENDEREÇO ELETRÔNICO: **jundiai5cv@tj.sp.gov.br**

REF. PROC.: 1037066-03.2014.8.26.0100

Sr(a). Juiz(a),

Para garantia da execução fiscal n° 0091858-64.2015.4.02.5119, que se processa por esta 6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro, solicito a Vossa Excelência que se digne **determinar,** no rosto dos autos do processo n° 1037066-03.2014.8.26.0100, que por esse M. Juízo tramita, **a anotação, em favor da Exequente acima indicada, de penhora sobre crédito que exista em nome do(a) Executado(a)** BR MATOZINHOS FUNDICOES LTDA. EM RECUPERACAO JUDICIAL, CNPJ 19.811.058/0001-43 até o limite de **R$ 12.731.336,78**, atualizado para 28/02/2023, sirvindo-me ainda do presente para, nos termos do artigo 6º, §7-B, da Lei nº 11.101/2005, incluído pela Lei 14.112/2020, **solicitar a Vossa Excelência que se digne informar** se o bem constrito nesta execução fiscal consiste em *"bem de capital essencial à manutenção da atividade empresarial até o encerramento da recuperação judicial".*

Para melhor entendimento, segue(m), em anexo(s), cópias da decisão e do termo de penhora do bem, constantes dos autos da execução fiscal (**Eventos 47 e 102**).

Colho o ensejo para apresentar protestos de distinta consideração.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510009808838v2** e do código CRC **20411ae1**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 13/3/2023, às 12:53:33

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 114

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_COMUNICACAO_ELETRONICA___EMAIL_ENVIADO
Data:
14/03/2023 13:18:52
Usuário:
JRJ14267 - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
114

Justiça Federal da 2ª Região

Informações do Email Enviado

14/03/2023 13:18:51

De: 06vfef@jfrj.jus.br
Para: jundiai5cv@tj.sp.gov.br
Assunto: JFRJ - 6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro - Processo 0091858-64.2015.4.02.5119

Senhor(a) Escrivão(ã),

Cumprimentando-o(a) cordialmente, sirvo-me do presente para encaminhar o OFÍCIO Nº 510009808838, expedido pela 6ª Vara Federal de Execução Fiscal, para ciência.

Solicito ACUSAR O RECEBIMENTO DO EXPEDIENTE através de e-mail resposta, com NOME, CARGO e MATRÍCULA do responsável pelo recebimento, para fins de lavratura da certidão de cumprimento nos moldes determinados pela Direção do Foro da Justiça Federal.

Na oportunidade, formulo os agradecimentos pelas providências adotadas.

Atenciosamente,

ALEXANDRE MOTTA
Supervisor
6ª Vara Federal de Execução Fiscal-RJ

[Email enviado pelo sistema eprocRJ da Justiça Federal da 2ª Região]

Anexos

Evento 113-OFIC1.pdf
Evento 102-DESPADEC1.pdf
Evento 47-CERT27.pdf
Evento 47-OUT26.pdf

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 115

Evento:

PROCESSO_SUSPENSO_OU_SOBRESTADO_POR_DECISAO_JUDICIAL___DILIGENCIA__DEPRECADA

Data:
14/03/2023 13:19:13

Usuário:
JRJ14267 - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)

Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ

Sequência Evento:
115

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 116

Evento:
LEVANTAMENTO_DA_SUSPENSAO_OU_DESSOBRESTAMENTO
Data:
14/05/2023 06:15:07
Usuário:
SECFCP - USUÁRIO ROTINA FECHAMENTO CONTROLE PRAZO -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
116

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 117

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO
Data:
17/05/2023 16:56:41
Usuário:
JRJ14267 - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
117

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 118

Evento:
DETERMINADA_A_INTIMACAO
Data:
01/06/2023 12:30:32
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
118

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: BR MATOZINHOS FUNDICOES LTDA. EM RECUPERACAO JUDICIAL

DESPACHO/DECISÃO

Renove-se a diligência anteriormente determinada.

Após o envio do expediente, se nada mais houver pedido pelas partes, **fiquem os autos suspensos em Secretaria**, por até 60 dias, no aguardo da resposta.

Vindo a resposta ou algum pedido das partes, venham conclusos.

Se não, decorrido o prazo sem resposta, reative-se o processo para **reiteração da diligência**, disso intimando-se as partes e então retomando-se a suspensão, nos moldes acima.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510010497658v2** e do código CRC **93bb7b84**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 1/6/2023, às 12:30:32

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 119

Evento:
PETICAO
Data:
13/06/2023 16:21:48
Usuário:
PERRJ099340 - JULIANA VETTORAZZO RODRIGUES BARROS - PERITO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
119

JULIANA VETTORAZZO
LEILOEIRA OFICIAL

EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA 6ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

URGENTE

Processo nº **0091858-64.2015.4.02.5119**

JULIANA VETTORAZZO, Leiloeira Pública Oficial, matriculada na JUCERJA sob o nº 155, vem à V. Exa. expor e requerer o que se segue:

1) Conforme artigo 889, inciso V do Código de Processo Civil vigente, no caso de alienação judicial de bem imóvel, os credores deverão ser cientificados.

> ***Art. 889.*** *Serão cientificados da alienação judicial, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência: (...)*
>
> ***V –*** *o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, quando a penhora recair sobre bens com tais gravames, caso não seja o credor, de qualquer modo, parte na execução; (...)*

2) Sendo assim, esta Leiloeira vem informar que foi nomeada pelo Juiz da 9ª Vara Federal de Execução Fiscal do Estado do Rio de Janeiro/RJ, processo nº **0000672-28.2013.4.02.5119**, para realizar o **leilão do imóvel descrito a seguir, que também encontra-se penhorado nestes autos**: "Fazenda Santa Cecília, sito no primeiro distrito do Município de Barra do Piraí, constante de mais ou menos 3.729.238,00 m^2(três milhões, setecentos e vinte e nove mil, duzentos e trinta e oito metros quadrados), conforme **R-12** da certidão atualizada de ônus reais, **MATRÍCULA:** 1578, do Cartório do 2° Ofício de Barra do Piraío/RJ".

JULIANA VETTORAZZO
LEILOEIRA OFICIAL

3) Diante do exposto, requer que **SEJAM AS PARTES CIENTIFICADAS,** o mais breve possível, **ACERCA DO LEILÃO QUE SERÁ REALIZADO,** de forma on-line, através do site www.jvleiloes.lel.br , nas datas abaixo:

1ª praça: 29/06/2023 às 13:00 horas.
2ª praça: 29/06/2023 às 15:00 horas.

Por fim, esta Leiloeira coloca-se à disposição de V. Exa., e manifesta protesto da mais elevada estima e consideração.

Rio de Janeiro, 01 de junho de 2023.

JULIANA VETTORAZZO
Leiloeira Pública Oficial

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 120

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO
Data:
25/07/2023 15:40:36
Usuário:
JRJ14267 - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
120

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 121

Evento:
DECISAO_INTERLOCUTORIA
Data:
25/07/2023 23:42:09
Usuário:
JRJ17366 - VANESSA SIMIONE PINOTTI - MAGISTRADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
121

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: BR MATOZINHOS FUNDICOES LTDA. EM RECUPERACAO JUDICIAL

DESPACHO/DECISÃO

Evento 119, DOC1 - Oficie ao M. Juízo indicado, para que se proceda à penhora do valor objeto desta execução no crédito que exista em favor da Executada nos autos do processo que por lá tramita.

Oportunamente, renove-se a diligência, conforme anteriormente determiando.

Documento eletrônico assinado por **VANESSA SIMIONE PINOTTI, Juíza Federal Substituta** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510010988329v2** e do código CRC **f2558425**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): VANESSA SIMIONE PINOTTI
Data e Hora: 25/7/2023, às 23:42:9

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 122

Evento:
INTIMACAO_ELETRONICA___EXPEDIDA_CERTIFICADA___DESPACHO_DECISAO
Data:
25/07/2023 23:42:09
Usuário:
JRJ17366 - VANESSA SIMIONE PINOTTI - MAGISTRADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
122
Executado:
BR MATOZINHOS FUNDICOES LTDA.
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
27/07/2023 00:00:00
Data Final:
02/08/2023 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 123

Evento:
INTIMACAO_ELETRONICA___EXPEDIDA_CERTIFICADA___DESPACHO_DECISAO
Data:
25/07/2023 23:42:09
Usuário:
JRJ17366 - VANESSA SIMIONE PINOTTI - MAGISTRADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
123
Exequente:
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
27/07/2023 00:00:00
Data Final:
02/08/2023 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
CARLOS CORTES VIEIRA LOPES

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 124

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__122
Data:
26/07/2023 05:15:39
Usuário:
SP072080 - MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS - ADVOGADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
124

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 125

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__123
Data:
26/07/2023 07:39:40
Usuário:
P1585485 - CARLOS CORTES VIEIRA LOPES - PROCURADOR
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
125

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 126

Evento:
CIENCIA_COM_RENUNCIA_AO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__123
Data:
26/07/2023 07:39:40
Usuário:
P1585485 - CARLOS CORTES VIEIRA LOPES - PROCURADOR
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
126

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 127

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__122
Data:
03/08/2023 03:03:06
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
127

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 128

Evento:
ATO_ORDINATORIO_PRATICADO
Data:
04/10/2023 13:52:03
Usuário:
JRJ12495 - CLAUDIO MARCUS DE MELO - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
128

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: BR MATOZINHOS FUNDICOES LTDA. EM RECUPERACAO JUDICIAL

ATO ORDINATÓRIO

DECISÃO DE EVENTO 121:

"**Evento 119, DOC1** - Oficie ao M. Juízo indicado, para que se proceda à penhora do valor objeto desta execução no crédito que exista em favor da Executada nos autos do processo que por lá tramita.

Oportunamente, renove-se a diligência, conforme anteriormente determiando."

Documento eletrônico assinado por **CLAUDIO MARCUS DE MELO, Técnico Judiciário**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510011585477v2** e do código CRC **a268f535**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): CLAUDIO MARCUS DE MELO
Data e Hora: 4/10/2023, às 13:52:2

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 129

Evento:

EXPEDICAO_DE_OFICIO___DOCUMENTO_ANEXADO_AO_PROCESSO_00006722820134025119_RJ

Data:
17/10/2023 14:56:54

Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO

Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ

Sequência Evento:
129

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: BR MATOZINHOS FUNDICOES LTDA. EM RECUPERACAO JUDICIAL

OFÍCIO Nº 510011477356

CHAVE DO PROCESSO: 979103451019

DESTINATÁRIO: EXMO.(A) SR.(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 9ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO

REF. PROC.: 0000672-28.2013.4.02.5119

VIA EPROC

Sr(a). Juiz(a),

Para garantia da execução fiscal n° 00918586420154025119, que se processa por esta 6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro, solicito a Vossa Excelência que se digne **determinar,** no rosto dos autos do processo n° 0000672-28.2013.4.02.5119, que por esse M. Juízo tramita, **a anotação, em favor da Exequente acima indicada, de penhora sobre crédito que exista em nome do(a) Executado(a)** BR MATOZINHOS FUNDICOES LTDA. EM RECUPERACAO JUDICIAL, CNPJ: 19811058000143 até o limite de **R$ 13.148.368,48 (treze milhões, cento e quarenta e oito mil, trezentos e sesenta e oito reais e quarenta e oito centavos)**, atualizado para 22.08.2023, sobre saldo residual de **eventual arrematação** nos autos do processo informado**,** em trâmite nesse M. Juízo.

Colho o ensejo para apresentar protestos de distinta consideração.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510011477356v2** e do código CRC **29aa8122**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 17/10/2023, às 14:56:53

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 130

Evento:

PROCESSO_SUSPENSO_OU_SOBRESTADO_POR_DECISAO_JUDICIAL___DILIGENCIA__DEPRECADA

Data:
18/10/2023 08:27:40

Usuário:
JRJ14267 - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)

Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ

Sequência Evento:
130

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 131

Evento:
LEVANTAMENTO_DA_SUSPENSAO_OU_DESSOBRESTAMENTO
Data:
18/12/2023 06:28:43
Usuário:
SECFCP - USUÁRIO ROTINA FECHAMENTO CONTROLE PRAZO -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
131

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 132

Evento:

JUNTADA_DE_CERTIDAO___TRASLADO_DE_PECAS_DO_PROCESSO____0000672_28_2013_4_02_51

Data:
12/01/2024 14:48:20

Usuário:
JRJ12495 - CLAUDIO MARCUS DE MELO - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)

Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ

Sequência Evento:
132

(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 1

Tipo documento:
DESPACHO/DECISÃO

Evento:
DETERMINADA A INTIMAÇÃO

Data:
19/12/2023 19:37:24

Usuário.:
JRJ17264 - VLADIMIR SANTOS VITOVSKY - MAGISTRADO.

Processo:
0000672-28.2013.4.02.5119

Sequência Evento:
216

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
9ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Avenida Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - CEP: 20081-312 - Fone: (21)3218-7694 - www.jfrj.jus.br - Email: 09vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0000672-28.2013.4.02.5119/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: BR MATOZINHOS FUNDICOES LTDA.

DESPACHO/DECISÃO

Antes de apreciar o requerimento do evento 212, **OFICIE-SE** ao MM. Juízo da 6ª Vara Federal de Execução Fiscal, em resposta ao ofício do evento 213, nos mesmos moldes do ofício endereçado ao MM. Juízo da 1ª Vara Federal de Jundiaí (evento 208), ante o resultado negativo do leilão.

INTIME-SE a UNIÃO para que tome ciência do leilão negativo e evite requerer a outros Juízos a penhora no rosto destes autos, ante o leilão negativo.

Na mesma oportunidade deverá esclarecer o requerimento de inclusão do imóvel no sistema COMPREI, levando-se em consideração o que restou decidido nos autos do Agravo de Instrumento nº 2159324-89.2023.8.26.0000, comunicado pelo executado no evento 193.

Destaco, desde já, que cabe à PFN, que possui capacidade postulatória, consultar os autos do referido recurso para se manifestar adequadamente nestes autos.

Prazo: 15 dias.

Documento eletrônico assinado por **VLADIMIR SANTOS VITOVSKY, Juiz Federal** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510012199215v3** e do código CRC **02d97988**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
Data e Hora: 19/12/2023, às 19:37:24

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 133

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO
Data:
29/01/2024 15:07:00
Usuário:
JRJ14267 - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
133

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 134

Evento:
DECISAO_INTERLOCUTORIA
Data:
29/01/2024 15:51:07
Usuário:
JRJ17411 - CESAR MANUEL GRANDA PEREIRA - MAGISTRADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
134

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: BR MATOZINHOS FUNDICOES LTDA.

DESPACHO/DECISÃO

Em preito ao princípio da razoável duração do processo e ao da efetividade da execução, considerando a ausência de resposta aos ofícios já expedidos à **5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUNDIAÍ/SP** , considerar-se-á que o(s) bem(ns) penhorado(s) neste executivo fiscal mencionado(s) naquele(s) expediente(s) carece(m) de essencialidade ao soerguimento da empresa, então prosseguindo-se com os atos executórios a ele(s) relacionados, até a expropriação. **Oficie-se àquele M. Juízo para ciência desta**.

Após, intime-se a Exequente para manifestar o prosseguimento pretendido à execução em face do que consta nos autos, ciente de que, no caso de se requerer qualquer medida constritiva, **deverá informar, no texto de sua petição, o montante correspondente ao somatório atualizado da(s) inscrição(ões)** constante(s) da(s) CDA(s) objeto desta execução, sob pena de se adotar o último valor informado nos autos. Prazo: 5 (cinco) dias.

Nada sendo requerido, estará suspenso o processo, no aguardo das providências a cargo da Exequente necessárias para seu prosseguimento, do que também já fica ciente por meio desta.

Intime-se.

Se até lá nada vier, decorridos 5 (cinco) anos de suspensão, reabra-se vista à Exequente e retornem conclusos.

Documento eletrônico assinado por **CESAR MANUEL GRANDA PEREIRA, Juiz Federal Substituto**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510012376815v2** e do código CRC **d1ed13d8**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): CESAR MANUEL GRANDA PEREIRA
Data e Hora: 29/1/2024, às 15:51:7

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 135

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___DESPACHO_DECISAO
Data:
29/01/2024 15:51:07
Usuário:
JRJ17411 - CESAR MANUEL GRANDA PEREIRA - MAGISTRADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
135
Executado:
BR MATOZINHOS FUNDICOES LTDA.
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
31/01/2024 00:00:00
Data Final:
06/02/2024 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 136

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___DESPACHO_DECISAO
Data:
29/01/2024 15:51:07
Usuário:
JRJ17411 - CESAR MANUEL GRANDA PEREIRA - MAGISTRADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
136
Exequente:
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
15/02/2024 00:00:00
Data Final:
21/02/2024 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
CARLOS CORTES VIEIRA LOPES

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 137

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__135
Data:
30/01/2024 00:46:56
Usuário:
SP072080 - MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS - ADVOGADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
137

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 138

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__135
Data:
07/02/2024 01:04:44
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
138

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 139

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__136
Data:
08/02/2024 23:59:59
Usuário:
SECJF - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
139

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 140

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__136
Data:
22/02/2024 01:05:16
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
140

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 141

Evento:
PETICAO
Data:
04/03/2024 18:57:51
Usuário:
P6993720 - SÉRGIO GIOVANNI SOBRAL NUNES - PROCURADOR
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
141

2159324-89.2023.8.26.0000 Arquivado administrativamente

Classe
Agravo de Instrumento
Assunto
DIREITO CIVIL - Empresas - Recuperação judicial e Falência
Seção
Direito Privado 1
Órgão Julgador
1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial
Área
Cível

Mais

APENSOS / VINCULADOS

Não há processos apensos ou vinculados para este processo.

NÚMEROS DE 1ª INSTÂNCIA

Nº de 1ª instância	Foro	Vara	Juiz	Obs.
1037066-03.2014.8.26.0100	Foro de Jundiaí	5ª. Vara Cível	Bruna Carrafa Bessa Levis	-

PARTES DO PROCESSO

Agravante:	Br Metals Fundições Ltda. (Em Recuperação Judicial) Advogado: Marcos Martins da Costa Santos
Agravado:	O Juizo
Interessado:	Sifco S/a. Advogado: Adnan Abdel Kader Salem Advogado: Marcos Martins da Costa Santos

Mais

MOVIMENTAÇÕES

Data	Movimento
13/11/2023	Processo encaminhado para o Arquivo *Certifico que o v. acórdão transitou em julgado em 11/11/2023.*
18/10/2023	Publicado em *Disponibilizado em 17/10/2023 Tipo de publicação: Intimação de Acórdão Número do Diário Eletrônico: 3841*
17/10/2023	Expedido Certidão *Prazo Expirado - Intimação de Portal Eletrônico*
16/10/2023	Prazo
16/10/2023	Expedido Certidão *Certidão de Publicação de Acórdão [Digital]*
06/10/2023	Expedido Certidão *Certidão de Remessa da Intimação para o Portal Eletrônico*
06/10/2023	Petição Intermediária Juntada *Sem complemento*
06/10/2023	Ciência de acórdão - Prazo - 15 dias *Exmo(a) Senhor(a), Fica aberta vista à Douta Procuradoria Geral de Justiça para ciência do v. acórdão, ficando ciente de que a íntegra dos autos do processo eletrônico encontra-se disponível no endereço http://esaj.tjsp.jus.Br.* ***Vencimento:*** *17/11/2023*
05/10/2023	Acórdão registrado

	Negaram provimento ao recurso. V. U.
03/08/2023	Julgamento Virtual Iniciado
31/07/2023	Conclusos para o Relator *Termo de Conclusão - Relator (com movimentação)*
19/07/2023	Juntada de petição *Nº Protocolo: WPRO.23.00890646-0 Tipo da Petição: Petições Diversas Data: 19/07/2023 21:31*
19/07/2023	Expedido Termo *Termo de Juntada - Automática*
04/07/2023	Publicado em *Disponibilizado em 03/07/2023 Tipo de publicação: Despacho Número do Diário Eletrônico: 3769*
03/07/2023	Prazo
03/07/2023	Expedido Certidão *Certidão de Publicação de Despacho - [Digital]*
30/06/2023	Publicado em *Disponibilizado em 29/06/2023 Tipo de publicação: Distribuídos Número do Diário Eletrônico: 3767*
30/06/2023	Publicado em *Disponibilizado em 29/06/2023 Tipo de publicação: Entrados Número do Diário Eletrônico: 3767*
29/06/2023	E-mail expedido juntado *Sem complemento*
29/06/2023	Processo encaminhado para o Processamento de Grupos e Câmaras
29/06/2023	Despacho *I. Cuida-se de agravo de instrumento tirado contra decisão proferida pelo r. Juízo de Direito da 5ª Vara Cível da Comarca de Jundiaí, que, diante do encerramento, por sentença transitada em julgado, da recuperação judicial da recorrente e outras, indeferiu pedido de cancelamento de leilão designado no âmbito de execução fiscal (Processo 0000672-28.2013.4.02.51190), em trâmite perante o r. Juízo da 9ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro (fls. 53.837/53.847 e 53.901/53.904 dos autos de origem). A agravante assevera, de início, que o imóvel penhorado constitui uma de suas poucas fontes de renda, sendo imprescindível para o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, visto gerar aluguel mensal no importe de R$ 77.639,04 (setenta e sete mil, seiscentos e trinta e nove reais e quatro centavos). Acrescenta, a seguir, que tal imóvel será envolvido em futura transação tributária que trará enorme economia no débito tributário atual da Recorrente (...) na ordem de R$ 1,7 Bilhões de reais. Assevera, por outro lado, que o r. Juízo recorrido é que tem condições de avaliar a situação econômica da empresa, os detalhes especificados no plano e avaliar quais bens ou rendas são essenciais ao soerguimento do Grupo, sendo, então, imprescindível que seja ratificada a competência do Juízo ora recorrido para apreciação do pedido veiculado pela Agravante e, consequentemente, profira decisão cancelando o leilão já designado. Argumenta que, embora as execuções fiscais não sejam suspensas, por se tratar de crédito não sujeito à recuperação judicial, é inquestionável e assente pela orientação das Cortes Nacionais que o Juízo Recuperacional é o único competente para determinar atos de constrição e expropriação de bens do devedor. Frisa, outrossim, que, na espécie, o r. Juízo recorrido, mesmo depois de encerrada a recuperação Judicial, permaneceu dispondo sobre bens das recuperandas justamente em atenção aos princípios e argumentos anteriormente referidos. Requer, então, a reforma da decisão recorrida, inclusive com a concessão de efeito suspensivo cancelando-se o leilão do imóvel de Matrícula n. 1.578 do Cartório do Segundo Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Barra do Piraí/RJ, designado para dia 29 de junho de 2023, às 13 horas nos autos da Ação de Execução Fiscal n. 0000672-28.2013.4.02.5119, remetendo-se ofício imediatamente ao Juízo 9ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro/RJ a fim de cumprir tal ordem, ao menos até julgamento definitivo do presente recurso (fls. 01/18). II. Analisado o pleito formulado pela parte recorrente, fica deferido, parcialmente, o efeito suspensivo pleiteado, tendo em conta os requisitos elencados no artigo 995, parágrafo único do CPC de 2015, pois é preciso sejam obstados os efeitos da arrematação até o futuro julgamento pelo colegiado, para a preservação de sua eficácia plena. As providências preparatórias do leilão estão sendo tomadas, não se podendo desconhecer os custos de sua organização e sendo o provimento agora deferido suficiente para preservar a eficácia do futuro pronunciamento do colegiado. Assim, fica deferido, em parte, o efeito suspensivo postulado, suspendendo a expedição de eventual carta de arrematação até final julgamento deste recurso. III. Comunique-se ao r. Juízo de origem, facultada a prestação de informações, servindo cópia desta como ofício. IV. Concedo prazo para apresentação de contraminuta. V. Intime-se o Administrador Judicial para que também possa apresentar informações no mesmo prazo da contraminuta. Int.*
28/06/2023	Juntada de petição *Nº Protocolo: WPRO.23.00781996-2 Tipo da Petição: Juntada de Substabelecimento Data: 28/06/2023 15:50*
28/06/2023	Expedido Termo *Termo de Juntada - Automática*
27/06/2023	Conclusos para o Relator (Expedido Termo com Conclusão) *FORTES BARBOSA*
27/06/2023	Distribuição por Competência Exclusiva *Processo prevento: 2235239-23.2018.8.26.0000 Órgão Julgador: 1149 - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial Relator: 12675 - Fortes Barbosa*
27/06/2023	Processo encaminhado para a Distribuição de Originários

SUBPROCESSOS E RECURSOS

Não há subprocessos ou recursos vinculados a este processo.

PETIÇÕES DIVERSAS

Data	Tipo
28/06/2023	Juntada de Substabelecimento
19/07/2023	Petições Diversas

COMPOSIÇÃO DO JULGAMENTO

Participação	Magistrado
Relator	Fortes Barbosa (19193JV)
2º	J. B. Franco de Godoi
3º	Cesar Ciampolini
4º	Alexandre Lazzarini

JULGAMENTOS

Data	Situação do julgamento	Decisão
05/10/2023	Julgado	Negaram provimento ao recurso. V. U.

Processo 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ, Evento 141, ANEXO2, Página 1

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2023.0000868882

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2159324-89.2023.8.26.0000, da Comarca de Jundiaí, em que é agravante BR METALS FUNDIÇÕES LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL), é agravado O JUIZO.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores FORTES BARBOSA (Presidente), J. B. FRANCO DE GODOI, CESAR CIAMPOLINI E ALEXANDRE LAZZARINI.

São Paulo, 5 de outubro de 2023.

FORTES BARBOSA
Relator(a)
Assinatura Eletrônica

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO FORTES BARBOSA FILHO, liberado nos autos em 05/10/2023 às 19:21 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2159324-89.2023.8.26.0000 e código nHyqpSZI.

Processo 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ, Evento 141, ANEXO2, Página 2

Agravo de Instrumento 2159324-89.2023.8.26.0000

Agravante: BR Matozinhos Fundições LTDA (Br Metals Fundições Ltda - em recuperação Judicial)

Agravado: O Juízo

Interessados: Sifco S/A e outras (em recuperação Judicial) e Adnan Abdel Kader Salem (Administrador Judicial).

Nº na origem: 1037066-03.2014.8.26.0100

Voto nº 19.193 – JV

EMENTA
Recuperação judicial – Pretendida ordem para cancelamento de leilão de imóvel penhorado em execução em curso perante outro Juízo – Indeferimento – Sentença de encerramento transitada em julgado - Exercício da jurisdição no âmbito do procedimento concursal exaurido – Jurisprudência – Com o fim do procedimento concursal, não há como ser cogitada a possibilidade de decisões conflitantes em eventuais execuções individuais, precisamente porque o Juízo recuperacional, encerrada a sua jurisdição, não está mais decidindo sobre o patrimônio da empresa devedora - Decisão mantida - Recurso desprovido.

Cuida-se de agravo de instrumento tirado contra decisão proferida pelo r. Juízo de Direito da 5ª Vara Cível da Comarca de Jundiaí, que, diante do encerramento, por sentença transitada em julgado, da recuperação judicial da recorrente e outras, indeferiu pedido de cancelamento de leilão designado no âmbito de execução fiscal (Processo

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO FORTES BARBOSA FILHO, liberado nos autos em 05/10/2023 às 19:21 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2159324-89.2023.8.26.0000 e código nHyqpSZI.

Processo 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ, Evento 141, ANEXO2, Página 3

0000672-28.2013.4.02.51190), em trâmite perante o r. Juízo da 9ª Vara Federal de Execuções Fiscais do Rio de Janeiro (fls. 53.837/53.847 e 53.901/53.904 dos autos de origem).

A agravante assevera, de início, que o imóvel penhorado constitui uma de suas poucas fontes de renda, sendo "*imprescindível para o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial*", visto gerar aluguel mensal no importe de R$ 77.639,04 (setenta e sete mil, seiscentos e trinta e nove reais e quatro centavos). Acrescenta, a seguir, que tal imóvel será envolvido em futura transação tributária "*que trará enorme economia no débito tributário atual da Recorrente (...) na ordem de R$ 1,7 Bilhões de reais*". Assevera, por outro lado, que o r. Juízo recorrido é que tem "*condições de avaliar a situação econômica da empresa, os detalhes especificados no plano e avaliar quais bens ou rendas são essenciais ao soerguimento do Grupo*", sendo, então, "*imprescindível que seja ratificada a competência do Juízo ora recorrido para apreciação do pedido veiculado pela Agravante e, consequentemente, profira decisão cancelando o leilão já designado*". Argumenta que, embora as execuções fiscais não sejam suspensas, por se tratar de crédito não sujeito à recuperação judicial, "*é inquestionável e assente pela orientação das Cortes Nacionais que o Juízo Recuperacional é o único competente para determinar atos de constrição e expropriação de bens do devedor*". Frisa, outrossim, que, na

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO FORTES BARBOSA FILHO, liberado nos autos em 05/10/2023 às 19:21 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2159324-89.2023.8.26.0000 e código nHyqpSZI.

Processo 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ, Evento 141, ANEXO2, Página 4

espécie, o r. Juízo recorrido, mesmo depois de encerrada a recuperação Judicial, "*permaneceu dispondo sobre bens das recuperandas justamente em atenção aos princípios e argumentos anteriormente referidos*". Requer, então, a reforma da decisão recorrida, inclusive com a concessão de efeito suspensivo "*cancelando-se o leilão do imóvel de Matrícula n. 1.578 do Cartório do Segundo Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Barra do Piraí/RJ, designado para dia 29 de junho de 2023, às 13 horas nos autos da Ação de Execução Fiscal n. 0000672-28.2013.4.02.5119, remetendo-se ofício imediatamente ao Juízo [da] 9ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro/RJ a fim de cumprir tal ordem, ao menos até julgamento definitivo do presente recurso*" (fls. 01/18).

Foi concedido, parcialmente, o efeito suspensivo pleiteado, obstada a expedição de eventual carta de arrematação até final julgamento deste recurso (fls. 26/29).

Em contraminuta, o Administrador Judicial sustenta, em suma, que "*se já houve encerramento da recuperação judicial, com o devido trânsito em julgado da sentença, não há mais que se falar em intervenção do Juízo 'a quo' para garantir o cumprimento do plano de recuperação aprovado, razão por que não há que se falar em competência para determinar o cancelamento do leilão perante o Juízo da 9ª Vara Federal da Execução Fiscal do Rio de Janeiro, pois cabe ao referido juízo a análise pertinente à gravosidade da medida*" (fls. 33/36).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO FORTES BARBOSA FILHO, liberado nos autos em 05/10/2023 às 19:21 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2159324-89.2023.8.26.0000 e código nHyqpSZI.

Processo 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ, Evento 141, ANEXO2, Página 5

Não houve oposição ao julgamento virtual.

É o relatório.

A decisão recorrida, repete-se, diante do decreto de encerramento da recuperação judicial da recorrente e outras, transitada em julgado a sentença extintiva, indeferiu pedido de cancelamento de leilão designado no âmbito de execução fiscal.

Irresignada, frisando a essencialidade do bem penhorado e a competência do r. Juízo recorrido para deliberar sobre eventuais constrições em desfavor da recuperanda, requer a reforma da decisão recorrida, mas o recurso não comporta provimento.

Na espécie, o processo de recuperação judicial foi encerrado por sentença transitada em julgado em 31 de outubro de 2022 (fls. 52.123/52.128 e 52.937).

Conforme precedente referido na decisão recorrida, a partir da vigência da Lei 14.112/2020, o Juízo recuperacional detém mais a competência específica para determinar o sobrestamento dos atos de constrição determinados em execuções de créditos extraconcursais, mesmo que recaíam sobre bens de capital tidos como essenciais à manutenção da atividade empresarial, mas somente "*durante o período de blindagem*".

Foi, aliás, frisado, no corpo da decisão proferida em referido conflito de competência,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO FORTES BARBOSA FILHO, liberado nos autos em 05/10/2023 às 19:21 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2159324-89.2023.8.26.0000 e código nHyqpSZI.

Processo 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ, Evento 141, ANEXO2, Página 6

que, uma vez encerrada a recuperação Judicial, o Juízo da recuperação não tem mais competência "*para dispor sobre o patrimônio da recuperanda, haja vista que sua jurisdição também se encerrou*" (TJSP; Agravo de Instrumento 2154090-63.2022.8.26.0000; Relator (a): Natan Zelinschi de Arruda; Órgão Julgador: 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; Foro Central Cível - 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais; Data do Julgamento: 27/09/2022; Data de Registro: 29/09/2022).

E, no mesmo sentido, caminha a jurisprudência do E. Superior Tribunal de Justiça, merecendo serem reproduzidas as seguintes ementas:

> CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PROCESSUAL CIVIL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL ENCERRADA. AUSÊNCIA DE JURISDIÇÃO DO JUÍZO RECUPERACIONAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO EM QUE CONSTITUÍDO O CRÉDITO. RECONHECIMENTO. (STJ - CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 178807 - BA (2021/0110895-6) RELATOR: MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZ, julgado em 12.05.2021).
>
> AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. ATOS DE CONSTRIÇÃO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ENCERRAMENTO. TRÂNSITO EM JULGADO. AUSÊNCIA DE DECISÕES CONFLITANTES. DESCABIMENTO DO INCIDENTE COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. A Segunda Seção do STJ

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO FORTES BARBOSA FILHO, liberado nos autos em 05/10/2023 às 19:21 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2159324-89.2023.8.26.0000 e código nHyqpSZI.

Processo 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ, Evento 141, ANEXO2, Página 7

consolidou o entendimento de que, uma vez iniciada a recuperação judicial, com a determinação da suspensão de todas as ações e execuções em face da devedora, ou aprovado o plano de recuperação, fundamental se mostra que eventuais atos constritivos dos ativos da sociedade em recuperação sejam submetidos ao crivo do juízo universal, sob pena de se esvaziar o propósito da recuperação. 2. Todavia, encerrada a recuperação judicial da empresa, as execuções singulares cujos créditos não foram habilitados no processo de soerguimento devem retornar a seus respectivos juízos para o devido prosseguimento e satisfação de seus credores. 3. Na hipótese dos autos o recurso especial da empresa recuperanda, interposto contra a decisão que declarou o encerramento da recuperação judicial, não foi admitido, ensejando a interposição de agravo em recurso especial que não foi provido pelo STJ. O recurso extraordinário também não foi admitido, ocorrendo o trânsito em julgado do acórdão proferido no agravo interno no agravo em recurso extraordinário processado nesta Corte Superior. 4. Agravo regimental não provido. (AgRg no CC n. 142.082/DF, relator Ministro Moura Ribeiro, Segunda Seção, julgado em 17/3/2020, DJe de 19/3/2020.)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO FORTES BARBOSA FILHO, liberado nos autos em 05/10/2023 às 19:21 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2159324-89.2023.8.26.0000 e código nHyqpSZI.

Com efeito, é certo que a sentença de encerramento da recuperação judicial produz todos os efeitos próprios e decorrentes, nos moldes do artigo 63 da Lei 11.101/2005, de maneira que com o fim do procedimento concursal, não há como ser cogitada a possibilidade de decisões conflitantes em eventuais execuções individuais, precisamente porque o Juízo recuperacional, encerrada a sua jurisdição, não está mais decidindo sobre o patrimônio da empresa devedora.

Assim, nada mais há para prover no âmbito do procedimento concursal, que foi encerrado, devendo o pleito da agravante ser dirigido ao Juízo onde tramita a execução fiscal acima referida, inviável o requerimento no sentido de que seja determinado o cancelamento do leilão do imóvel de propriedade da recorrente.

Tudo somado, a decisão recorrida merece ser integralmente mantida.

Nega-se, por isso, provimento ao presente agravo.

Fortes Barbosa

Relator

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO FORTES BARBOSA FILHO, liberado nos autos em 05/10/2023 às 19:21 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2159324-89.2023.8.26.0000 e código nHyqpSZI.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO RIO DE JANEIRO

EXMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO

EXECUÇÃO FISCAL

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)**, pelo(a) Procurador(a) da Fazenda Nacional que esta subscreve, vem, respeitosamente, em cumprimento ao despacho retro, manifestar-se nos seguintes termos:

Primeiramente, a União informa que o processo de Recuperação Judicial da empresa foi encerrado em 31/10/2022 (Proc 1037066-03.2014.8.26.0100).

Outrossim, o agravo de instrumento 2159324-89.2023.8.26.0000 / TJ SP, interposto pela executada para cancelar o leilão do bem penhorado, transitou em julgado, onde foi negado provimento, conforme documentos anexos. Assim, inexiste óbice ao andamento da execução fiscal, através de medidas expropriatórias a recair sobre o imóvel penhorado nos autos.

Assim, a União requer, com fundamento no art. 879, I, do CPC, que seja autorizada a alienação do(s) bem(ns) imóvel(is) penhorado(s) e avaliado(s) nos autos, por intermédio de corretor ou leiloeiro credenciado, no Comprei. Informa, ademais, que **não tem interesse na adjudicação do(s) bem(ns) imóvel(is) penhorado(s)**. Os critérios para alienação judicial são determinados pelas Leis nº 13.105, de 2015 (CPC) e nº 8.212, de 1991, em especial:

Prazo	360 (trezentos e sessenta) dias
Publicidade	Divulgação da oferta do bem no Comprei (comprei.pgfn.gov.br). Nos anúncios constarão a descrição física (estado em que se encontra, localização, quantidade, qualidade etc) e jurídica (identificação do número do processo judicial, dados de registro e ônus ou gravames) do bem ofertado, bem como demais esclarecimentos que se fizerem necessários.
Preço	O valor mínimo de propostas no Comprei é de 50% do valor da última avaliação judicial (art. 891, parágrafo único, do CPC), salvo se existir coproprietário cuja quota-parte seja igual ou superior a este piso, quando o valor mínimo é elevado a 75% do valor da avaliação. O bem deve permanecer anunciado por no mínimo 30 (trinta) dias para que uma proposta efetive a alienação, ressalvado o caso de compra imediata por valor igual ou superior ao da avaliação.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO RIO DE JANEIRO

Condições de pagamento	Os pagamentos serão feitos por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF). O Comprei concederá parcelamento da alienação no seguintes termos: a entrada equivalente a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do valor da alienação (art. 895, § 1º, do CPC), mais até 59 (cinquenta e nove) prestações mensais e sucessivas, no valor mínimo de R$ 500,00 (quinhentos reais) cada uma. Nestes casos, será registrada a hipoteca em favor da União (art. 895, §8º, do CPC). O valor de cada parcela, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), acumulada mensalmente, calculados a partir da data da alienação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. Se o adquirente deixar de pagar no vencimento quaisquer das prestações mensais, o parcelamento será imediatamente rescindido, vencendo-se antecipadamente o saldo devedor, ao qual será acrescido o valor de 50% (cinquenta por cento), a título de multa de mora, conforme §§ 6º e 11 do art. 98 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e inscrito em Dívida Ativa da União. Quando houver crédito preferencial ou o valor da alienação superar o montante atualizado da dívida, o provisionamento e/ou excedente serão recolhidos por meio de depósito à disposição do Juízo na Caixa Econômica Federal, em agência bancária ou por meio de seu Portal Judicial (https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-federal/).
Causa originária de aquisição de propriedade	A aquisição judicial de bens no Comprei é causa originária de aquisição de propriedade, isto é, o comprador recebe o bem desembaraçado e livre de ônus em registro imobiliário. Eventuais créditos subrogam-se no preço da arrematação (Art. 130, parágrafo único, do CTN e AREsp 929244 SP)
Procedimento	As minutas de Auto e Carta de alienação serão expedidas pelo Comprei e apresentadas ao juízo após a confirmação do pagamento da compra e da comissão de corretagem. Após o transcurso do prazo previsto no art. 903, §2º, do CPC, os documentos serão carregados no Sistema Comprei para entrega do bem e registro.
Comissão de corretagem	5% (cinco por cento) do valor da alienação
Intermediário credenciado	Qualquer intermediário credenciado no Comprei com competência territorial no lugar de situação do bem, não havendo exclusividade na intermediação. O intermediário anunciante fica autorizado a ter acesso ao bem, mediante prévio ajuste com o depositário/devedor, podendo obter fotos ou apresentá-lo a interessados.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO RIO DE JANEIRO

Em sendo deferido, requer-se a intimação do executado e demais interessados para ciência da alienação, nos termos do art. 889, do CPC.

Por fim, informa que o crédito cobrado nos autos perfaz o montante de R$ 13.593.335,48.

Termos em que pede deferimento.
Rio de janeiro.

Sérgio Giovanni Sobral Nunes
Procurador da Fazenda Nacional

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Debcad Resumido

Debcads Localizados: 1
Debcads Selecionados: 1
Parâmetro de Localização: 114969370

Devedor Principal:	BR MATOZINHOS FUNDICOES LTDA.
CPF/CNPJ:	19.811.058/0001-43
Debcad:	114969370
Situação:	AJUIZAMENTO / DISTRIBUICAO - 535
Procuradoria Responsável:	SEGUNDA REGIÃO
Sistema de Origem:	Sicob
Órgão de Origem:	ARF - LAGOA SANTA (MG)
Data Inscrição:	03/07/2015
Natureza da Dívida:	Previdenciária - Outros
Documento de Origem:	DCGB - DCG BATCH
Data do documento de Origem:	02/05/2015
Período da Dívida:	01/2014 a 11/2014
Forma de Constituição:	Declaração (GFIP)
Receita:	Previdenciárias
Valor Principal:	R$ 5.542.687,05
Valor Total:	R$ 13.593.335,48
Nº Judicial:	00918586420154025119
Órgão de Justiça de Origem:	- FEDERAL
Data de Protocolo:	17/08/2015
Juízo:	0

FIM DO RELATÓRIO

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 142

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO
Data:
22/03/2024 11:49:41
Usuário:
JRJ14267 - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
142

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 143

Evento:
DETERMINADA_A_INTIMACAO
Data:
22/03/2024 15:06:49
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
143

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: BR MATOZINHOS FUNDICOES LTDA.

DESPACHO/DECISÃO

Eis o manifesto interesse da Exequente em incluir o imóvel penhorado nos autos (*evento 111, CERT3*) no **Programa COMPREI**, regulamentado pela Portaria PGFN/ME nº 3.050/2022.

Expeça-se mandado de constatação e reavaliação, requisite-se ao competente Ofício do Registro de Imóveis que encaminhe certidão de ônus reais atualizada; e, consigne-se no mandado que o Oficial de Justiça deve, além de descrever o imóvel e seus pertences e benfeitorias e avaliá-los, informar se se encontra ocupado, identificando os eventuais moradores, a que título lá estão e se têm alguma reivindicação quanto à posse ou propriedade ou resistência à desocupação, neste caso também intimando-o(s) das diligências que se realizam e das existências deste processo e da penhora realizada.

Se a avaliação do(s) bem(ns) for(em) suficiente(s) à quitação do crédito, estará suspensa a execução, pelo prazo máximo de 360 dias**,** conforme previsto naquela Portaria PGFN/ME ou até que venham notícias sobre a alienação do(s) bem(ns), cabendo à Fazenda Nacional informar a este M. Juízo o andamento de cada etapa implementada.

Já se a avaliação do(s) bem(ns) for(em) insuficiente(s) à quitação do crédito , a Exequente deverá também já se manifestar sobre eventual interesse em promover o **reforço da penhora** e, sendo o caso, declinar as medidas efetivas que pretenda ver implementadas para tanto.

Nada vindo, **estará suspenso o processo**, no aguardo das providências acima, a cargo da Exequente, necessárias para seu prosseguimento.

Intimem-se.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510012807822v2** e do código CRC **f967333e**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 22/3/2024, às 15:6:49

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 144

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___DESPACHO_DECISAO
Data:
22/03/2024 15:06:57
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
144
Executado:
BR MATOZINHOS FUNDICOES LTDA.
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
26/03/2024 00:00:00
Data Final:
04/04/2024 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 145

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___DESPACHO_DECISAO
Data:
22/03/2024 15:07:05
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
145
Exequente:
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
02/04/2024 00:00:00
Data Final:
08/04/2024 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
SÉRGIO GIOVANNI SOBRAL NUNES

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 146

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__144
Data:
25/03/2024 00:42:57
Usuário:
SP072080 - MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS - ADVOGADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
146

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 147

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__145
Data:
01/04/2024 23:59:59
Usuário:
SECJF - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
147

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 148

Evento:
PETICAO___REFER__AO_EVENTO__145
Data:
02/04/2024 14:18:53
Usuário:
P1571293 - MARCOS PANDOLFO FIUZA DE MELO - PROCURADOR
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
148

Processo n. 0091858-64.2015.402.5119

MM(a) Juiz(a),

Aguarda a Exequente o cumprimento da diligência determinada no r. Despacho/Decisão do evento 143, segundo parágrafo.

P. Deferimento.

MARCOS PANDOLFO FIUZA DE MELO

Procurador da Fazenda Nacional

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Debcad Resumido

Debcads Localizados: 1
Debcads Selecionados: 1
Parâmetro de Localização: 114969370

Devedor Principal:	BR MATOZINHOS FUNDICOES LTDA.
CPF/CNPJ:	19.811.058/0001-43
Debcad:	114969370
Situação:	AJUIZAMENTO / DISTRIBUICAO - 535
Procuradoria Responsável:	SEGUNDA REGIÃO
Sistema de Origem:	Sicob
Órgão de Origem:	ARF - LAGOA SANTA (MG)
Data Inscrição:	03/07/2015
Natureza da Dívida:	Previdenciária - Outros
Documento de Origem:	DCGB - DCG BATCH
Data do documento de Origem:	02/05/2015
Período da Dívida:	01/2014 a 11/2014
Forma de Constituição:	Declaração (GFIP)
Receita:	Previdenciárias
Valor Principal:	R$ 5.542.687,05
Valor Total:	R$ 13.648.540,68
Nº Judicial:	00918586420154025119
Órgão de Justiça de Origem:	- FEDERAL
Data de Protocolo:	17/08/2015
Juízo:	0

FIM DO RELATÓRIO

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 149

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__144
Data:
05/04/2024 01:15:52
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
149

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 150

Evento:
EXPEDICAO_DE_MANDADO___RJBPISECMA
Data:
09/04/2024 18:00:03
Usuário:
JRJ10758 - ANDRE BOTELHO JUCA - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
150

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: BR MATOZINHOS FUNDICOES LTDA.

MANDADO Nº 510012906764

MANDADO DE CONSTATAÇÃO, REAVALIAÇÃO E INTIMAÇÃO

DESTINATÁRIO (A)**: BR MATOZINHOS FUNDICOES LTDA., CNPJ: 19.811.058/0001-43**

ENDEREÇO: **ESTRADA GOVERNADOR RAYMUNDO PADILHA, S/N, FAZENDA SANTA CECÍLIA, Barra do Piraí/RJ - 27150550 (Residencial)**

VALOR DA DÍVIDA: R$ 8.646.819,85 (oito milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, oitocentos e dezenove reais e oitenta e cinco centavos) em 24/08/2015 17:32:00;

CHAVE DO PROCESSO: 979103451019

O DOUTOR JUIZ MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, JUIZ FEDERAL DA 6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI E NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES:

M A N D A a qualquer Analista Judiciário/Executante de Mandados desta Seção Judiciária, a quem for o presente mandado, indo devidamente assinado, se dirija à ESTRADA GOVERNADOR RAYMUNDO PADILHA, S/N, FAZENDA SANTA CECÍLIA, Barra do Piraí/RJ - 27150550 (Residencial), e, sendo aí, proceda à **CONSTATAÇÃO**, certificando o estado em que se encontra(m) o(s) bem(ns) e à **REAVALIAÇÃO** do(s) bem (ns) penhorado(s), conforme auto de penhora e laudo de avaliação, cujas cópias seguem anexas e que são partes integrantes deste, bem como a **INTIMAÇÃO** do(a) executado(a), na forma da decisão em anexo.

EXPEDIDO por ordem do(a) **M. Juiz(a) Federal Dr(a). MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA**, da 6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro, por ANDRE BOTELHO JUCA, Diretor de Secretaria. **Fica autorizado o cumprimento eletrônico**

Rio de Janeiro, 05/04/2024.

OBSERVAÇÕES:

1) As empresas públicas ou privadas são obrigadas a realizar e manter cadastro no sistema de processo judicial (eProc) para efeito de recebimento de citações e intimações, conforme o artigo 246, § 1º, do Código de Processo Civil. Para tal cadastramento devem seguir as instruções contidas no link: ***https://www.jfrj.jus.br/conteudo/cadastro-no-sistema-e-proc/cadastro-de-representante-legal.***

2) É dever da parte citanda confirmar o recebimento da citação eletrônica (ou por meio eletrônico), no prazo de até 3 (três) dias úteis, sob pena de cometer ato atentatório à dignidade da Justiça, passível de multa de até 5% (cinco por cento) do valor da causa, conforme artigo 246, §§ 1º-A e 1º-C, do Código de Processo Civil.

3) Qualquer alteração de endereço ou meio de contato deverá ser comunicada ao Juízo, nos termos do artigo 77, inciso V, do Código de Processo Civil.

4) De acordo com a Portaria n. 2011/00048, de 17/08/2011, do Tribunal Regional Federal – TRF/2ª Região, "***o horário de atendimento ao público externo é das 12h às 17h***". O atendimento também poderá ser obtido remotamente pelo **Balcão Virtual**, através da plataforma *Zoom*, pelo link **https://jfrj-jus-br.zoom.us/j/8525290936**, ou pelo QR Code (apontar a câmera do *smartphone*) a seguir:

BALCÃO VIRTUAL

5) A **íntegra dos autos do processo eletrônico** pode ser obtida por acesso à internet no sítio: ***https://www.jfrj.jus.br****/consultas-e-servicos/orientacoes-de-consulta-e-proc/consulta-publica-no-e-proc,* no link: "*Consulta Processual Pública e-Proc*", nesta utilizando o nº do processo: 00918586420154025119 e a chave do processo: 979103451019, ou pelo link ***https://eproc.jfrj.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=processo_consulta_publica***, ou, ainda, pelo QR Code (apontar a câmera do *smartphone*) a seguir:

CONSULTA PROCESSUAL

SUPORTE TÉCNICO EPROC: (21) 3952-5373

6) O valor atualizado da dívida e as instruções para parcelamento e pagamento devem ser obtidos diretamente junto ao Exequente. Após pagar ou negociar perante a Exequente o devedor deverá comunicar ao M. Juízo, sob pena de prosseguimento da execução.

6.1) **No caso de dívida cobrada pela Procuradoria da Fazenda Nacional**, o devedor deverá acessar o Portal REGULARIZE, pela internet, no endereço: ***regularize.pgfn.gov.br***. No REGULARIZE é possível pagar, negociar ou pedir a revisão da dívida, caso não concorde com a cobrança. Em havendo dúvidas poderá encaminhar mensagem para: ***atendimentoresidualunico.rj.prfn2regiao@pgfn.gov.br*** ;

6.2) Para obter atendimento relacionado a débitos com **autarquias e fundações públicas federais, inscritos em Dívida Ativa, cobrados pela Procuradoria Regional Federal** (p. ex.: ANTT, ANVISA, ANS, INMETRO, IBAMA etc.), é necessário preencher o formulário eletrônico disponível em **https://bitly.com/atendimentoAGU**, também acessível pelo QRCode abaixo. Por meio do referido formulário, **podem ser solicitados: guia(s) para pagamento à vista, orientações sobre parcelamento, emissão de memória de cálculo atualizada e emissão de guia(s) de parcelamento em curso. Preenchido o formulário, a resposta será enviada por email, em até 5 (cinco) dias úteis (**Ofício-Circular n. 11/2023/GAB-PRF2/PRF2R/PGF/AGU**).**

ATENDIMENTO AGU/PRF2

6.3) **Se o débito for relativo ao FGTS**, recomenda-se o acesso ao site "Conectividade Social ICP", da Caixa Econômica Federal - CEF: *https://www.caixa.gov.br/empresa/conectividade-social/paginas/default.aspx/* com a finalidade de apurar o valor atualizado e providenciar a quitação ou parcelamento da dívida.

7) No caso de não concordar com a cobrança da dívida e pretender discuti-la judicialmente o interessado deverá constituir Advogado ou Defensor Público, nos termos do artigo 103 do Código de Processo Civil. **Caso não tenha condições financeiras de contratar um Advogado**, entre em contato com a Defensoria Pública da União (DPU), na Rua Uruguaiana, 174, Centro, Rio de Janeiro/RJ, telefone: (21) 99210-4294 / 2460-5000/5060/5061/5073, entre 8h30min e 14h30min, de segunda a sexta-feira, em dias úteis; ou pelo email: *dpu.rj@dpu.gov.br / cac.rj@dpu.def.br*,

8) A garantia da dívida pode ser feita por depósito judicial, com abertura de conta judicial na Caixa Econômica Federal - CEF, agência 4117, operação 635; email: ag4117rj01@caixa.gov.br; endereço: Av. Venezuela, 134, térreo. Centro; *https://www.jfrj.jus.br/consultas-e-servicos/calculos-e-valores/depositos-judiciais.* **Para outras formas de garantia da dívida** deverá buscar a orientação de Advogado ou Defensor Público.

Documento eletrônico assinado por **ANDRE BOTELHO JUCA, Diretor de Secretaria** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510012906764v2** e do código CRC **0f624cfa**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): ANDRE BOTELHO JUCA
Data e Hora: 9/4/2024, às 18:0:3

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 151

Evento:

RECEBIDO_O_MANDADO_PARA_CUMPRIMENTO_PELO_OFICIAL_DE_JUSTICA___REFER__AO_EVEN

Data:
10/04/2024 07:24:54

Usuário:
JRJ13212 - CLAUDIA CESAR DE PAULA - SERVIDOR CENTRAL DE MANDADOS

Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ

Sequência Evento:
151

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 152

Evento:
JUNTADA_DE_CERTIDAO___REFER__AO_EVENTO__150
Data:
17/05/2024 11:07:52
Usuário:
JRJ13842 - ALEXANDER BRANDES DA SILVA - SERVIDOR CENTRAL DE MANDADOS
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
152

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
Central de Mandados - Barra do Piraí

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: BR MATOZINHOS FUNDICOES LTDA.

CERTIDÃO

Licença médica - Cláudia César de Paula

Mandado encaminhado para redistribuição.

Documento eletrônico assinado por **ALEXANDER BRANDES DA SILVA, Oficial de Justiça Avaliador Federal** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510013246328v1** e do código CRC **560d7de4**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): ALEXANDER BRANDES DA SILVA
Data e Hora: 17/5/2024, às 11:7:44

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 153

Evento:

RECEBIDO_O_MANDADO_PARA_CUMPRIMENTO_PELO_OFICIAL_DE_JUSTICA___REFER__AO_EVEN

Data:
20/05/2024 11:22:28

Usuário:
JRJ13842 - ALEXANDER BRANDES DA SILVA - SERVIDOR CENTRAL DE MANDADOS

Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ

Sequência Evento:
153

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 154

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO
Data:
20/05/2024 13:55:18
Usuário:
JRJ12495 - CLAUDIO MARCUS DE MELO - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
154

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 155

Evento:
DETERMINADA_A_INTIMACAO
Data:
22/05/2024 15:17:35
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
155

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: BR MATOZINHOS FUNDICOES LTDA.

DESPACHO/DECISÃO

Em vista do tempo decorrido, à Secretaria para diligenciar, junto à **SEMCI**, o cumprimento do mandado expedido.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510013261919v1** e do código CRC **e2b9d9ac**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 22/5/2024, às 15:17:35

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 156

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_COMUNICACAO_ELETRONICA___EMAIL_ENVIADO
Data:
22/05/2024 16:19:21
Usuário:
JRJ11615 - CARLA COSTA POPPE - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
156

Justiça Federal da 2ª Região

Informações do Email Enviado

22/05/2024 16:19:21

De: 06vfef@jfrj.jus.br
Para: seman-ab@jfrj.jus.br;seaoj@jfrj.jus.br
Assunto: JFRJ - 6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro - Processo 0091858-64.2015.4.02.5119

Prezados(as) colegas;

Com os cordiais cumprimentos, solicito informações quanto ao cumprimento do MANDADO Nº 510012906764.

Atenciosamente,

Carla C. Poppe
Técnica Judiciária
SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÕES FISCAIS

[Email enviado pelo sistema eprocRJ da Justiça Federal da 2ª Região]

Anexos

Evento 150-MAND1.pdf
Evento 155-DESPADEC1.pdf

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 157

Evento:
ATO_ORDINATORIO_PRATICADO
Data:
24/05/2024 12:53:24
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
157

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: BR MATOZINHOS FUNDICOES LTDA.

ATO ORDINATÓRIO

Vistos em inspeção.

Processo em ordem.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510013299586v1** e do código CRC **5ab2e2c1**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 24/5/2024, às 12:53:23

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 158

Evento:
JUNTADA_DE_MANDADO_CUMPRIDO___REFER__AO_EVENTO__150
Data:
27/05/2024 15:33:53
Usuário:
JRJ13842 - ALEXANDER BRANDES DA SILVA - SERVIDOR CENTRAL DE MANDADOS
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
158
Executado:
BR MATOZINHOS FUNDICOES LTDA.
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
28/05/2024 00:00:00
Data Final:
05/06/2024 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
Central de Mandados - Barra do Piraí

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: BR MATOZINHOS FUNDICOES LTDA.

CERTIDÃO

MANDADO Nº **510012906764**

CERTIFICO e DOU FÉ que, em cumprimento ao MANDADO em epígrafe, me dirigi à Estrada Governador Raymundo Padilha, snº, Fazenda Santa Cecília, Barra do Piraí – RJ, Local onde **EFETUEI a CONSTATAÇÃO e REAVALIAÇÃO** do imóvel ali situado, conforme laudo que segue anexo, bem como **INTIMEI a BR MATOZINHOS FUNDIÇÕES LTDA, na pessoa do Sr. CLEMENTE TAVARES MARIANO, RG 08451757-2,** que se apresentou com poderes para tanto, dando-lhe ciência de todo o teor contido no presente ato, recebendo este a contrafé, exarando sua firma.

O referido é verdade.

DATA DA DILIGÊNCIA	HORA	LOCAL	DESCRIÇÃO DA DILIGÊNCIA
21/05/2024	10:20	Estrada Governador Raymundo Padilha, snº, Fazenda Santa Cecília, Barra do Piraí – RJ	Reavaliação
24/05/2024	09:20	Estrada Governador Raymundo Padilha, snº, Fazenda Santa Cecília, Barra do Piraí – RJ	Reavaliação
27/05/2024	09:00	Estrada Governador Raymundo Padilha, snº, Fazenda Santa Cecília, Barra do Piraí – RJ	Reavaliação

Documento eletrônico assinado por **ALEXANDER BRANDES DA SILVA, Oficial de Justiça Avaliador Federal** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510013329701v1** e do código CRC **6d17d74f**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): ALEXANDER BRANDES DA SILVA
Data e Hora: 27/5/2024, às 15:33:31

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
VARA FEDERAL DE BARRA DO PIRAÍ

LAUDO DE REAVALIAÇÃO

MANDADO: **510012906764**
PROCESSO: **0091858-64.2015.4.02.5119/RJ**

AUTOR (Exequente, Expropriante, etc...)
UNIÃO

Réu (Executado, Expropriado, etc...)
BR MATOZINHOS FUNDIÇÕES LTDA.

Localização dos Bens
Estrada Raymundo Padilha, snº, Fazenda Santa Cecília, Barra do Piraí - RJ

Depositário	**Data da Penhora**
Não há	12/12/2018

ALEXANDER BRANDES DA SILVA, Oficial de Justiça – Avaliador, em cumprimento ao respeitável MANDADO DE AVALIAÇÃO, expedido nos autos da ação acima citada, dirigi-me ao endereço de localização do bem, onde procedi à constatação e reavaliação do bem a seguir descrito.

AVALIAÇÃO:

- **TERRENO localizado na Estrada Raymundo Padilha, snº Santa Cecília, Barra do Piraí – RJ, matrícula 1.578, livro 2-F, folha 124, composto por terreno de 3.622.362,46 m²** (área total constante na matrícula é de 3.729.238,00 m², porém foi doada a área total de 106.875,54 m² - laudo de avaliação processo 0091858-64.2015.4.02.5119, evento 111, certidão 3);
- **CONSTRUÇÕES –** ÁREA TOTAL DE **47.446,25 m².**

1. Prédio da balança / recepção;
2. Portaria;
3. Prédio do rh;
4. Vestiário
5. Construção outrora utilizada para banco;
6. Prédio da cantina
7. Prédio da cantina externa;
8. Galpão do almoxarifado nortel;
9. Prédio de serviços gerais;
10. Galpão da manutenção civil;
11. Galpão da manutenção;
12. Prédio do banco;
13. Depósito de resíduos;
14. Galpão do almoxarifado;
15. Prédio dos compressores;
16. Prédio da modelação;
17. Prédio da administração;
18. Prédio da engenharia;
19. Galpão do depósito de modelos;
20. Depósito de inflamáveis;
21. Cobertura de materiais inflamáveis;
22. Depósito de ascarel;
23. Galpão da usinagem;

24. Galpão da expedição i;
25. Galpão do acabamento;
26. Galpão do grupo 76;
27. Galpão da L 2;
28. Galpão da fusão i;
29. Galpão do grupo 81;
30. Laboratório de metrologia;
31. Almoxarifado central;
32. Oficina elétrica;
33. Galpão do acabamento;
34. Galpão da expedição;
35. Galpão virabrequim;
36. Galpão da fusão virabrequim;
37. Galpão do refratário;
38. Galpão das empreiteiras;
39. Abrigo da carregadeira;
40. Subestação;
41. Estação de tratamento de água;
42. Casa da presidência;
43. Casas da gerência;
44. Casas dos funcionários;
45. Grêmio - salão social;
46. Ginásio;
47. Subestação 138 kv;
48. Pavimentação asfáltica;
49. Ajardinamento;
50. Cercamento lateral;

VALOR DA AVALIAÇÃO: R$ 122.100.000,00 (cento e vinte e dois milhões e cem mil reais).

Obs.: parâmetro para avaliação: laudo de avaliação evento 111, certidões 1 e 3, não havendo alterações substanciais nas construções desde a última avaliação (dezembro de 2022).

Barra do Piraí, 27 de maio de 2024

Alexander Brandes Da Silva
Oficial De Justiça Avaliador Federal
Mat. 13842

NÃO FOI POSSÍVEL AGREGAR ESTE ARQUIVO AO DOCUMENTO UNIFICADO.

(gerado automaticamente pelo sistema)

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 159

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
27/05/2024 16:06:30
Usuário:
JRJ12495 - CLAUDIO MARCUS DE MELO - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
159
Executado:
BR MATOZINHOS FUNDICOES LTDA.
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
07/06/2024 00:00:00
Data Final:
13/06/2024 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 160

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
27/05/2024 16:06:30
Usuário:
JRJ12495 - CLAUDIO MARCUS DE MELO - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
160
Exequente:
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
29/05/2024 00:00:00
Data Final:
06/06/2024 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
MARCOS PANDOLFO FIUZA DE MELO

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 161

Evento:

JUNTADA_DE_CERTIDAO___SUSPENSAO_DO_PRAZO___31_05_2024___MOTIVO__SUSPENSAO_DE_

Data:
27/05/2024 20:33:52

Usuário:
JRJ11291 - CARLA DE OLIVEIRA MENEZES - ADMINISTRADOR DO SISTEMA

Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ

Sequência Evento:
161

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 162

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__160
Data:
28/05/2024 18:23:45
Usuário:
P1574208 - RICARDO MAXIMO BARCELLOS - PROCURADOR
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
162

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 163

Evento:
PETICAO___REFER__AO_EVENTO__160
Data:
28/05/2024 18:23:45
Usuário:
P1574208 - RICARDO MAXIMO BARCELLOS - PROCURADOR
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
163

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL SEGUNDA REGIÃO

DIVISÃO DE ASSUNTOS FISCAIS – DIAFI
NÚCLEO DE ANÁLISE E EXECUÇÃO DE DEMANDAS - NAED
NAED/DIAFI/PRFN2

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL),** por seu procurador, informa que **não tem interesse na adjudicação do(s) bem(ns) imóvel(is) penhorado(s).**

Assim, requer-se, com fundamento no art. 879, I, do CPC, que seja **autorizada a alienação do(s) bem(ns) imóvel(is) penhorado(s) e avaliado(s), por intermédio de corretor ou leiloeiro credenciado, no Comprei**. Os critérios para alienação judicial são determinados pelas Leis nº 13.105, de 2015 (CPC) e nº 8.212, de 1991, em especial:

Prazo	360 (trezentos e sessenta) dias
Publicidade	Divulgação da oferta do bem no Comprei (comprei.pgfn.gov.br). Nos anúncios constarão a descrição física (estado em que se encontra, localização, quantidade, qualidade etc) e jurídica (identificação do número do processo judicial, dados de registro e ônus ou gravames) do bem ofertado, bem como demais esclarecimentos que se fizerem necessários.
Preço	O valor mínimo de propostas no Comprei é de 50% do valor da última avaliação judicial (art. 891, parágrafo único, do CPC). O bem deve permanecer anunciado por no mínimo 30 (trinta) dias para que uma proposta efetive a alienação, ressalvado o caso de compra imediata por valor igual ou superior ao da avaliação.

Condições de pagamento	Todos os pagamentos serão feitos por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) com código de receita nº 7739 emitido pelo Comprei. O Comprei concederá parcelamento da alienação por valor igual ou superior ao da avaliação no seguintes termos: a entrada equivalente a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do valor da alienação (art. 895, § 1º, do CPC), mais até 30 (trinta) prestações mensais e sucessivas, no valor mínimo de R$ 500,00 (quinhentos reais) cada uma. Nestes casos, será registrada a hipoteca em favor da União (art. 895, §8º, do CPC). O valor de cada parcela, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), acumulada mensalmente, calculados a partir da data da alienação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. Se o adquirente deixar de pagar no vencimento quaisquer das prestações mensais, o parcelamento será imediatamente rescindido, vencendo-se antecipadamente o saldo devedor, ao qual será acrescido o valor de 50% (cinquenta por cento), a título de multa de mora, conforme §§ 6º e 11 do art. 98 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e inscrito em Dívida Ativa da União. Não se concederá parcelamento quando sobre o bem alienado houver concurso de penhora com credor privilegiado. Quando o valor da alienação superar o montante atualizado da dívida, o excedente deve ser recolhido por meio de depósito à disposição do Juízo na Caixa Econômica Federal, em agência bancária ou por meio de seu Portal Judicial (https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-federal/).
Procedimento	As minutas de Auto e Carta de alienação serão expedidas pelo Comprei e apresentadas ao juízo após a confirmação do pagamento da compra e da comissão de corretagem. Após o transcurso do prazo previsto no art. 903, §2º, do CPC, os documentos serão carregados no Sistema Comprei para entrega do bem e registro.
Comissão de corretagem	5% (cinco por cento) do valor da alienação

Intermediário credenciado	Qualquer intermediário credenciado no Comprei com competência territorial no lugar de situação do bem, não havendo exclusividade na intermediação. O intermediário anunciante fica autorizado a ter acesso ao bem, mediante prévio ajuste com o depositário/devedor, podendo obter fotos ou apresentá-lo a interessados.

Em sendo deferido, **requer-se a intimação do executado e demais interessados para ciência da alienação judicial, nos termos do art. 889, do CPC.**

Informa-se que o valor atualizado da dívida é **o da consulta anexa**.

Pelo exposto, pede deferimento.

Ricardo Máximo Barcellos
Procurador da Fazenda Nacional

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 164

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__158
Data:
06/06/2024 01:26:17
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
164

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 165

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__159
Data:
06/06/2024 23:59:59
Usuário:
SECJF - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
165

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 166

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__159
Data:
14/06/2024 01:03:52
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
166

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 167

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO
Data:
25/06/2024 14:09:20
Usuário:
JRJ12495 - CLAUDIO MARCUS DE MELO - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
167

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 168

Evento:
DETERMINADA_A_INTIMACAO
Data:
15/07/2024 14:47:32
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
168

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: BR MATOZINHOS FUNDICOES LTDA.

DESPACHO/DECISÃO

Evento 163.1 - Defiro a alienação do bem imóvel penhorado através do **Programa COMPREI**, regulamentado pela Portaria PGFN/ME nº 3.050/2022.

Eis que **a avaliação do bem é suficiente à quitação do crédito, está suspensa a execução**, pelo prazo máximo de 360 dias**,** conforme previsto naquela Portaria PGFN/ME ou até que venham notícias sobre a alienação do(s) bem(ns), cabendo à Fazenda Nacional informar a este M. Juízo o andamento de cada etapa implementada.

Nada vindo, **estará suspenso o processo**, no aguardo das providências acima, a cargo da Exequente, necessárias para seu prosseguimento.

Intimem-se.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510013564086v2** e do código CRC **4df9fc7b**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 15/7/2024, às 14:47:31

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 169

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___DESPACHO_DECISAO
Data:
15/07/2024 14:47:32
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
169
Executado:
BR MATOZINHOS FUNDICOES LTDA.
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
26/07/2024 00:00:00
Data Final:
01/08/2024 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 170

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___DESPACHO_DECISAO
Data:
15/07/2024 14:47:33
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
170
Exequente:
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
26/07/2024 00:00:00
Data Final:
01/08/2024 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
RICARDO MAXIMO BARCELLOS

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 171

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AOS_EVENTOS__169_E_170
Data:
25/07/2024 23:59:59
Usuário:
SECJF - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
171

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 172

Evento:
PETICAO___REFER__AO_EVENTO__170
Data:
30/07/2024 12:09:59
Usuário:
P1571293 - MARCOS PANDOLFO FIUZA DE MELO - PROCURADOR
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
172

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 2.ª Região
Divisão de Assuntos Fiscais – DIAFI/PRFN – 2.ª Região

EXMO(A) SR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

A **UNIÃO (Fazenda Nacional)**, pelo Procurador da Fazenda Nacional infra-assinado, vem manifestar ciência do(a) r. Sentença/Decisão/Despacho retro.

MARCOS PANDOLFO FIUZA DE MELO
Procurador da Fazenda Nacional

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Debcad Resumido

Debcads Localizados: 1
Debcads Selecionados: 1
Parâmetro de Localização: 114969370

Devedor Principal:	BR MATOZINHOS FUNDICOES LTDA.
CPF/CNPJ:	19.811.058/0001-43
Debcad:	114969370
Situação:	AJUIZAMENTO / DISTRIBUICAO - 535
Procuradoria Responsável:	SEGUNDA REGIÃO
Sistema de Origem:	Sicob
Órgão de Origem:	ARF - LAGOA SANTA (MG)
Data Inscrição:	03/07/2015
Natureza da Dívida:	Previdenciária - Outros
Documento de Origem:	DCGB - DCG BATCH
Data do documento de Origem:	02/05/2015
Período da Dívida:	01/2014 a 11/2014
Forma de Constituição:	Declaração (GFIP)
Receita:	Previdenciárias
Valor Principal:	R$ 5.542.687,05
Valor Total:	R$ 13.815.486,32
Nº Judicial:	00918586420154025119
Órgão de Justiça de Origem:	- FEDERAL
Data de Protocolo:	17/08/2015
Juízo:	0

FIM DO RELATÓRIO

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 173

Evento:
PROCESSO_SUSPENSO_OU_SOBRESTADO_POR_DECISAO_JUDICIAL
Data:
31/07/2024 18:05:35
Usuário:
JRJ12495 - CLAUDIO MARCUS DE MELO - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
173

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 174

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__169
Data:
02/08/2024 01:09:57
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
174

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 175

Evento:

JUNTADO_A____OFICIO_EXPEDIDO_NOS_AUTOS_00005744820104025119_RJ_REFERENTE_AO_EVE

Data:
02/10/2024 14:34:33

Usuário:
JRJ17103 - BIANCA STAMATO FERNANDES - MAGISTRADO

Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ

Sequência Evento:
175

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
5ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Avenida Venezuela, 134, bloco B/6º andar - Bairro: Saúde - CEP: 20081-312 - Fone: (21)3218-7653 - https://www.jfrj.jus.br - Email: 05vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0000574-48.2010.4.02.5119/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: BR MATOZINHOS FUNDICOES LTDA.

OFÍCIO Nº 510014454132

DESTINATÁRIO: 6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Juiz(a),

Pelo presente, solicito a V. Ex.ª providências necessárias no sentido de penhorar, no rosto dos autos do processo nº 0091858-64.2015.4.02.5119, em trâmite nesse Juízo, montante até o limite da dívida exequenda, cujo valor, em 08/2024, era de **R$ 222.126,46 (duzentos e vinte e dois mil, cento e vinte e seis reais e quarenta e seis centavos)**, sujeita a acréscimos legais até seu efetivo pagamento.

Aproveito o ensejo para apresentar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Documento eletrônico assinado por **BIANCA STAMATO FERNANDES, Juíza Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510014454132v4** e do código CRC **4ba7a922**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): BIANCA STAMATO FERNANDES
Data e Hora: 2/10/2024, às 14:34:32

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 176

Evento:
LEVANTAMENTO_DA_SUSPENSAO_OU_DESSOBRESTAMENTO
Data:
18/10/2024 16:59:02
Usuário:
JRJ12495 - CLAUDIO MARCUS DE MELO - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
176

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 177

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO
Data:
18/10/2024 16:59:10
Usuário:
JRJ12495 - CLAUDIO MARCUS DE MELO - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
177

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 178

Evento:
DETERMINADA_A_INTIMACAO
Data:
02/12/2024 13:30:31
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
178

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: BR MATOZINHOS FUNDICOES LTDA.

DESPACHO/DECISÃO

Evento 175.1 - Atenda-se ao pedido de reserva de crédito contido no ofício retro, lavrando-se o competente termo de penhora nestes autos, dele encaminhando-se cópia ao M. Juízo solicitante.

Cumprido, retornem à suspensão anteriormente determinada pela r. decisão de evento 168.1.

Documento eletrônico assinado por **MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510014617295v2** e do código CRC **d0c240ac**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA
Data e Hora: 2/12/2024, às 13:30:31

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 179

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
02/12/2024 13:30:32
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
179
Executado:
BR MATOZINHOS FUNDICOES LTDA.
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
13/12/2024 00:00:00
Data Final:
19/12/2024 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 180

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
02/12/2024 13:30:33
Usuário:
JRJ17036 - MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA - MAGISTRADO
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
180
Exequente:
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
09/12/2024 00:00:00
Data Final:
13/12/2024 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
MARCOS PANDOLFO FIUZA DE MELO

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 181

Evento:
EXPEDICAO_DE_TERMO_AUTO_DE_PENHORA
Data:
02/12/2024 15:16:49
Usuário:
JRJ10758 - ANDRE BOTELHO JUCA - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
181

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B, 7º andar - Bairro: Saúde - Rio de Janeiro - CEP: 20081-312 - Fone: (21) 3218-7664 - www.jfrj.jus.br - Whatsapp: (21) 97128-7148 - Email: 06vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: BR MATOZINHOS FUNDICOES LTDA.

TERMO

Aos dois dias de dezembro de 2024, conforme o(a) despacho/decisão proferida pelo M. Juízo da 6ª Vara Federal de Execução Fiscal (evento 178, DESPADEC1), nos **autos do processo nº 00918586420154025119**, foi promovida a **reserva** de **crédito** da executada BR MATOZINHOS FUNDICOES LTDA., CPF/CNPJ 19811058000143, até o valor de **R$ 222.865,27** (duzentos e vinte e dois mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e vinte e sete centavos), em favor do processo 0000574-48.2010.4.02.5119/RJ, em trâmite junto ao **M. Juízo 5ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro.**

Documento eletrônico assinado por **ANDRE BOTELHO JUCA, Diretor de Secretaria**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfrj.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **510014964209v4** e do código CRC **669f28e2**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): ANDRE BOTELHO JUCA
Data e Hora: 2/12/2024, às 15:16:48

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 182

Evento:

JUNTADA_DE_CERTIDAO___TRASLADO_DE_PECAS_PARA_O_PROCESSO____0000574_48_2010_4_

Data:
02/12/2024 15:18:16

Usuário:
JRJ14267 - ALEXANDRE JORGE FERNANDES MOTTA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)

Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ

Sequência Evento:
182

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 183

Evento:
PROCESSO_SUSPENSO_OU_SOBRESTADO_POR_DECISAO_JUDICIAL
Data:
02/12/2024 17:11:49
Usuário:
JRJ10758 - ANDRE BOTELHO JUCA - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
183

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 184

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__180
Data:
06/12/2024 16:39:00
Usuário:
P1322044 - MARCELO CLAUDIO FAUSTO MAIA - PROCURADOR
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
184

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 185

Evento:
CIENCIA_COM_RENUNCIA_AO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__180
Data:
06/12/2024 16:39:01
Usuário:
P1322044 - MARCELO CLAUDIO FAUSTO MAIA - PROCURADOR
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
185

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 186

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__179
Data:
12/12/2024 23:59:59
Usuário:
SECJF - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
186

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 187

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__179
Data:
20/12/2024 03:05:35
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0091858-64.2015.4.02.5119/RJ
Sequência Evento:
187

RELATÓRIO DE ERROS

(Gerado automaticamente pelo sistema.)

Falhas de Geração/Conversão:

Não houve nenhuma falha na geração ou conversão dos arquivos para formato PDF.

Falhas de Concatenação/Unificação:

Processo 0091858-64.2015.4.02.5119/RJ, Evento 158, Documento 3